



Plano de Desenvolvimento de Longo Prazo

ES 500 anos

TRAJETÓRIAS
DESCOBERTAS



ES500 anos

TRAJETÓRIAS
DESCOBERTAS

Foto: Fernando Madeira

CONVÊNIO

PETROBRAS

CORREALIZAÇÃO

SYMNETICS

REALIZAÇÃO

ESação

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P712 Plano de Desenvolvimento de Longo Prazo ES 500 anos:
Trajetórias Descobertas/Organização Espírito Santo em Ação;
Secretaria de Economia e Planejamento - SEP;
Symnetics. – 1. ed. – Vitória: ES Ação, 2025.

181p. : il.

Inclui bibliografia.

1. Plano de Desenvolvimento. 2. Desenvolvimento Sustentável.
3.Governança. 4. Espírito Santo (Estado). I. Título.

CDD: 307.14

O Espírito Santo que construímos **juntos** – e o que sonhamos para o **futuro**

Renato Casagrande
Governador do Estado do Espírito Santo



Planejar o futuro é um gesto de coragem. Mais do que uma tarefa técnica, é um exercício de fé no potencial do nosso povo e de responsabilidade com as próximas gerações. Ao lançarmos o Plano ES 500 Anos, reafirmamos nosso compromisso com um Espírito Santo que honra suas conquistas, enfrenta com coragem seus desafios e avança com firmeza rumo a uma sociedade mais justa, inovadora e sustentável.

Somos referência nacional em planejamento de longo prazo. O ES 500 é o terceiro grande plano estratégico do Estado, resultado de um esforço coletivo e democrático, que envolveu mais de 1.700 pessoas em oficinas, entrevistas e debates. Uma construção sólida, com base técnica, escuta social e visão de futuro.

Este novo plano nasce em um momento de amadurecimento e responsabilidade. O Espírito Santo é, hoje, um dos estados mais bem preparados do Brasil. Nossa gestão fiscal é reconhecida como a melhor do País. Somos líderes em indicadores de segurança, educação, competitividade e inovação. Temos um Fundo Soberano robusto e políticas climáticas à frente de seu tempo. Esses resultados não são fruto do acaso: são consequência de planejamento, trabalho contínuo e compromisso com o bem público.



Renato Casagrande,
Governador do Estado do Espírito Santo
© Hélio Filho



Mas sabemos que o futuro exigirá ainda mais de nós. A reforma tributária, a transição energética, as mudanças climáticas e a revolução tecnológica impõem novos cenários e novas exigências. O ES 500 nos prepara para esse novo tempo. Ele apresenta uma visão clara de aonde queremos chegar: um Estado que diversifica sua economia, fortalece o capital humano, cuida das pessoas, protege seus biomas e transforma a relação entre governo e cidadão por meio da tecnologia.

Atravessaremos a próxima década com a força de um pacto social, construído de forma plural e transparente. Um plano de Estado, acima de governos, que guia políticas públicas, inspira lideranças e mobiliza a sociedade capixaba para um futuro de mais oportunidades e qualidade de vida.

Vamos continuar trilhando esse caminho com responsabilidade, inovação e esperança. O Espírito Santo tem um futuro promissor — e, juntos, vamos construí-lo.



Planejamento, diálogo e compromisso: um caminho sustentável para o desenvolvimento do Espírito Santo

Álvaro Rogério Duboc Fajardo
Secretário de Economia e Planejamento do Espírito Santo

O Espírito Santo carrega, com orgulho, uma cultura de planejamento consolidada. O ES 500 Anos é o terceiro plano de longo prazo do Estado — sucedendo o ES 2025 e o ES 2030 — e reafirma nossa convicção de que pensar o futuro com responsabilidade e participação social é fundamental para colher resultados concretos. Não por acaso, o Espírito Santo tem conquistado destaque nacional em áreas como educação, segurança pública, gestão fiscal, inovação e qualidade de vida. Esses avanços são frutos de uma gestão comprometida com o planejamento como base de uma política de Estado.

Estruturado em cinco Missões Estratégicas, o plano traça um caminho sustentável, inclusivo e inovador para o desenvolvimento do Espírito Santo, apresentando-se como um verdadeiro guia para orientar decisões de gestores públicos, sociedade civil, setor produtivo e academia na próxima década. Muito mais do que um plano de governo, este é um Plano de Estado.

O ES 500 Anos inaugura uma nova etapa no planejamento capixaba — mais colaborativo, mais institucionalizado e ainda mais comprometido com as futuras gerações. Dessa forma, dois pilares tornam este plano especialmente transformador. O primeiro é a governança estruturada em Lei[1], o que garante perenidade e continuidade às ações. O segundo é a participação social ativa e inédita, que vai além da construção do plano: a sociedade está presente na Assembleia Geral e no Conselho de Líderes, núcleos que compõem a governança oficial do plano, além de integrar também a Comunidade ES 500, uma plataforma digital que permitirá o monitoramento cidadão ao longo dos anos. Este é, de fato, um plano de todos os capixabas.

Planejar é uma escolha que transforma. E o Espírito Santo, certamente, seguirá colhendo os frutos dessa importante escolha nos próximos dez anos. O ES 500 reforça que um futuro mais próspero, justo e sustentável se constrói com diálogo, visão e compromisso.

[1] Lei Estadual nº 12.375/2025



Álvaro Rogério Duboc Fajardo, Secretário de Economia e Planejamento do Espírito Santo



Foto: Vitor Jubini



Planejar o **futuro** é fazer **história**

Pablo Lira
Diretor-geral do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)



Pablo Lira, Diretor-geral do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)

O Espírito Santo vive uma condição diferenciada no cenário nacional. Além de apresentar excelentes resultados nas áreas socioeconômica e ambiental, é um dos poucos estados brasileiros que conta com três ciclos de Planos de Desenvolvimento de Estado, formulados com base em evidências científicas, metodologias robustas e ampla participação institucional. Essa trajetória sólida de planejamento de longo prazo tem sido essencial para construir as bases do futuro de forma articulada, realista e colaborativa.

Em todos esses três ciclos de planejamento — planos ES 2025, ES 2030 e agora o ES 500 Anos —, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) esteve presente como protagonista. Autarquia vinculada ao Governo do Estado, o IJSN é uma instituição pública de pesquisa que cumpre um papel estratégico no Espírito Santo, atuando como uma organização híbrida que converge, com excelência, atribuições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no território capixaba. Além de produzir análises técnicas que fundamentam políticas públicas, o Instituto tem exercido a função de guardião dos planos de desenvolvimento, garantindo coerência, continuidade e alinhamento com os desafios do presente e as ambições do futuro.

O Plano de Desenvolvimento ES 500 Anos representa um novo marco. Seu diferencial está no amplo envolvimento da sociedade e de instituições democráticas capixabas. Ao longo do processo, foram realizadas diversas oficinas temáticas e regionais nas dez microrregiões do Estado, mobilizando vozes, saberes e propostas de todos os cantos do Espírito Santo. Outro avanço importante foi a criação de um modelo de governança interinstitucional, responsável pela gestão e pelo monitoramento do plano ao longo do tempo.

Neste ano em que o IJSN celebra seus 50 anos de história, a participação ativa e protagonista na elaboração e governança do Plano ES 500 Anos é um verdadeiro presente. Um reconhecimento do seu papel como patrimônio dos capixabas e uma reafirmação do seu compromisso com o futuro.

O Plano ES 500 Anos é a bússola que guiará a navegação das políticas públicas e ações estratégicas para o desenvolvimento até 2035, rumo a um Espírito Santo cada vez mais inovador, resiliente e sustentável.

ES 500 Anos: uma jornada de continuidade, visão e compromisso com o futuro

Nailson Dalla Bernadina
Presidente do ES em Ação

O Plano ES 500 Anos marca o terceiro ciclo de um ambicioso projeto de desenvolvimento no longo prazo. Antes de projetarmos o Espírito Santo que desejamos em 2035, é essencial revisitarmos nossa história e reconhecermos as conquistas que nos trouxeram até aqui.

Há 20 anos, o Espírito Santo enfrentava um cenário desafiador, sem um ambiente propício para discutir o futuro. O Estado estava imerso em crises de governabilidade e denúncias de corrupção. Foi nesse contexto que diversos setores da sociedade se uniram com o propósito de transformar a realidade econômica, política e social dos capixabas.

Nesse período, surgiu o Plano de Desenvolvimento ES 2025, elaborado em parceria entre o Governo do Estado, o ES em Ação e a sociedade civil organizada. Esse plano estabeleceu estratégias para fortalecer as instituições, reorganizar a economia e engajar a sociedade. Em 2013, o documento foi atualizado e renomeado para Plano 2030. Agora, o ES 500 Anos representa uma evolução desse processo, incorporando a velocidade das mudanças, novas tecnologias, metodologias inovadoras e, principalmente, a capacidade de responder às demandas reais da sociedade.



Nailson Dalla Bernadina, Presidente do ES em Ação

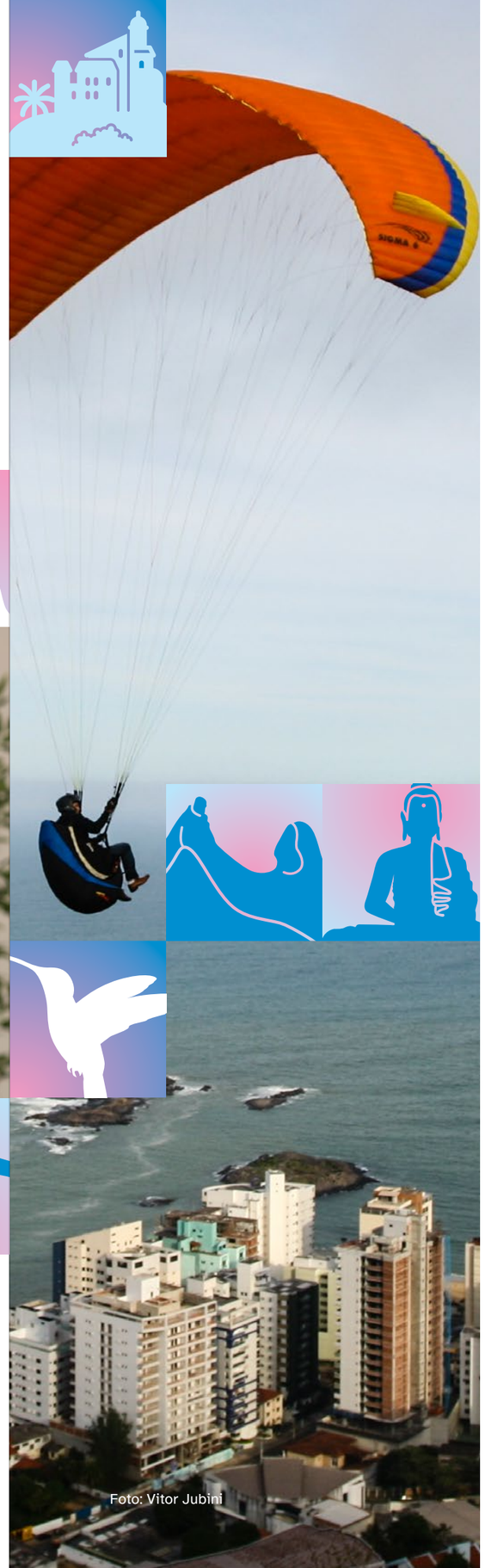


Foto: Vitor Jubini

Assim como nos ciclos anteriores, que passaram pelas gestões dos ex-governadores Paulo Hartung e Renato Casagrande, o Plano ES 500 Anos é apartidário e atenderá aos próximos ciclos de desenvolvimento do Estado. Essa continuidade demonstra que, apesar das mudanças de governo, os anseios da população seguem um rumo definido por um planejamento consistente e comprometido com resultados.

Com base no aprendizado das últimas duas décadas, olhamos para os próximos dez anos com um mapa claro de prioridades, construído de forma colaborativa. Realizamos um amplo processo de escuta ativa, envolvendo quase 2 mil participantes e dezenas de instituições. Como resultado, definimos cinco Missões prioritárias, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Um dos grandes diferenciais deste plano é a institucionalização do seu compromisso: o projeto de lei da governança, aprovado pela Assembleia Legislativa, garante que as Missões estabelecidas pelo ES 500 Anos sejam pautadas pela sociedade.

Encerramos com um agradecimento especial aos muitos participantes desta construção, que mobilizou o setor público, a academia, o terceiro setor e o setor produtivo, com as federações da Indústria, do Comércio, da Agricultura e do Transporte, entre outras diferentes lideranças de diversos segmentos. O ES em Ação cumpriu seu papel em articular, junto do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Planejamento e do Instituto Jones dos Santos Neves, e com o apoio do convênio com a Petrobras, a contratação da consultoria especializada e a mobilização de seus mantenedores, equipe técnica, diretoria e conselhos. Seguimos juntos, com responsabilidade e confiança, na construção de um Espírito Santo mais justo, inovador e sustentável para todos.

ES500 anos

Visão de futuro e ação coletiva: o compromisso do FEF com o Espírito Santo dos próximos dez anos

Fórum de Entidades e Federações (FEF)

Nailson Dalla Bernadina
Presidente do ES em Ação

Paulo Baraona
Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes)

Idalberto Moro
Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Espírito Santo (Fecomércio-ES)

Renan Chieppe
Presidente da Federação das Empresas de Transporte do Espírito Santo (Fetransportes)

Júlio da Silva Rocha Júnior
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (Faes)

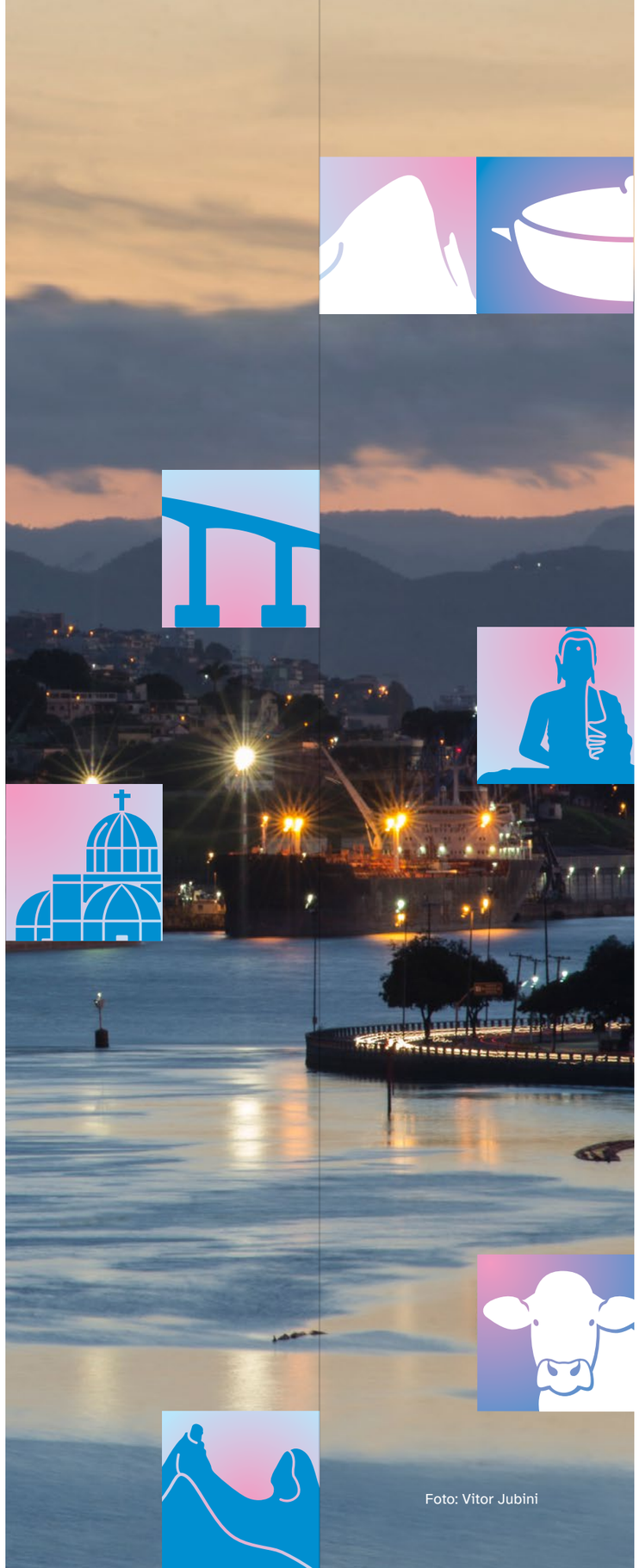


Foto: Vitor Jubini

A entrega do ES 500 Anos marca uma nova etapa na trajetória de desenvolvimento do Espírito Santo, consolidando a atualização do Plano de Estado como um importante guia para os próximos avanços econômicos e sociais capixabas. Para o Fórum das Entidades e Federações Empresariais do Espírito Santo (FEF) — que reúne as principais instituições da economia estadual —, esse avanço reforça a importância do planejamento de longo prazo como ferramenta essencial na construção coletiva de um futuro mais próspero, inovador e sustentável. O setor produtivo reconhece que uma economia sólida é a base para gerar mais empregos, renda e oportunidades para todos os capixabas.

Nesse contexto, o Plano ES 500 Anos será uma ferramenta fundamental para orientar os projetos estruturantes do Estado, nas diferentes esferas de governo e na iniciativa privada. Trata-se de uma ação que dialoga com o desenvolvimento sustentável da sociedade e fortalece o ambiente de negócios, ao propor diretrizes claras para a construção de um Espírito Santo mais desenvolvido e preparado para os desafios das próximas décadas.

As Missões escolhidas e destacadas no plano convergem diretamente com a atuação do FEF, ao estimularem a complexidade produtiva do Estado, incorporarem avanços tecnológicos, promoverem a inovação em diversas frentes e assegurarem o equilíbrio entre o crescimento econômico, a preservação ambiental e o bem-estar social.

Entre as metas estão o aumento da produtividade, a redução da pobreza e a elevação do Espírito Santo ao grupo dos cinco estados mais inovadores do País. Para isso, é essencial garantir um ambiente de negócios competitivo, atrair investimentos, dispor de infraestrutura e logística de qualidade e impulsionar os chamados Setores ES 500 — áreas estratégicas que vão liderar o crescimento capixaba nos próximos dez anos. Nesse cenário, o FEF se posiciona como um agente estratégico, contribuindo com conhecimento técnico e fortalecendo iniciativas que viabilizem a implementação dessas metas.

O Plano ES 500 Anos é um convite à colaboração e à ação. Com união, visão de futuro e trabalho conjunto, o Espírito Santo tem todas as condições para se destacar como referência nacional em desenvolvimento sustentável e qualidade de vida. O FEF e suas instituições seguem juntos na construção desse futuro.

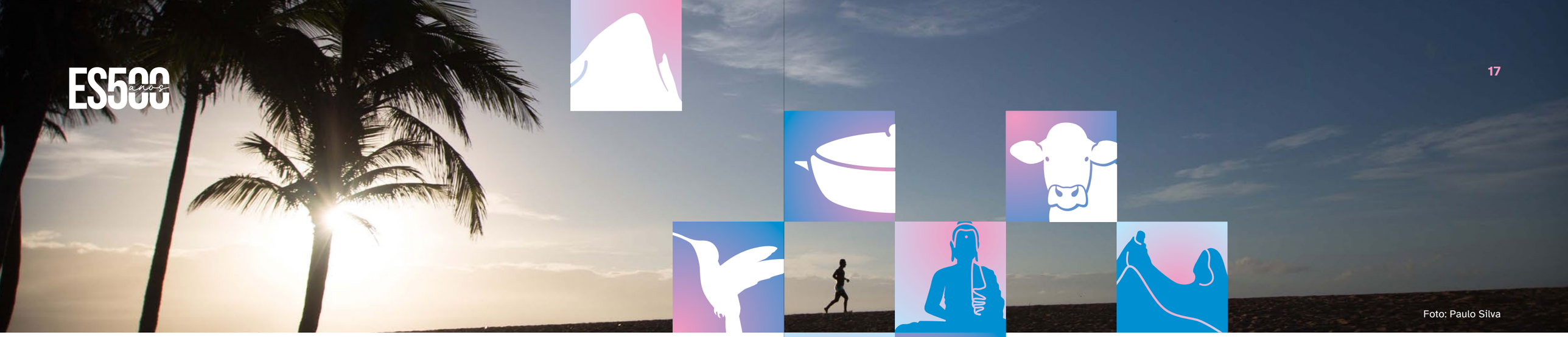


Foto: Paulo Silva

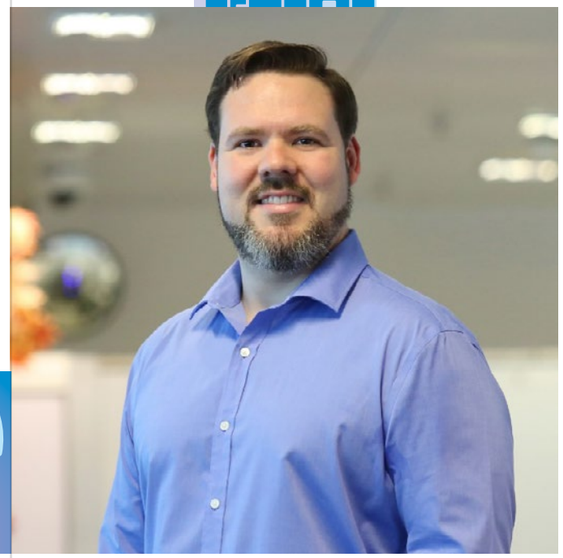
A **Petrobras** reafirma seu **compromisso** com o desenvolvimento do **Espírito Santo** ao se unir ao Plano ES 500 Anos

Guilherme Sargenti
Gerente-geral da Unidade do Espírito Santo - Petrobras

Nossa presença de quase 70 anos no território capixaba é fortalecida e ganha novas dimensões em diálogo com a sociedade visando a temas cruciais do presente e do nosso futuro, como a busca pela neutralidade das emissões de gases de efeito estufa e a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas.

Dentre as iniciativas de que participamos, destaca-se o desenvolvimento de projetos inovadores em geração renovável, captura, uso e estocagem de carbono e produção de hidrogênio de baixo carbono. Em todas essas vertentes, há desdobramentos no Estado.

Essas ações não só contribuem para nossa meta de neutralidade das emissões operacionais até 2050, mas também posicionam o Espírito Santo na vanguarda das novas tecnologias energéticas, fortalecendo a competitividade dos setores estratégicos estabelecidos e abrindo caminho para novos eixos econômicos.



Guilherme Sargenti, Gerente-geral da Unidade do Espírito Santo - Petrobras

O protocolo de intenções, que assinamos recentemente com o Governo do Estado e a Federação das Indústrias, visa a alavancar iniciativas capazes de colocar o Espírito Santo na vanguarda em projetos de CCUS (captura, utilização e estocagem de carbono).

Caminhamos juntos dos capixabas em busca de objetivos comuns e prevemos, na estratégia da Petrobras para 2050, a manutenção de investimentos em infraestrutura resiliente e inteligente, ao mesmo tempo em que avançamos em inovação e prosperidade regional, inclusiva e sustentável.

Trabalhamos também para alongar o ciclo de vida de nossos ativos de forma segura e eficiente, prolongando sua vida produtiva e os benefícios que essa produção gera para a sociedade.

Reafirmamos o papel da Petrobras como agente de transformação que contribui para construir um futuro no qual o desenvolvimento econômico caminha lado a lado com a preservação ambiental e o bem-estar social.

Nossa visão de longo prazo, expressa no Plano Estratégico 2050, alinha-se às aspirações do ES 500 Anos, buscando prover energia que assegure prosperidade de forma ética, justa, segura e competitiva, enquanto construímos, junto dos capixabas, um mundo mais justo e sustentável.

Sumário

1 **Introdução** 21

1.1 – ES 500 Anos — Trajetórias descobertas 23

1.2 – Missões Estratégicas — Um modelo de inovação e transformação para o Espírito Santo 26

1.3 – Escopo do trabalho — Passos para a elaboração do ES 500 Anos 29

2 **Entendimento do contexto atual** O caminho percorrido pelo Espírito Santo 38

2.1 – Evidências para a compreensão do contexto capixaba 45

2.1.1 · Análise Situacional ES 2030 46

2.1.2 · Oficinas Regionais 67

2.1.3 · Temas iniciais relevantes 78

2.1.4 · Capacidades do Estado para empreender e inovar 100

3 **Ambiente externo e tendências** Percepções para potencializar o futuro do Espírito Santo 110

4 **Perspectivas para direcionar o futuro** 132

4.1 – Ângulos estratégicos do ES 500 Anos 135

4.2 – Transversalidade temática dos ângulos 152

5 **Visões de futuro** O que queremos para 2035 154

6 **Missões do ES 500 Anos** 170

6.1 – Missão 1 - Economia diversificada, inovadora e sustentável 178

6.2 – Missão 2 - Polo de competências 198

6.3 – Missão 3 - Cuidado integral 216

6.4 – Missão 4 - Sustentabilidade e resiliência climática 240

6.5 – Missão 5 - ES Ágil e Inteligente 262

6.6 – A relevância da transversalidade das missões do Plano ES 500 Anos 279

7 **Setores ES 500** 284

7.1 – Descrição dos setores ES 500 286

7.2 – Prioridades e estratégias dos setores ES 500 290

8 **Governança e engajamento do ES 500 Anos** 298

8.1 – Estrutura de funcionamento 302

9 **Rumo ao ES de 2035** 310

Participantes da elaboração do Plano ES 500 Anos 314

Glossário 332

Referências bibliográficas 349

ES500 anos

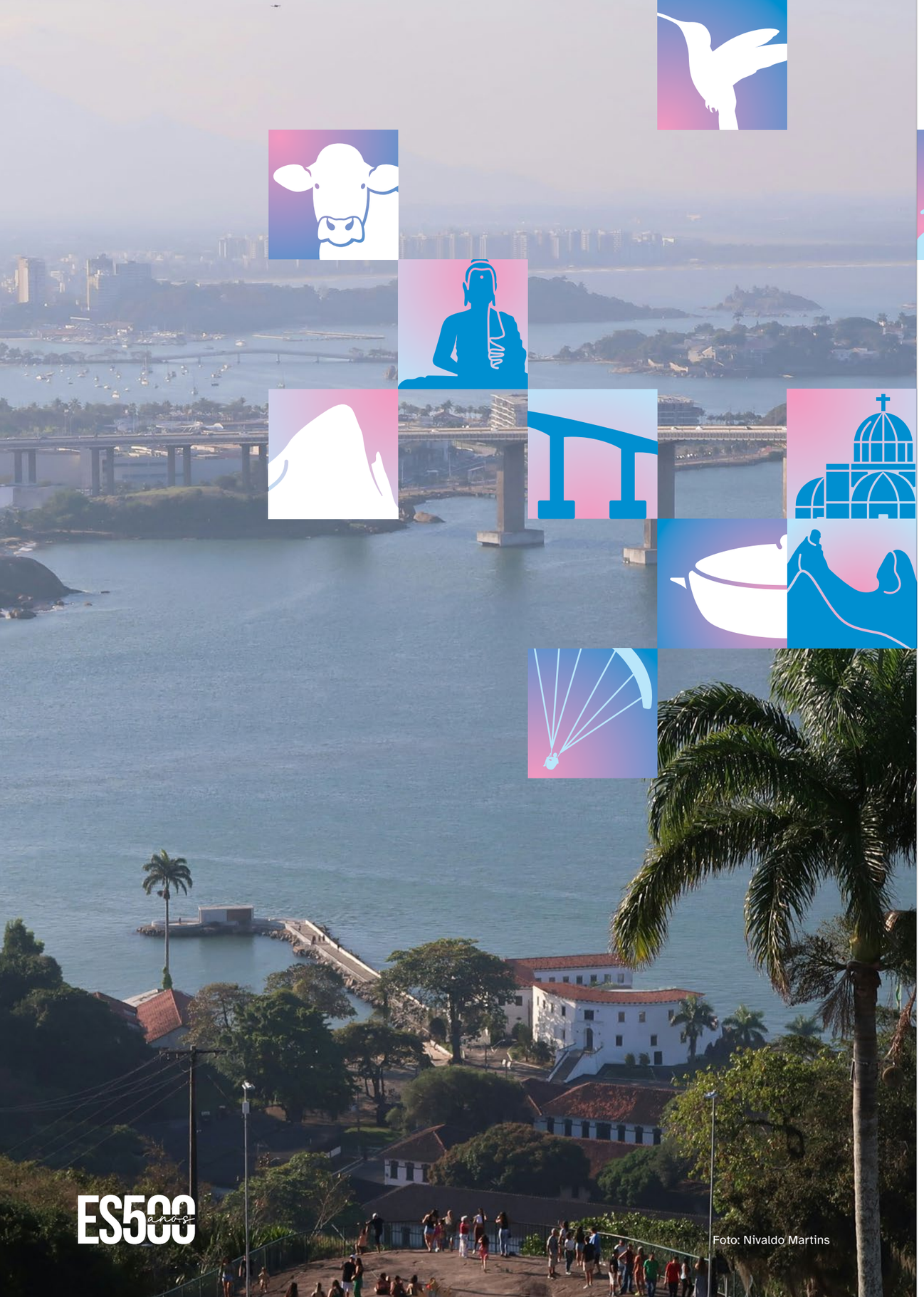


Foto: Nivaldo Martins

1.

Introdução

O Espírito Santo é um Estado que se transforma a partir da união das pessoas.

Nas duas últimas décadas, o Espírito Santo estabeleceu como cultura construir **planejamentos estratégicos de longo prazo**, rompendo com a lógica tradicional de restringir a visão de desenvolvimento a ciclos políticos de quatro anos. Foi assim com os planos ES 2025 e ES 2030, elaborados, respectivamente, em 2006 e 2013. Duas iniciativas que reuniram capixabas de diferentes setores, visões e áreas de atuação para estabelecer os desafios e rumos do Espírito Santo. Será assim com o ES 500 Anos, o planejamento estratégico dos próximos dez anos, com horizonte em 2035.

Os planos anteriores criaram uma noção de **inteligência coletiva**, estabeleceram propósitos comuns e garantiram ao Estado avanços fundamentais para a garantia do desenvolvimento e dos níveis de qualidade de vida dos capixabas. Porém, as transformações do contexto nas últimas décadas foram tão relevantes que exigiram uma **revisão da nossa trajetória futura**.

A intensificação da transformação digital, as disrupções no mercado de trabalho, os efeitos prolongados da pandemia da Covid-19, as mudanças climáticas, a transição energética e a implementação da reforma tributária redesenham o cenário e trazem consigo **novos desafios e oportunidades** para o futuro do Espírito Santo. Dessa forma, é fundamental compreender as mudanças sociais, tecnológicas e ambientais e suas novas respostas, qualitativamente diferentes daquelas formuladas em ciclos históricos anteriores.

Neste período da história em que a única certeza é a mudança, torna-se ainda mais importante entendermos o contexto contemporâneo para liderarmos o futuro e construirmos um **plano estratégico ousado, inovador e sintonizado** com as realidades locais e globais. É com essa determinação e compromisso que a sociedade capixaba se reúne, mais uma vez, em torno do ES 500 Anos, o novo plano de desenvolvimento de longo prazo.

Nas próximas páginas, serão apresentados os principais elementos estratégicos e as metas que constituem o plano de desenvolvimento de maneira estruturada. Um **mapa de navegação coletivo**, capaz de convergir os caminhos do Espírito Santo rumo a um futuro de desenvolvimento econômico e social. Porque é assim que nós, capixabas, podemos construir um Estado mais justo, com mais qualidade de vida, liberdade e oportunidades: a partir da nossa própria união.



1.1.
ES 500 Anos
Trajetórias descobertas

O ES 500 Anos é um movimento coletivo de visão estratégica para o futuro do Espírito Santo. E, para além de um plano de longo prazo, um compromisso sustentado por uma governança ativa ao longo dos dez anos de sua vigência, conforme instituído pela Lei nº 12.375, de 21 de março de 2025.

O objetivo do plano é guiar o desenvolvimento do Estado com base em um pensamento democrático, amplo e diverso, capaz de orientar esforços para além dos ciclos políticos de quatro anos, integrando a contribuição de especialistas, instituições e sociedade civil em um projeto contínuo de transformação.

Construir esse futuro significa posicionar o Espírito Santo como um dos estados mais inovadores, competitivos e inclusivos do Brasil até 2035 — ano do marco de 500 anos da colonização do solo espírito-santense. Mas o caminho para este futuro exige muito mais do que as ideias e iniciativas que já estão instituídas. Pelo contrário, ele demanda a descoberta de novas trajetórias para o desenvolvimento, e nos impulsiona a compreender nossas histórias e nossa identidade como povo com novos olhares.

Pensando assim, antes de desenvolver um plano em si, o ES 500 Anos procurou estabelecer princípios orientadores para garantir que o futuro seja um projeto coletivo, sustentado por valores que protegem a coerência, a inclusão e a visão de longo prazo.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

INCLUSIVO
Capaz de priorizar diversidade, equidade e justiça social como pilares essenciais para um desenvolvimento sustentável.

SISTÊMICO
Baseado em diagnósticos precisos, considerando as particularidades regionais do Estado.

PARTICIPATIVO E COLABORATIVO
Debatido por múltiplas instituições e setores da sociedade, em um modelo de governança compartilhada.

TRANSVERSAL
Compreendendo desafios e oportunidades de forma integrada, conectando dimensões sociais, econômicas, ambientais, tecnológicas e políticas.

EVOLUTIVO
Incorporando aprendizagens contínuas, adaptando estratégias e metodologias às demandas emergentes.

CONTÍNUO
Capaz de ultrapassar ciclos políticos, assegurando continuidade e legado para as próximas gerações.

TRANSFORMADOR
Promotor de intervenções de impacto, com resultados mensuráveis e transformadores para a sociedade.

Figura 1: Princípios Orientadores do ES 500 Anos

Esses princípios orientadores deram direção e consistência ao plano, refletindo um compromisso que vai além da formulação estratégica. **O ES 500 Anos é um movimento que propõe uma jornada para os próximos dez anos** com governança institucional e canais permanentes de escuta da sociedade, que alimentam e orientam as decisões ao longo desse período. E foi desse espírito que nasceram os princípios que sustentam este planejamento.

Com a participação direta de instituições representativas dos governos e instituições públicas, do setor privado, da academia e da sociedade civil, o Plano ES 500 anos foi elaborado a partir de uma ampla articulação de atores sociais, temas e interesses coletivos. Foram mobilizadas dezenas de especialistas e centenas de participantes em cada missão estratégica, além de incorporar tecnologias de ponta como a inteligência artificial para análise de dados e formulação de visões de futuro.

Reconhecendo, valorizando e renovando as experiências dos planos de desenvolvimento anteriores, o ES 500 Anos teve como ponto de partida o Plano ES 2030, identificando seus avanços e destacando os desafios estruturais ainda presentes. Essa conexão conferiu ao novo plano um sentido de continuidade e de compromisso público, permitindo que o ES 500 Anos aponte caminhos para o desenvolvimento com base nas próprias experiências de planejamento coletivo do Estado.



Foto: Fernando Madeira

Outro elemento essencial na construção do ES 500 Anos — e fundamental para a garantia de sua legitimidade — foi seu caráter democrático e diverso. As escutas públicas foram realizadas por meio de diálogos multissetoriais e debates abertos, ampliando a participação e o engajamento da sociedade. Ao todo, foram promovidas oficinas nas dez microrregiões do Estado, garantindo, por meio da escuta ativa, a presença de representantes do governo e de instituições públicas, da academia, do setor privado e de comunidades tradicionais.

Em suma, o ES 500 Anos é um mapa de futuro para o Espírito Santo dos próximos dez anos pensado por todos e para todos. Seu propósito é transformar o Estado — tomando o ano de 2035 como marco — a partir da inteligência coletiva e enfrentando os desafios com inovação, coesão e visão de longo prazo. Inspirado na trajetória de resiliência do povo capixaba — que por tantas vezes já enfrentou e superou crises com capacidade de reinvenção e planejamento estratégico —, o movimento propõe um novo salto de desenvolvimento de forma planejada, sustentável e para todos.

Este é o convite que fazemos a todos os capixabas.

1.2.
Missões estratégicas
Um modelo de inovação e transformação para o Espírito Santo



A metodologia definida para o desenvolvimento do Plano ES 500 Anos adotou como eixo central o conceito de **inovação orientada por Missões**, uma abordagem que não apenas amplia o escopo de atuação diante de grandes desafios, mas também redefine a forma como o Estado enfrenta problemas estruturais.

A escolha pelas Missões permite romper com lógicas fragmentadas de planejamento, promovendo uma **atuação transversal e multidisciplinar** dos envolvidos, integrando diferentes campos do conhecimento, políticas públicas e agentes sociais em torno de desafios comuns. Essa abordagem articula temas econômicos, sociais, ambientais e tecnológicos de forma sistêmica, estimulando soluções intersetoriais, colaborativas e de longo prazo.

Com isso, o plano fortalece uma **nova cultura de planejamento para o desenvolvimento** — baseada na cooperação, na adaptabilidade e na capacidade de enfrentar complexidades reais com inteligência coletiva e ação coordenada.

As **Missões** são instrumentos que **transformam ambições em ações concretas**. Estabelecem objetivos claros, audaciosos e mensuráveis, capazes de envolver diversos setores da sociedade e **gerar impactos** que dificilmente seriam promovidos isoladamente pelo mercado.

Trata-se de um **movimento estratégico de longo prazo**, inspirado em experiências transformadoras, capazes de mobilizar pessoas, alinhar propósitos e promover saltos de desenvolvimento.

No Espírito Santo, a aplicação da metodologia de Missões atualizou os cenários projetados no ES 2030, incorporando novas Agendas Estratégicas, perspectivas de inovação social e tecnológica e uma **visão mais integrada de futuro**. As Missões foram organizadas em torno de eixos que articulam sustentabilidade, transformação digital, inclusão social e desenvolvimento econômico, com metas definidas para 2035.

DIFERENCIAIS DA ABORDAGEM ORIENTADA A MISSÕES

Foco em grandes desafios
Enfrenta problemas complexos de forma sistêmica, superando soluções setoriais e incrementais.

Governança estruturada
Institucionalizada com a participação de representantes da sociedade capixaba.

Resiliência e adaptabilidade
Permite revisões contínuas diante de novos cenários.

Colaboração ampliada
Engaja múltiplos atores em torno de objetivos comuns.

Figura 2: Diferenciais da abordagem orientada a Missões.

Sustentadas por *roadmaps* de iniciativas e políticas inovadoras, as Missões orientam prioridades públicas e privadas, promovem **inovação responsável**, modernização regulatória e a criação de ambientes colaborativos que fortalecem a articulação entre governo, setor produtivo, academia e sociedade civil.

A adoção desse modelo no Espírito Santo responde à necessidade de **políticas públicas mais dinâmicas**, capazes não apenas de corrigir falhas de mercado, mas também de antecipar tendências e moldar novos caminhos de desenvolvimento.

Esse esforço reafirma o compromisso de Estado com a modernização da gestão pública e com a mobilização da sociedade em torno de uma visão compartilhada de futuro. Um movimento que une inteligência coletiva, **governança sólida e inovação colaborativa** para garantir que o Espírito Santo avance de forma consistente e estratégica rumo aos seus 500 anos.

Afinal, **o futuro não se espera, constrói-se todos os dias** por quem acredita que redescobrir caminhos é parte essencial para seguir adiante.



Foto: Vitor Jubini

1.3.
Escopo do trabalho
Passos para a elaboração do ES 500 Anos

A elaboração do ES 500 Anos foi conduzida por um **processo estruturado, participativo e orientado para o futuro**, concebido para garantir que o Espírito Santo avance de forma consistente até 2035. O desenvolvimento do trabalho se organizou em três grandes frentes, que, de maneira interdependente, formaram as bases do plano: 1. Agenda Estratégica, 2. Governança e Monitoramento e 3. Engajamento Social e Comunicação.

A Agenda Estratégica organizou as diretrizes e as Missões que guiarão o plano de desenvolvimento do Estado, estruturando-o a partir da **lógica de inovação orientada por Missões**. Foram apontados desafios sociais, econômicos e ambientais para estabelecer metas claras, audaciosas e mensuráveis para toda a sociedade capixaba. A dimensão das Missões é, portanto, a responsável por conectar as visões de futuro regionais, o mapeamento de tendências, os ângulos estratégicos para a ação e a consolidação de setores prioritários para o Espírito Santo dos próximos anos.

A Governança e Monitoramento asseguram a criação de uma estrutura com instâncias de coordenação e definição de instrumentos para o acompanhamento contínuo das metas e ações. Esse esforço permitiu que o plano tanto vá além da ideia de uma carta de intenções quanto se torne um **instrumento vivo**, capaz de adaptar-se, corrigir rumos e garantir a efetividade dos compromissos estabelecidos até 2035. Ou seja, a **governança estruturada e legalmente institucionalizada** reforça a capacidade do Estado de manter a continuidade do planejamento estratégico, independentemente dos ciclos políticos.

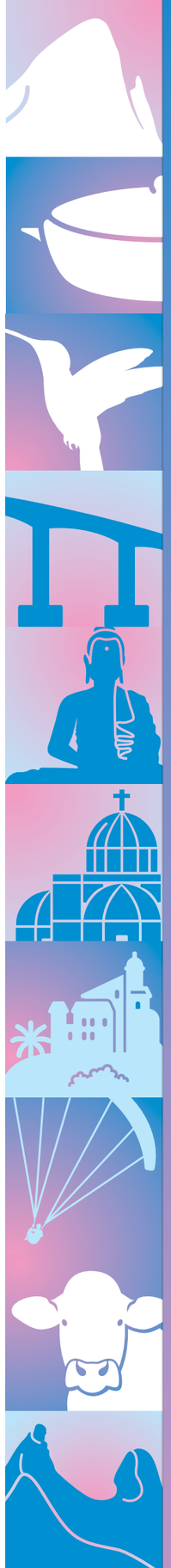
Instituído pela Lei nº 12.375/2025, o Plano ES 500 Anos foi baseado na lógica da **governança compartilhada**, modelo que estrutura suas funções em **cinco pilares essenciais: orquestração, observatório, engajamento, experimentação e *design* institucional**. Foram criados, ainda, como instâncias de governança: a Assembleia do Plano ES 500 Anos, o Conselho de Liderança, a Secretaria-Geral, os Grupos de Coordenação de Missões, os Núcleos de Apoio e as Arenas de Participação Social — cada um com papéis e competências complementares.

Do ponto de vista do Engajamento Social e Comunicação, ao longo de todo o seu curso e conforme previsto em toda a sua estrutura e elementos de governança, o ES 500 Anos garantirá em sua elaboração e gestão a **participação ampla da sociedade capixaba** e a transparência de todo o processo. Para isso, além de criar canais de diálogo em sua fase de elaboração, o ES 500 Anos lança as bases de uma **comunidade digital** capaz de acompanhar, participar e impulsionar a execução de iniciativas do plano. Uma frente de atuação considerada fundamental para legitimar as decisões tomadas e ampliar a adesão social ao projeto, reconhecendo a diversidade de vozes e visões que compõem o Espírito Santo.

Essas **três frentes**, que se conectam e se retroalimentam, têm como intenção e estratégia **definir os focos de atuação** e trabalho, assim como **garantir a execução e o engajamento social** do Plano ES 500 Anos. Juntas, elas formam uma estrutura integrada que permite ao Espírito Santo não apenas planejar, mas também **agir e evoluir de forma contínua e consistente**.

Para garantir a acessibilidade, a transparência e a disseminação do conteúdo desenvolvido, todo o trabalho foi organizado em **14 volumes**, apresentados na figura 4. Cada volume representa uma dimensão analítica do plano, desde a definição de direções estratégicas e visões de futuro, passando pelo mapeamento de tendências e setores prioritários, até a estruturação do monitoramento, da governança e da comunicação social.

O objetivo: materializar a visão de futuro e o compromisso coletivo com a construção de um Estado que seja cada dia melhor, por meio de seus princípios estratégicos e da visão de um Espírito Santo preparado para liderar seu próprio destino rumo a 2035.



Frentes de Trabalho

1 Definição das Diretrizes Estratégicas
Uma Agenda comum

- A Entendimento do contexto atual
- B Ambiente externo: tendências e cocriação de cenários
- C Visões, Missões, grandes metas, objetivos e linhas de iniciativas

2 Governança e Monitoramento
Um movimento coordenado e colaborativo

- A Desenho do modelo de governança
- B Desenho do modelo de monitoramento

3 Comunicação e Engajamento Social
Uma comunidade que transforma

- A Conceito e narrativa do ES 500 Anos
- B Plano de Comunicação e Engajamento Social
- C Implementação da Comunidade ES 500 Anos
- D Elaboração do site ES 500 Anos

Figura 3: Frentes de elaboração do ES 500 anos

Este documento, intitulado **Volume 1 – Direções estratégicas para 2035**, estabelece as bases e a direção geral para todo o **Plano ES 500 Anos**. Apresenta as **Missões para o futuro do Espírito Santo até 2035** e define as **prioridades estratégicas**, as grandes ambições e os **princípios orientadores** que nortearão todas as diretrizes e iniciativas derivadas. Sua função é garantir uma **referência comum** para os demais volumes, articulando de forma integrada os **desafios, as oportunidades e as metas** que o Estado deve perseguir ao longo da próxima década.

Ao organizar o planejamento de longo prazo, apoiar a alocação de recursos e orientar a atuação dos setores público e privado, o **Volume 1 contribui para dar coesão ao Plano ES 500 Anos**. Seu papel é ajudar a manter o **alinhamento com a trajetória estratégica** construída de forma participativa pela sociedade capixaba.

VOLUME 1
Direções estratégicas para 2035

VOLUME 2
Entendimento do contexto atual

VOLUME 3
Oficinas Regionais

VOLUME 4
Mapa de tendências

VOLUME 5
Ângulos para direcionar o futuro

VOLUME 6
Visões de futuro ES 500 Anos

VOLUME 7
Indicadores do Observatório

VOLUME 8
Iniciativas mapeadas

VOLUME 9
Setores ES 500 Anos

VOLUME 10
Monitoramento e gestão das Missões

VOLUME 11
Estrutura e Lei da Governança

VOLUME 12
Comunicação

VOLUME 13
Comunidade e plataforma social digital

VOLUME 14
Cartilha da metodologia aplicada

Figura 4: Volumes de conteúdo do ES 500 Anos

Todos os volumes do **Plano ES 500 Anos** podem ser acessados por meio deste **código QR** ou do **link abaixo**:

https://www.es500anos.com.br

Crédito: Divulgação Setur

ENCADEAMENTO DE CONTEÚDOS DO VOLUME 1

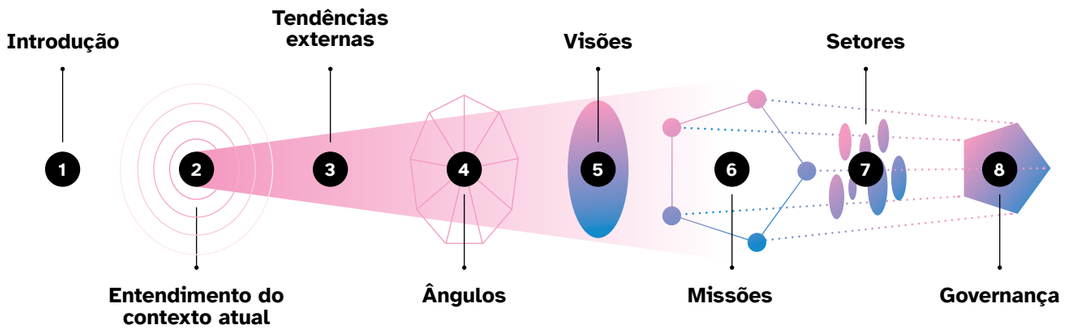


Figura 5: Encadeamento de conteúdos do Volume 1 - Diretrizes estratégicas para 2035

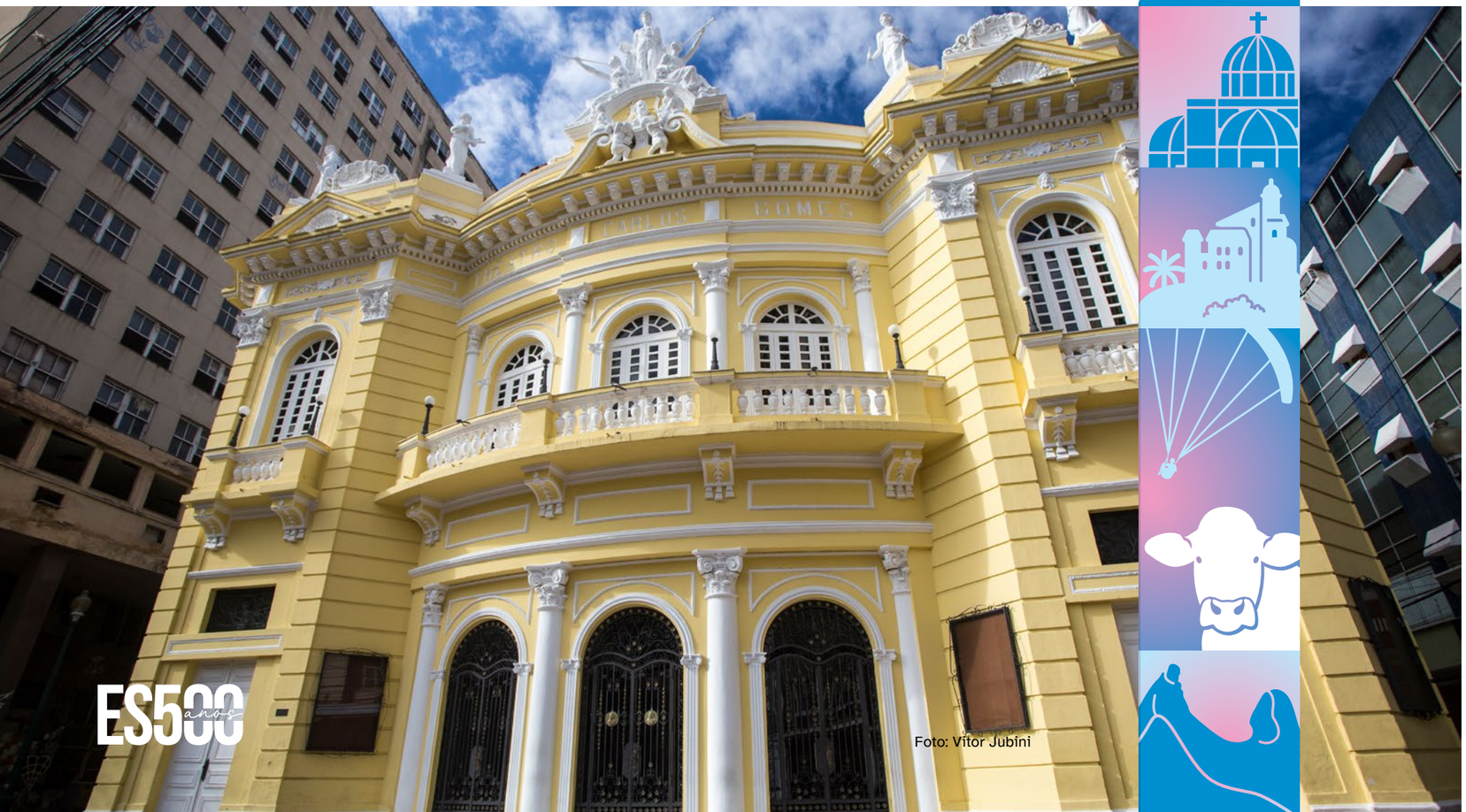


Foto: Vitor Jubini

2

O Capítulo 2, **"Entendimento do contexto atual: o caminho percorrido pelo Espírito Santo"**, traz uma análise estruturada da trajetória mais recente do Estado até os dias atuais. Um trabalho fundamentado em dados estratégicos, estudos temáticos e, principalmente, na atualização da Análise Situacional do ES 2030, desenvolvido pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Também apresenta o resultado do processo de escuta de todas as dez microrregiões capixabas por meio das oficinas de trabalho que reuniram diversos segmentos da sociedade.

3

O Capítulo 3, **"Ambiente externo e tendências: percepções para potencializar o futuro do Espírito Santo"**, identifica e analisa as principais transformações e dinâmicas externas que influenciam a sociedade e os indivíduos no Espírito Santo, no Brasil e em escala global. A compreensão dessas tendências e de seus impactos é fundamental para a construção das direções estratégicas do Plano ES 500 Anos, assegurando uma visão prospectiva e alinhada aos desafios e às oportunidades do futuro.

4

Com base nas percepções do entendimento do contexto atual e nas tendências do ambiente, o Capítulo 4, **"Perspectivas para direcionar o futuro"**, consolida os nove ângulos desenvolvidos para articular temas prioritários, explorados de forma colaborativa sob uma perspectiva integrada — abrangendo tanto os desafios atuais quanto as oportunidades futuras.

O Capítulo 5, **“Visões de futuro: o que queremos para 2035”**, descreve as visões de futuro para o Espírito Santo na próxima década, alinhadas às aspirações da sociedade e às tendências globais, e que servem como guia para políticas públicas e investimentos, visando a um futuro próspero e inclusivo.

As Missões Estratégicas são apresentadas no Capítulo 6, **“Missões do ES 500 Anos”**, que detalha seus componentes como as grandes metas até 2035, os objetivos mensuráveis e as linhas de iniciativas claras, que direcionam esforços para alcançar impactos positivos.

Os setores considerados chaves para transformar e fazer avançar em diversidade e complexidade a economia estadual são compartilhados no Capítulo 7, **“Setores ES 500”**, e têm como principal objetivo o aprimoramento da base produtiva, questão-chave para o futuro desejado do Estado.

O Capítulo 8, intitulado **“Governança e engajamento do ES 500 Anos”**, apresenta um resumo da estrutura de governança do ES 500 Anos, conforme previsto na Lei 12.375/2025, incluindo suas instâncias de atuação, os principais atores envolvidos, as formas de participação social, entre elas a Comunidade Digital do ES 500 anos.

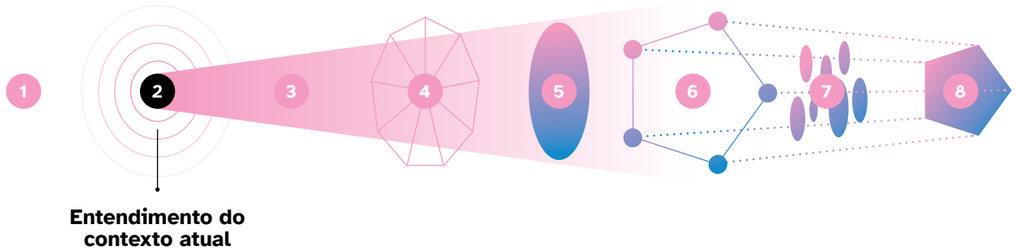


Crédito: Divulgação Setur

Por fim, este volume será concluído com um **glossário** que explica os **termos técnicos** mencionados e com um **agradecimento especial** a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a criação do ES 500 Anos. Os demais volumes, contendo as informações adicionais com detalhamento das atividades e dos produtos gerados, poderão ser acessados diretamente no site do ES 500 Anos (**www.es500anos.com.br**) e via códigos QR e *links* disponibilizados ao longo dos capítulos deste volume.

Todos os volumes do **Plano ES 500 Anos** podem ser acessados por meio deste **código QR** ou do **link abaixo**:

https://www.es500anos.com.br



2.

Entendimento do contexto atual

O caminho percorrido pelo Espírito Santo

O planejamento é a construção consciente de ideias e esforços que orientam organizações públicas e privadas em direção a seus objetivos futuros. **No Plano ES 500 Anos, o Espírito Santo reafirma essa cultura** fortalecendo a consciência institucional necessária para interpretar os novos desafios e projetar caminhos de desenvolvimento. Ao reconhecer sua trajetória e as transformações em curso no mundo, o Estado busca, de forma estratégica e participativa, renovar suas bases e apontar para um futuro mais competitivo, inovador e sustentável.



Foto: Marcelo Moryan

Ao mesmo tempo, em um momento histórico em que a velocidade das transformações desafia nossas percepções cotidianas, planejar é mais do que um exercício de organização: **é um ato de adaptação contínua**. Afinal, quanto mais as tecnologias emergentes, as mudanças geopolíticas e econômicas, os desafios ambientais e as novas dinâmicas sociais moldam o cenário de atuação, mais importante se torna fazer do planejamento uma cultura e um fundamento.

Essa realidade, de mudanças rápidas e constantes, é o pano de fundo do Plano de Desenvolvimento ES 500 Anos. Mas, se por um lado a velocidade dos movimentos exige uma atenção cada vez maior às tendências e às transformações futuras, por outro, o legado construído ao longo do tempo ofereceu valiosos fundamentos para essa nova etapa de planejamento. Dessa forma, **presente e futuro se entrelaçam** em um plano no qual o que somos hoje é o alicerce sobre o qual projetamos os novos horizontes que desejamos atingir.

Em outras palavras, o ES 500 Anos não nasce isoladamente. Ele é a **continuidade evolutiva** de uma série de iniciativas que consolidaram uma cultura de planejamento no Espírito Santo. Nos últimos 20 anos, o Estado construiu referências importantes, como dois planos de desenvolvimento de longo prazo, o ES 2025 (lançado em 2006) e o ES 2030 (de 2013), e diversos planos setoriais estratégicos alinhados a essas diretrizes. Entre esses planos, estão o Pedeag (Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura) e o Peltes (Plano Estratégico de Logística e Transporte do Espírito Santo), além das Rotas Estratégicas conduzidas pelo Observatório da Indústria da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), que mapearam oportunidades para setores considerados portadores de futuro. Destacam-se ainda os planos de ação do programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), que estabeleceram as prioridades para o desenvolvimento das microrregiões capixabas na década de 2020.

Esses planos foram fontes de aprendizado, participação e construção coletiva, diante de novas circunstâncias locais, nacionais e globais. O ES 500 Anos incorpora essa trajetória, ao mesmo tempo em que projeta uma **nova ambição: avaliar criticamente o legado** recebido, identificar as exigências do cenário contemporâneo e construir um caminho de desenvolvimento que aprofunde a inclusão social, acelere a transição sustentável, fortaleça a competitividade econômica e amplie as oportunidades para todos os capixabas.

O Estado é hoje reconhecido nacionalmente pela **estabilidade política e institucional**, pela eficiência na gestão fiscal e pela qualidade das relações entre setor público, sociedade e setor produtivo. Um reconhecimento que certamente é consequência da cultura de planejamento, da visão de futuro e da busca permanente pela inovação e pelo desenvolvimento sustentado e sustentável.

Essa evolução fica evidente ao se observar o percurso dos planos estratégicos de longo prazo. No ES 2025, diante dos desafios da época, o foco concentrou-se na organização do Estado, priorizando a qualificação das instituições para viabilizar projetos estruturantes capazes de preparar o Espírito Santo para o futuro. Já no Plano ES 2030, em um contexto de relevantes avanços consolidados, o Estado ousou ir além: passou a mirar a **inovação, a inserção competitiva**, o desenvolvimento regional, o fortalecimento das bases sociais e a construção de uma economia verde, ampliando o escopo da sua visão estratégica para novas fronteiras de crescimento e sustentabilidade.

O fato é que as leituras, avaliações de cenários e visões de futuro que inspiraram os planos de desenvolvimento anteriores — como o ES 2025 e o ES 2030 —, assim como os planos setoriais e regionais, orientaram avanços significativos em diversas áreas da realidade capixaba. Esses



Foto: Vitor Jubini

esforços também contribuíram de forma decisiva para a consolidação de um ambiente socioeconômico, político e institucional marcado pela **estabilidade e pelo desenvolvimento sustentável**, beneficiando cidadãos, instituições e negócios em todo o Estado.

Porém, se o legado construído, especialmente nos últimos 20 anos, permitiu que o Espírito Santo avançasse em várias frentes, é importante reconhecer que, por mais significativo que seja esse progresso, ele não é suficiente, por si só, para garantir novos saltos de desenvolvimento. Será necessário **ir além do que já foi conquistado** para enfrentar os novos desafios e aproveitar as oportunidades que se desenham no horizonte.

Nos últimos 52 anos, a economia capixaba cresceu a uma média anual de **4,6%**, percentual superior à média nacional, de 3,3%. Esse resultado foi fruto da instalação de uma forte base industrial no Estado, especialmente entre as décadas de 1960 e 1980, que levou a indústria a representar, em meados da década de 1980, patamares próximos a 40% do PIB capixaba — marca que, ainda hoje, mantém o Espírito Santo como uma das unidades da federação com maior participação industrial em sua economia. A essa transformação industrial somou-se, a partir do início do século XXI, o crescimento da extração de petróleo, fortalecendo ainda mais a vocação exportadora.

Paralelamente, a grande indústria criou condições para o surgimento de uma sólida infraestrutura e logística especializadas, “plataformas logísticas”, que, com apoio de incentivos creditícios e fiscais como Fundap — Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias, Invest-ES e Compete-ES, proporcionaram ganhos de escala operacional e comercial, transformando o Espírito Santo em um **complexo e diversificado *hub* comercial.**



Foto: Fernando Madeira

O crescimento conquistado até aqui, impulsionado pela força do legado acumulado, **não é suficiente**, por si só, para **assegurar** um Espírito Santo ainda mais **competitivo, inovador e sustentável**, como projetado no Plano de Desenvolvimento ES 2030.

Este cenário se torna ainda mais desafiador diante da **reforma tributária**, que terá vigência plena a partir de **2033** e que deverá eliminar o atual arcabouço de incentivos fiscais, exigindo do Estado **novas estratégias** para manter sua atratividade e seu dinamismo econômico.

Observando a trajetória das economias capixaba e brasileira no período de 2002 a 2022, constata-se que ambas apresentaram taxas médias anuais de crescimento em torno de 2,1%, evidenciando uma **perda de dinamismo** em comparação a décadas anteriores. As condições atuais observadas impõem novos desafios e reforçam a necessidade de se buscar soluções e de projetar novos horizontes de desenvolvimento.

Para tanto, é preciso avançar no desenvolvimento de **novos mecanismos, políticas e instrumentos** capazes de ampliar a capacidade de atração de negócios, investimentos e inovação.

Especificamente no caso capixaba, a necessidade de buscar mercados para além de suas fronteiras impõe um olhar estratégico para as janelas de oportunidade no Brasil e no mundo — um cenário cada vez mais competitivo, social e ambientalmente exigente, e ao mesmo tempo sujeito a instabilidades geopolíticas e econômicas.

Isso posto, a estratégia apropriada que se colocará, por meio das Missões e dos outros elementos estratégicos que o plano lança mão, é a de crescer por intermédio da **diversificação da estrutura produtiva e de mercados** (interno e externo). Ou seja, dar ênfase à inovação de base tecnológica e social, tornando a economia do Espírito Santo mais complexa, sem desconsiderar bases ou estruturas econômicas já consolidadas

Há ainda um importante caminho a ser percorrido para o alcance de estágios superiores de desenvolvimento, com uma distribuição mais equilibrada das riquezas produzidas e de forma sustentável. Afinal, trata-se de um desafio permanente, que não requer apenas ações do Estado, mas também a **participação ativa da sociedade e do setor privado**, além de toda uma conjuntura de fatores nacionais e globais.

Nessa perspectiva, o Plano ES 500 Anos reafirma a **centralidade das instituições** como pilares do desenvolvimento sustentável, reconhecendo seu papel histórico na mediação entre passado, presente e futuro. E coloca-se como uma convocação coletiva para um projeto de Estado que valoriza os avanços conquistados, encara os desafios do presente e propõe a construção contínua de um futuro mais justo, equilibrado e duradouro.



2.1.
Evidências para a compreensão do **contexto capixaba**

A elaboração do ES 500 Anos partiu de um processo estruturado de entendimento do contexto atual do Estado. Com base em análises técnicas, escutas regionais e interpretações sobre a dinâmica econômica, institucional e territorial do Espírito Santo, o objetivo foi lançar luz sobre os traços que moldam o presente e identificar capacidades já consolidadas e desafios que influenciarão a trajetória capixaba na próxima década.

PASSO A PASSO DO ENTENDIMENTO DO CONTEXTO ATUAL DO ESTADO

Análise Situacional do Plano ES 2030

Avaliação dos avanços, desafios e oportunidades do Espírito Santo em relação ao Plano ES 2030.

Oficinas Regionais

Oficinas de escuta ativa da sociedade, realizadas nas dez microrregiões do Estado entre março e abril de 2024.

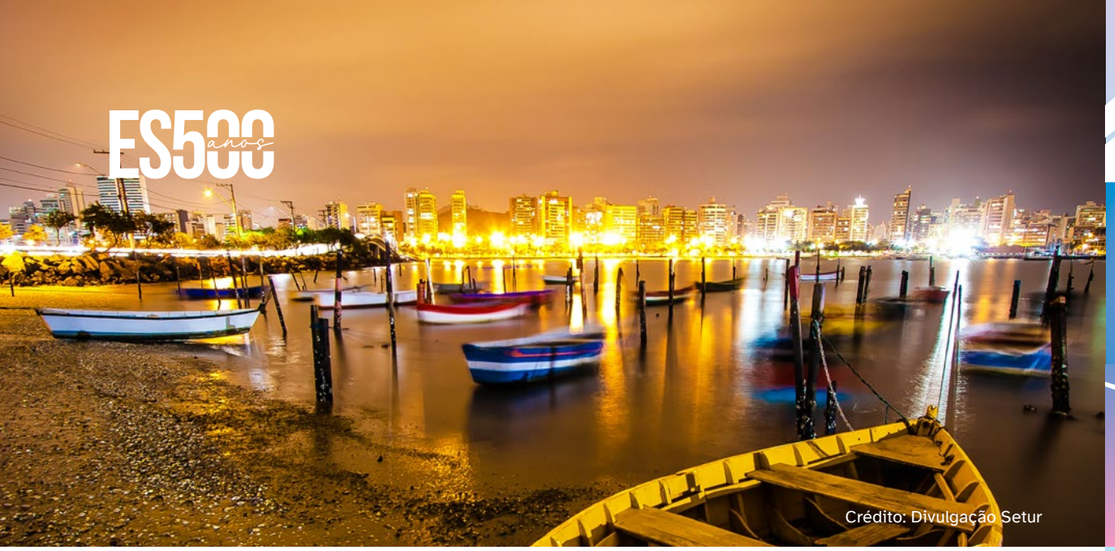
Análises de temas iniciais

Temas prioritários para orientar os caminhos futuros do Espírito Santo.

Capacidades do Estado para empreender e inovar

Mapeamento do ecossistema de empreendedorismo e inovação no Espírito Santo.

Figura 6: Passo a Passo do Entendimento do Contexto Atual do Estado



2.1.1.
Análise Situacional ES 2030

A construção do ES 500 Anos partiu da Análise Situacional elaborada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) em agosto de 2023[2], que reuniu indicadores sociais, econômicos e ambientais com base nos eixos do ES 2030. Esse trabalho ofereceu um diagnóstico relevante, organizado em três perspectivas estratégicas interconectadas: "Bases Sociais", voltada à qualidade de vida e inclusão; "Propulsores de Progresso", com foco em setores estruturantes como energia, infraestrutura e tecnologia; e "Oportunidades de Negócios, Trabalho e Renda", que destaca áreas emergentes, como a economia verde, e a inserção competitiva nos mercados.

Para além do relatório do IJSN, o processo de levantamento e investigação do ES 500 Anos envolveu a atualização e o cruzamento de dados provenientes de diversas Secretarias de Estado e outras fontes públicas, ampliando o campo de análise. Naturalmente, os dados disponíveis refletem diferentes graus de maturidade e metodologias — o que não invalida o processo, mas reforça a necessidade de um esforço coordenado para integrar, qualificar e projetar essas informações com foco no futuro.

Com representatividade social, articuladores institucionais e uma base técnica que permite observar o destino do Estado com uma visão estratégica transformadora, o ES 500 Anos nasce como uma plataforma de convergência: um esforço contínuo de organização, escuta, planejamento e visão compartilhada de futuro.

Os eixos da análise organizam elementos do contexto do Espírito Santo, respondendo a perguntas como: qual era o cenário antes do plano? Quais foram os avanços, quais fatores impulsionaram ou limitaram o progresso? E quais desafios futuros guiarão as próximas estratégias? Dessa forma, combinando dados históricos, análises e projeções, o documento do IJSN fornece uma visão estratégica e detalhada do cenário socioeconômico, servindo como base para o planejamento de políticas públicas e iniciativas alinhadas ao Plano ES 500 Anos, que visa a consolidar uma trajetória de desenvolvimento sustentável e inclusivo até 2035.

[2] Os gráficos apresentados nesta seção utilizam os dados disponíveis na Análise Situacional do ES 2030, majoritariamente referentes ao ano de 2022. Para os indicadores com informações mais atualizadas, estas foram incluídas no corpo do texto.

Bases Sociais: capital social e qualidade das instituições

O Espírito Santo priorizou o fortalecimento da governança e da transparência na década anterior, destacando-se pelo equilíbrio fiscal ao alcançar a nota máxima no indicador Capacidade de Pagamento (Capag) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em 2012. Essa avaliação externa da STN comprova que, desde 2012 até o presente momento, o Espírito Santo é o único Estado brasileiro que mantém nota máxima nesse indicador. Nos últimos anos, o Estado vem demonstrando que é possível combinar o equilíbrio das contas públicas com investimentos públicos robustos que impulsionam o desenvolvimento de políticas públicas e a melhoria de indicadores em várias áreas estratégicas, a saber, educação, saúde, segurança pública, logística e infraestrutura, entre outras.

Outra evidência é o alcance, em 2020, do primeiro lugar em transparência no ranking da Escala Brasil Transparente, elaborado pela Controladoria-Geral da União (CGU). Posteriormente, em 2022, o Executivo estadual se destacou no Índice de Transparência e Governança Pública, superando as demais unidades federativas.

Adicionalmente, o aumento de 24,5% nos acessos ao Portal da Transparência estadual em 2022 refletiu o maior engajamento da sociedade, mas ampliar a participação popular nas políticas públicas continua sendo um desafio.

Espírito Santo ocupa a **1ª posição** entre os 27 governos avaliados em 2022 no ITGP.

INDICADOR: ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA (ITGP)

90,4 / 100 pontos (Ótimo)

88,9	**Marcos Legais**
100	**Plataformas**
100	**Administração e Governança**
79,2	**Transformação Digital**
83,3	**Comunicação**
82,1	**Participação**
100	**Dados Abertos**
89,6	**Transparência Financeira e Orçamentária**

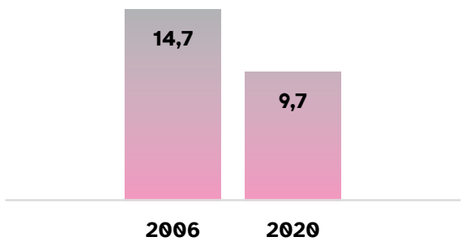
Fonte: Transparência Internacional.



Saúde

No Espírito Santo, a saúde registrou progressos consideráveis desde a implementação do ES 2030.

INDICADOR:
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (ÓBITOS POR MIL NASCIDOS VIVOS)

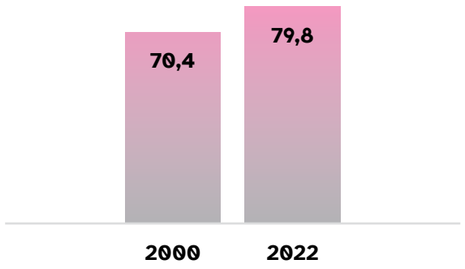


Fonte: SESA/IJSN.

Houve uma redução de 34% na taxa de mortalidade infantil entre 2006 e 2020. Adicionalmente, a expectativa de vida ao nascer expandiu-se em 13,3% no período de 2000 a 2022. Houve um aumento para 10,8 óbitos por mil nascidos em 2022, devido aos impactos da pandemia da Covid-19.

INDICADOR: EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (EM ANOS)

2ª maior do País em 2022, atrás apenas de Santa Catarina.



Fonte: IBGE.

Na Atenção Primária, a cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF) alcançou 72,3% em 2022, superando a meta de 70% estabelecida para 2020.

O objetivo para os próximos anos é seguir com a diminuição da mortalidade infantil e a ampliação da ESF, com foco em áreas rurais e periféricas.

Educação

Ao longo das últimas décadas, o Espírito Santo observou progressos em seus indicadores educacionais, refletidos em melhorias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), no tempo médio de estudo e na taxa de analfabetismo.

INDICADOR: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (NOTA DE 0 A 10) (IDEB)

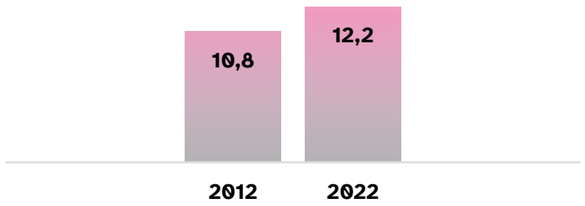
	2005	2021
Anos Iniciais Ensino Fundamental	4,2	6,0
Anos Finais Ensino Fundamental	3,6	5,0
Ensino Médio	3,8	4,5

Fonte: INEP.

Em 2023, o Espírito Santo obteve resultados ainda melhores no Ideb, conforme dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep). Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), o Estado alcançou 6,3 pontos, classificando-se em segundo lugar entre as unidades federativas do Brasil. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), o Espírito Santo registrou 5,3 pontos, conquistando a quarta posição no ranking nacional. No Ensino Médio Total, o Estado também se sobressaiu, com 4,8 pontos, assegurando novamente a segunda colocação entre os estados brasileiros, com destaque para o Ensino Médio Classes Comuns e Ensino Profissional, em que o Espírito Santo alcançou a primeira colocação.

Em 2012, a média de escolaridade da população entre 25 e 34 anos era de 10,8 anos, aumentando para 12,2 anos em 2022.

INDICADOR: ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 25 A 34 ANOS (EM ANOS)



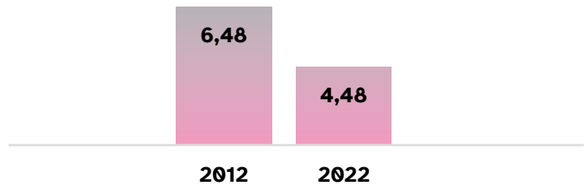
Fonte: PNADC/IBGE.

Em 2022, dois a cada três jovens de 19 anos concluíram o Ensino Médio, proporção ligeiramente abaixo da meta estabelecida para 2030. Adicionalmente, as matrículas em tempo integral correspondiam a 15,19% do total. A meta é de 25% em 2030 (Censo Escolar, 2023).

Conforme relatório do IJSN (2023), é essencial seguir com a expansão da educação em tempo integral, considerando políticas articuladas com os municípios.

Entre 2012 e 2022, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais caiu de 6,48% para 4,48%.

INDICADOR: TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS (%)



Fonte: PNADC/IBGE.

Essa trajetória teve continuidade, expressa nos dados de 2024, em que o percentual se situou em 3,9% para esse mesmo recorte populacional.



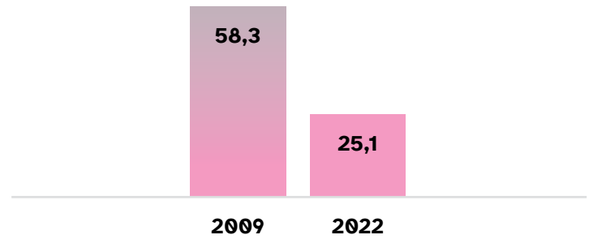
Segurança cidadã

Em 2011, o Programa Estado Presente em Defesa da Vida foi lançado no Espírito Santo, com base no conceito de segurança cidadã do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), visando a prevenir e combater a violência e a criminalidade por meio de ações multissetoriais de proteção policial e proteção social para reduzir os altos índices de violência e de criminalidade; bem como prevenir riscos e reduzir vulnerabilidades. Na evolução do programa, recentemente foi acrescido o eixo Mulher Viva+, focado na proteção de meninas e mulheres no Estado, bem como está em estruturação a inclusão do eixo de preservação da vida no trânsito, com objetivo de reduzir o número de vítimas de sinistros de trânsito.

Em 2022, o Espírito Santo apresentou uma taxa de homicídios de 25,1, resultado melhor que a meta de 30 mortes por 100 mil habitantes, definida para 2020. Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp-ES) indicam que houve progresso em 2024, com a taxa atingindo 20,8 homicídios por 100 mil habitantes.

Apesar de a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizar como epidemia de violência a taxa acima de dez homicídios por 100 mil habitantes, o Estado apresentou avanços significativos na área da segurança pública. Entre 2009 e 2024, houve uma redução de 64,3% nessa taxa, refletindo os esforços contínuos para o enfrentamento à violência. A meta é atingir o padrão considerado não epidêmico pela OMS até o ano de 2035.

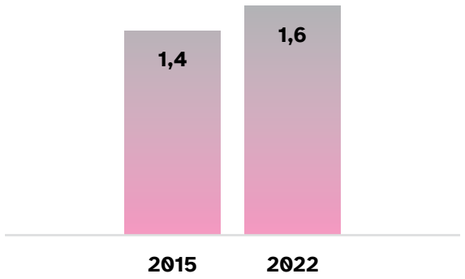
INDICADOR: TAXA DE HOMICÍDIOS (POR 100 MIL HABITANTES)



Fonte: SESP/ES.

A razão de presos por vaga prisional cresceu de 1,4 em 2015 para 1,6 em 2022 e teve uma leve redução para 1,56 em 2024. Entre 2015 e 2024, a população prisional cresceu 29,9%, enquanto a capacidade aumentou 11,7%. O acréscimo de vagas em 2023, com a criação da Penitenciária Estadual de Vila Velha VI, contribuiu para atenuar a superlotação, que ainda persiste e reforça a importância da continuidade dos esforços estruturais, de gestão e de atuação integrada com outros órgãos do sistema de justiça criminal.

INDICADOR: RAZÃO DE PRESOS POR VAGA PRISIONAL



Fonte: SEJUS/ES.



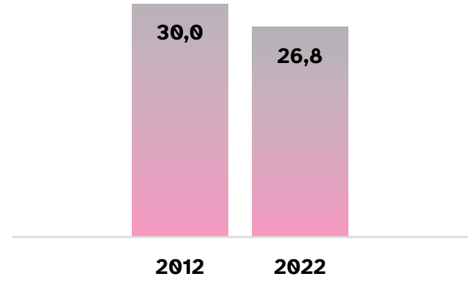
Pobreza e extrema pobreza

Entre 2012 e 2022, houve queda na taxa de pobreza, apoiada por programas sociais, como o Bolsa Família e o Bolsa Capixaba.

A taxa de pobreza caiu de 30% em 2012 para 26,8% em 2022. Em 2024, esse indicador diminuiu ainda mais, ficando em 19,2%, conferindo ao Estado a 11ª menor taxa no ranking nacional no comparativo com as demais unidades federativas.

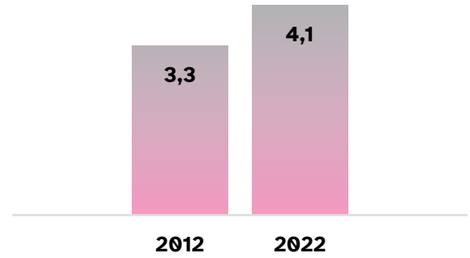
Já a taxa de extrema pobreza aumentou no Espírito Santo entre 2012 e 2022. No tocante a essa questão, devem ser levadas em consideração as consequências da crise político-econômica nacional de 2014-2016 e a pandemia da Covid-19.

INDICADOR: TAXA DE POBREZA (%)



Fonte: IBGE/IJSN.

INDICADOR: TAXA DE EXTREMA POBREZA (%)



Fonte: IBGE/IJSN.

No entanto, em 2024, o Espírito Santo reduziu o percentual, alcançando a taxa de 1,7% da população em extrema pobreza, posicionando-se com a oitava menor taxa no ranking nacional em comparação com os demais estados.

Esses indicadores apontam que, para manter uma trajetória de redução da pobreza no geral, são necessárias ações para a expansão de programas de assistência social e geração de emprego e renda, a fim de garantir a sustentabilidade das políticas sociais e o bem-estar da população.

Propulsores de progresso: energia, petróleo e gás

Ao longo das últimas duas décadas, o Espírito Santo vivenciou transformações expressivas em setores estratégicos como energia e indústria extrativa, refletindo os ciclos de expansão, retração e reorientação da sua economia.

Os resultados apontam para o atingimento pleno das metas estabelecidas para 2020, com destaque para a captação de recursos obrigatórios, que em 2018 já havia superado em 24,54% a meta prevista para 2020, alcançando R$ 373,62 milhões. No campo das energias renováveis, após um período de queda da participação desses insumos até 2017, observou-se uma reversão dessa tendência. Em 2021, o setor alcançou 11,1% de participação na matriz de produção de energia do Estado, superando a meta de 10%. Apesar do avanço, esse percentual ainda se mantém abaixo da média nacional, que é de 39,5%.

O início da década de 2010 foi marcado por grande otimismo quanto à consolidação do setor de petróleo e gás no Espírito Santo, impulsionado pela descoberta de novas reservas e pelas expectativas de aumento nos investimentos produtivos. Em 2014, o Estado chegou a ocupar a segunda posição entre os maiores



produtores do País, e a indústria extrativa representava 13,8% do Valor Adicionado Bruto (VAB) estadual naquele ano. Contudo, esse cenário foi alterado nos anos seguintes, com a redução da participação do setor até 2020. Essa queda é explicada por diversos fatores, como a maturação dos campos petrolíferos, os cortes nos investimentos da Petrobras a partir de 2015 e os impactos socioambientais decorrentes dos desastres de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), em Minas Gerais.

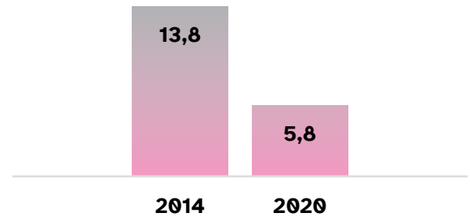
Em 2022, a participação da indústria extrativa no VAB estadual recuperou-se, atingindo 11,9%, segundo dados do IJSN/IBGE. Anteriormente, havia sido observada uma queda nessa participação.

Entre 2012 e 2018, a captação dos dispêndios obrigatórios em P&D cresceu de R$ 133,87 milhões (acumulados desde 2006) para R$ 373,62 milhões (acumulados desde 2006).

Entre 2008 e 2021, a participação de fontes renováveis na matriz energética do Estado variou de 16,21% para 11,1%, com mínima de 6,26% em 2017. Já em 2023, o índice subiu para 13,2%, mostrando uma recuperação.

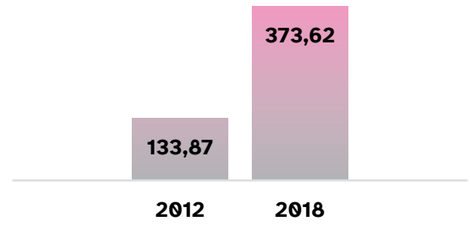
Esse cenário é reflexo da queda de 47% na produção de fontes não renováveis nos últimos anos, sem que houvesse um aumento proporcional na geração de energias limpas. Entre 2016 e 2021, a produção de energias não renováveis caiu de 24.268 mil tep (toneladas equivalentes de petróleo) para 12.862 mil tep, enquanto a produção de energias renováveis cresceu de 1.444 mil tep para 1.612 mil tep. Esses dados evidenciam o potencial de crescimento na geração de energia a partir de fontes renováveis no Estado.

INDICADOR: PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA EXTRATIVA NO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) DO ESTADO DO ESPÍRITO ESPÍRITO SANTO (%)



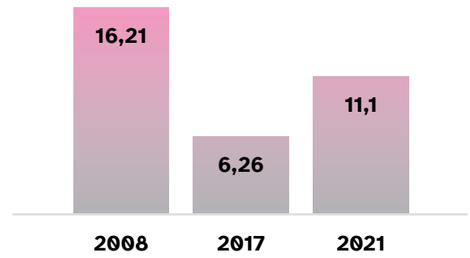
Fonte: IBGE/IJSN.

INDICADOR: CAPTAÇÃO DOS DISPÊNDIOS OBRIGATÓRIOS EM P&D, EM R$ MILHÕES (ACUMULADO DESDE 2006)



Fonte: MCTI.

INDICADOR: PARTICIPAÇÃO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NA MATRIZ DE PRODUÇÃO DE ENERGIA DO ES (%)

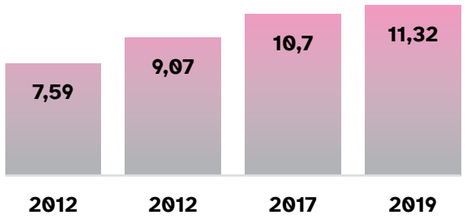


Fonte: ARSP.

Ciência, tecnologia e inovação

O Espírito Santo tem registrado progressos significativos na qualificação profissional, com programas como o Sistema UniversidadES e o Nossa Bolsa ampliando o acesso aos ensinos técnico e superior.

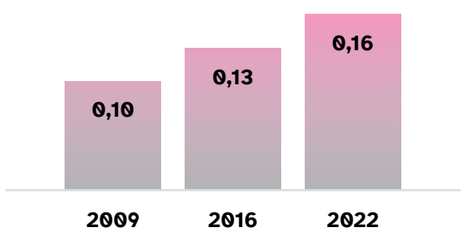
INDICADOR: POPULAÇÃO DO ESTADO COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO (%)



Fonte: PNADC/IBGE.

Contudo, esse crescimento na qualificação não foi acompanhado pelo necessário incremento nos investimentos em ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Em 2022, os recursos destinados à CT&I permaneceram em apenas 0,16% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual (MCTI/IJSN).

INDICADOR: INVESTIMENTOS EM CT&I RELATIVOS AO PIB DO ESPÍRITO SANTO (%)



Fonte: MCTI/IJSN.



Em 2023, a participação do investimento em CT&I aumentou para 0,19% relativo ao PIB do Estado, próximo à meta de 0,20% estabelecida para 2020.

Vale destacar que, ao longo da década de 2010, o Espírito Santo enfrentou um importante conjunto de adversidades em seu setor industrial, sobretudo nas atividades extrativas, fortemente impactadas por desastres como os rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho, além da desaceleração dos ciclos de *commodities*. Essas indústrias, que até então sustentavam a expectativa de instalação de centros de pesquisa e inovação no Estado, viram sua capacidade de indução tecnológica e de articulação com Agendas de CT&I severamente comprometida.

Diante desse cenário, impõe-se um novo desafio estratégico: reposicionar o Espírito Santo no mapa nacional da inovação, por meio da atração de empresas ligadas às tecnologias emergentes, da criação de mecanismos de fomento à instalação de *startups* e do fortalecimento de ecossistemas de empreendedorismo intensivo em conhecimento. Um reposicionamento que exige, ainda, políticas de formação técnica e científica capazes de alinhar potenciais locais às novas fronteiras da inovação global.

Nesse sentido, os esforços do governo capixaba convergem para a elaboração do primeiro Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTI-ES), coordenado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti). Construído de forma coletiva, esse plano busca, por meio de diretrizes estratégicas e articulação multissetorial, orientar investimentos públicos e privados em áreas de alto impacto, promovendo sinergias entre universidades, centros de pesquisa, setor produtivo e políticas públicas de inovação.



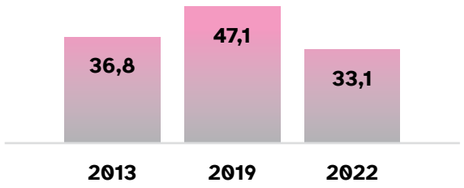
Foto: Fernando Madeira

Infraestrutura, logística e comunicação

A infraestrutura ainda apresenta gargalos para o desenvolvimento do Estado.

As obras previstas na BR-101 sofreram com atrasos desde a concessão em 2012. A BR-262 teve aprovado o projeto de duplicação de um trecho de 180 km, e a BR-259 tem um estudo para a duplicação em andamento.

INDICADOR: CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO GERAL (BOM OU ÓTIMO) DAS RODOVIAS CAPIXABAS (%)



Fonte: CNT.

A condição das rodovias do Espírito Santo apresentou uma melhora entre 2022 e 2024, revertendo a piora que estava sendo observada desde 2019. De acordo com a Pesquisa CNT de Rodovias, da Confederação Nacional do Transporte, a porcentagem de trechos classificados como bom ou ótimo aumentou de 33,10% em 2022 para 33,30% em 2023, atingindo 35,30% em 2024.

Essa trajetória pode ter relação com a redução dos investimentos em infraestrutura nos últimos anos até 2019. Entretanto, a partir daquele ano, o Espírito Santo passou a realizar investimentos públicos acima de R$ 1 bilhão, sendo que a maioria desses aportes são direcionados para infraestruturas. Segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), de 2019 a 2024 foram contabilizados mais de R$ 17 bilhões de investimentos públicos estaduais.

Em 2024, o Espírito Santo classificou-se em segundo lugar no pilar de infraestrutura no Ranking de Competitividade dos Estados do Centro de Liderança Pública (CLP). Esse pilar avalia fatores como acesso e qualidade de telecomunicações, acesso e custo de energia, qualidade do transporte, custo de saneamento e combustíveis, além da conectividade aérea direta e por fibra óptica.

Em relação aos demais modais, a obra do novo terminal de passageiros do aeroporto de Vitória foi entregue em 2018, o aeroporto de Linhares foi modernizado e reinaugurado em 2023, houve a privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), as obras do Porto da Imetame, em Aracruz, estão avançando, a licença de instalação do Porto Central, em Presidente Kennedy, foi assinada, e o cronograma para a construção do primeiro trecho da EF-118 foi anunciado pela Vale.

Houve avanços também na área de conectividade, com o acesso à internet em domicílios alcançando 82,34% em 2022 (IBGE/PNADC, 2022), superando as metas estabelecidas para 2020.

Olhando para o futuro, o Estado precisa consolidar o seu processo de transição energética, ao mesmo tempo em que fortalece suas capacidades tecnológicas e resolve gargalos históricos de infraestrutura.

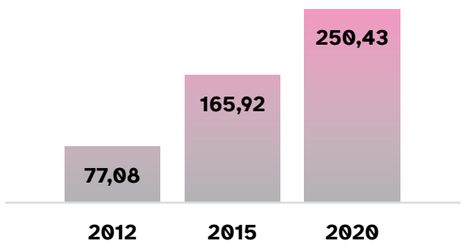


Oportunidades de negócios, trabalho e renda: integração

O comércio interestadual do Espírito Santo apresentou desempenho excepcional no período de 2010 a 2020, conforme dados da Balança Interestadual (Confaz/IJSN, 2020). Em 2020, atingiu a marca de 250,43% do PIB estadual, superando a meta de 135% estabelecida para 2030.

Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelas relações comerciais com os estados do Sudeste, que registraram desempenho de 130,75% acima da meta, e com os estados da região Nordeste, que alcançaram 53,20% de desempenho superior às expectativas.

INDICADOR: COMPRAS E VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS TOTAIS EM RELAÇÃO AO PIB ESTADUAL (%)



Fonte: CONFAZ/IJSN.

Economia verde

Os indicadores de saneamento básico, conforme dados do IBGE/PNADC (2022), revelam uma trajetória irregular no período recente.

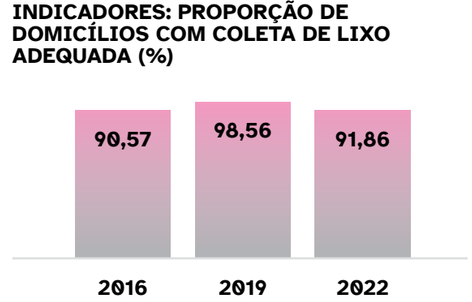
A coleta de lixo adequada superou a meta de 87,9% estabelecida para 2020.

Já o esgotamento sanitário, em 2022, ficou abaixo da meta de 90% prevista para 2020.

O desafio em relação ao saneamento é eliminar a desigualdade socioespacial e buscar a universalização. Há desafios também para a melhoria da governança e do aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de recursos hídricos integrada com o fortalecimento do sistema de proteção e defesa civil do Estado.

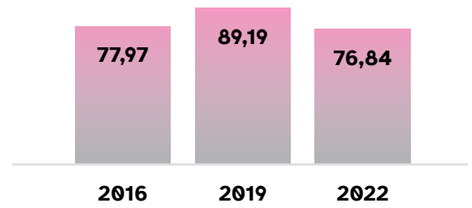
A Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh) finalizou em 2020 os planos de todas as bacias hidrográficas do Estado, cumprindo a meta estabelecida com dez anos de antecedência.

INDICADORES: PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO ADEQUADA (%)



Fonte: PNADC/IBGE.

INDICADOR: PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO (%)

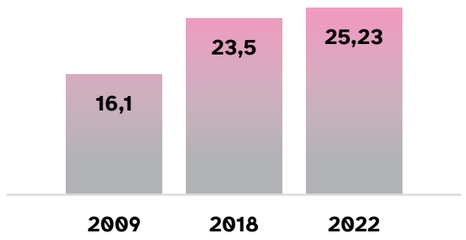


Fonte: PNADC/IBGE.

Inserção competitiva

O desempenho exportador do Espírito Santo apresentou avanços, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e IJSN. Em 2022, a representação dos produtos manufaturados superou a meta de 23,5% estabelecida para 2020.

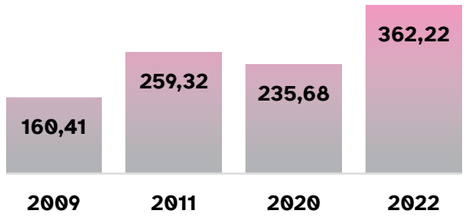
INDICADOR: PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS MANUFATURADOS NAS EXPORTAÇÕES CAPIXABAS (%)



Fonte: MDIC/IJSN.

Em 2022, o preço por tonelada das exportações capixabas alcançou US$ 362,22, superando a meta estabelecida para 2020. Contudo, informações de 2024 do MDIC indicam uma diminuição, com o valor da tonelada exportada situando-se em US$ 325,50.

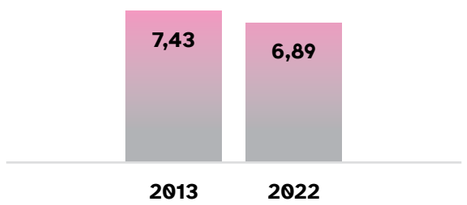
INDICADOR: VALOR POR TONELADA DAS EXPORTAÇÕES CAPIXABAS (US$ FOB A PREÇOS CORRENTES)



Fonte: MDIC/IJSN.

No que diz respeito à inserção em novos mercados, a participação das exportações capixabas destinadas ao continente africano — considerado um mercado estratégico em razão do seu crescimento populacional — apresentou queda entre 2013 e 2022, ficando abaixo da meta de 8% estabelecida para o ano de 2020.

INDICADOR: PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES PARA A ÁFRICA NAS EXPORTAÇÕES CAPIXABAS (%)



Fonte: MDIC/IJSN.

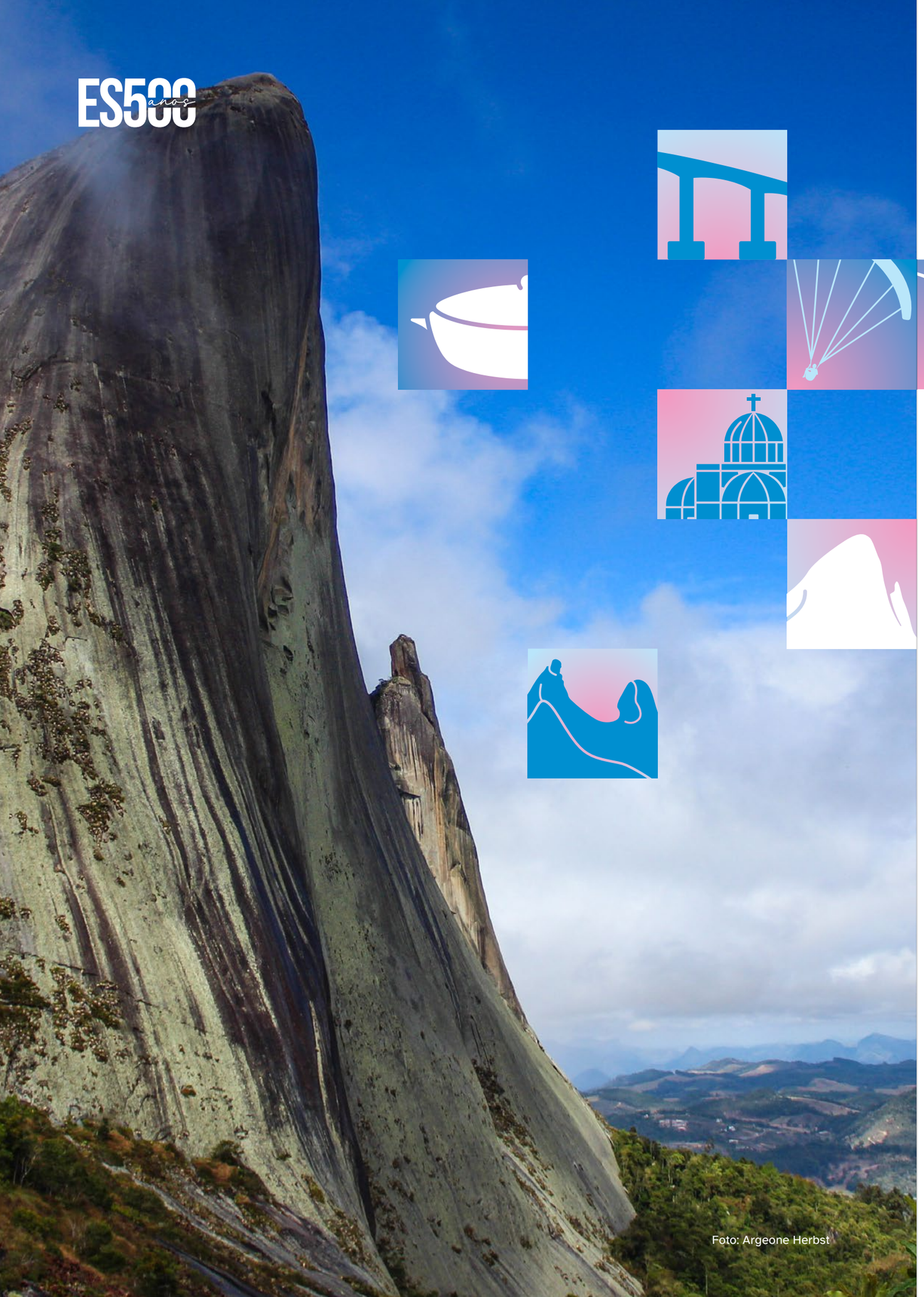
Em 2024, dados do MDIC apontam para uma inversão na tendência anterior, com as exportações do Espírito Santo para a África representando 10,9% do valor total exportado pelo Estado.

Rede de desenvolvimento regional

Superar desigualdades regionais segue como um objetivo fundamental para o desenvolvimento do Espírito Santo. Em 2020, o indicador que avalia o dinamismo econômico microrregional, medido pela participação do PIB da administração pública no PIB do setor de comércio e serviços, revelou que somente duas das dez microrregiões do Espírito Santo apresentaram uma participação inferior a 30%. Esse patamar sinaliza um maior protagonismo das atividades terciárias privadas.

Os indicadores de desenvolvimento regional foram particularmente afetados pelos desastres de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), em Minas Gerais, além dos impactos da pandemia da Covid-19.





A **“Análise Situacional dos Indicadores e Estratégias ES 2030”** ofereceu um ponto de partida consistente para compreender os avanços do Espírito Santo em áreas como transparência governamental, saúde, segurança cidadã e desenvolvimento econômico sustentável. A partir dela — e complementando com dados de outras fontes oficiais e setoriais — foi possível construir uma visão mais abrangente do cenário atual, identificando não apenas conquistas, mas também lacunas e temas emergentes que exigem atenção renovada no horizonte do ES 500 Anos.

Entretanto, a análise reconhece a necessidade de aprimoramentos contínuos para superar desafios estratégicos em setores como educação de qualidade, infraestrutura moderna e eficiente, equidade regional e desenvolvimento sustentável. Para tanto, serão necessárias ações estratégicas integradas que visem não apenas à manutenção dos avanços já conquistados, mas também à promoção de um crescimento socioeconômico equilibrado e inclusivo em todo o território capixaba.

O conteúdo detalhado da **Análise Situacional dos Indicadores e Estratégias ES 2030** está disponível por meio deste **código QR** ou do **link abaixo**.

https://ijsn.es.gov.br/relatorio-analise-situacional-dos-indicadores-e-estrategias-do-es2030





2.1.2.
Oficinas Regionais

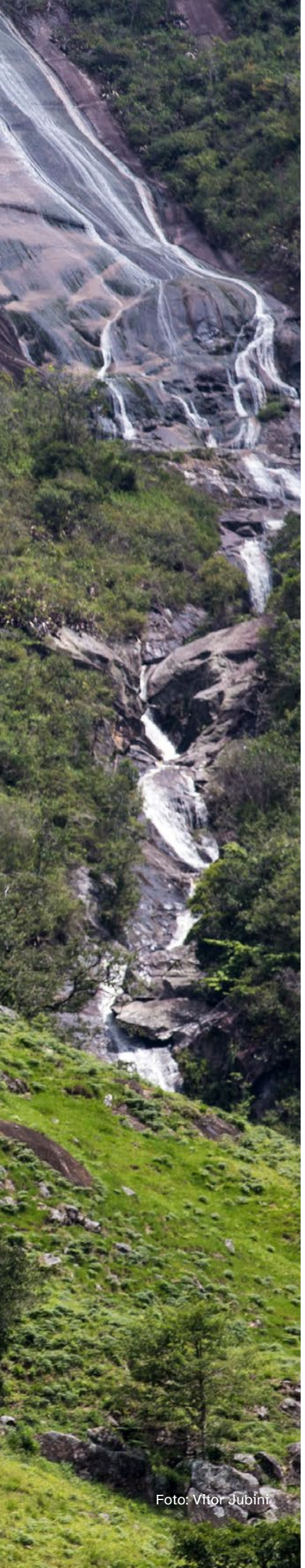
As Oficinas Regionais, realizadas nas dez microrregiões do Espírito Santo entre março e abril de 2024, foram uma outra fonte de informação fundamental para a construção participativa do ES 500 Anos. Os encontros reuniram representantes do Governo do Estado, das prefeituras, da Assembleia Legislativa, do Judiciário e dos demais poderes constituídos, além de sindicatos, federações e outras instituições do setor produtivo, da academia, do terceiro setor, da sociedade civil e de suas organizações representativas. Assim, replicando a metodologia de caravana do ES 2030, as oficinas promoveram mobilização e escuta ativa com a participação da população.

O objetivo principal desses canais foi fomentar a colaboração e o diálogo para captar os desejos e as expectativas da sociedade e, assim, revisar e alinhar as estratégias do ES 2030, bem como mapear as potencialidades e os desafios para a construção do caminho necessário ao desenvolvimento regional almejado.

Durante as Oficinas Regionais, foram apresentadas Análises Situacionais por microrregião, fundamentadas em indicadores socioeconômicos, com destaque para o Índice de Desenvolvimento Regional Sustentável (IDRS). Esse indicador multidimensional, desenvolvido pelo IJSN, avalia cinco pilares: desenvolvimento econômico, progresso social, preservação ambiental, ordenamento territorial e eficiência na gestão pública. O IDRS forneceu uma visão abrangente que permitiu identificar desigualdades territoriais e orientar a definição de estratégias de desenvolvimento mais adequadas a cada microrregião.

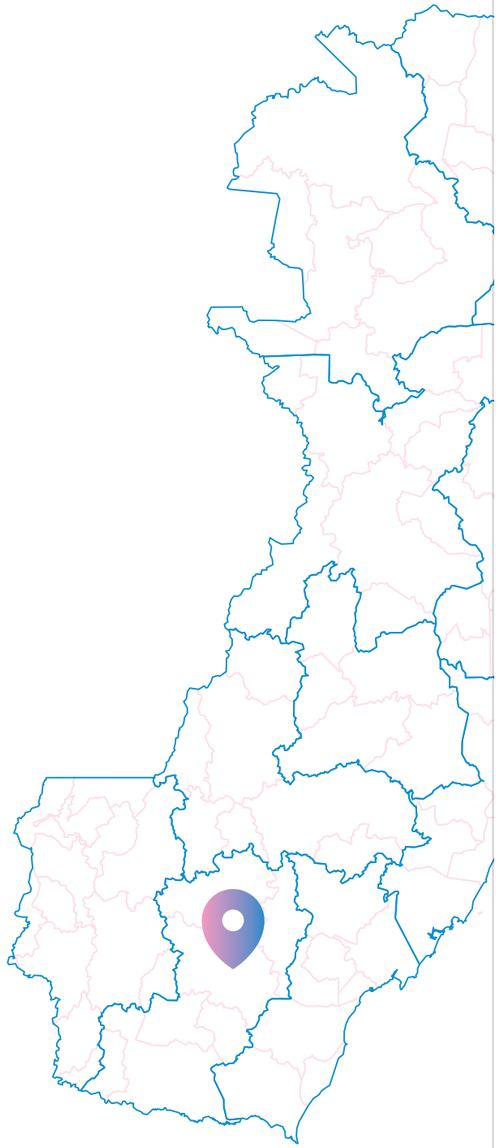
Com base nas análises realizadas, os participantes revisitaram os desejos e as potencialidades do ES 2030, adaptaram e modernizaram a visão de futuro da microrregião e, ao final, definiram os principais desafios temáticos nos eixos econômico, social e ambiental/territorial.

As Oficinas Regionais desempenharam um papel fundamental na revisão e no alinhamento das estratégias do ES 2030 com as particularidades locais de cada microrregião. Ao promoverem uma visão de futuro compartilhada e colaborativa, em consonância com os princípios do plano, as oficinas expressaram desejos e expectativas da sociedade para o futuro da microrregião, que devem convergir com os objetivos e metas do ES 500 Anos.


Foto: Vitor Jubini

Central Sul

Desafios identificados por eixo temático e visão de futuro 2035.



EIXO ECONÔMICO

- Valorização dos equipamentos culturais locais.
- Investimentos em serviços e infraestrutura turística.
- Fomento a um ambiente de qualificação, inovação e empreendedorismo.
- Dinamização e integração da infraestrutura econômica.

EIXO SOCIAL

- Universalização da educação básica.
- Garantia de segurança e direitos humanos.
- Redução da desigualdade e erradicação da pobreza extrema.
- Ampliação de ações sociais redutoras de violência.

EIXO AMBIENTAL/ TERRITÓRIO

- Gestão equitativa dos recursos hídricos.
- Restauração e preservação da cobertura vegetal nativa.
- Ampliação e proteção de áreas de preservação.
- Aperfeiçoamento do licenciamento ambiental.

VISÃO DE FUTURO

- Ideal para se viver, com qualidade de vida e desenvolvimento inovador e sustentável.

Fonte: Notas Técnicas das Oficinas Regionais, 2024

Central Serrana

Desafios identificados por eixo temático e visão de futuro 2035.

EIXO ECONÔMICO

- Atração, qualificação e retenção de mão de obra.
- Desenvolvimento da economia verde, do associativismo e do cooperativismo.
- Ampliação da infraestrutura logística para escoamento de produção e turismo.
- Fortalecimento do turismo regional, em especial o turismo rural e o ecoturismo.

EIXO SOCIAL

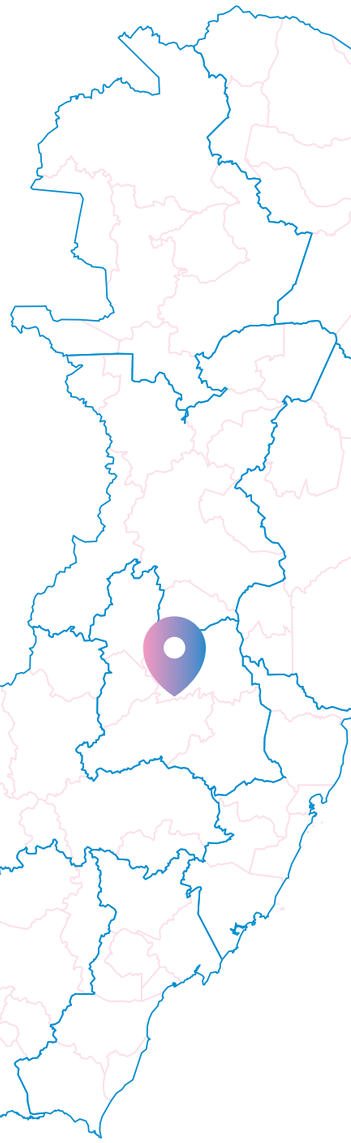
- Fortalecimento da educação básica.
- Fortalecimento dos recursos humanos e da infraestrutura de segurança pública e da defesa civil.
- Consolidação da rede de atenção e vigilância em saúde.
- Comunidades tradicionais integradas produtivas, cultural e socialmente.

EIXO AMBIENTAL/ TERRITÓRIO

- Melhoria da infraestrutura de transporte, mobilidade e saneamento básico.
- Restauração e preservação da cobertura vegetal nativa.
- População com acesso à terra e à habitação digna.
- Recuperação e ampliação das áreas naturais protegidas, com gestão e uso eficiente dos recursos hídricos.

VISÃO DE FUTURO

- Sustentável, com desenvolvimento econômico, turístico, social e educacional.





Centro-Oeste

Desafios identificados por eixo temático e visão de futuro 2035.

EIXO ECONÔMICO

- Capacitação, qualificação e engajamento da mão de obra.
- Fomento à ciência, tecnologia e inovação.
- Fortalecimento do turismo regional.
- Aumento da produtividade e competitividade.

EIXO AMBIENTAL/ TERRITÓRIO

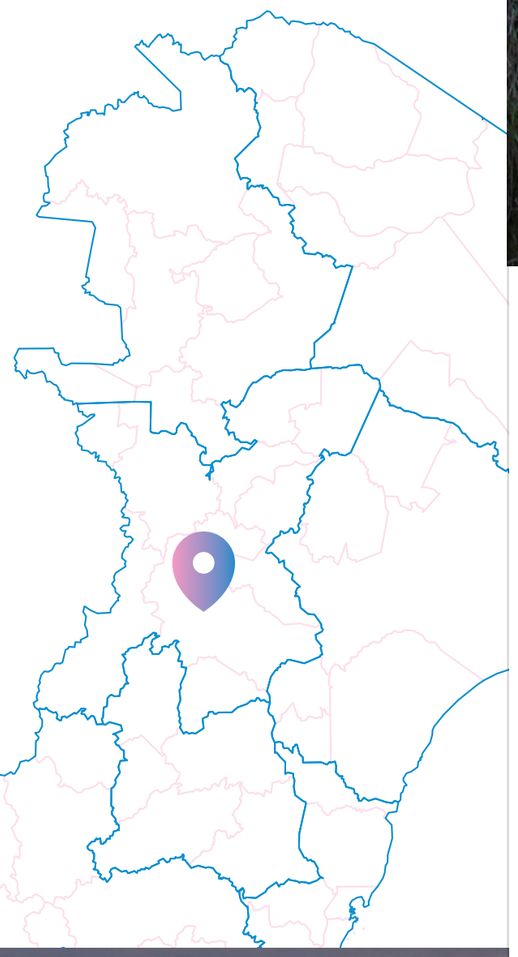
- Gestão sustentável dos recursos hídricos.
- Ampliação e integração do sistema de transportes.
- Expansão da cobertura de telefonia e internet.
- Garantia de acesso à habitação digna.

EIXO SOCIAL

- Fortalecimento da educação de maneira integrada com os setores produtivos.
- Inclusão tecnológica na educação.
- Redução da desigualdade e erradicação da pobreza.
- Acesso ao sistema de saúde facilitado a todos.

VISÃO DE FUTURO

- Forte, integrada, inovadora, economicamente diversificada e com equilíbrio socioambiental.



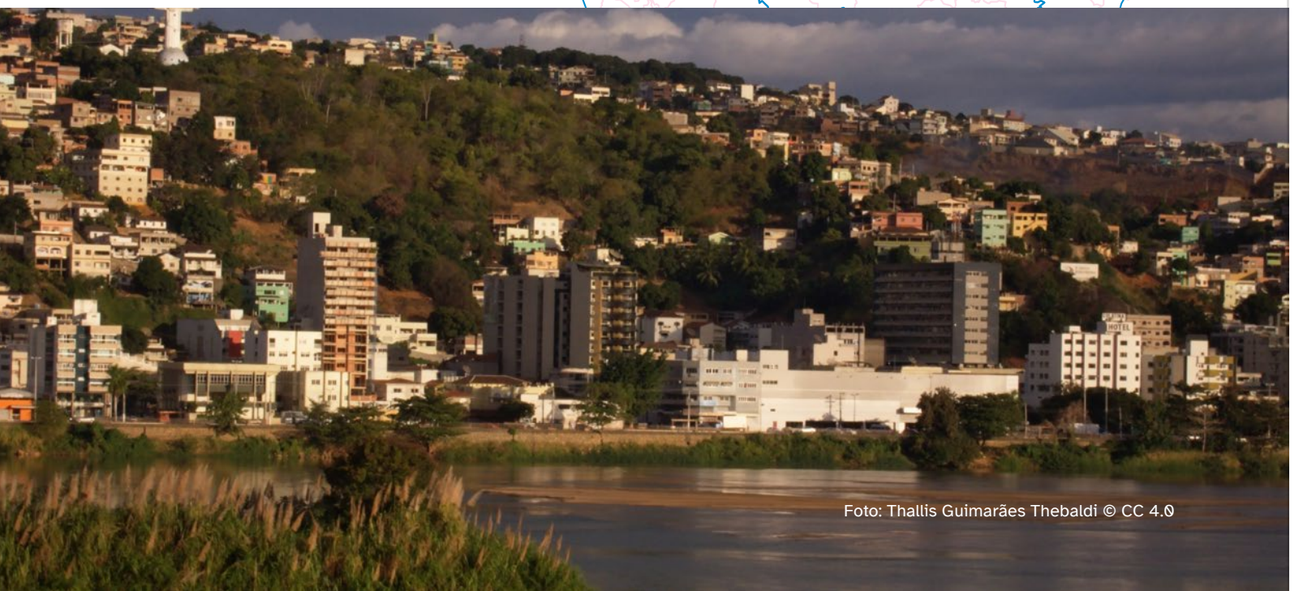


Foto: Thallis Guimarães Thebaldi © CC 4.0



Foto: Eltuir Umbelina © CC 4.0

Caparaó

Desafios identificados por eixo temático e visão de futuro 2035.

EIXO ECONÔMICO

- Desenvolvimento do agroturismo, turismo rural, ecoturismo e agricultura.
- Capacitação de empreendedores e ampliação do acesso ao crédito.
- Geração de tecnologias sociais e inovações.
- Fomento à economia verde a cafés especiais.

EIXO AMBIENTAL/ TERRITÓRIO

- Implementação de educação ambiental, fiscalização eficiente e políticas públicas de habitação de interesse social.
- Restauração e preservação da cobertura vegetal nativa.
- Universalização do saneamento básico.
- Gestão eficiente dos recursos hídricos.

EIXO SOCIAL

- Potencialização da educação básica.
- Combate à criminalidade, aos crimes de proximidade e à violência doméstica.
- Acesso ao sistema de saúde e de assistência social facilitado a todos.
- Redução da desigualdade e erradicação da pobreza.

VISÃO DE FUTURO

- Empreendedora, inovadora e turisticamente atraente, modelo de qualidade de vida e de sustentabilidade.

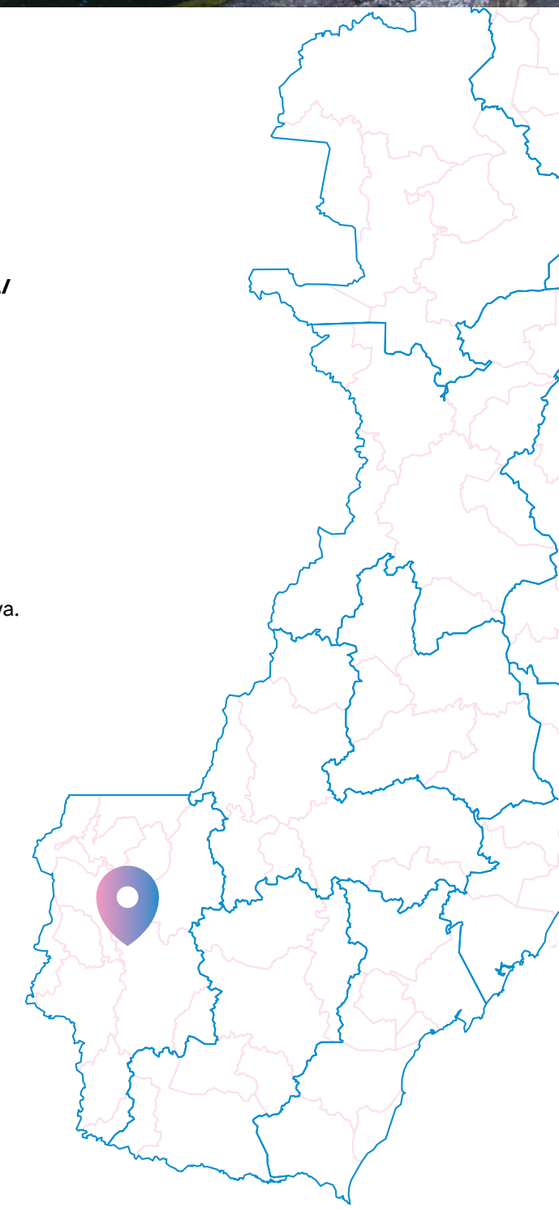
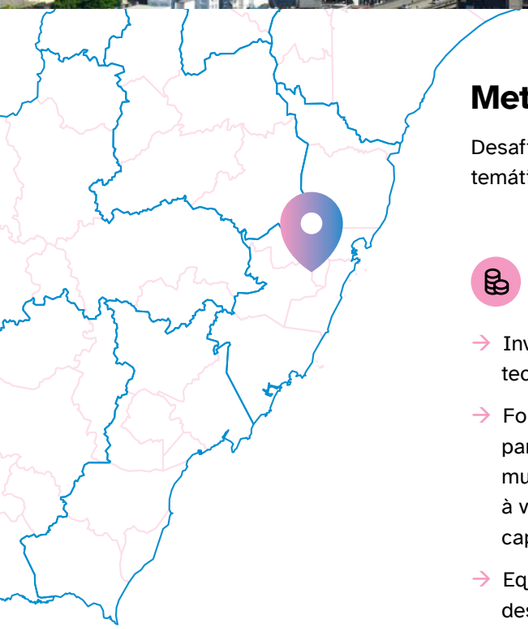



Foto: Vitor Jubini



Metropolitana

Desafios identificados por eixo temático e visão de futuro 2035.

EIXO ECONÔMICO

- Investimentos em ciência, tecnologia e inovação.
- Formação de cidadãos para a nova economia mundial e estímulo à valorização do capital humano.
- Equilíbrio do desenvolvimento entre municípios.
- Incentivo ao desenvolvimento da economia em pequena escala, em especial, nas regiões mais vulneráveis do ponto de vista social e ambiental.

EIXO AMBIENTAL/ TERRITÓRIO

- Provisão de habitação de interesse social.
- Integração das políticas de mobilidade urbana de pessoas e de mercadorias ao ordenamento territorial.
- Prevenção e mitigação de desastres naturais.
- Gestão integrada de resíduos sólidos.

VISÃO DE FUTURO

- Elo de liderança econômica e social, inovadora, inclusiva e sustentável.

EIXO SOCIAL

- Proteção e promoção da diversidade e da acessibilidade.
- Ampliação do acesso à saúde e à assistência social.
- Garantia de segurança e direitos humanos.
- Erradicação do analfabetismo e universalização da educação básica.

Fonte: Notas Técnicas das Oficinas Regionais, 2024

Nordeste

Desafios identificados por eixo temático e visão de futuro 2035.

EIXO ECONÔMICO

- Redução da carga tributária, desburocratização e atração de investimentos.
- Adensamento produtivo e competitividade regional.
- Fortalecimento da governança corporativa e robustez institucional.
- Valorização da economia criativa, solidária e dos movimentos coletivos locais.

EIXO SOCIAL

- Fortalecimento da segurança pública.
- Universalização da educação básica.
- Erradicação da pobreza extrema e redução das desigualdades sociais.
- Ampliação das ações de promoção e proteção social.

EIXO AMBIENTAL/ TERRITÓRIO

- Ordenamento do uso do solo e saneamento básico.
- Integração do sistema multimodal de transportes.
- Proteção de ecossistemas marinhos e costeiros.
- Garantia da oferta hídrica em quantidade e qualidade.

VISÃO DE FUTURO

- Atrativa e sustentável, tendo as bases sociais, econômicas, culturais e ambientais propulsoras de qualidade de vida.

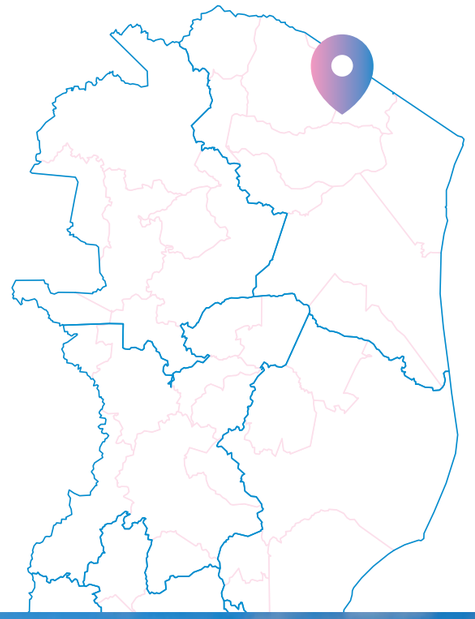



Foto: Vitor Jubini



Foto: Rômulo Gama Ferreira © CC 2.0

Noroeste

Desafios identificados por eixo temático e visão de futuro 2035.

EIXO ECONÔMICO

- Desenvolvimento da agropecuária sustentável e da agricultura familiar.
- Fortalecimento da governança participativa e da robustez institucional.
- Aumento da competitividade regional.
- Gestão planejada dos recursos hídricos.

EIXO SOCIAL

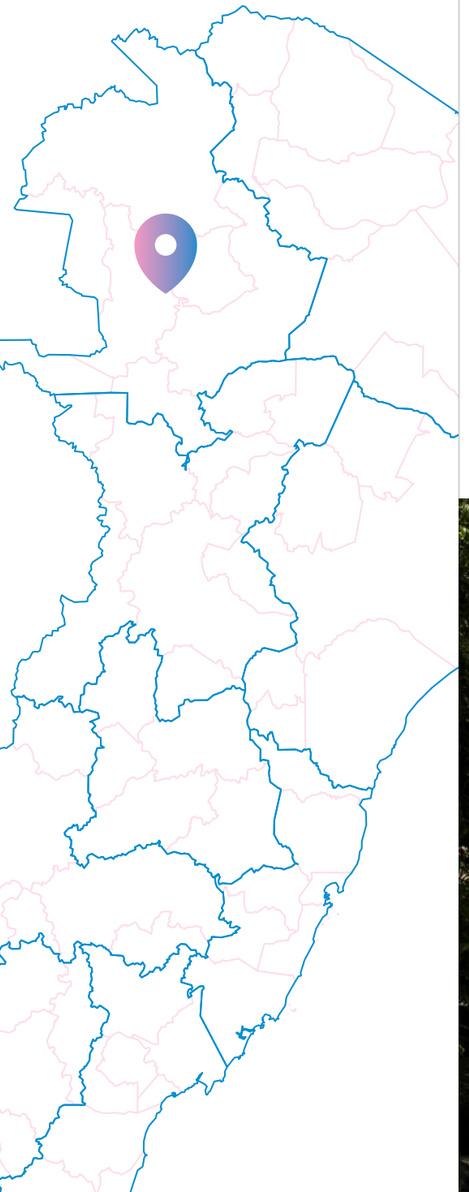
- Garantia e fortalecimento da educação básica e em tempo integral, do ensino técnico e do ensino superior.
- Ampliação do acesso integral ao sistema único de saúde.
- Erradicação da pobreza extrema e redução das desigualdades sociais.
- Garantia de segurança e direitos humanos.

EIXO AMBIENTAL/ TERRITÓRIO

- Gestão eficiente dos recursos hídricos.
- Modernização e expansão da malha rodoviária e implementação de um sistema multimodal de transportes e logística.
- Universalização do acesso aos serviços públicos de comunicação, com qualidade.
- Garantia de saneamento básico.

VISÃO DE FUTURO

- Desenvolvida e sustentável, com equilíbrio cultural, social e econômico.



Fonte: Notas Técnicas das Oficinas Regionais, 2024

Rio Doce

Desafios identificados por eixo temático e visão de futuro 2035.

EIXO ECONÔMICO

- Aprimoramento da infraestrutura logística.
- Fomento a um ambiente favorável à formação, à qualificação profissional e à retenção de mão de obra.
- Aumento da produtividade e competitividade.
- Fortalecimento da gestão pública democrática.

EIXO SOCIAL

- Garantia de acessibilidade ampliada.
- Garantia de segurança e direitos humanos com ações específicas nas áreas de maior vulnerabilidade social.
- Universalização da educação básica.
- Fortalecimento da rede de atenção primária e dos serviços de saúde.

EIXO AMBIENTAL/ TERRITÓRIO

- Fortalecimento da gestão e conservação dos recursos hídricos.
- Garantia de acesso à habitação digna.
- Ampliação e recuperação de áreas naturais protegidas.
- Ampliação da infraestrutura logística.

VISÃO DE FUTURO

- Sustentável, forte e integrada, com qualidade de vida para todos e com recursos naturais recuperados e preservados.

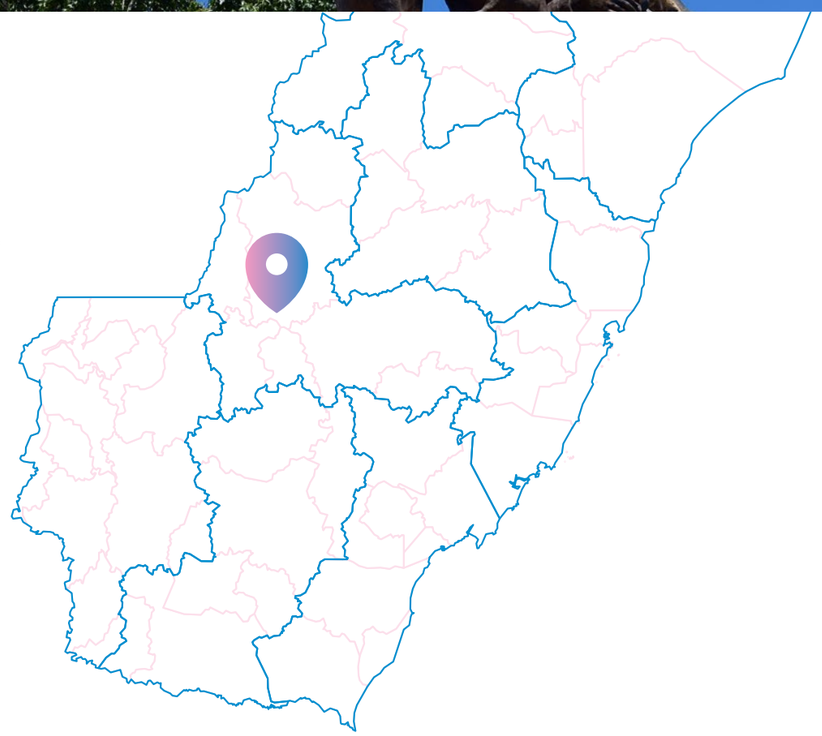


Foto: Gustavo Louzada



Sudoeste Serrana

Desafios identificados por eixo temático e visão de futuro 2035.



EIXO ECONÔMICO

- Melhoria e ampliação da malha viária.
- Atração, qualificação e retenção de mão de obra.
- Valorização da agricultura familiar.
- Fortalecimento da identidade turística e de polo gastronômico.

EIXO SOCIAL

- Fortalecimento dos recursos humanos e da infraestrutura da segurança pública e da defesa civil.
- Ampliação da infraestrutura de saúde.
- Integração da proteção social básica e da assistência social.
- Universalização da educação básica

EIXO AMBIENTAL/ TERRITÓRIO

- Gestão eficiente dos recursos hídricos.
- Melhoria da infraestrutura de transporte e mobilidade.
- Universalização do saneamento básico.
- Restauração e preservação da cobertura vegetal nativa.

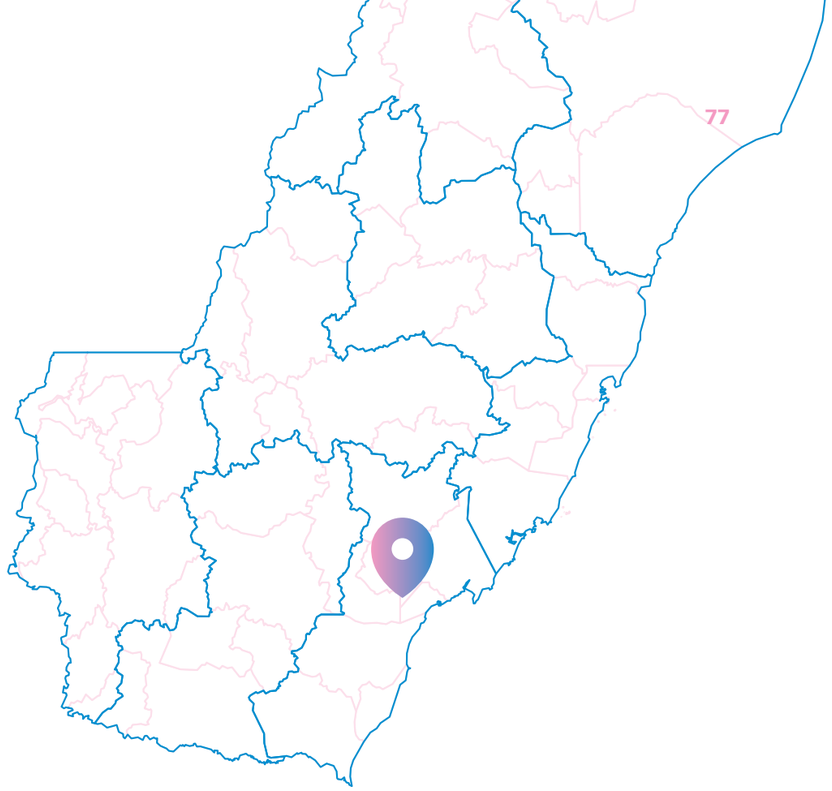
VISÃO DE FUTURO

- Inovadora, diversificada economicamente, integrada e sustentável, referência em educação e saúde e reconhecida por belezas paisagísticas e culturais.

Fonte: Notas Técnicas das Oficinas Regionais, 2024

Litoral Sul

Desafios identificados por eixo temático e visão de futuro 2035.



EIXO ECONÔMICO

- Integração econômica com mercado nacional e mercados externos.
- Qualificação profissional e primeiro emprego.
- Desenvolvimento baseado em ciência, tecnologia e inovação.
- Aproveitamento e diversificação do potencial turístico.

EIXO SOCIAL

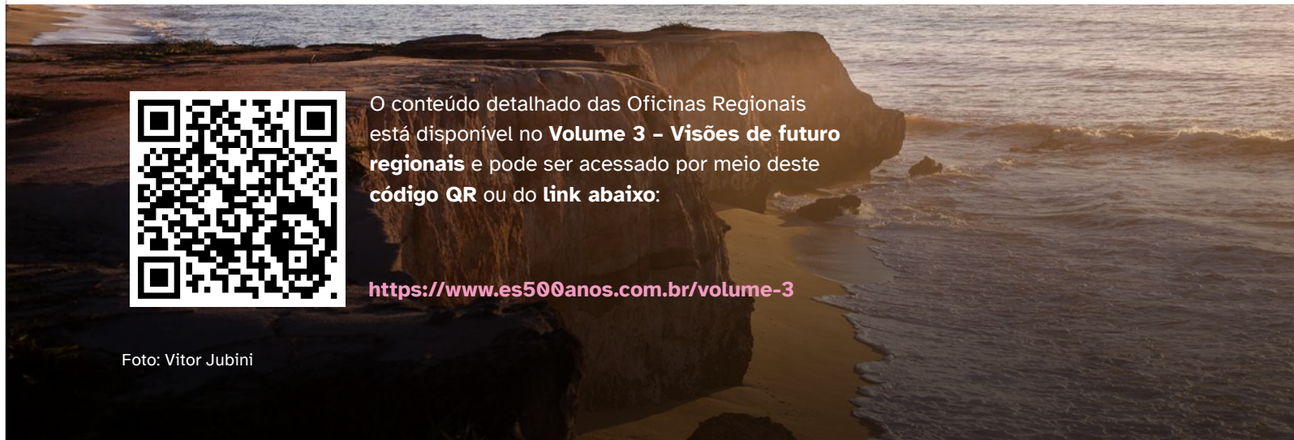
- Garantia de educação de qualidade e universalização do tempo integral no ensino fundamental.
- Promoção da saúde física e mental e acesso ao sistema de saúde facilitado a todos.
- Erradicação da pobreza extrema e redução das desigualdades sociais.
- Garantia de segurança e direitos humanos.

EIXO AMBIENTAL/ TERRITÓRIO

- Integração da infraestrutura logística.
- Universalização do saneamento básico.
- Preservação da cobertura vegetal nativa.
- Ampliação das áreas de preservação e unidades de conservação.

VISÃO DE FUTURO

- Economicamente atrativa e sustentável, com governança colaborativa e justiça social.



O conteúdo detalhado das Oficinas Regionais está disponível no **Volume 3 – Visões de futuro regionais** e pode ser acessado por meio deste **código QR** ou do **link abaixo**:

https://www.es500anos.com.br/volume-3

Foto: Vitor Jubini



2.1.3.

Temas iniciais relevantes

Planejar o futuro é conectar sinais, vozes e dados para alcançar caminhos desejáveis. Foi este o propósito que guiou a definição dos temas estratégicos do ES 500 Anos: transformar conhecimento acumulado e escuta qualificada em direcionamento para o desenvolvimento.

Esse esforço começou com uma leitura ampla e profunda do Espírito Santo contemporâneo, articulando diferentes camadas de informação, experiências e visões de mundo. O ponto de partida foi a Análise Situacional desenvolvida pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) para o ES 2030, que forneceu as bases por meio do diagnóstico detalhado, apresentado de forma resumida neste volume. Esse diagnóstico foi ampliado e enriquecido pelas Oficinas Regionais realizadas nas dez microrregiões do Estado, que mobilizaram representantes da sociedade civil, poderes instituídos e lideranças locais, revelando vocações, desafios e aspirações próprias de cada território — sempre a partir de um olhar plural, diverso e enraizado nas realidades regionais.

Além disso, foi feito um levantamento minucioso de marcos legais, diretrizes e instrumentos de planejamento já existentes em âmbito estadual e federal (as figuras 7 e 8 ilustram a lista completa desse mapeamento). Esse conjunto de informações serviu como base para a construção de um conhecimento regionalizado, atual e alinhado às transformações estruturais em curso no Brasil e no mundo.

É justamente nessa convergência entre dados, escuta ativa e inteligência coletiva que se ancora o ES 500 Anos. Um plano de longo prazo que parte da realidade presente com ambição e ousadia, comprometido com uma nova etapa de desenvolvimento para o Espírito Santo — mais inclusiva, sustentável, equilibrada e preparada para enfrentar as complexidades do futuro.

Acima de tudo, é um plano que reafirma a convicção de que o desenvolvimento exige não só visão estratégica, mas também diálogo permanente, continuidade institucional e compromisso compartilhado.

LEVANTAMENTO DOS DOCUMENTOS ESTADUAIS

2004	✣	PPA 2004-2007
2006	🏛	Plano ES 2025
2008	✣	PPA 2008-2011
2009	🗍	Peletes (Plano de Logística e Transporte - BID)
2012	✣	PPA 2012-2015
2013	🏛	Plano ES 2030
2015	🏛	Plano Estadual de Educação
2016	✣	PPA 2016-2019
2018	🏛	Plano Urbano Integrado Vitória (Comdevit)
2018	🏛	Plano Estadual de Recursos Hídricos
2018	🗍	9 Diretrizes Regionais (IJSN)
2019	⤭	Rotas Estratégicas (Agroalimentar, Biotecnologia)
2019	🏛	Planejamento Estratégico Governo Estadual 2019-2022
2020	✣	PPA 2020-2023
2020	⤭	Rotas Estratégicas (Confecção, Têxtil e Calçado, Petróleo e Gás)
2021	🏛	PDI Ufes 2021-2030
2021	⤭	Rotas Estratégicas (Construção)
2022	🗍	Agendas Propositivas Findes (1 Regional Cariacica e Viana)
2022	🏛	Plano Descarbonização (Seama)
2022	🏛	Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo (DRS-ES)
2022	⤭	Rotas Estratégicas (Energia)
2023	🗍	ES+Competitivo
2023	🗍	Pedeag 4
2023	⤭	Rotas Estratégicas (Economia Criativa, Turismo)
2023	🗍	Planejamento Estratégico IJSN 2023-2026
2023	🗍	Planejamento Estratégico Governo Estadual 2023-2026
2023	🗍	Agendas Propositivas Findes (dez outros Regionais)
2023	🩺	Análise Situacional ES 2030 IJSN
2023	🏛	Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2023-2035
2024	✣	PPA 2024-2027
2024	🏛	Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo 2025
2024	🏛	Plano Estadual de Saúde 2024-27
2024	🩺	Notas Técnicas SEP (dez Oficinas nas microrregiões)
2024	🗍	Editais MCI 2024 (Secti)
2024	🏛	Planejamento Estratégico 2024-2027 (Sejus)

Figura 7: Documentos com Agendas Estratégicas do Espírito Santo mapeadas no ES 500 Anos.

LEVANTAMENTO DOS DOCUMENTOS FEDERAIS

2014	🌐	Plano Nacional de Educação (PNE)
2018	🌐	Agendas Setoriais BNDES — Visão 2035 (BNDES)
2021	🌐	Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030
2023	🌐	Novo PAC (Casa Civil)
2023	🌐	Nova Indústria Brasil
2023	🌐	Estratégia Gov. Digital (MGI)
2023	⚖	Decreto nº 11.715 (Estratégia Nacional — Saúde Industrial)
2023	⚖	Decreto nº 11.556 (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada)
2023	🌐	Plano de Transformação Ecológica
2023	🗍	Marco Conceitual de Cuidados (MDS)
2023	🌐	Diretrizes do BNDES para Mudança Climática
2024	⚖	Decreto nº 11.914 (Rotas Negras)
2024	⚖	Decreto nº 11.994 (Elas Empreendem)
2024	⚖	Portaria MMA 1.250/2024 (Reciclagem)
2024	🗍	Pé-de-Meia (MEC)
2024	🗍	Programa Jovem Cientista (MPA)
2024	🌐	Plano Senac 2024-2027
2024	🌐	Agenda Institucional (Sistema Comércio)

Figura 8: Documentos com Agendas Estratégicas nacionais mapeadas no ES 500 Anos.

⚖ Leis/Decretos
🌐 Planos Federais
🏛 Planos Estaduais
🗍 Agendas/Programas
✣ PPA (Plano Plurianual)
⤭ Rotas Estratégicas
🩺 Análises ou Notas Técnicas



Foto: Fernando Madeira

A partir do processo que combinou **escuta social**, **análise de dados**, **revisão de Agendas Estratégicas** e **leitura das transformações** em curso no Estado e no mundo, foram identificados **nove temas iniciais considerados centrais** para orientar a **construção das estratégias de longo prazo** do **ES 500 Anos**. Esses temas refletem não apenas o **progresso já alcançado**, mas também os **desafios persistentes** e as **novas possibilidades** que se abrem para o **Espírito Santo** na próxima década. São eles:

- **Educação**
- **Desenvolvimento regional sustentável**
- **Diversificação econômica**
- **Infraestrutura, logística e mobilidade**
- **Transição energética**
- **Meio ambiente**
- **Coesão e inclusão social**
- **Segurança cidadã**
- **Saúde**

A seguir, para cada tema, são apresentadas uma **breve descrição**, as **principais Agendas Estratégicas mapeadas** e as **evidências** que justificam sua importância. Estas últimas visam a **sintetizar o entendimento atual** sobre cada temática.



Educação

A capacidade de um Estado se desenvolver de forma sustentável está diretamente ligada à qualidade da formação de seus cidadãos. No Espírito Santo, o tema **Educação foi identificado como eixo estruturante do planejamento de longo prazo**, por reunir prioridades estratégicas capazes de impulsionar o crescimento da **inclusão**, **inovação** e **produtividade**.

As diretrizes associadas a esse tema envolvem a modernização das práticas pedagógicas para responder às novas exigências do mundo do trabalho e da vida em sociedade; o **fortalecimento da qualidade do ensino em todos os níveis**; a ampliação da oferta de educação em tempo integral; o incentivo à inovação nos cursos de aprendizagem e capacitação técnica; além da **qualificação e requalificação contínua da força de trabalho capixaba** diante das transformações tecnológicas e econômicas.

Principais Agendas mapeadas

- Alfabetização na idade certa.
- Modernização das práticas de ensino para desenvolver habilidades para as novas demandas dos setores produtivos.
- Melhoria da qualidade dos serviços educacionais.
- Expansão da educação em tempo integral que proporcione a formação integral dos estudantes, considerando as dimensões social, emocional, física, cultural e cognitiva.
- Inovação e expansão dos cursos de aprendizagem e educação continuada, com foco na educação profissional e tecnológica e no uso de novas tecnologias.
- Fortalecimento da qualificação e profissionalização dos trabalhadores para atender às demandas do mercado de trabalho.

Evidências relevantes

- **Alfabetização no 2º ano do Ensino Fundamental:** 68% das crianças alfabetizadas — 3ª posição nacional, atrás do Ceará (85%) e do Paraná (72%) (fonte: Inep, 2023).
- **Qualidade da educação básica – Ideb:**
  - Anos iniciais do Ensino Fundamental: 6,3 pontos — 5º colocado.
  - Anos finais do Ensino Fundamental: 5,3 pontos — 3º colocado.
- **Ensino Médio:** 4,8 pontos — 2º colocado (fonte: Inep, 2023).
- **Tempo integral nas escolas da rede pública:** 22,02% das escolas com 25% ou mais de alunos em tempo integral (fonte: Sedu/Inep, 2023).
- **Educação Profissional e Tecnológica:** 8,93% da força de trabalho com formação técnica (fonte: IBGE, 2023).
- **Escolaridade média:** 10,1 anos entre pessoas com 15 anos ou mais — 9ª posição no Brasil (fonte: IBGE, 2023).
- **Ensino superior completo:** 19,9% da população com 25 anos ou mais (PNAD Contínua Anual — Suplemento Educação, 2023).
- **Jovens nem-nem:** 17,9% dos jovens de 15 a 29 anos sem estudo e sem trabalho (fonte: IBGE, 2023).
- **Informalidade no trabalho:** 38,3% da população ocupada com 14 anos ou mais (fonte: PNADC, 4º trimestre 2024).
- **Taxa de abandono escolar (rede pública e privada):**
  - Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 0,1%.
  - Anos Finais do Ensino Fundamental: 0,4%.
  - Ensino Médio: 1,6% (fonte: Inep, 2023).
- **Educação Infantil:** 35,55% das crianças capixabas de 0 a 3 anos frequentam a creche (fonte: PNAD Contínua Anual — Suplemento Educação, 2023).



Desenvolvimento regional sustentável



Desenvolvimento equilibrado é o que alcança a todos. Em um Estado marcado por diversidades geográficas, econômicas e culturais, reduzir desigualdades regionais e garantir oportunidades em todo o território capixaba é um desafio central para o futuro.

Esse tema parte do entendimento de que o crescimento só é sustentável quando promove inclusão produtiva, valoriza identidades locais e assegura acesso justo a recursos e serviços públicos essenciais. Entre as diretrizes estratégicas estão a ampliação da infraestrutura básica — como estradas, saneamento, energia e conectividade — com especial atenção às áreas rurais e periféricas que, de algum modo, têm demandas mais latentes de desenvolvimento; o fortalecimento de cadeias econômicas locais como o turismo sustentável, a agricultura familiar e a economia criativa; e a atração de investimentos que gerem emprego e renda com responsabilidade ambiental.

Construir um Espírito Santo mais integrado e coeso exige também articulação entre diferentes esferas: setor público, iniciativa privada e sociedade civil. A convergência entre políticas territoriais, ambientais e sociais é o caminho para um modelo de desenvolvimento que distribua seus frutos de forma justa, assegurando qualidade de vida e superando disparidades históricas.

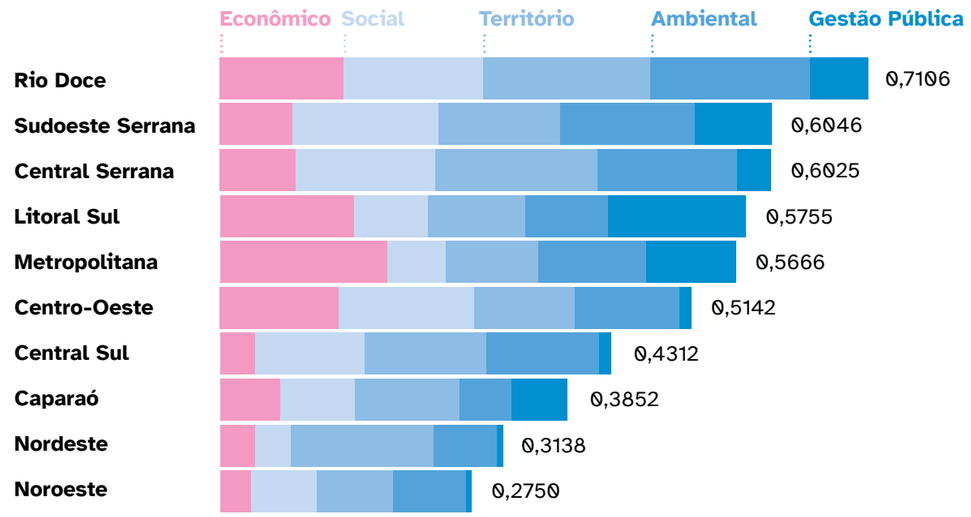
Principais Agendas mapeadas

- Fortalecimento da identidade capixaba e imagem do Estado com foco em turismo, agricultura e economia criativa.
- Atração de novas empresas para reduzir desigualdades regionais e promover inclusão produtiva.
- Fomento da inclusão produtiva em pequena escala em regiões vulneráveis.
- Reduzir disparidades de déficit habitacional entre as regiões.
- Ampliação do acesso à infraestrutura em áreas rurais, possibilitando o fortalecimento, por exemplo, do turismo e da agricultura.
- Promoção do desenvolvimento urbano e econômico integrado por meio da colaboração entre setores e regiões.
- Investimento em Pesquisa e Inovação (P&D) para implementação e monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento regional, focado em suas vocações e com redução das desigualdades econômicas e sociais.

Evidências relevantes

- **Índice de Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo — IDRS/ES:** média estadual em 0,5348, que mostra avanço em relação a 2020, cuja média foi 0,5253 (fonte: IJSN, 2021).
- **O Índice de Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo** (IDRS/ES) mede o desenvolvimento sustentável das microrregiões do Estado, em cinco dimensões: econômica, social, território, ambiental e gestão pública. O cálculo é apresentado em uma escala de 0 a 1.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (IDRS) POR DIMENSÃO E MICRORREGIÃO, 2021 (VARIAÇÃO DE 0 A 1)



Fonte: IJSN



Diversificação econômica

Outro ponto-chave tomado como tema inicial é a construção de uma economia mais resiliente e inovadora, que passa pela superação da dependência de setores tradicionais, como petróleo, gás e mineração, que por décadas sustentam parte relevante do crescimento capixaba. Este tema reconhece que o Espírito Santo precisa ampliar sua base produtiva, integrando novas vocações e setores emergentes capazes de gerar valor com sustentabilidade.

A ideia-força do ES 500 Anos é fortalecer cadeias produtivas e iniciativas emergentes, entre as quais a agropecuária de base tecnológica, a economia digital, a bioeconomia, a economia criativa e as diversas expressões do turismo sustentável — incluindo o agroturismo, o turismo náutico e de base comunitária. Combinadas, essas frentes também impulsionam a Economia Verde e a Economia Azul, ampliando as possibilidades de desenvolvimento em diferentes regiões do Estado.

Pensar essa transição diz respeito à descentralização de recursos, ao estímulo à inovação, ao uso intensivo de tecnologias avançadas e à formação de parcerias estratégicas que conectem territórios, empresas e centros de pesquisa.

A articulação entre vocações regionais e oportunidades globais reforça a visão de que o Espírito Santo tem plenas condições de assumir um novo protagonismo em sua trajetória de desenvolvimento. Oportunidade que aponta para a efetivação de um *hub* logístico de infraestrutura, conectado internamente e com as demais regiões do País. Com uma base produtiva em expansão e capacidade de integrar setores inovadores, o Estado pode consolidar um modelo econômico sustentável, competitivo e alinhado às demandas contemporâneas.

Esse caminho exige a mobilização de toda a sociedade capixaba — poder público, setor produtivo, academia e sociedade civil — na construção de uma economia que promova inovação, gere oportunidades em diferentes territórios e incorpore de forma concreta os princípios da inclusão e da sustentabilidade.



Principais Agendas mapeadas

- Redução da dependência de *commodities* do setor extrativo mineral, que compreende gás, petróleo e minério de ferro e seus derivados.
- Valorização de produtos locais (como café e artesanato, por exemplo) com foco no turismo de base comunitária, para promoção da distribuição de renda e a inserção de comunidades locais (rurais, tradicionais, pesqueiras) na cadeia do turismo.
- Incentivo ao desenvolvimento regional por meio de descentralização de recursos e parcerias estratégicas.
- Fortalecimento da competitividade em turismo, economia digital, economia criativa, agroalimentar, biotecnologia e negócios socioambientais.
- Uso de tecnologias avançadas, como a inteligência artificial (IA), digitalização e biorrevolução, para modernizar e impulsionar a economia estadual.
- Apoio a iniciativas de transição ecológica com linhas de crédito voltadas para a sustentabilidade.

Evidências relevantes

- **Concentração das exportações do agronegócio:** 95,6% das exportações agropecuárias e agroindustriais concentradas em apenas 5 produtos (fonte: MDIC, 2024).
- **Participação de *commodities* minerais no PIB:** 12% — redução em relação a 26% em 2012 (fonte: IBGE/IJSN, 2022).
- **Investimento público em P&D:** 0,06% do PIB estadual destinado à pesquisa e ao desenvolvimento (fonte: MCTI/CLP, 2023).
- **Ecossistema de *startups*:** 2,1% de participação nacional — 21ª posição no ranking brasileiro (fonte: Sebrae/Startup Scanner, 2023).
- **Posição em inovação:** 7º lugar entre os estados brasileiros (fonte: Índice Fiec de Inovação dos Estados, 2024).
- **Exportações:** o Espírito Santo ocupa a 11ª posição entre os estados exportadores do Brasil (fonte: Comex Stat, 2024).
- **Complexidade econômica:** Índice ECI de -0,39 — 10ª posição nacional (fonte: Data MPE, Sebrae, 2023).
- **Rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*:** R$ 2.111 — 9ª posição nacional (fonte: IBGE, 2024).
- **Produtividade do trabalho:** R$ 43,94 por hora — 10ª posição entre os estados brasileiros (fonte: IJSN, 2022).



Infraestrutura, logística e mobilidade

Foto: Vitor Jubini

Nenhuma estratégia de desenvolvimento se concretiza sem uma infraestrutura capaz de conectar territórios, mercados e pessoas. No Espírito Santo, modernizar e integrar os sistemas de transporte e comunicação é condição essencial para sustentar o desenvolvimento regional, reduzir desigualdades e preparar o Estado para um futuro mais eficiente, inclusivo e sustentável. Este tema reúne diretrizes voltadas à ampliação, qualificação e conectividade da infraestrutura aeroportuária, portuária, rodoviária e ferroviária, com ênfase na intermodalidade — fator decisivo para o ganho de competitividade logística e equilíbrio territorial.

Ao mesmo tempo, destaca-se a necessidade de expandir a conectividade digital, promovendo acesso à internet de qualidade e cobertura de alta velocidade, especialmente em áreas rurais e comunidades mais afastadas. A inclusão digital é hoje um vetor de cidadania, produtividade, inovação e empreendedorismo.

A modernização da infraestrutura e a diversificação da matriz de transporte, com soluções de menor impacto ambiental, são estratégias-chave para garantir mobilidade segura, integração regional e acesso a mercados — dentro e fora do Estado.

Ou seja, a articulação entre mobilidade física e digital é o que permitirá ao Espírito Santo avançar com inteligência logística e inclusão territorial. Transformar esse plano em ação dependerá do engajamento entre governo, iniciativa privada e sociedade, conectando a infraestrutura a um projeto de desenvolvimento que alcance a todos os capixabas.

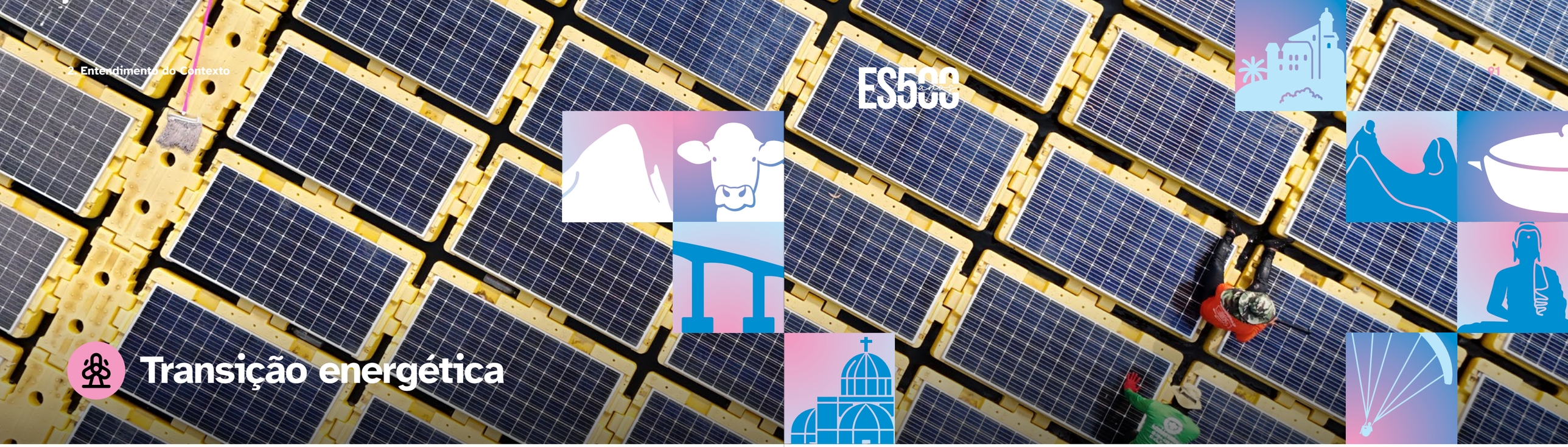
Principais Agendas mapeadas

- Transformação e modernização da infraestrutura de transporte e comunicação.
- Investimento em infraestrutura aeroportuária.
- Ampliação e modernização da infraestrutura portuária.
- Modernização e expansão da malha rodoviária.
- Investimento em infraestrutura ferroviária.
- Melhoria da intermodalidade.
- Expansão da infraestrutura de comunicação e conectividade, visando a reduzir desigualdades.
- Melhoria da mobilidade urbana por meio de planejamento integrado, regulamentação eficiente e maior oferta de transporte público de qualidade.
- Incentivo à sustentabilidade no transporte, com a utilização de combustíveis limpos, eletrificação de frotas e modais de baixa emissão.
- Integração da mobilidade urbana ao planejamento territorial, promovendo o uso de bicicletas, caminhadas e a coordenação entre governos para uma gestão mais eficiente e acessível da cidade.
- Fomento a parcerias público-privadas (PPPs) para viabilizar investimentos em infraestrutura urbana.
- Relacionar a mobilidade ao turismo sustentável por meio de rotas como o cicloturismo e tecnologias que melhorem a acessibilidade.

Evidências relevantes

- **Malha rodoviária pavimentada:** 64% da malha estadual está pavimentada — 5.037 km, sendo menos de 4,5% (226 km) em pista dupla (fonte: Dnit/DER-ES, 2024).
- **Rodovias concedidas:** 9,8% (495,9 km) da malha pavimentada está sob concessão federal (fonte: Dnit/DER-ES, 2024).
- **Condições das rodovias:** nota 3,23 em cinco pontos — 7ª posição nacional (fonte: CNT, 2023).
- **Movimentação aérea:** aeroporto de Vitória recebeu 3 milhões de passageiros domésticos — 3,3% do total nacional (fonte: Anac, 2023).
- **Acesso à internet:** 92,7% dos domicílios conectados, com predominância de banda larga fixa (fonte: IBGE/PNAD TIC, 2023).
- **Cobertura 4G:** 95,55% da população coberta — nas áreas rurais, a cobertura atinge 75,81% (fonte: Anatel/IBGE, 2023).





Transição energética

A matriz energética de um território é, cada vez mais, expressão direta do seu compromisso com o futuro. Por isso, no Espírito Santo, a transição energética surge como prioridade estratégica para reduzir a dependência de fontes não renováveis e alinhar o Estado às exigências socioambientais, tecnológicas e econômicas do século XXI. Esse movimento inclui a expansão do uso de energias renováveis — como solar e eólica — e o incentivo à adoção de tecnologias emergentes, como o hidrogênio sustentável e o biometano.

Modernizar a infraestrutura energética e atrair investimentos verdes são etapas fundamentais para promover a sustentabilidade, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e fomentar novos modelos de negócio alinhados à economia de baixo carbono. A transição energética também está diretamente ligada à criação de empregos qualificados, à diversificação da matriz produtiva e à melhoria da resiliência climática no território capixaba.

Para que essa transformação se consolide, será preciso articulação entre poder público, setor privado, universidades e sociedade civil — criando um ecossistema de inovação que una competitividade com responsabilidade ambiental, e que coloque o Espírito Santo na vanguarda da transição energética no Brasil.

Principais Agendas mapeadas

- Diversificação da matriz energética com investimento em fontes renováveis.
- Atração de investimentos e empresas inovadoras da Economia Verde.
- Adequação da infraestrutura elétrica para incluir sistemas de energia renovável e redes inteligentes.
- Articulação entre governo federal e estadual para incentivar energias renováveis e economia de baixo carbono.
- Melhorias no fornecimento de gás com a inserção de hidrogênio e biometano na rede de gasodutos.

Evidências relevantes

- **Energia hídrica:** representa 30,29% da matriz capixaba — abaixo da média nacional, de 55% (fonte: Aneel, 2023).
- **Biomassa:** participação de 17,15% na matriz estadual — superior à média nacional de 8,4% (fonte: Aneel, 2023).
- **Energia eólica:** não há participação na matriz energética estadual, enquanto representa 14,8% no Brasil (fonte: Aneel, 2023).
- **Fontes renováveis na produção de energia:** 13,2% da energia produzida no Estado é de fontes renováveis (fonte: Arsp, 2023).
- **Emissões de CO_2:** o Espírito Santo emitiu 28 milhões de toneladas líquidas de CO_2 — 18ª posição entre os estados (fonte: Seeg, 2023).
- **Perfil das emissões de gases de efeito estufa (GEE):** processos industriais (36,5%), Energia (32,2%) e Agropecuária (20,7%) (fonte: Seeg, 2023).



Meio ambiente

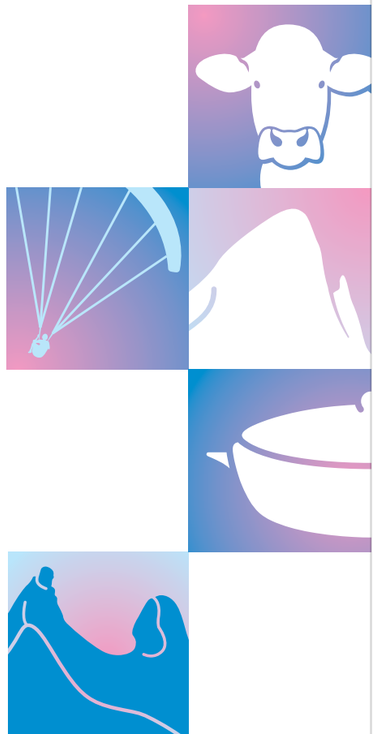
Foto: Fernando Madeira

Com o avanço do século XXI marcado por crises climáticas, colapsos ecológicos e disputas pelo uso dos recursos naturais, o tema meio ambiente assume uma posição central e em nível global. No Espírito Santo, essa Agenda ocupa um papel estratégico ao propor ações integradas de conservação, recuperação e gestão sustentável dos ecossistemas.

Trata-se de promover novos paradigmas e relações entre desenvolvimento e natureza — garantindo a preservação da biodiversidade, a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, o uso racional da água e das florestas e o estímulo à produção e ao consumo sustentáveis.

Um caminho que, para o ES 500 Anos, constitui-se por meio de articulação entre políticas públicas, inovação empresarial e engajamento da sociedade civil, com uma visão de longo prazo que reconheça o meio ambiente como ativo essencial à vida, à economia e à identidade capixaba.

Por suas condições naturais e pelo trabalho realizado até aqui, o Espírito Santo tem a oportunidade de se tornar referência nacional em sustentabilidade, desde que assuma esse compromisso de forma transversal, com coragem institucional e corresponsabilidade coletiva.



Principais Agendas mapeadas

- Expansão de fiscalização, educação ambiental e preservação de ecossistemas.
- Aumento da proteção dos ecossistemas, restauração de florestas e promoção do uso sustentável dos recursos naturais.
- Expansão da infraestrutura hídrica e uso de tecnologias de recuperação e reutilização de água.
- Garantia do acesso universal aos serviços de saneamento básico (água potável e tratamento de esgoto) para todos.
- Aprimoramento da gestão da distribuição de água, com foco na redução de perdas e melhorias no abastecimento e faturamento em diferentes municípios.
- Incentivo à conservação da água e à proteção de rios e vegetação, promovendo o uso consciente da água e a redução da poluição.
- Aumento do reaproveitamento de resíduos e promoção da reciclagem.
- Avanço na adoção de práticas agrícolas sustentáveis.
- Estabelecimento de parcerias para reduzir e neutralizar emissões de gases de efeito estufa.
- Ampliação no desenvolvimento de ações para mitigar e se adaptar às mudanças climáticas.

Evidências relevantes

- **Cobertura florestal:** 22,53% do território do Espírito Santo possui cobertura florestal (fonte: MapBiomas, 2023).
- **Desmatamento da Mata Atlântica:** 173 hectares desmatados — 8° menor volume em termos da Mata Atlântica (fonte: MapBiomas, 2024).
- **Fiscalização ambiental:** 90,5% da área desmatada foi alvo de ações de fiscalização federais e/ou estaduais (fonte: MapBiomas Alerta, 2019-2023).
- **Recuperação de vegetação nativa:** a área de vegetação natural aumentou 40% nas propriedades atendidas pelo Programa Reflorestar (fonte: Seama, 2012-2020).
- **Abastecimento de água:** 81,41% da população atendida com rede de abastecimento (fonte: Sinisa, 2023).
- **Coleta de lixo:** 92,8% da população com acesso à coleta regular de resíduos sólidos (fonte: Sinisa, 2023).
- **Reciclagem:** taxa de recuperação de recicláveis é de 1,08 sobre os resíduos coletados (fonte: Sinisa, 2023).
- **Emissões líquidas de GEE:** 28 milhões de toneladas de CO_2 equivalente (fonte: Seeg, 2023).



Coesão e inclusão social

O tema da coesão e da inclusão social assume um papel essencial no ES 500 Anos por tratar das condições concretas de dignidade, cidadania e equidade no território capixaba. Em um cenário marcado por avanços significativos, como a redução do Índice de Gini e a queda da taxa de pobreza, o desafio que se impõe é garantir que esses progressos se ampliem para todos os grupos sociais em todas as regiões do Estado.

Essa Agenda envolve a continuidade e o fortalecimento de programas de proteção social. Engloba o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência e da população idosa e à promoção da igualdade racial, além de reconhecer a arte, a cultura, o esporte e o lazer como pilares fundamentais da construção do tecido social. A valorização da diversidade e o enfrentamento das desigualdades sociais são premissas para que o Espírito Santo avance como uma sociedade mais coesa, resiliente e democrática.

O aumento da longevidade, as persistentes desigualdades raciais e territoriais e a complexidade das novas dinâmicas sociais exigem respostas integradas, sensíveis e participativas. É pensando assim que o ES 500 Anos indica que um Espírito Santo mais justo não será fruto de um único programa, mas de um pacto contínuo entre Estado, sociedade civil e cidadãos. O ES 500 Anos convida todos a fazer parte desse compromisso com a dignidade humana como base de um futuro verdadeiramente compartilhado.





Principais Agendas mapeadas

- Combate à pobreza extrema e redução das desigualdades socioeconômicas por meio de programas de transferência de renda.
- Utilização de arte, cultura, esporte e lazer como ferramentas para a construção da cidadania e fortalecimento do tecido social.
- Desenvolvimento de políticas públicas voltadas à inclusão social de PcDs.
- Desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a terceira idade.
- Políticas voltadas para a redução de desigualdades raciais.

Evidências relevantes

- **Índice de Gini:** 0,493 — melhor que a média nacional (0,5), mas ainda na 10ª posição entre os estados (fonte: Ipea, 2022).
- **Taxa de pobreza:** 19,2% da população — abaixo da média nacional de 27,5% (fonte: IJSN, 2024).
- **Extrema pobreza:** 1,7% da população em situação de extrema pobreza (Fonte: IJSN, 2024).
- **Insegurança alimentar moderada ou grave:** 5,1% dos domicílios (fonte: IBGE, 2023).
- **Esperança de vida ao nascer:** 79,79 anos — aumento de 9,4 anos em relação a 2000 (fonte: IBGE, 2022).
- **Envelhecimento populacional:** idosos com 65 anos ou mais representam 11,2% da população — eram 3,8% em 1980 (fonte: IBGE, 2022).
- **Desigualdade racial na pobreza:** 30,6% dos homens negros e 32,4% das mulheres negras vivem abaixo da linha de pobreza (fonte: IJSN, 2023).



Crédito: Divulgação Setur

Segurança cidadã

A segurança cidadã é um dos pilares da convivência democrática e da construção de um território de direitos. No Espírito Santo, esse tema exige uma abordagem que combine inteligência, articulação entre instituições e políticas sociais integradas. A redução da violência e da criminalidade passa por ações de curto, médio e longo prazo, que envolvem tanto o enfrentamento direto às dinâmicas do crime quanto o fortalecimento da cidadania e da inclusão.

A visão acerca do tema, por parte do ES 500 Anos, estrutura-se sobre investimentos em tecnologias de gestão, informação e comunicação; valorização de recursos humanos; modernização de equipamentos e infraestrutura; e integração entre as forças de segurança pública e de Justiça Criminal nos níveis municipal, estadual e federal. O foco está na interoperabilidade, na coordenação efetiva entre os órgãos e na atuação baseada em evidências.

Essa estratégia se orienta por ações preventivas, pelo combate às organizações criminosas e pela proteção de grupos mais vulneráveis, buscando ampliar a efetividade das políticas públicas. Segurança cidadã, neste contexto, é compromisso transversal — que fortalece a confiança institucional, promove estabilidade e garante condições reais para o desenvolvimento social e econômico em todas as regiões do Estado.

Principais Agendas mapeadas

- Combate às organizações criminosas e à corrupção.
- Investimentos em tecnologias de gestão, informações e comunicação.
- Fortalecimento das forças de segurança pública e de justiça criminal.
- Prevenção primária da violência por meio de ações de inclusão social.
- Proteção prioritária às populações mais vulneráveis.
- Realização de parcerias com os governos municipais, governo federal e sociedade.

Evidências relevantes

- **Homicídios dolosos:** 20,8 por 100 mil habitantes — 16ª posição no ranking nacional de Estado menos violento (fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2024).
- **Lesão corporal seguida de morte:** 0,27 caso por 100 mil habitantes (fonte: Sesp/ES, 2024).
- **Latrocínio:** 0,10 casos por 100 mil habitantes (fonte: Sesp/ES, 2024).
- **Feminicídio:** 1,9 por 100 mil mulheres (fonte: Sesp/ES, 2024).
- **Vítimas fatais em sinistros de trânsito:** 23,8 por 100 mil habitantes (fonte: Detran/ES, 2024).



Saúde

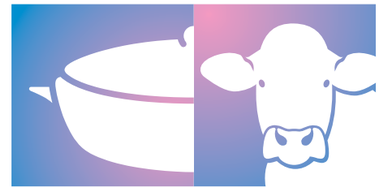
Garantir saúde de qualidade para toda a população exige compreender suas redes como um sistema vivo, diverso e altamente complexo. Da atenção básica ao atendimento especializado, passando pela vigilância, regulação, infraestrutura, logística e formação de profissionais, cada componente da rede precisa funcionar de forma articulada e contínua para que o cuidado seja efetivo.

O fortalecimento do sistema de saúde pública valoriza a atenção básica, promovendo sua articulação com os serviços especializados e incorporando inovações como a telessaúde para ampliar a capilaridade e a eficiência do cuidado. A proposta é construir um sistema mais inclusivo, equitativo e regionalmente articulado, com foco na prevenção, na promoção da saúde e na resposta qualificada às demandas físicas e mentais da população.

Ao mesmo tempo, reconhece-se a importância da regulação e da complementaridade do sistema suplementar, buscando uma integração mais eficiente entre as redes pública e privada, de modo a garantir o acesso universal e a sustentabilidade do cuidado em saúde no Estado.

A saúde pública, neste plano, é entendida como um compromisso com o bem-estar coletivo e com a construção de um futuro onde o acesso aos cuidados não seja um privilégio, mas um direito assegurado em todo o território capixaba.





Principais Agendas mapeadas

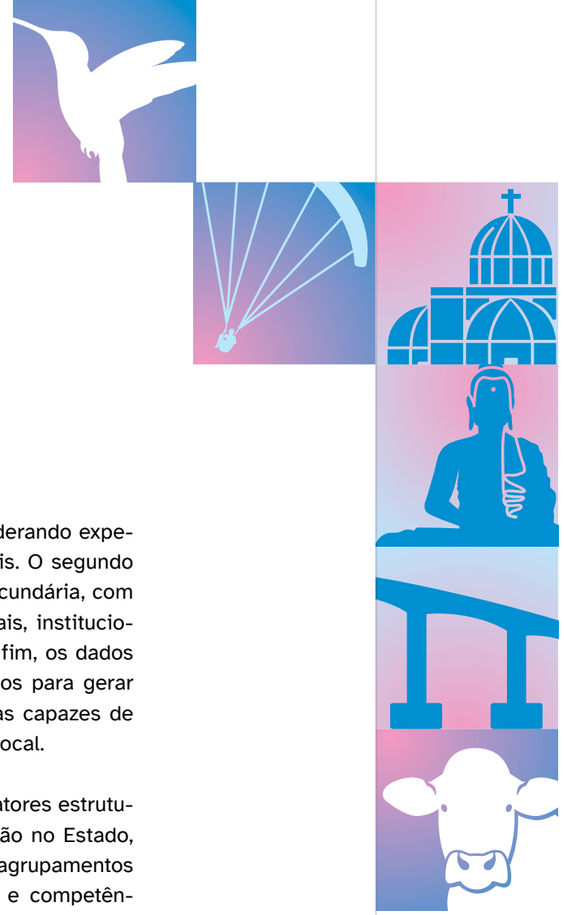
- Fortalecimento da atenção básica de saúde, integrando-a com serviços especializados e inovando no SUS com tecnologias como a telessaúde.
- Promoção de um sistema de saúde inclusivo e equitativo, garantindo acesso facilitado e melhorando as articulações regionais de planejamento e execução de políticas de saúde.
- Incentivo à conscientização sobre a importância da saúde física e mental, proporcionando acesso a cuidados preventivos e tratamentos adequados.

Evidências relevantes

- **Mortalidade infantil:** 10,79 óbitos por mil nascidos vivos — 5ª posição de menor taxa entre os estados do Brasil (fonte: Datasus, 2022).
- **Cobertura da Atenção Primária à Saúde:** 80,55% da população total do Estado (fonte: Sesa, set/2023).
- **Taxa de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica:** 21,6% das internações totais (fonte: Sesa, 2023).
- **Obesidade em adultos (≥ 20 anos):** 38,3% da população adulta com mais de 20 anos com IMC ≥ 30 kg/m² (fonte: Sisvan/Sesa, 2024).
- **Déficit habitacional:** 20,47% de famílias (fonte: IJSN, 2022).
- **Saúde mental:** 12,5% dos adultos relataram depressão ou distúrbios mentais (fonte: PNS, 2019).
- **Gravidez na adolescência:** 10,66% do total de gestações no Espírito Santo — queda de 33% em relação a 2018 (fonte: Sesa, 2023).

O conteúdo detalhado dos Temas Iniciais está disponível no **Volume 2 — Entendimento do contexto atual** e pode ser acessado por meio deste **código QR** ou do **link abaixo**.

https://www.es500anos.com.br/volume-2



2.1.4.

Capacidades do Estado para **empreender** e **inovar**

O mapeamento do ecossistema de empreendedorismo e inovação do Espírito Santo no ES 500 Anos oferece uma análise estratégica das capacidades do Estado para fomentar a inovação e impulsionar transformações econômicas e sociais de longo prazo. Conduzido em paralelo à elaboração do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTI-ES), o estudo contribui com uma base analítica consistente para subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à consolidação de um ambiente de inovação robusto e conectado às vocações do território capixaba.

A metodologia adotada foi estruturada em três eixos de investigação. O primeiro consistiu em uma revisão documental aprofundada sobre ecossistemas de inovação, considerando experiências nacionais e internacionais. O segundo envolveu uma ampla pesquisa secundária, com coleta e análise de dados setoriais, institucionais e territoriais relevantes. Por fim, os dados e referências foram sistematizados para gerar indicadores descritivos e métricas capazes de refletir com precisão a realidade local.

O estudo também examinou os fatores estruturantes do ecossistema de inovação no Estado, organizando-os em *clusters* — agrupamentos estratégicos de atores, recursos e competências interligadas que, em conjunto, fortalecem a dinâmica da inovação e do empreendedorismo de maneira sistêmica.



ESTRUTURA PARA O MAPEAMENTO DO ECOSSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

CLUSTERS Condicionantes estruturais	COMPONENTES
Atividades empresariais e empreendedoras	→ Grandes empresas (Top 50) → *Startups*
Financiamento	→ Financiamento público → Bancos comerciais e bancos de desenvolvimento → CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) → Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) → Fapes (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo) → Financiamento privado → *Venture capital*
Academia	→ Instituições de ensino superior → Centros de pesquisa aplicada
Habitats de inovação	→ Incubadoras → Aceleradoras → *Hub*s de inovação → Laboratórios de inovação → Polos de inovação → Parque tecnológico
Propriedade intelectual	→ Indicação Geográfica (IG)

Quadro 1: Estrutura para o mapeamento do Ecossistema de Empreendedorismo e Inovação
Fonte: Adaptado de STAM, F. C.; VAN DE VEN, A., 2018; BRUSTENGA, 2022; BUDDEN; MURRAY, 2018; BRITO, 2023.

O mapeamento **revelou a presença desses elementos em todas as dez microrregiões** do Estado, porém com **diferentes níveis de desenvolvimento**. A **Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) concentra a maior parte do ecossistema**, abrigando as principais universidades, *startups* e grandes empresas, o que favorece a colaboração e a criação de novas tecnologias e negócios. Esse cenário também evidencia o **desafio de levar essa dinâmica para o interior**.

Considerando a metodologia utilizada, a microrregião **Litoral Sul**, por exemplo, tem o **menor nível de desenvolvimento no ecossistema**, demandando mais atenção para seu fortalecimento. Ressalta-se que cada microrregião tem suas particularidades, destacando a necessidade de esforços específicos para potencializar seu crescimento de acordo com suas vocações e desafios locais.

A figura 9 e o quadro 2 classificam cada microrregião do Espírito Santo em relação ao nível de desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo e inovação. A escala apresenta três níveis:

Alto
Alta concentração de empresas, *startups*, capacidade de financiamento e infraestrutura de inovação.

Médio
Componentes equilibrados, mas com lacunas em áreas como a oferta de financiamento privado.

Baixo
Poucos atores ou ausência de elementos essenciais, como: *startups*, instituições de ensino superior (IES) e centros de pesquisa.

A análise identificou tanto as potencialidades que impulsionam o crescimento do ecossistema de inovação do Espírito Santo quanto os obstáculos que limitam seu desenvolvimento. Centros de pesquisa especializados, bancos públicos com atuação estratégica e setores emergentes demonstram forte capacidade de inovação. Por outro lado, a concentração regional, a incipiente articulação entre pesquisa e empreendedorismo e um mercado de capital de risco ainda pouco desenvolvido evidenciam riscos e oportunidades para aprimorar o ecossistema local.

MAPEAMENTO DO ECOSSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

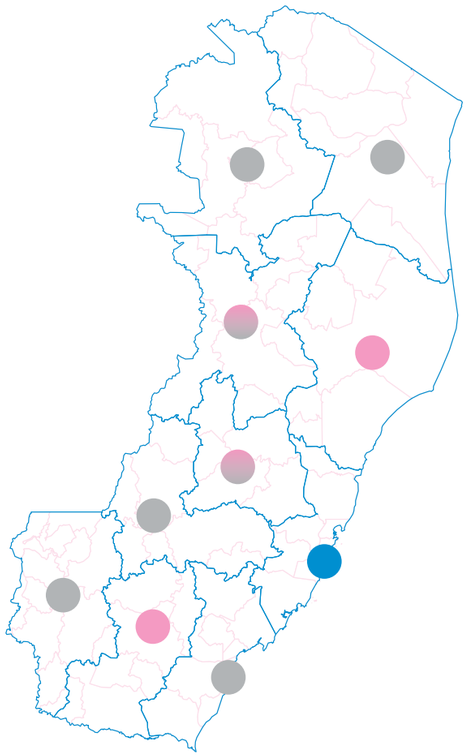


Figura 9: Mapeamento do ecossistema de empreendedorismo e inovação do Estado.

Mapear essas forças e fragilidades é essencial para a formulação de políticas públicas mais eficazes. Ativos como as Indicações Geográficas (IGs), a infraestrutura científica e tecnológica e o ambiente de inovação em ascensão se consolidam como vetores de crescimento sustentável. No entanto, esse potencial só será plenamente realizado com o enfrentamento dos gargalos estruturais que ainda limitam a dinâmica de inovação no Estado.

O quadro a seguir apresenta os principais fatores que impulsionam a competitividade capixaba, ao mesmo tempo em que evidencia os riscos que exigem atenção estratégica.

NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DO ECOSSISTEMA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DAS DEZ MICRORREGIÕES

MICRORREGIÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
Metropolitana	Alta	Concentra 36 das 50 maiores empresas, 78 *startups*, 1.130 bolsas CNPq, 38 instituições de ensino superior e 17 *hubs* de inovação.
Central Sul	Média	Possui 3 *startups*, 2.097 matrículas Fapes, 8 instituições de ensino superior e 1 *hub* de inovação.
Rio Doce	Média	Destaca-se com 5 das 50 maiores empresas, 2 *startups*, 5 instituições de ensino superior, 3 centros de pesquisa e 6 habitats de inovação[1].
Centro-Oeste	Média-Baixa	Abriga 2 das 50 maiores empresas, 5 *startups*, 2 instituições de ensino superior, apenas 1 centro de pesquisa e baixo financiamento público.
Central Serrana	Média-Baixa	Possui 1 das 50 maiores empresas, 1.116 matrículas Fapes, 1 instituição de ensino superior, apenas 1 centro de pesquisa, 2 habitats de inovação e nenhuma *startup*.
Caparaó	Baixa	Apenas 1 *startup*, 3 instituições de ensino superior e 2 incubadoras, com baixa presença de outros componentes.
Litoral Sul	Baixa	1 das 50 maiores empresas, 2 *startups*, apenas 2 instituições de ensino superior e nenhum centro de pesquisa mapeado.
Nordeste	Baixa	3 das 50 maiores empresas, 2 *startups*, 2 instituições de ensino superior, apenas 1 habitat de inovação e sem financiamento relevante.
Noroeste	Baixa	1 das 50 maiores empresas, nenhuma *startup*, apenas 2 instituições de ensino superior e 3 incubadoras.
Sudoeste Serrana	Baixa	Nenhuma *startup* ou centro de pesquisa; apenas 1 das 50 maiores empresas e 1 instituição de ensino superior.

Quadro 2: Nível de desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo e inovação das dez microrregiões. [1]Inclui: incubadoras, aceleradoras, hubs de inovação, laboratórios de inovação, polos de inovação e parques tecnológicos.

Compreender o contexto presente dos agentes capazes de transformar o futuro do Espírito Santo foi o princípio que orientou o mapeamento do ecossistema de inovação realizado no âmbito do ES 500 Anos. O trabalho, que subsidiou a elaboração do plano, identificou tanto as **forças que impulsionam** o dinamismo dos setores inovadores quanto os **obstáculos** que ainda limitam seu pleno desenvolvimento

O Estado abriga centros de pesquisa qualificados, instituições financeiras com atuação estratégica e cadeias produtivas emergentes com alto potencial de diferenciação. Esses ativos demonstram que **o Espírito Santo já possui uma base concreta para avançar rumo a uma economia movida pelo conhecimento**, pela tecnologia e pela criatividade. O mapeamento realizado no âmbito do ES 500 Anos também evidenciou oportunidades de aprimoramento — como a **necessidade de ampliar a coordenação de políticas públicas que fortaleçam a articulação entre os territórios**, conectem ambientes acadêmicos e empreendedores e desenvolvam mecanismos para dinamizar o mercado de capital de risco, direcionado à inovação. A ativação integrada e sustentável desse ecossistema é decisiva para consolidar um novo ciclo de inovação no Estado.



Crédito: Divulgação Setur

O **mapeamento das potencialidades e fragilidades** realizado pelo ES 500 Anos representa um passo estratégico para qualificar o planejamento de longo prazo do Estado. Experiências nacionais e internacionais demonstram que a **valorização de ativos territoriais** — por exemplo, as Indicações Geográficas da pimenta-do-reino, pimenta-rosa, café (em suas diferentes variedades), panelas de barro de Goiabeiras, socol, mármore e cacau —, quando articulada a uma infraestrutura científica e tecnológica em constante expansão, pode se consolidar como vetor de crescimento sustentável, fomento à inovação e fortalecimento da identidade regional capixaba.

As próximas páginas sintetizam esse panorama: destacam **as fortalezas que impulsionam a competitividade capixaba** e, ao mesmo tempo, iluminam os **riscos que exigem atenção**. Um retrato de onde estamos — e um convite a pensar com ambição sobre aonde ainda podemos chegar.

Fortalezas

Fundo Soberano do Espírito Santo (Funses)

Iniciativa estratégica para um planejamento intergeracional. Criado pela Lei Complementar nº 914, de 17 de junho de 2019, o Funses garante uma gestão responsável dos *royalties* do petróleo e gás, atuando em duas frentes decisivas: por um lado, protege a economia capixaba contra a volatilidade dessas receitas, funcionando como uma reserva financeira para tempos de instabilidade; por outro, promove o desenvolvimento econômico sustentável, investindo de forma estratégica em infraestrutura, inovação e setores com alto potencial de geração de valor. Vinculado ao Governo do Estado, o Funses é um dos pilares de uma política pública orientada pelo futuro.

Ecossistema nascente com potencial de crescimento e diversificação

O ecossistema de inovação capixaba, embora em fase de maturação, apresenta oportunidades em tecnologia da informação, educação digital e saúde 4.0, além de potencial para expansão em agrotecnologia, biotecnologia e energia limpa. A integração entre instituições de ensino, políticas públicas e empreendedorismo dinâmico cria um ambiente fértil para negócios disruptivos. Com investimentos contínuos e articulação entre atores, o Estado poderá ampliar sua relevância em cadeias produtivas de alto valor, garantindo crescimento equilibrado e alinhado às demandas globais.

Presença de centros de pesquisa especializados

Em áreas como inteligência artificial, saúde, agricultura sustentável e meio ambiente, esses centros reforçam a base científica e tecnológica do Espírito Santo. Essas instituições, ao integrarem academia, empresas e governo, ampliam a capacidade de gerar soluções inovadoras para problemas locais e globais — consolidando o Estado como referência em setores de alto valor agregado.

Indicações Geográficas (IGs)

Também se destacam como vetores de competitividade ao posicionar produtos capixabas no mapa da excelência nacional e internacional. Café, cacau, pimenta-do-reino, panelas de barro e outros produtos certificados conectam tradição, identidade territorial e inovação. Com apoio do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e de políticas de valorização da origem e da biodiversidade, as IGs impulsionam cadeias produtivas, agregam valor, fortalecem o turismo e promovem o desenvolvimento regional sustentável.

Bancos públicos e setores emergentes inovadores

Com papel complementar, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) é outro diferencial relevante. Com foco no financiamento de setores emergentes — como Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), nanotecnologia, bioeconomia e energias renováveis —, o banco tem viabilizado projetos de inovação que enfrentam barreiras no mercado convencional de crédito. Ao assumir riscos estratégicos e fomentar a transição para uma economia mais diversificada, o Bandes acelera a capacidade do Estado de competir em um cenário global cada vez mais tecnológico e sustentável.

Possíveis riscos

Incipiente integração entre pesquisa e empreendedorismo

A baixa integração e convergência entre a pesquisa acadêmica e as necessidades do mercado e do ecossistema de inovação dificultam a conversão de conhecimento em inovação prática, podendo comprometer o desenvolvimento de novos negócios inovadores.

Perda de talentos

A migração de pesquisadores e ex-bolsistas para outros estados representa um enfraquecimento do ecossistema local de inovação. Sem oportunidades atrativas, como empregos qualificados, incentivos à pesquisa aplicada ou apoio ao empreendedorismo, esses profissionais buscam melhores condições em outras regiões, reduzindo o potencial de crescimento tecnológico e econômico do Estado.

Fuga de recursos públicos

Quando *startups* beneficiadas por incentivos estaduais concentram suas operações em outros estados, parte dos investimentos públicos pode vazar, reduzindo o retorno socioeconômico para o Espírito Santo, como geração de empregos e renda.

Dependência de recursos e políticas federais

A dependência de recursos federais, principalmente por parte do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), para a incubação de *startups* no Estado pode expor o ecossistema de inovação local à vulnerabilidade de mudanças na Agenda nacional e dificulta a autonomia para soluções regionais, dada a possível ausência de políticas estaduais robustas e de investimentos locais.

Concentração do ecossistema

O ecossistema de inovação do Estado apresenta alta concentração na Região Metropolitana da Grande Vitória. Essa desigualdade regional pode limitar a diversificação de oportunidades, dificultar a inclusão de talentos do interior e reduzir a potencial conexão com demandas locais específicas.

Subaproveitamento de ecossistemas instalados

As instituições de ensino superior, os centros de pesquisa e os habitats de inovação em algumas microrregiões do Estado podem ser pouco explorados na criação de novos negócios inovadores.



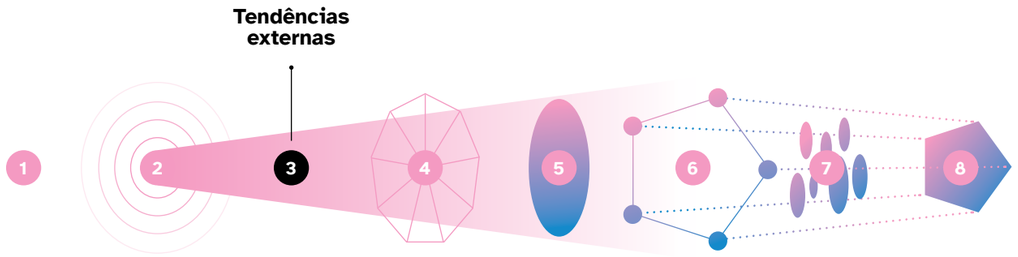
Foto: Vitor Jubini

A identificação de desafios reforça a importância de um **planejamento que vá além da gestão do presente** e antecipe cenários futuros com responsabilidade e visão estratégica. Com base nessa perspectiva, o ES 500 Anos construiu uma visão ampla e, ao mesmo tempo, aprofundada de cada um dos territórios do Espírito Santo, considerando, além dos temas mais abrangentes, particularidades que compõem cada uma dessas realidades.

É a partir desse diagnóstico plural e fundamentado que o ES 500 Anos projeta os próximos passos da trajetória capixaba rumo a 2035 — orientado por Missões, guiado pela inteligência coletiva e comprometido com um **desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e inovador**.

O conteúdo detalhado sobre o Ecossistema de Empreendedorismo e Inovação está disponível no **Volume 2 — Entendimento do contexto** e pode ser acessado por meio deste **código QR** ou do **link abaixo**:

https://www.es500anos.com.br/volume-2



3.

Ambiente Externo e Tendências

Percepções para potencializar o futuro do Espírito Santo

Antecipar o futuro exige observar com atenção os sinais que já se manifestam no presente. Foi com esse olhar atento e estratégico que o Plano ES 500 Anos incorporou, desde sua origem, a análise de tendências como uma etapa fundamental de sua elaboração. A leitura qualificada de movimentos externos, combinada à escuta de especialistas e atores locais, permitiu identificar fatores que influenciam diretamente as escolhas do Espírito Santo hoje e orientam os caminhos possíveis para os próximos anos.

Como já mencionado nos capítulos anteriores, a cultura de planejamento estratégico de longo prazo, consolidada nas últimas décadas no Espírito Santo, agora se reencontra com um cenário global em mutação acelerada. Para responder a esse contexto, é necessário compreender o ritmo e a direção dessas mudanças — e projetar ações ancoradas tanto na identidade capixaba quanto na compreensão do mundo.

Pensando assim, entre junho e setembro de 2024, a equipe técnica e de conteúdo do ES 500 Anos conduziu o mapeamento de tendências locais e globais que apontaram para um futuro marcado pela inovação, pela complexidade e pela interdependência. A pesquisa reuniu dados, especialistas e escutas qualificadas por meio de oficinas, entrevistas e questionários digitais, e sintetizou como resultado um conjunto de dez tendências que revelam tanto os riscos quanto as oportunidades que o Espírito Santo precisa enfrentar com inteligência estratégica e capacidade de articulação.

Essas percepções, por sua vez, orientaram a formulação das visões de futuro e das Missões do Plano ES 500 Anos. São, ainda, consideradas fundamentos para um modelo de desenvolvimento capaz de responder às urgências do presente e, ao mesmo tempo, conduzir o Espírito Santo com coerência, ambição e responsabilidade até 2035.

Para apresentar, em linhas gerais, essas tendências, reunimos uma síntese explicativa de cada uma, acompanhada de dados e fatos relevantes, palavras-chave associadas e riscos e oportunidades para o futuro do Espírito Santo.

DEZ TENDÊNCIAS

1. **Sociedade digital e conectividade**
2. **Inteligência artificial, quantum & universo 5.0**
3. **Evolução educacional**
4. **Flexibilização do trabalho**
5. **Diversidade, inclusão e saberes tradicionais**
6. **Engajamento cívico**
7. **Redefinição de cuidados**
8. **Revolução nanobiológica**
9. **Economia regenerativa**
10. **Novos eixos econômicos**

O conteúdo detalhado das tendências está disponível no **Volume 4 — Mapa de tendências** e pode ser acessado por meio deste **código QR** ou do **link abaixo:**.

https://www.es500anos.com.br/volume-4



1

Sociedade digital e conectividade

PALAVRAS-CHAVE

Digitalização, Interconectividade, Economia Digital, Privacidade, Inovação, Redes Sociais, Conteúdo Digital, Inclusão Digital.

O que é?

A integração da tecnologia permeia a vida moderna, expandindo a capacidade de conectar redes e dispositivos, em escala global. Essa digitalização impulsiona novos modelos de negócios e a organização social, facilitando a formação de redes e a economia colaborativa. Contudo, surgem desafios, como a diminuição da interação humana e preocupações com a privacidade.

Dados e fatos

No Brasil, 83% dos domicílios tinham internet em 2024, aumento de 32% desde 2015, e 84% da população com dez anos ou mais acessava a rede (Cetic, 2024).

Apesar disso, 41% dos brasileiros temem a redução da interação humana e 40% se preocupam com a privacidade (Octadesk, 2024). Globalmente, 71% veem a tecnologia como essencial, mas a maioria, em 41 de 50 países, percebe também impactos negativos (Ipsos, 2024). Na Noruega, a proibição de *smartphones* nas escolas reduziu consultas psicológicas entre meninas em 60%, diminuiu o *bullying* e melhorou o desempenho acadêmico, especialmente para estudantes de baixa renda (Instituto Norueguês de Saúde Pública, 2024).

No consumo, 73% esperam mais personalização (Salesforce, 2023), 60% desejam um app único para pagamentos (Accenture, 2022) e 28% se preocupam com IA no varejo (Octadesk, 2024).

Oportunidades e riscos para o Estado

Oportunidades

- Expandir a conectividade para integrar comunidades a mercados globais (agronegócio 4.0, turismo sustentável).
- Apoiar o empreendedorismo digital em *hubs* de inovação, como em energia renovável.
- Qualificar a mão de obra por meio de formação em habilidades digitais.

Riscos

- Diminuição da interação humana.
- Aumento de preocupações com privacidade.
- Aprofundamento de desigualdades regionais e sociais devido ao acesso desigual à tecnologia.



2

IA, quantum & universo 5.0

PALAVRAS-CHAVE

Inteligência Artificial, Computação Quântica, IoT (Internet das Coisas), Indústria 4.0, Indústria 5.0, Personalização, Análise de Dados, Inovação, Sustentabilidade, Inclusão, Ética Digital, Privacidade, Segurança de Dados, Mercado de Trabalho.

O que é?

Esta tendência marca uma nova era de sinergia entre inteligência artificial (IA) e computação quântica, com a tecnologia como ponto central para criar valor social e econômico visando a um futuro sustentável e inclusivo. Destaca a transição para a indústria 4.0 e a perspectiva da indústria 5.0, com humanização das operações e personalização via IA generativa. A computação quântica acelera a inovação ao resolver problemas complexos e analisar grandes volumes de dados. Contudo, levanta questões de privacidade, segurança, emprego e ética.

Dados e fatos

Até 2026, mais de 80% das organizações devem utilizar APIs, modelos ou aplicativos com IA generativa em produção (Gartner Inc., 2023). O uso de IA mais que dobrou entre 2017 e 2022 (McKinsey, 2022), e 79% dos CEOs afirmam que a IA generativa aumentará a eficiência dos negócios (Fortune/Deloitte, 2023). Além disso, 55% das empresas estão testando ou avaliando essa tecnologia (Deloitte, 2023), enquanto 35% já investem e planejam expandir o investimento (Info-Tech Research Group, 2023).

Oportunidades e riscos para o Estado

Oportunidades

- Modernização econômica via infraestrutura tecnológica para competitividade.
- Requalificação da força de trabalho em ciência de dados e ética digital.
- Aplicação de tecnologia para otimização de recursos naturais para soluções verdes.

Riscos

- Desequilíbrio entre inovação e equidade.
- Falta de governança ética nas empresas.
- Disparidades na inclusão digital.
- Dependência tecnológica externa.

3

Evolução educacional

PALAVRAS-CHAVE

Evolução Educacional, Modelos Pedagógicos, Aprendizagem por Competências, Tecnologia Educacional, Ensino Digital, Formação Continuada, Upskilling, Reskilling, Aprendizagem ao Longo da Vida.

O que é?

Os modelos educacionais e tecnologias avançam para abordagens mais transdisciplinares, práticas e digitais. O foco se desloca para o desenvolvimento de competências, com aprendizagem dinâmica e experimental que estimula a autonomia dos alunos, utilizando instrumentos e ferramentas tecnológicas.

Dados e fatos

Até 2026, 85% dos executivos de RH planejam reorganizar o trabalho para transferir competências em formatos flexíveis (Relatório Global de Tendências em Aprendizado e Habilidades — Udemy, 2024). A Udemy, com mais de 64 milhões de alunos, reflete o crescimento da educação *online*.

No Brasil, 52% dos entrevistados iniciaram um novo curso em 2022, e 74% pretendiam iniciar estudos em cursos ou instituições de ensino, principalmente *online*. Essa pesquisa também mostrou que 39% fizeram cursos livres e 25% optaram por cursos técnicos (Pesquisa "Expectativas para 2023" — Meta Brasil, 2023). Apesar desse movimento, persistem lacunas na formação básica, pois 66,3% dos estudantes de 15 a 16 anos leram no máximo dez páginas do livro mais longo, indicando lacunas na formação (Análise do Pisa 2018 — Iede e Plataforma Árvore, 2018).

Com o avanço da automação e da IA, há crescente necessidade de modelos educacionais ágeis. Projetos, mentoria e competências práticas são habilidades essenciais para a inovação e competitividade (Relatório Global de Tendências em Aprendizado e Habilidades — Udemy, 2024).

Oportunidades e riscos para o Estado

Oportunidades

- Modernizar o sistema de ensino, alinhando-o às demandas de um mundo de trabalho em transformação.
- Investir em capacitação docente e infraestrutura tecnológica para métodos pedagógicos inovadores, promovendo a integração entre educação formal e não formal.
- Oferecer cursos rápidos e adaptáveis, estruturados de forma flexível e modular, para que os alunos adquiram competências direcionadas e no seu próprio ritmo, atendendo às necessidades específicas de setores essenciais e às exigências de um mercado dinâmico.

Riscos

- Ampliação de disparidades regionais devido ao acesso desigual a plataformas digitais de qualidade.
- Aprofundamento de lacunas na qualidade educacional sem ações coordenadas.
- Perpetuação de ciclos de exclusão e limitação da competitividade econômica.
- Escassez de mão de obra qualificada aos novos modelos de negócio.



4

Flexibilização do trabalho

PALAVRAS-CHAVE

Flexibilização do Trabalho, Trabalho Remoto, Economia Gig, Carreiras Atípicas, Horários Flexíveis, Nômades Digitais, Economias Invisibilizadas, Precarização, Autonomia.

O que é?

A tendência de transformação do mundo do trabalho está sendo impulsionada pelo aumento de modalidades de emprego flexíveis, por meio de horários flexíveis e trabalho remoto. Esse movimento está impulsionando o crescimento da “economia gig”, caracterizada por uma maior oferta de trabalhos temporários ou contratuais, nos quais os profissionais têm a liberdade de escolher projetos e definir seus próprios horários. Embora essa mudança proporcione maior autonomia e possibilidade de equilibrar melhor a vida pessoal e profissional, também traz à tona desafios relacionados à precarização das condições de trabalho e ao aumento das desigualdades, já que esses empregos nem sempre oferecem os mesmos benefícios e segurança que os empregos tradicionais.

Além disso, esse novo cenário exige atenção especial às atividades historicamente “invisibilizadas”, como o trabalho de cuidadores, catadores de recicláveis e outros profissionais essenciais, que frequentemente atuam à margem da proteção social. Garantir o acesso a direitos básicos como saúde, educação e previdência para esses trabalhadores é fundamental para a construção de um mercado de trabalho mais justo e inclusivo.

Dados e fatos

No Brasil, 88% dos profissionais desejavam trabalhar remotamente após a pandemia (“O Futuro do Trabalho no Brasil” — Robert Half, 2023) e 79% das empresas brasileiras planejam adotar o trabalho remoto ou híbrido permanentemente (“Tendências de RH 2023” — Deloitte).

Além disso, 84% dos profissionais brasileiros consideram a flexibilidade de horário importante (“O Futuro do Trabalho no Brasil” — Robert Half, 2023). A busca por múltiplas carreiras também é crescente, com 65% dos profissionais brasileiros tendo ou planejando ter várias ao longo da vida (Fundação Getúlio Vargas — FGV, 2022).

Por fim, 93% das empresas brasileiras priorizam o desenvolvimento de habilidades (“Tendências de RH 2023” — Deloitte), e estima-se que 23% das ocupações passarão por transformações até 2027 (World Economic Forum, 2023).

Oportunidades e riscos para o Estado

Oportunidades

- Aproveitar a demanda por horários flexíveis e trabalho remoto, em conjunto com o crescimento dos nômades digitais, profissionais que trabalham remotamente, para atrair talentos globais e empresas inovadoras, impulsionando os setores como o de tecnologia.
- Formalizar atividades “invisibilizadas”, como o trabalho de cuidadores e catadores de recicláveis, garantindo acesso a direitos como saúde e educação.
- Adaptar o sistema educacional, focando habilidades para gestão de carreira autônoma e empreendedorismo para preparar a força de trabalho para as novas trajetórias profissionais.

Riscos

- Aumento na precarização nas relações de trabalho e falta de benefícios para trabalhadores em modalidades não tradicionais, como o trabalho remoto e na “economia gig”.
- Sem políticas de proteção social adequadas, há chances de aprofundar a desigualdade socioeconômica.
- A ausência de garantias trabalhistas e benefícios sociais nesses modelos é capaz de acentuar a disparidade entre diferentes grupos de trabalhadores.
- A falta de medidas de mitigação pode resultar na perda de competitividade em setores estratégicos.

5

Diversidade, inclusão e saberes tradicionais

PALAVRAS-CHAVE

Diversidade, Inclusão, Pluralidade, Vozes Periféricas, Equidade, Saberes Tradicionais, Herança Cultural, Identidade, Representatividade.

O que é?

A tendência de reconhecimento da diversidade em suas múltiplas dimensões — como gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência e origens culturais — vem se consolidando como eixo central nas Agendas sociais, políticas e institucionais. Há uma crescente visibilidade das vozes historicamente marginalizadas, acompanhada por um questionamento das normas e estruturas tradicionais de poder. Esse movimento impulsiona transformações em políticas públicas, práticas educacionais, ambientes de trabalho e representações na mídia.

Paralelamente, observa-se uma valorização crescente dos saberes e práticas culturais tradicionais de povos indígenas, afrodescendentes e outras comunidades tradicionais, que começam a ser integrados a contextos contemporâneos em áreas como a natureza, medicina, arquitetura e agricultura. Essa convergência entre diversidade e ancestralidade amplia as possibilidades de construção de uma sociedade mais inclusiva, plural e enraizada em diferentes formas de conhecimento.

Dados e fatos

No Brasil, 60% apoiam direitos iguais para pessoas homossexuais (Pew Research Center, 2021) e 56% são favoráveis ao casamento entre pessoas do mesmo sexo (Ipsos, 2022), embora racismo (92%) e homofobia (73%) ainda sejam amplamente percebidos (Datafolha, 2019). Em 2021, 54% das empresas no País adotaram políticas de diversidade (Blend Edu, 2021).

Terras indígenas representam 13,8% do território brasileiro e concentram 60% das florestas preservadas (ISA, 2021). Áreas de comunidades tradicionais respondem por 30% da conservação da Amazônia (IPCC, 2022). Povos tradicionais utilizam mais de 5 mil espécies vegetais com fins medicinais (Fiocruz, 2019).

Globalmente, 52% relataram discriminação racial ou étnica (Kantar, maio de 2023). E 73% dos indivíduos no Brasil, África do Sul, Turquia e Emirados Árabes Unidos regularmente presenciam comportamentos discriminatórios, mas apenas 50% disseram que falariam em defesa de outra pessoa (ADL, setembro de 2022). Entre as gerações Z e X, 60% consideram que a desigualdade de gênero prejudica principalmente as mulheres (Ipsos Global Advisor, 2022).

Oportunidades e riscos para o Estado

Oportunidades

- Tornar-se um modelo de inclusão e inovação social ao valorizar a diversidade.
- Estimular práticas de contratação inclusivas e programas de capacitação voltados a grupos historicamente marginalizados.
- Fortalecer setores como cultura, turismo, economia criativa e agricultura familiar por meio da valorização de saberes tradicionais, promovendo geração de renda e preservação das identidades locais.
- Ampliar as narrativas capixabas diversas e representativas e visibilizá-las.

Riscos

- Persistência da discriminação racial e de gênero.
- Apropriação cultural ou superficialidade ao abordar práticas e saberes tradicionais e diversidade.
- Não atendimento das demandas das gerações mais jovens por empoderamento autêntico e igualdade.



6

Engajamento cívico

PALAVRAS-CHAVE

Engajamento Cívico, Ativismo, Filantropia de Impacto, Responsabilidade Social, ESG, Ativismo Corporativo, Gerações Y e Z, Causas Sociais, Participação Cidadã.

O que é?

Nos últimos anos, tem-se observado um crescimento das organizações da sociedade civil, coletivos e até empresas, que estão se articulando de forma inovadora para revisar os modelos tradicionais de representação e participação política. No ativismo social, os focos são a priorização da efetividade das causas e a transparência das ações. Contudo, levantam-se preocupações sobre representatividade e genuinidade do impacto dessas iniciativas.

Dados e fatos

No Brasil, 74% dos *millennials* se consideram filantropos, em contraste com 35% dos *baby boomers* (nascidos entre 1945 e 1965). Além disso, 90% dos *millennials* afirmam fazer doações motivados por causas e missões, e não por organizações específicas. Já 69% dos doadores da geração Z (nascidos entre 1997 e 2012) preferem se relacionar com as ONGs nas redes sociais. Essa geração também é quatro vezes mais propensa a aprender sobre causas com influenciadores e celebridades do que os doadores tradicionais. No Brasil, um em cada quatro jovens da geração Z afirma que a opinião de influenciadores digitais e redes sociais influencia sua decisão de fazer doações — um índice bem acima da média da população (“Tendências da Filantropia: Um Olhar para o Futuro”, Instituto Beja e Oxygen, 2023).

No cenário internacional, o estudo aponta mudanças significativas no perfil dos grandes doadores: 36% das doações individuais no mundo vêm de multimilionários, com uma média de US$ 590 mil por doador, destacando a ascensão de super-ricos do setor tecnológico — mais jovens e inovadores — como Elon Musk e Bill Gates.

Oportunidades e riscos para o Estado

Oportunidades

- Fortalecer mecanismos de participação social e promover parcerias entre setor público, empresas e sociedade civil.
- Atrair investimentos e impulsionar projetos socioambientais por meio da adesão de governos (municipais e estadual) e empresas.
- Utilizar plataformas digitais para conectar doadores a iniciativas locais, alinhadas à preferência das novas gerações por causas específicas.

Riscos

- Falta de eficácia das iniciativas de responsabilidade social corporativa.
- Fragmentação de iniciativas filantrópicas e perda de eficácia sem uma governança robusta.



7

Redefinição de cuidados

PALAVRAS-CHAVE

Prevenção, Longevidade Saudável, Bem-Estar, Autocuidado, Saúde Mental, Saúde Integral, Hábitos Saudáveis, Monitoramento de Saúde, Mercado de Bem-Estar, Qualidade de Vida.

O que é?

A tendência de transformação na abordagem da saúde, com uma ênfase crescente na prevenção e no bem-estar integral, em detrimento do modelo tradicional de “cuidado da doença”. Há uma busca por hábitos saudáveis e monitoramento personalizado da saúde, refletindo-se na priorização do cuidado com o corpo e com a mente de forma proativa.

Dados e fatos

O mercado global de bem-estar gerou US$ 5,6 trilhões de receita em 2022 (Global Wellness Institute, 2023). O setor de *health techs* cresceu de 248 *startups* para mais de 1.000, com projeção de alcançar US$ 504 bilhões de tamanho até 2025 (Global Market Insights, 2023).

Mais de 90% dos consumidores têm interesse em produtos saudáveis e sustentáveis, mas 67% acham mais fácil encontrar produtos saudáveis do que sustentáveis (58%). Nos últimos dois anos, 62% dos consumidores passaram a consumir mais alimentos saudáveis, 51% praticam exercícios para manter a saúde, e 43% optam por caminhar ou andar de bicicleta (GlobeScan, 2023).

Dados mostram que 66% dos consumidores brasileiros passam tempo com alguém de quem gostam como forma de lidar com o estresse (Mintel Reports Brazil, 2023).

Oportunidades e riscos para o Estado

Oportunidades

- Promover a integração do bem-estar físico, mental e social nas políticas públicas.
- Ampliar o acesso à educação sanitária, à prevenção e a *check-ups* regulares, com foco na formação de hábitos saudáveis desde a infância.
- Estimular a criação de comunidades saudáveis por meio da valorização de espaços públicos, hortas urbanas e redes de apoio emocional.
- Fortalecer o turismo de saúde e explorar o potencial econômico da longevidade com novos modelos de negócio voltados para a terceira idade. Expandir o acesso a cuidados personalizados, integrando práticas preventivas ao SUS e promovendo parcerias com *startups* de saúde digital.

Riscos

- A valorização do autocuidado e da busca por bem-estar, se não for acompanhada por políticas públicas inclusivas, pode reforçar visões individualistas da saúde, deslocando a responsabilidade coletiva para o indivíduo. Isso tende a enfraquecer o papel do Estado e da sociedade e gerar sobrecarga emocional, especialmente entre grupos mais vulneráveis.
- A desigualdade no acesso a cuidados personalizados e tecnologias de saúde é outro risco, já que esses serviços tendem a se concentrar em quem tem maior poder aquisitivo, aprofundando disparidades.
- A falta de regulamentação das *health techs* pode comprometer a segurança e a eficácia dos serviços oferecidos.
- A pressão social por performance constante e uma vida “saudável idealizada” pode gerar efeitos contrários, como ansiedade, culpa e esgotamento, especialmente em contextos de hiperexposição digital e vigilância constante sobre hábitos pessoais.

8

Revolução nanobiológica

PALAVRAS-CHAVE

Biotecnologia, Edição Genética (CRISPR), Nanotecnologia, Inteligência Artificial (IA), Medicina Regenerativa, Biologia Sintética, Bioengenharia, Bioimpressão 3D, Nanomateriais.

O que é?

A convergência entre inteligência artificial (IA), biologia e nanotecnologia está abrindo novas fronteiras em áreas como medicina, produção de alimentos e desenvolvimento de materiais. A IA passa a ser usada na criação de moléculas e organismos inéditos, enquanto tecnologias como o CRISPR (*Clustered Regularly Interspaced Short Palindromic Repeats*) — uma técnica revolucionária de edição genética que permite modificar com precisão o DNA de organismos vivos — possibilitam avanços como carne cultivada em laboratório e terapias antienvelhecimento.

A nanotecnologia impulsiona avanços na bioengenharia, especialmente no desenvolvimento de sistemas inteligentes de liberação de medicamentos, que direcionam fármacos com precisão a células específicas, reduzindo efeitos colaterais. Além disso, nanomateriais são utilizados para criar estruturas que auxiliam na regeneração de tecidos, como membranas biocompatíveis para reparo de lesões. Na área energética, compostos em nanoescala já são aplicados em painéis solares e baterias para melhorar sua capacidade de armazenamento e eficiência.

Dados e fatos

O mercado global de edição genética foi avaliado em US$ 4,8 bilhões em 2023. A edição genética e a nanobiotecnologia estão revolucionando a ciência, com marcos recentes como a aprovação do primeiro tratamento com CRISPR no Reino Unido para anemia falciforme e beta-talassemia (Nature Biotechnology, 2023), e a autorização da terapia Casgevy pela Food and Drug Administration (FDA) nos EUA (FDA News Release, 2024). A China continua liderando ensaios clínicos, incluindo pesquisas controversas com embriões (Journal of Medical Ethics, 2023) enquanto a nanobiotecnologia avança com o desenvolvimento de nanorrobôs de DNA pelo Massachussets Institute of Technology (MIT) para combater tumores (Science Robotics, 2024). Na agricultura, culturas CRISPR-edited, como trigo resistente à seca (Science, 2023) e peixes de crescimento acelerado no Japão (Japan Times, 2024), mostram o vasto potencial dessa tecnologia.

Oportunidades e riscos para o Estado

No Brasil, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) lidera pesquisas com cana-de-açúcar e soja editadas para resistir a pragas e secas (Embrapa Report, 2023), enquanto universidades como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) avançam em terapias gênicas para câncer e doenças raras (Revista Pesquisa Fapesp, 2024). A CTNBio aprovou em 2023 o primeiro fungo CRISPR para controle biológico (CTNBio Resolution No. 27, 2023), e instituições como Senai Cimatec e LNLS/Sirius exploram nanopartículas para diagnósticos médicos (Journal of Nanobiotechnology, 2023).

Oportunidades

- Posicionar-se como centro de excelência em medicina personalizada.
- Modernizar o agronegócio com a edição genética para criar variedades mais resistentes e nutritivas.
- Explorar inovações em materiais avançados e energia limpa por meio da nanotecnologia.

Riscos

- Carência de investimentos robustos em infraestrutura de pesquisa e formação de talentos.
- Ausência de marcos regulatórios que equilibrem inovação, segurança e ética.
- Dependência tecnológica externa, reforçando a necessidade de desenvolver capacidades locais em biotecnologia.



9

Economia regenerativa

PALAVRAS-CHAVE

Economia Regenerativa, Sustentabilidade, Economia Circular, Soluções Baseadas na Natureza, ESG.

O que é?

A tendência da economia regenerativa busca restaurar, renovar e regenerar os recursos naturais, sociais e econômicos, propondo uma alternativa ao modelo tradicional de exploração e consumo. Essa abordagem, que diz respeito a buscar uma relação sistêmica com a produção e a gestão dos recursos e seu consumo, está diretamente ligada à ideia de economia circular, que promove a redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia.

Dados e fatos

A geração Z (nascidos entre 1997 e 2012) está se destacando no consumo sustentável, com 47% dos jovens comprando produtos de segunda mão e 55% vendendo itens usados, indicando uma mudança significativa na cultura do consumo e descarte (DoSomething, 2021). Além disso, 49% dos entrevistados estão dispostos a experimentar carnes vegetais sustentáveis, refletindo uma preocupação crescente com o meio ambiente nas escolhas alimentares (DoSomething, 2021). A influência de ativistas também é notável, com 70% das pessoas afirmando que, se uma marca as inspira, elas se sentem mais motivadas a lutar pelo meio ambiente (Wunderman Thompson, 2021).

Em termos de comportamento de consumo, 28% dos entrevistados indicam que passaram a consumir mais de empresas comprometidas com o meio ambiente, demonstrando o impacto crescente das práticas sustentáveis nas decisões de compra (Deloitte, 2021). A pesquisa da Euromonitor International de 2024 revela que 24% dos consumidores globais compram produtos de segunda mão para adotar um estilo de vida mais sustentável, enquanto 41% preferem reparar itens quebrados em vez de comprar novos. Além disso, 38% dos entrevistados planejam comprar mais de pequenas empresas e empreendedores locais, refletindo uma tendência de apoiar negócios sustentáveis e locais (Meta Brasil, 2023).

Oportunidades e riscos para o Estado

Oportunidades

- Integrar práticas que restauram ecossistemas, otimizam recursos e promovem equidade social.
- Desenvolver cadeias produtivas de setores tradicionais como agronegócio e indústria, adotando a circularidade para reduzir desperdícios e regenerar solos, recursos hídricos e biodiversidade.
- Atrair investimentos em tecnologias limpas e *climate-techs* e fomentar novos mercados de produtos e serviços regenerativos.
- Posicionar o ES como *hub* de inovação sustentável.
- Capacitar cidadãos e empresas para práticas sustentáveis.
- Fortalecer parcerias entre governo, academia e iniciativa privada para acelerar a adoção de modelos econômicos alinhados aos princípios ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança).

Riscos

- O risco de *greenwashing* surge como um dos principais obstáculos, em que práticas regenerativas podem ser adotadas apenas como uma estratégia de marketing, sem um compromisso real com a sustentabilidade.
- A falta de atração de investimentos em tecnologias limpas pode limitar o avanço de soluções inovadoras e sustentáveis, dificultando o crescimento do mercado.
- Individualismo setorial nas iniciativas, em que ações isoladas de empresas ou segmentos podem não ser suficientes para uma transição sistêmica, gerando uma abordagem fragmentada e pouco eficaz.
- Falta de integração entre setores e estratégia unificada pode comprometer os avanços da economia regenerativa.



10

Novos eixos econômicos

PALAVRAS-CHAVE

Sul Global, Rotas Comerciais, Investimentos, Desdolarização, Multilateralismo

O que é?

A economia global está passando por uma reconfiguração, com o Sul Global assumindo um papel crescente e estratégico. Países como Brasil, Índia e África do Sul estão se destacando neste novo cenário, impulsionados por três fatores principais: novos acordos comerciais, a utilização de moedas alternativas ao dólar nas transações internacionais e uma diversificação nos fluxos de investimento.

A formação de novos blocos comerciais, como o BRICS+ e parcerias Sul-Sul, está ganhando força, criando alternativas ao sistema econômico tradicional. Além disso, países estão adotando moedas alternativas ao dólar nas transações bilaterais, com exemplos como o uso de real e yuan entre Brasil e China e rúpia e rublo entre Índia e Rússia. Essas mudanças são complementadas por fluxos de investimento mais diversificados, com China e Emirados Árabes ampliando sua presença na África e na América Latina, intensificando a descentralização do poder econômico global.

Dados e fatos

A Índia está projetada para se tornar a terceira maior economia do mundo até 2030 (IMF, 2024), destacando a crescente importância econômica do Sul Global. Em paralelo, a participação do dólar nas reservas globais caiu para 58% em 2023, a menor em duas décadas (IMF, 2024), refletindo o desafio à hegemonia do dólar e o aumento do uso de outras moedas. A pandemia da Covid-19 e as tensões comerciais entre os EUA e a China contribuíram para a reconfiguração das rotas comerciais (McKinsey & Company, 2024), indicando uma mudança significativa no fluxo global de bens e serviços.

No âmbito bilateral, em 2023, Brasil e China passaram a utilizar o yuan e o real em parte do comércio, movimentando cerca de US$ 10 bilhões por ano e reduzindo custos cambiais (BCB, 2023). Da mesma forma, Índia e Rússia adotaram acordos em rúpias e rublos para a compra de petróleo (Reuters, 2023). Embora esses movimentos ainda sejam limitados, eles fragmentam o domínio do dólar, criando novos canais de comércio e investimento, e sinalizam uma mudança estrutural no equilíbrio econômico global.

Oportunidades e riscos para o Estado

Oportunidades

- Posicionar-se como um *hub* logístico e comercial em rotas emergentes.
- Atrair investimentos em infraestrutura e comércio internacional.
- Diversificar parcerias com países do Sul Global.
- Aumentar a exportação de produtos sustentáveis.
- Atrair projetos em energia renovável e tecnologia.

Riscos

- Vulnerabilidade à volatilidade dos fluxos comerciais.
- Impactos da fragmentação política global.
- Manutenção da concentração da estrutura produtiva.
- Defasagem tecnológica em relação aos principais competidores externos.



Foto: Fernando Madeira

As tendências mapeadas pelo **ES 500 Anos** representam uma síntese ampla das transformações que moldam o **mundo contemporâneo** e abrangem as esferas **sociais**, **políticas**, **ambientais**, **econômicas** e **tecnológicas**, que impactam o Brasil.

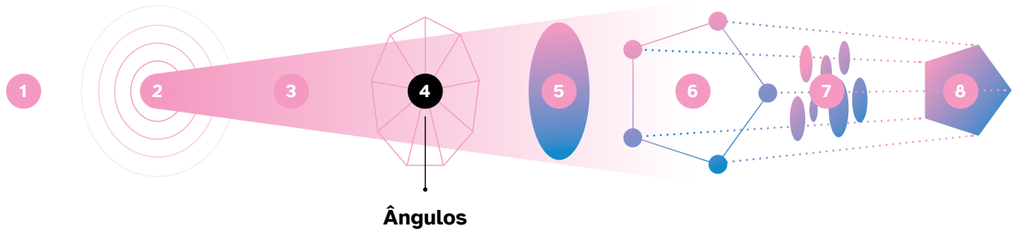
Ao incorporar essas questões ao Plano ES 500 Anos, o Espírito Santo dá um passo decisivo para **deixar de ser apenas um reagente às mudanças e passar a ser um agente da transformação**. Compreender tendências não é apenas mapear riscos e oportunidades — é também reconhecer que o futuro será moldado pelas escolhas que fazemos agora: as políticas que priorizamos, os investimentos que promovemos, os valores que sustentamos.

Com indicativos relevantes que apontam um futuro cada vez mais interdependente, sensível à diversidade, movido por inovação e orientado por **novas formas de engajamento e pertencimento**, o ES 500 Anos reafirma seu compromisso com um **planejamento conectado ao mundo**. E com o fortalecimento de um Estado que não teme a complexidade — e que responde a ela com inteligência coletiva, visão estratégica e capacidade de ação.

Foi com esse espírito que o Plano ES 500 Anos **incorporou as tendências como bússolas para o presente** e estabeleceu as bases sólidas para a formulação de **“ângulos”**, que são perspectivas estratégicas destinadas a orientar o desenvolvimento futuro do Estado. Esses ângulos serão apresentados e discutidos no próximo capítulo.

O conteúdo detalhado das tendências está disponível no **Volume 4 — Mapa de tendências** e pode ser acessado por meio deste **código QR** ou do **link abaixo**:

https://www.es500anos.com.br/volume-4



4.

Ângulos
Perspectivas para direcionar o futuro

O mapeamento das tendências, a escuta ampla, a análise qualificada e a articulação entre diferentes saberes permitiram construir uma visão integrada dos desafios contemporâneos e, com ela, a necessidade de formular respostas igualmente integradas com horizonte nos próximos dez anos.

O planejamento para essa transição, do entendimento à ação, exigiu um pensamento estratégico capaz de **sintetizar a complexidade dos desafios em direções claras**, coerentes e mobilizadoras. Foi com esse propósito que se estruturou a definição dos ângulos estratégicos, a partir dos quais o Plano ES 500 Anos organiza seu olhar sobre o futuro.

O conteúdo detalhado dos ângulos está disponível no **Volume 5 — Ângulos para direcionar o futuro** e pode ser acessado por meio deste **código QR** ou do **link abaixo**:

https://www.es500anos.com.br/volume-5

Foto: Vitor Jubini

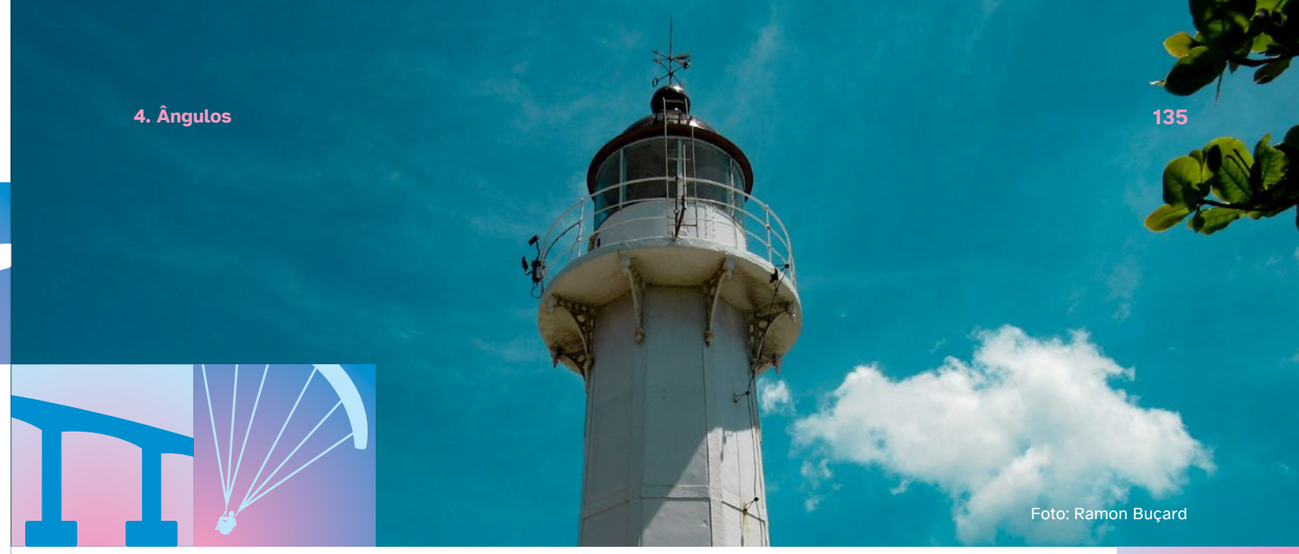


Foto: Ramon Buçard

4.1. Ângulos Estratégicos do ES 500 Anos

O futuro de um território começa a ser desenhado quando diferentes olhares se encontram para imaginar o que é possível e necessário. Mas é quando essa imaginação se transforma em direção clara, coordenada e compartilhada que ele começa, de fato, a ganhar forma. Os ângulos estratégicos do ES 500 Anos nascem desse encontro: são pontos de articulação entre o que o Espírito Santo já é e o que pode vir a ser.

Os ângulos organizam as escolhas coletivas em torno de desafios reais e oportunidades concretas. Foram estruturados a partir de escutas qualificadas com especialistas de diferentes áreas, diálogos com a sociedade, análise de dados e tendências, e traduzem as prioridades capixabas diante das mudanças em curso no mundo.

Interligados e interdependentes, eles devem ser compreendidos como uma abordagem transversal, em vez de serem vistos isolada ou linearmente. Na figura 10, a estrutura infográfica ilustra os nove ângulos.

A explicação resumida dos nove ângulos, com seus componentes para o planejamento de longo prazo do Espírito Santo, será apresentada a seguir. A definição de cada componente pode ser consultada no Glossário, ao final deste documento.

Os ângulos são **enquadramentos conceituais** que traduzem o que deve ser **prioridade** para o Espírito Santo. Refletem os **temas estratégicos** de forma **integrada** e **multidimensional**, traduzindo o que deve ser prioridade para o Estado que queremos construir diante do entendimento do contexto atual e das tendências globais mapeadas.

No desenvolvimento do ES 500 Anos, foram identificados nove ângulos, conforme apresentados na figura 10.

TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO A PARTIR DOS ÂNGULOS INTEGRADOS

1. **Empreendedorismo, inovação e prosperidade regional inclusiva e sustentável**
2. **Educação, competências e potencial humano**
3. **Competitividade dos setores estratégicos estabelecidos**
4. **Transição energética, caminho para a neutralidade climática**
5. **Estado empreendedor e governança participativa**
6. **Infraestrutura, mobilidade e logística resilientes, inteligentes e inclusivas**
7. **Economia do bem-estar, segurança e a sociedade do cuidado**
8. **Ecossistema de financiamento sustentável e investimento de impacto**
9. **Regeneratividade de ecossistemas naturais**

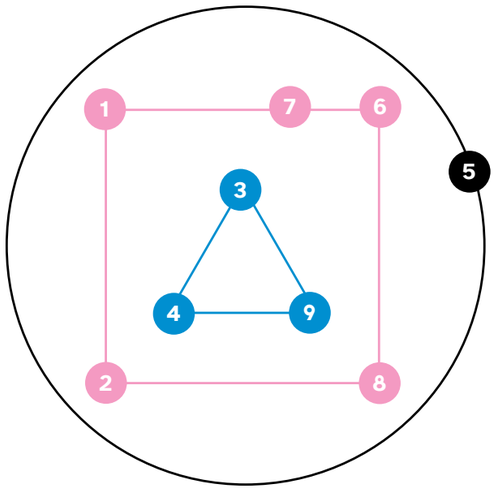


Figura 10: Os nove ângulos analisados



Foto: Vitor Jubini

ÂNGULO 1

Empreendedorismo, inovação e prosperidade regional inclusiva e sustentável

O ângulo “Empreendedorismo, inovação e prosperidade regional inclusiva e sustentável” aborda a construção de uma nova economia capixaba a partir do fortalecimento dos territórios, respeitando suas vocações, em prol da inclusão social, equilíbrio ambiental e geração de oportunidades. O desenvolvimento regional, nesse contexto, deixa de ser apenas uma meta distributiva e passa a ser entendido como um processo dinâmico de articulação entre saberes, agentes e iniciativas.

Segundo este enquadramento, a ação coordenada entre poder público, universidades, centros de pesquisa, cooperativas, setor produtivo e sociedade civil é essencial para ativar ecossistemas locais de inovação e apoiar setores estratégicos emergentes — como bioeconomia, economia criativa, economia azul, economia circular e economia digital. Inovação e empreendedorismo, quando integrados às realidades regionais, tornam-se vetores centrais de transformação, capazes de renovar ciclos de prosperidade com base na diversidade, na inteligência territorial e na sustentabilidade.

Em síntese, os componentes deste ângulo são um conjunto de dimensões de transformação que compõem uma visão ampla e integrada de futuro para os territórios capixabas.

COMPONENTES

- Sustentabilidade ambiental;
- Inteligência e inovação urbana;
- Ecossistemas de inovação;
- Ecossistemas de empreendedorismo;
- Diversificação da base econômica;
- Plataforma de engajamento do cidadão;
- Inclusão social;
- Inclusão produtiva;
- Indicações Geográficas.

ÂNGULO 2

Educação, competências e potencial humano

A valorização do potencial humano é um dos pilares para o desenvolvimento sustentável, inclusivo e inovador do Espírito Santo. Este ângulo propõe uma abordagem abrangente e contínua da educação, compreendendo a formação como processo vitalício, adaptativo e diretamente conectado às transformações tecnológicas, sociais e econômicas em curso. Seu foco é preparar a população capixaba para os desafios do século XXI, com atenção especial à permanência escolar, à inclusão produtiva dos jovens e ao alinhamento entre competências formadas e as demandas reais do mundo do trabalho.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de realinhamento curricular, especialmente na educação básica e técnica, com maior ênfase no desenvolvimento de competências digitais, socioemocionais e resolução de problemas complexos. O desenvolvimento de habilidades ligadas à inovação, pensamento crítico e comunicação torna-se essencial para que os indivíduos acompanhem as transformações da economia e da sociedade.

COMPONENTES

- Desenvolvimento integral e aprendizagem ao longo da vida;
- Permanência escolar;
- Inclusão produtiva e educacional de jovens;
- Formação de professores;
- Retenção de talentos nas regiões;
- Habilidades digitais e novas profissões;
- Acesso a tecnologias;
- Cultura como ferramenta de inclusão;
- Estratégias multigeracionais de formação.

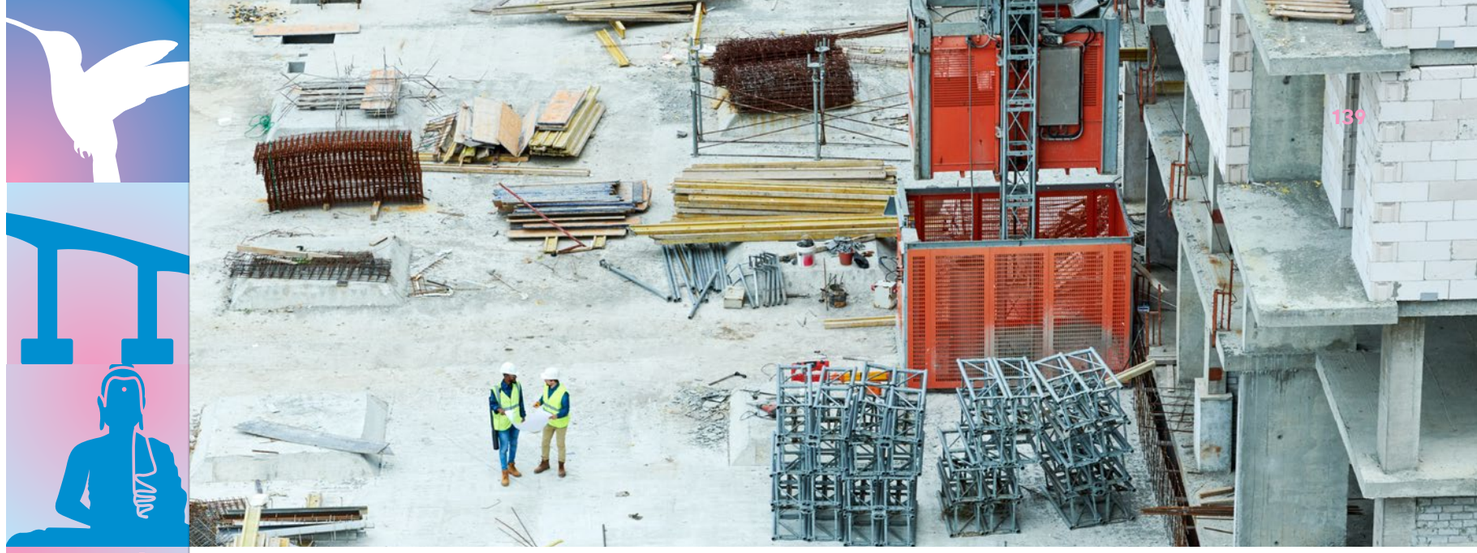


Além disso, a qualificação contínua da força de trabalho, a ampliação da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes e a atualização da formação docente são medidas prioritárias para reduzir a lacuna de competências e enfrentar o chamado “apagão de mão de obra”, especialmente em setores estratégicos como tecnologia, energia e agroindústria. No Espírito Santo, esse desafio se expressa na dificuldade de retenção de talentos em determinadas microrregiões, muitas vezes por falta de perspectivas de carreira alinhadas às vocações locais. A adoção de universidades corporativas, programas de requalificação profissional e iniciativas multigeracionais nas empresas também ganha relevância como estratégia de adaptação diante da longevidade da população economicamente ativa.

Outro ponto colocado é o fortalecimento da educação formal e não formal, com foco em permanência escolar, inclusão educativa socioesportiva, incentivo à leitura e à cultura como vetor de emancipação, compondo uma Agenda que valoriza o aprendizado em múltiplas dimensões. A promoção de ambientes educacionais mais atrativos, conectados, acessíveis e capazes de inspirar perspectivas de futuro, sobretudo para as juventudes, é elemento-chave para garantir equidade e reduzir desigualdades territoriais.

O ângulo **Educação, competências e potencial humano** aponta para a necessidade de um novo pacto pela educação: mais conectado às realidades locais, mais atento às juventudes e mais preparado para formar cidadãos e profissionais capazes de construir, de forma crítica e criativa, os caminhos de um Espírito Santo mais competitivo, justo e resiliente.





ÂNGULO 3

Competitividade dos setores estratégicos estabelecidos

Este ângulo concentra-se na necessidade de fortalecer a base produtiva capixaba diante das transformações estruturais que impactam a economia global. O objetivo é ampliar a resiliência de empresas e setores estratégicos já consolidados, promovendo sua capacidade de adaptação às novas exigências tecnológicas, regulatórias e mercadológicas. Ao mesmo tempo, o Plano ES 500 Anos busca incentivar a adoção de práticas sustentáveis e modelos de negócios inovadores que possam elevar a competitividade e acelerar a transição para uma economia de maior valor agregado.

O ângulo contempla o fortalecimento das cadeias produtivas e dos polos industriais regionais, o estímulo à cooperação tecnológica e a integração de tecnologias emergentes — como automação, digitalização, internet das coisas (IoT) e inteligência artificial (IA) — no contexto da indústria 4.0 e das perspectivas para a indústria 5.0. A incorporação

COMPONENTES

- Fortalecimento das cadeias produtivas;
- Desenvolvimento e expansão de polos industriais;
- Cooperação tecnológica;
- Indústria 4.0 e 5.0;
- Impactos da reforma tributária;
- Adoção de práticas ESG;
- Superação de barreiras comerciais;
- Fortalecimento dos APLs (Arranjos Produtivos Locais);
- Estratégias de internacionalização e suprimento de lacunas produtivas.

desses recursos visa a impulsionar a verticalização de setores estratégicos e a modernização do comércio e dos serviços (com destaque para serviços personalizados, economia compartilhada e servitização), além de reduzir lacunas em cadeias de fornecimento que ainda limitam o encadeamento produtivo em determinadas regiões do Estado.

Outro ponto central é o incentivo à internacionalização dos negócios, especialmente por meio da superação de barreiras tarifárias e não tarifárias, da diversificação de rotas comerciais e da aproximação com novos mercados. A adoção de princípios e práticas ESG (ambientais, sociais e de governança) também se impõe como vetor de acesso a novas formas de financiamento, em sintonia com o comportamento de investidores e as exigências do mercado global.

É importante destacar, ainda, a reforma tributária como fator de atenção, tendo em vista que a mudança do princípio da tributação da origem para o destino pode provocar perda de receitas estaduais e municipais. No entanto, a transição também abre oportunidades: simplificação tributária, redução de distorções e criação de um ambiente mais favorável ao investimento produtivo. Cabe ao Espírito Santo transformar esse cenário em uma chance de acelerar a diversificação econômica e o adensamento das cadeias produtivas, com ganhos em eficiência, inovação e sustentabilidade.



ÂNGULO 4

Transição energética, caminho para a neutralidade climática

Este ângulo trata da transição energética como uma alavanca para promover a neutralidade climática, fortalecer a segurança energética e reposicionar o Espírito Santo na rota da competitividade sustentável global. A mudança na matriz energética, com base em inovação, tecnologias limpas e redução da dependência de combustíveis fósseis, representa não apenas um imperativo ambiental, mas também uma oportunidade concreta de modernização produtiva, geração de empregos verdes e ampliação da atratividade do Estado para investimentos de baixo carbono.

Nesse processo, os *royalties* provenientes do setor de petróleo e gás assumem papel estratégico. Além de compor reservas financeiras, esses recursos podem ser utilizados para financiar uma transição energética planejada e gradual, incentivando a migração de cadeias de valor e de serviços atualmente ligados à indústria fóssil para o setor de energias renováveis. Essa transição produtiva exige também políticas de estímulo à inovação, formação de mão de obra especializada e criação de novas oportunidades econômicas nos territórios impactados.

A ampliação do uso de fontes limpas — como energia solar e eólica *offshore* —, aliada à disseminação de tecnologias voltadas à eficiência energética, especialmente nos setores industrial e de transporte, será decisiva para garantir competitividade e sustentabilidade de longo prazo. O desenvolvimento de planos regionais de adaptação climática e o fortalecimento da infraestrutura para produção, distribuição e armazenamento de energia sustentável também são fundamentais para consolidar esse novo modelo energético.

COMPONENTES

- Transição energética;
- Eficiência energética;
- Ampliação do uso de fontes renováveis;
- Diversificação econômica a partir da energia;
- Segurança energética;
- Financiamento da transição com recursos de petróleo e gás;
- Planos de adaptação climática.



ÂNGULO 5

Estado empreendedor e governança participativa

Diante dos desafios complexos do nosso tempo, ganha força no ES 500 Anos a ideia de um Estado indutor da transformação, impulsionando a inovação, orientando o desenvolvimento e colaborando ativamente com diferentes setores da sociedade. Em outras palavras, este ângulo propõe uma lógica dinâmica, estratégica e voltada à construção de valor público no longo prazo por parte do poder público e de toda a sociedade.

Nesse modelo, o Estado assume o papel de indutor de inovação com direcionalidade futura, articulando políticas públicas, financiamento e regulação de forma integrada. O estímulo a investimentos de risco e de impacto, por meio de bancos públicos e agências de fomento, permite apoiar setores emergentes, promover a transformação digital, fomentar o empreendedorismo e acelerar a adoção de tecnologias inovadoras. Mais do que apenas subsidiar ou responder, o Estado passa a cocriar soluções, em diálogo com a sociedade e com foco nos desafios estruturais do desenvolvimento sustentável.

COMPONENTES

- Financiamento à inovação e às *startups*;
- Atração de investimentos para o Estado;
- Investimento de impacto e risco;
- Parcerias público-privadas (PPPs) e público-sociais (PPSs);
- Redesenho institucional;
- Governança participativa;
- Consórcios intermunicipais;
- Compras públicas com critérios de inovação e ESG;
- Políticas de dados abertos;
- *Sandboxes* regulatórios;
- Construção de capacidades dinâmicas no setor público.

O fortalecimento e a modernização da gestão pública, já em curso no Espírito Santo, são aspectos centrais para viabilizar esse novo papel do Estado. Um Estado empreendedor exige governança aberta e participativa, com envolvimento de cidadãos, setor produtivo, academia e organizações da sociedade civil na formulação de políticas, planos e orçamentos. Essa abordagem fortalece um novo pacto social baseado em transparência, colaboração e confiança. Requer ainda o redesenho institucional e marcos legais flexíveis, capazes de responder às mudanças tecnológicas e sociais — incluindo o uso de condicionalidades para inovação e critérios ESG nas políticas públicas.

Infraestruturas públicas digitais, como identidade digital, plataformas interoperáveis e dados abertos, viabilizam experiências mais resolutivas para os cidadãos e promovem eficiência e *accountability*. Ao mesmo tempo, a intensificação de parcerias público-privadas e público-sociais amplia a capacidade do Estado de inovar em serviços, compartilhar riscos e diversificar fontes de financiamento, melhorando sua capacidade de investimento e a qualidade das entregas públicas.

ÂNGULO 6

Infraestrutura, mobilidade e logística resilientes, inteligentes e inclusivas

Dando continuidade às diretrizes estratégicas voltadas à transformação territorial e à sustentabilidade, este ângulo se concentra nos esforços para tornar a infraestrutura capixaba mais eficiente, acessível e resiliente. O foco está na articulação entre conectividade física e digital, ordenamento territorial, mobilidade limpa e inclusão, como caminhos para impulsionar o desenvolvimento econômico e melhorar a qualidade de vida da população.

No campo da infraestrutura física, o foco é desenvolver sistemas interligados, modernos e de baixo impacto ambiental. Isso inclui redes de transporte integradas (intermodais), descarbonização da mobilidade, eletrificação da frota e avanço de soluções tecnológicas que permitam a circulação de pessoas, e de bens e serviços com menor custo logístico e maior eficiência energética. Ao mesmo tempo, são fundamentais os investimentos em logística integrada, abrangendo portos, aeroportos, ferrovias, rodovias e demais infraestruturas críticas para o escoamento da produção e o acesso aos mercados.

Em paralelo, a infraestrutura digital é identificada como eixo estruturante da transformação econômica e da inclusão social. A universalização da banda larga, o avanço dos investimentos em TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e o fortalecimento da equidade digital são medidas essenciais para garantir que plataformas, serviços e oportunidades tecnológicas estejam disponíveis de forma ampla e justa, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

A ideia e o objetivo maior é integrar essas dimensões — física, digital, ambiental e territorial. Dessa forma, o Espírito Santo fortalece sua capacidade de conectar regiões, reduzir desigualdades e sustentar um modelo de desenvolvimento alinhado aos desafios do presente e às exigências do futuro.

COMPONENTES

- Conectividade e infraestrutura inteligente;
- Infraestrutura resiliente;
- Descarbonização da infraestrutura e da mobilidade;
- Ordenamento territorial;
- Reordenamento territorial;
- Segurança hídrica;
- Infraestrutura para garantir a universalização do saneamento;
- Transmissão e distribuição de energia;
- Mobilidade elétrica;
- Investimentos em ICT (telecomunicações) para a transformação digital;
- Universalização do acesso à banda larga;
- Equidade digital;
- Logística integrada;
- Desenvolvimento e modernização de portos, ferrovias e rodovias;
- Retrofit de edifícios para que tenham mais eficiência energética;
- Receita extra com crédito de carbono;
- Equidade digital na infraestrutura.



Foto: Marcelo Moryan

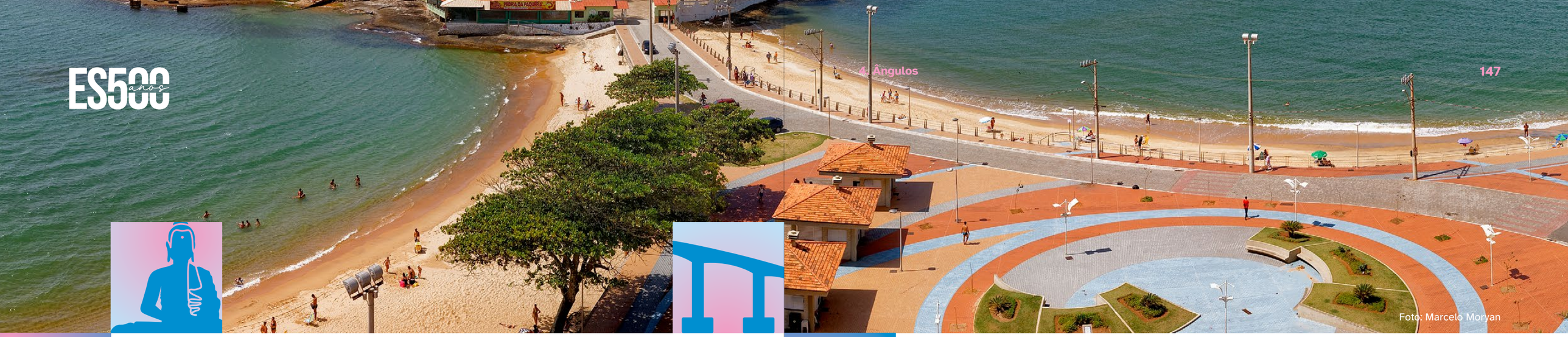


Foto: Marcelo Moryan

ÂNGULO 7

Economia do bem-estar, segurança e a sociedade do cuidado



As transformações sociais, demográficas e culturais dos últimos anos impõem novas exigências para as políticas públicas voltadas ao cuidado, à saúde e à convivência nas cidades. Este ângulo reúne ações e diretrizes que buscam promover o bem-estar em sentido amplo — físico, mental e social — a partir de uma abordagem integrada, centrada nas pessoas e comprometida com a justiça social e o acesso equitativo a serviços essenciais.

O envelhecimento populacional, o aumento da demanda por serviços de saúde, a flexibilização das relações de trabalho, a crise previdenciária e a reorganização das estruturas familiares impõem novos desafios à capacidade do Estado de garantir proteção social e criar uma noção maior de cuidado. Soma-se a isso o avanço das pautas de diversidade, inclusão e saúde mental, que exigem políticas mais sensíveis, personalizadas e próximas da realidade dos territórios e das comunidades.

Nesse contexto, o ES 500 Anos destaca a importância da construção de uma sociedade mais segura e acolhedora, que promova bem-estar e cuidado desde os primeiros anos de vida — com foco na primeira infância, alimentação saudável, saúde preventiva e desenvolvimento socioesportivo — até políticas voltadas ao envelhecimento ativo, à requalificação urbana e ao fortalecimento das redes de bem-estar e cuidado. A atenção à saúde mental, à moradia digna, à segurança cidadã, à assistência social facilitada e à inclusão de grupos historicamente desfavorecidos e vulnerabilizados é componente central para garantir que os benefícios do desenvolvimento sejam distribuídos de forma justa e efetiva.

Ao promover uma visão integrada do bem-estar e do cuidado, este ângulo orienta a atuação do poder público para o fortalecimento do tecido social, a requalificação dos espaços urbanos, o acolhimento das diferenças e a construção de uma cultura de pertencimento, segurança e dignidade.

COMPONENTES

- Primeira infância;
- Saúde preventiva;
- Saúde mental;
- Alimentação saudável e segurança alimentar;
- Desenvolvimento socioesportivo;
- Garantia de justiça social;
- Segurança cidadã e combate à criminalidade;
- Assistência social facilitada;
- Longevidade e envelhecimento positivo;
- Políticas de acessibilidade;
- Diversidade e inclusão;
- Exploração do comum;
- Acesso à moradia digna, sustentável e habitações sociais;
- Aumento do uso e acessibilidade;
- Requalificação de áreas verdes e praias;
- *Redesign* do ambiente urbano para o bem-estar;
- Zeladoria e requalificação de áreas verdes.



Foto: Vitor Jubini

ÂNGULO 8

Ecossistema de financiamento sustentável e investimento de impacto

Este ângulo amplia a perspectiva sobre o sistema de financiamento para o desenvolvimento sustentável. Considera a reorientação dos fluxos e investimentos financeiros oriundos do mercado de capitais, dos bancos e das agências de fomento e financiamento tanto para projetos que priorizam aspectos ambientais, sociais e de governança como para os investimentos de impacto, realizados em iniciativas ou empresas que, além do retorno financeiro, buscam gerar impacto social e ambiental positivo mensurável.

Nesse contexto, o papel das políticas públicas e dos marcos regulatórios é central para criar um ambiente seguro, transparente e atrativo para investidores comprometidos com a sustentabilidade. Iniciativas como taxonomias sustentáveis, incentivos fiscais e exigências de transparência ESG têm sido adotadas em diversos países para alinhar os interesses dos agentes financeiros com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ao estabelecer diretrizes claras e previsíveis, o poder público contribui para a redução de riscos percebidos e estimula a canalização de recursos para áreas estratégicas, como energia limpa, mobilidade urbana, agricultura regenerativa e inclusão social.

COMPONENTES

- Investimento de impacto;
- Mercado de carbono;
- Vantagens competitivas;
- Redistribuição de receitas;
- Transições e compensações;
- Equidade fiscal;
- Condições para destravar/ acelerar a alocação de capital.

Além disso, a inovação financeira sustentável tem desempenhado um papel cada vez mais relevante na construção desse ecossistema. Instrumentos como títulos verdes (*green bonds*), títulos sociais (*social bonds*), financiamento híbridos que combinam recursos públicos, filantrópicos e privados (*blended finance*), fundos de *venture capital* de impacto e *fintechs* voltadas à inclusão financeira estão transformando a maneira como se financia o desenvolvimento.

Esses mecanismos não apenas ampliam o acesso ao capital por parte de empreendedores e organizações com propósitos socioambientais, como também fortalecem uma cultura de avaliação de impactos positivos (ESG), que vai além dos resultados econômicos tradicionais. Assim, o ecossistema de financiamento sustentável se consolida como um vetor estratégico para a transição justa e resiliente das economias, especialmente em países em desenvolvimento.

Explorar novos mecanismos de financiamento, incluindo instrumentos como *match funding* e *crowdfunding* também será fundamental para impulsionar o próximo ciclo de prosperidade.

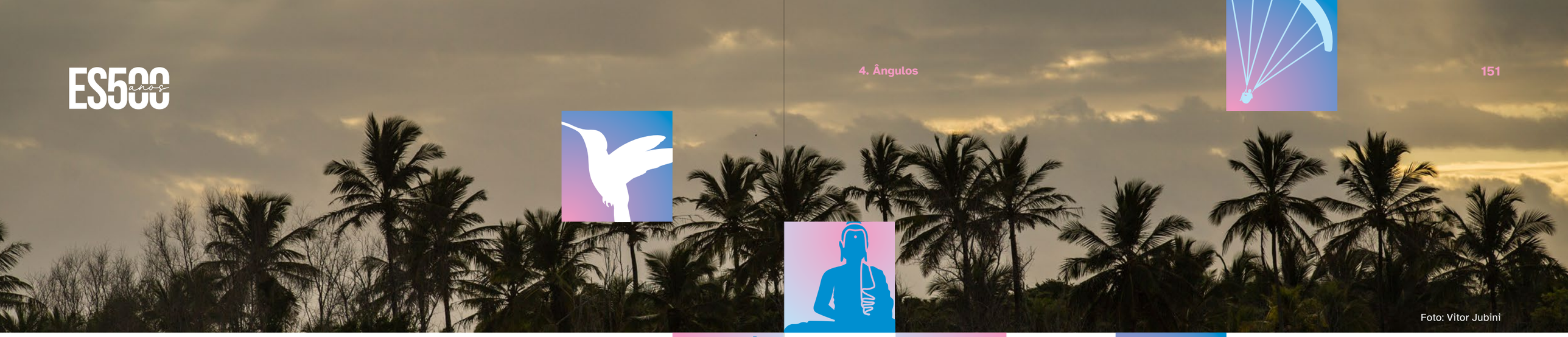


Foto: Vitor Jubini

ÂNGULO 9

Regeneratividade de ecossistemas naturais

Este ângulo aborda uma visão regenerativa do desenvolvimento, integrando educação, inovação tecnológica e práticas sustentáveis para proteger, restaurar e valorizar os ecossistemas naturais. A regeneratividade é essencial para a saúde dos ecossistemas e o bem-estar das comunidades, pois promove a restauração da biodiversidade, a recuperação de áreas verdes, a gestão eficiente dos recursos hídricos e o uso responsável e circular dos bens ambientais.

Envolve também uma mudança cultural, que passa pela educação socioambiental e pela mobilização da sociedade civil. Entre as prioridades estão a intensificação dos esforços para recuperar as áreas da Mata Atlântica, o incentivo à regeneração natural e ao reflorestamento, o investimento em pesquisa para desenvolver técnicas de restauração mais acessíveis e eficazes, além do fortalecimento de políticas públicas voltadas a uma economia verde e diversificada — menos dependente de atividades extrativistas de *commodities*.

COMPONENTES

- Proteção e restauração da vegetação nativa;
- Exploração sustentável dos ativos naturais;
- Uso eficiente e seguro da água;
- Desenvolvimento e aplicação de tecnologias para reaproveitamento, tratamento e produção de água;
- Promoção da segurança alimentar por meio de práticas sustentáveis;
- Valoração de ativos e serviços ecossistêmicos;
- Adoção de estratégias de reúso, reciclagem e economia circular.

O uso eficiente da água é outro ponto-chave. Tecnologias de reaproveitamento e tratamento são fundamentais para enfrentar a escassez hídrica e garantir o acesso sustentável a esse recurso. A adoção de vegetação nativa e de práticas agrícolas regenerativas contribui para enriquecer o solo, aumentar sua capacidade de retenção de água e fortalecer a resiliência ecológica diante das mudanças climáticas.

Nesse contexto, os sistemas circulares complementam a regeneratividade ao minimizar a extração de novos recursos por meio do reaproveitamento de resíduos, da reutilização e reciclagem de materiais e da adoção de retrofit para estruturas físicas e espaços urbanos, criando um fluxo contínuo e valorizado de materiais e ativos inseridos de forma estratégica na economia.

4.2. Transversalidade temática dos ângulos

A construção do Plano ES 500 Anos se apoia em uma **abordagem integrada** em que os ângulos estratégicos são campos interligados, cujos conteúdos se conectam por meio de temas que atravessam múltiplas Agendas públicas.

A identificação desses **assuntos transversais** permite reconhecer pontos de convergência, reforçar sinergias entre áreas distintas e orientar ações integradas que aumentem o impacto das políticas públicas. Esses temas funcionam como fios condutores que percorrem os diferentes ângulos, garantindo coesão e coerência à estratégia de longo prazo.

ÂNGULOS

1. **Empreendedorismo, inovação e prosperidade regional inclusiva e sustentável**
2. **Educação, competências e potencial humano**
3. **Competitividade dos setores estratégicos estabelecidos**
4. **Transição energética, caminho para a neutralidade climática**
5. **Estado empreendedor e governança participativa**
6. **Infraestrutura, mobilidade e logística resilientes, inteligentes e inclusivas**
7. **Economia do bem-estar, segurança e a sociedade do cuidado**
8. **Ecossistema de financiamento sustentável e investimento de impacto**
9. **Regeneratividade de ecossistemas naturais**

OS 20 ASSUNTOS TRANSVERSAIS IDENTIFICADOS	ÂNGULOS
Atração e retenção de profissionais	1 2 3 7
Futuro e inclusão dos jovens no trabalho	1 2 3 7
Novas profissões, habilidades e competências	1 2 3 5 7
Tecnologias emergentes	1 2 3 4 6 9
Primeira infância	2 7
Cidades inteligentes	1 6 9
Diversificação econômica	1 4 5 8
Economia circular	1 3 4 6 7 9
Pesquisa e Desenvolvimento	1 2 3 4 5 6 9
Sustentabilidade/ESG	1 2 3 4 5 6 7 8 9
Neutralidade de carbono	1 2 3 4 5 6 8 9
Investimentos para *startups*/de risco	1 5 8
Engajamento/participação do cidadão	1 2 5 7
Inclusão produtiva	1 2 3
Inclusão social e redução das desigualdades	1 2 3 4 5 6 7 8 9
Reforma tributária	1 5 8
Mercado de carbono	1 3 4 5 8 9
Parcerias público-privadas	1 2 3 4 5 6 7 8 9
Atração de investimentos	1 3 4 5 6 8 9
Saneamento e segurança hídrica	1 3 5 6 7 9

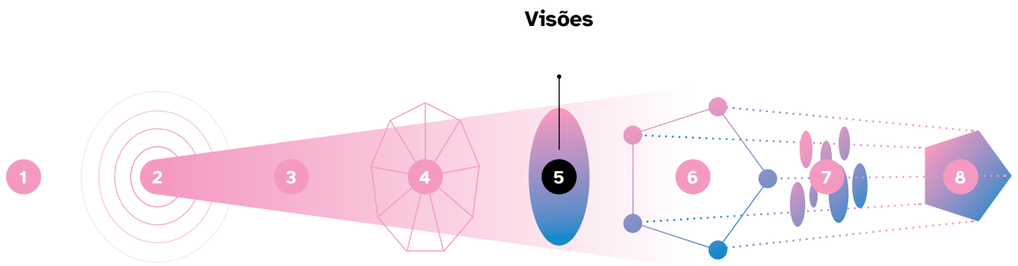
Figura 11: Os 20 assuntos transversais identificados.

A figura 11 ilustra a relação entre os **20 temas transversais e os nove ângulos** definidos. Cada assunto está associado a um ou mais ângulos. O assunto de atração e retenção de profissionais, por exemplo, relaciona-se principalmente com os ângulos 1, 2, 3 e 7.

Por meio de um **processo colaborativo e plural**, os nove ângulos estratégicos revelam sentimentos, ambições e esperanças de um povo que pensa o futuro com planejamento, trabalho e união entre seus atores sociais. Cada ângulo toca, de forma distinta, os lugares onde moram os sonhos capixabas — das cidades mais conectadas aos campos mais produtivos, das salas de aula às redes de cuidado, das estradas à inovação que nasce nos laboratórios e nas comunidades.

Essas dimensões, construídas a muitas vozes, se entrelaçam como partes de um mesmo plano: o de tornar o Espírito Santo um território onde seja possível **viver com dignidade, crescer com equidade e imaginar com liberdade**. A partir da convergência entre os ângulos analisados e as tendências globais identificadas, foram desenhadas **cinco visões de futuro** — propostas ousadas, mas concretas, que apontam para um Estado mais inclusivo, sustentável, inovador e próspero até 2035.

O próximo capítulo apresenta essas visões. Elas não encerram o plano: abrem caminho, servindo como pontos de chegada e, ao mesmo tempo, como **convites à mobilização** — porque o futuro, antes de ser escrito em metas e indicadores, começa a ser construído quando diferentes pessoas compartilham o mesmo sonho e decidem, juntas, dar o primeiro passo.



5.

Visões de futuro
O que queremos para 2035

As visões de futuro estabelecidas no ES 500 Anos oferecem um **delineamento estratégico claro** para impulsionar o desenvolvimento do Espírito Santo até 2035.

Elas foram sintetizadas por meio de um **processo colaborativo de inteligência coletiva**. O envolvimento de diversos setores na construção dessas visões promove um senso de responsabilidade compartilhada, mobilizando esforços coletivos em direção a um futuro mais sustentável, inclusivo e próspero. Além disso, as visões de futuro incorporam a análise realizada de tendências externas globais e nacionais, permitindo a identificação proativa de oportunidades e a mitigação de riscos que possam influenciar a trajetória do Estado.

No ES 500 Anos, as visões incorporam um **Estado desejável e inspirador** que guia decisões, investimentos e políticas públicas de forma coordenada. Contribuem na estruturação para a abordagem orientada para missões, garantindo, por um lado, que os desafios e oportunidades sejam traduzidos em ações concretas, e estabelecendo, por outro lado, direções claras para a transformação do Estado. Assim, as aspirações coletivas são traduzidas em iniciativas estruturantes, conectando o planejamento de longo prazo à execução prática, garantindo um impacto perceptível e positivo para a sociedade capixaba.

As **cinco visões de futuro do Espírito Santo para 2035** foram elaboradas a partir da contribuição de 155 representantes de diversos setores da sociedade capixaba, que participaram de seis oficinas de cocriação de cenários futuros. Além disso, foram realizadas entrevistas individuais com 60 especialistas e aplicados questionários *online* a 148 especialistas. A figura 12 ilustra a participação de lideranças empresariais, governamentais e especialistas da sociedade civil nesse processo.

A seguir, é apresentada uma **síntese de cada visão de futuro**, incluindo um resumo da sinopse e os desejos para o futuro do Estado em 2035.

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS VISÕES DE FUTURO DO ES 500 ANOS

Cenários cocriados

6 oficinas de cocriação de cenários exploraram realidades possíveis para o Espírito Santo, analisando tendências e direcionadores.

\+

Recomendações de especialistas

Foram realizadas **60 entrevistas e 148 questionários *online*** com especialistas internos e externos na etapa de exploração dos ângulos.

\=

5 visões de futuro

Figura 12: Processo de construção das visões de futuro

O conteúdo detalhado das visões de futuro está disponível no **Volume 6 — Visões de futuro** e pode ser acessado por meio deste **código QR** ou do **link abaixo**:

https://www.es500anos.com.br/volume-6



Visão 1

Visão relacionada à **diversificação econômica, competitividade e inovação**: fortalece a economia do Estado, incentivando a diversificação de setores, a competitividade global e a adoção de práticas inovadoras.



Visão 2

Visão relacionada a **Polo de competências**: prepara a força de trabalho para os desafios do futuro, com ênfase em educação, capacitação, requalificação e adaptação às novas demandas do mercado.

Visão 3

Visão relacionada ao **cuidado integral**: foca o bem-estar da população, a redução das desigualdades e a promoção de uma sociedade mais justa e segura.





Visão 4

Visão relacionada à **sustentabilidade e à resiliência climática** para uma economia de baixo carbono: promove a sustentabilidade ambiental, com foco na preservação dos biomas e na transição para uma economia mais verde e resiliente.

Visão 5

Visão relacionada ao **ES Ágil e Inteligente**: moderniza a gestão pública e amplia a transparência, com o uso de tecnologias digitais para melhorar a eficiência e a participação cidadã.

Imagens geradas com ajuda da inteligência artificial, com imaginações coletivas do Espírito Santo em 2035.





Visão 1

Economia diversificada, inovadora e sustentável

Em 2035, o Espírito Santo projeta-se como um Estado economicamente vibrante e diversificado, com um modelo econômico baseado em inovação, sustentabilidade e resiliência. O avanço sustentável de setores tradicionais, como mineração, siderurgia e petróleo, aliado à ascensão de setores e áreas emergentes, como biotecnologia, economia azul, indústria 4.0 (e perspectivas da indústria 5.0) e economia criativa, é central nessa transformação.

A verticalização e a adoção de tecnologias avançadas fortalecem as cadeias produtivas existentes, gerando produtos de maior valor agregado e promovendo a sustentabilidade. A infraestrutura logística e de transporte evolui, com melhorias e ampliações em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, consolidando o Estado como um *hub* logístico estratégico no Brasil, plenamente integrado aos mercados interno e externo. O ecossistema de empreendedorismo e inovação é fortalecido com o fomento e o estabelecimento de *startups* e setores emergentes.

A descentralização do desenvolvimento econômico é promovida por meio de habitats de inovação e programas que levam tecnologia e empreendedorismo para o interior do Estado. A melhoria do ambiente de negócios atrai investimentos nacionais e internacionais, enquanto a internacionalização de empresas capixabas consolida e amplia mercados para produtos capixabas no exterior.

Imagens geradas com ajuda da inteligência artificial, com imaginações coletivas do Espírito Santo em 2035.

O que se deseja para o futuro do Estado em 2035?

- Inovação e criatividade como motores da reestruturação dos setores estabelecidos, promovendo a modernização e a geração de produtos com maior valor agregado.
- Avanço sustentável nos setores tradicionais (mineração, siderurgia, petróleo e gás) e desenvolvimento de setores emergentes, como biotecnologia, economia azul, e economia criativa, diversificando a base econômica do Estado.
- Adoção de práticas sustentáveis e tecnologias avançadas, como inteligência artificial, automação e economia circular, para reduzir impactos ambientais e aumentar a eficiência produtiva.
- Melhorias em infraestrutura e logística, com investimentos em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, consolidando o Espírito Santo como um *hub* logístico estratégico no Brasil.
- Fortalecimento de ecossistemas de empreendedorismo e inovação, com apoio a *startups*, incentivos à pesquisa e desenvolvimento, e a ampliação da integração entre universidades, empresas e governo.
- Redução de impactos da reforma tributária, com a formulação de novas estratégias e políticas de manutenção e atração de investimentos, inclusive a transição dos atuais incentivos fiscais para incentivos de natureza creditícia e de fundos de desenvolvimento e a aceleração para melhoria do ambiente de negócios, assim como a servitização de setores produtivos para se tornarem destino (consumo), em vez de apenas origem (produção).
- Desburocratização e melhoria do ambiente de negócios, com simplificação de processos, digitalização de serviços e incentivos para atrair investimentos nacionais e internacionais.
- Descentralização econômica e desenvolvimento regional equilibrado, com políticas que levam inovação e oportunidades para o interior do Estado, considerando suas vocações específicas, e que promovam a inclusão produtiva, reduzindo desigualdades regionais.





Visão 2

O que se deseja para o futuro do Estado em 2035?

- Ampliação da adoção de metodologias ativas e tecnologias inovadoras na educação, integrando competências digitais, pensamento crítico e resolução de problemas no currículo escolar.
- Suporte completo ao desenvolvimento infantil e alfabetização na idade certa, com expansão de creches em período integral.
- Redução da evasão escolar e superação da distorção idade-série por meio de acompanhamento com metodologias e práticas mais atraentes e identificadas com as competências individuais e políticas de inclusão.
- Adequação do ensino superior, com incorporação de áreas emergentes, aliadas ao fortalecimento de setores tradicionais, mantendo a relevância das universidades.
- Qualificação e requalificação do mercado de trabalho, com valorização da atuação multigeracional e desenvolvimento de habilidades técnicas.
- Capacitação profissional e incentivo ao empreendedorismo, com destaque em jovens e em populações vulneráveis.
- Consolidação do Espírito Santo como um polo atrativo para profissionais qualificados, com retenção de talentos locais e atração de nômades digitais, impulsionados pela alta qualidade de vida.
- Fortalecimento de parcerias entre governo, setor privado e academia para promover educação, inovação e empreendedorismo, com foco na formação contínua e na aprendizagem ao longo da vida.

Polo de competências

Em 2035, o Espírito Santo se destaca como um polo de desenvolvimento baseado em inovação educacional, inclusão social e adaptação às necessidades de uma sociedade digital e sustentável. O sistema educacional evolui com metodologias ativas, tecnologias inovadoras e foco em competências digitais, pensamento crítico e resolução de problemas.

A primeira infância recebe atenção prioritária, com creches em período integral e alfabetização na idade certa. O Ensino Médio integra competências técnicas, socioemocionais e de empreendedorismo, alinhando-se às demandas do mundo do trabalho. A colaboração entre Estado, municípios, setor privado e academia impulsiona programas de empreendedorismo juvenil, com foco em jovens de áreas periféricas e no desenvolvimento de pesquisa e novas tecnologias.

O mercado de trabalho se transforma com automação, ciência de dados e inteligência artificial, atraindo nômades digitais qualificados e promovendo serviços e microempreendedores. Empresas buscam talentos globalmente, enquanto *hubs* de inovação e programas de *upskilling* (qualificação) e *reskilling* (requalificação) garantem a competitividade dos profissionais. O governo promove a formação contínua e a inclusão de jovens e adultos no desenvolvimento de novas competências.

Imagens geradas com ajuda da inteligência artificial, com imaginações coletivas do Espírito Santo em 2035.





Visão 3

Cuidado integral

Em 2035, o Espírito Santo avança em cuidado integral e qualidade de vida.

Com foco na saúde preventiva, o Estado ampliou a rede de atenção básica, garantindo cobertura universal e diagnósticos precoces. A saúde mental e o envelhecimento saudável recebem atenção prioritária. A telemedicina e a inteligência artificial expandem o acesso à saúde, especialmente em áreas remotas.

Investimentos contínuos em recursos humanos e tecnologias, aliados a um modelo de gestão baseado em evidências que privilegia a integração e a interoperabilidade dos órgãos em ações multissetoriais, são fundamentais na área de segurança cidadã. Essa abordagem contribui para a diminuição da violência e da criminalidade, além de reduzir a entrada de pessoas privadas de liberdade no sistema prisional. Assim, a paz social e a segurança percebida pela população fortalecem a coesão social.

A assistência social garante renda mínima, segurança alimentar e programas de emprego, além de programas específicos de saúde e nutrição para povos tradicionais.

O Espírito Santo se fortalece como polo cultural, impulsionando a emancipação social e a comunidade. O resgate da identidade e da cultura local, junto ao esporte, promove a coesão social e o orgulho local. O turismo cultural, o turismo religioso e o ecoturismo foram impulsionados pela valorização das tradições locais.

O Estado avança na habitação, reduzindo o déficit habitacional e promovendo o desenvolvimento regional sustentável, com foco em acessibilidade, mobilidade limpa e áreas verdes. A qualidade do ar melhora com a renovação da frota de ônibus para veículos de baixa emissão.

Imagens geradas com ajuda da inteligência artificial, com imaginações coletivas do Espírito Santo em 2035.

O que se deseja para o futuro do Estado em 2035?

- Expansão da rede de atenção básica qualificada em sua infraestrutura e processos de trabalho, com ênfase em diagnósticos precoces e fortalecimento da saúde da família.
- Promoção do bem-estar integral, por meio de campanhas de hábitos saudáveis, combate ao sedentarismo e estímulo à prática de atividades físicas.
- Priorização da saúde mental, com políticas públicas e ações integradas que garantem suporte psicológico e emocional à população.
- Atenção ao envelhecimento saudável, com redes de proteção fortalecidas para idosos.
- Impactos da tecnologia e da inovação na saúde, com uso de telemedicina e inteligência artificial para ampliar o acesso a serviços de saúde, principalmente em áreas remotas e comunidades vulneráveis.
- Melhoria contínua da segurança pública e da Justiça Criminal, com modelo de gestão baseado em evidências, investimentos em recursos humanos, tecnologias e infraestrutura, com ações de proteção policial, proteção social e de preservação da vida no trânsito.
- Fortalecimento da coesão social, com iniciativas de reinserção social de pessoas em situação de vulnerabilidade e de pessoas privadas de liberdade, assim como ações de segurança comunitária.
- Promoção da cultura, do esporte e do turismo, com valorização das tradições locais, do ecoturismo, do turismo de aventura e de atividades esportivas que fortalecem a identidade cultural, a integração social e o desenvolvimento humano.
- Políticas de habitação, com redução do déficit habitacional, zoneamento urbano adequado e desenvolvimento regional equilibrado, garantindo moradia digna e acessível.
- Infraestrutura urbana sustentável, com acessibilidade universal, áreas verdes, saneamento básico ampliado, melhorando a qualidade de vida e o meio ambiente.
- Respeito e inclusão de povos tradicionais, com programas específicos de saúde, nutrição e preservação cultural, garantindo valorização de suas identidades.





Visão 4

Sustentabilidade e resiliência climática

Em 2035, o Espírito Santo se consolida como um Estado modelo em desenvolvimento sustentável, com avanços na transição para uma economia de baixo carbono e maior resiliência climática. A matriz energética diversificada inclui fontes renováveis como solar, eólica, biogás e hidrogênio verde. Iniciativas de descarbonização, como captura e armazenamento de CO_2 e regeneração de biomas, são implementadas, além de práticas de economia circular e valorização da biodiversidade.

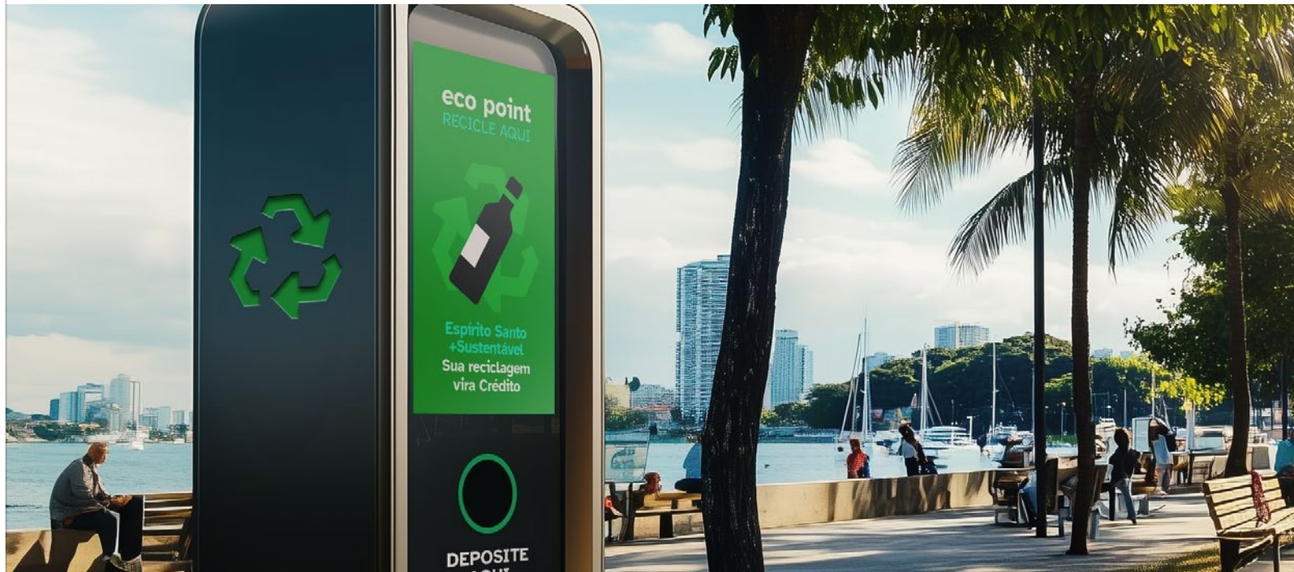
A educação para a sustentabilidade é integrada ao currículo escolar, formando jovens líderes, e comunidades tradicionais são reconhecidas e apoiadas em seu papel na conservação ambiental. A agropecuária sustentável e o ecoturismo promovem a recuperação de áreas degradadas e a segurança alimentar. Tecnologias digitais e inteligência artificial são utilizadas no monitoramento climático, enquanto *green hubs* impulsionam inovações em regeneração e resiliência.

O Espírito Santo se torna um *hub* de inovação sustentável, com setores-chave utilizando bioeconomia, infraestrutura verde e turismo sustentável, promovendo bem-estar socioeconômico e ambiental para a população e se preparando para os desafios climáticos.

Imagens geradas com ajuda da inteligência artificial, com imaginações coletivas do Espírito Santo em 2035.

O que se deseja para o futuro do Estado em 2035?

- Expansão da matriz energética com fontes renováveis (solar, eólica, biogás, hidrogênio verde), redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e compromisso com a neutralidade de carbono, impulsionando uma economia de baixo carbono.
- Combate ao desmatamento, restauração de áreas degradadas e regeneração de biomas, como a Mata Atlântica e ecossistemas costeiros, aliados à captura e ao armazenamento de CO_2.
- Desenvolvimento de negócios sustentáveis que valorizam a biodiversidade, integrando conservação e geração de renda.
- Incentivos à logística reversa, reciclagem automatizada e ecoparques industriais, com foco em tecnologias de baixo carbono e processos produtivos circulares.
- Uso de ciência, tecnologia e inovação (CTI) e pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) para promover regeneração ambiental e adaptação às mudanças climáticas.
- Integração da sustentabilidade no currículo escolar, além de programas de educação ambiental para a sociedade.
- Reconhecimento e apoio a indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas na conservação ambiental e na geração de renda sustentável, com modernização de cadeias produtivas da sociobiodiversidade.
- Expansão da agropecuária sustentável, com adoção de sistemas agroflorestais e integração de cadeias produtivas sustentáveis.
- Implementação de tecnologias avançadas, como dessalinização e reciclagem de águas residuais, para garantir a segurança hídrica e equilibrar períodos de seca e abundância.
- Desenvolvimento de infraestrutura verde e resiliente, com parques urbanos, jardins verticais, mobilidade limpa e sistemas de prevenção contra desastres naturais, aumentando a resiliência climática das cidades.
- Atração de investimentos nacionais e internacionais por meio de linhas de crédito especiais, fundos verdes e incentivos fiscais para projetos sustentáveis e de baixo carbono.





ES Ágil e Inteligente

Em 2035, o Espírito Santo se destaca como referência em governo digital e inovação, com moderna cobertura da comunicação móvel sem fio e acesso à internet em todos os domicílios, garantindo acesso integral a serviços públicos digitais.

A digitalização dos serviços públicos avança significativamente, especialmente em áreas de interesse do cidadão, e os pontos de atendimento presencial asseguram inclusão e evitam a exclusão digital, promovendo maior transparência e desburocratização. A inteligência artificial otimiza a gestão pública e complementa o trabalho dos servidores públicos. Os dados são abertos, e o Estado tem total domínio sobre dados de mobilidade, moradia e biomas.

O Espírito Santo tem cidades sustentáveis com tecnologias como transporte inteligente e gestão eficiente de recursos. A participação cidadã foi fortalecida pelo uso aprimorado de plataformas digitais, conselhos regionais e consultas públicas.

O Estado se torna receptor líquido de capital e financiamentos empresariais, contando com o apoio de agências dedicadas à atração de investimentos e ao desenvolvimento de parcerias público-privadas e consolidando uma identidade inovadora.

Servidores públicos foram requalificados em tecnologias emergentes, transformando o Espírito Santo em um modelo de desenvolvimento justo, democrático e centrado no cidadão.

Imagens geradas com ajuda da inteligência artificial, com imaginações coletivas do Espírito Santo em 2035.

O que se deseja para o futuro do Estado em 2035?

- Investimentos em infraestrutura digital para áreas urbanas e rurais, garantindo conectividade de alta qualidade e equidade digital em todo o Estado.
- Digitalização de serviços públicos, abrangendo saúde, educação, segurança pública e mobilidade, com pontos de atendimento presenciais para garantir inclusão e evitar exclusão digital.
- Desburocratização e simplificação de processos para pessoas físicas e jurídicas, agilizando procedimentos e reduzindo custos.
- Uso de inteligência artificial na gestão pública, otimizando processos, prevendo erros e automatizando tarefas para maior eficiência.
- Dados abertos, com soberania estadual sobre informações estratégicas e licenças para uso comercial.
- Cidades inteligentes e sustentáveis, com tecnologias avançadas aplicadas à mobilidade urbana, fiscalização ambiental e gestão eficiente de recursos naturais.
- Uso de tecnologias quânticas para criptografia, assegurando a proteção das infraestruturas críticas contra ameaças cibernéticas de última geração.
- Participação cidadã ampliada, por meio de plataformas digitais interativas, consultas públicas e processos de cocriação de políticas.
- Transparência e governança pública elevadas a padrões exemplares, com dados abertos e indicadores de desempenho acessíveis à população.
- Letramento digital para todas as idades, com programas inclusivos e requalificação de servidores públicos, capacitando-os para a era digital.
- Consolidação de uma identidade única estadual, focada em inovação, qualidade de vida e governança de excelência, atraindo investimentos sustentáveis.





As cinco visões de futuro do Espírito Santo para 2035 auxiliam na estruturação de uma abordagem orientada para Missões. Isso assegura que desafios e oportunidades se convertam em ações concretas, definindo rumos claros para a transformação do Estado. Dessa forma, as aspirações coletivas das visões são materializadas em iniciativas estruturantes nas Missões, unindo o planejamento de longo prazo à sua efetiva implementação.

O **vídeo da visão de futuro** do Estado do **Espírito Santo em 2035** pode ser acessado na plataforma **YouTube**, por meio deste **código QR** ou do **link abaixo**:

https://es500anos.com.br/visao-de-futuro

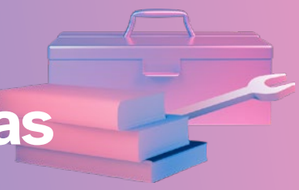
Visão 1 → Missão 1

Economia diversificada, inovadora e sustentável



Visão 2 → Missão 2

Polo de competências



Visão 3 → Missão 3

Cuidado integral



Visão 4 → Missão 4

Sustentabilidade e resiliência climática



Visão 5 → Missão 5

ES Ágil e Inteligente



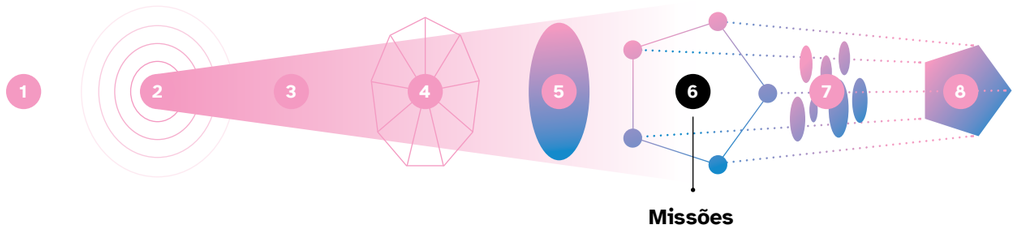
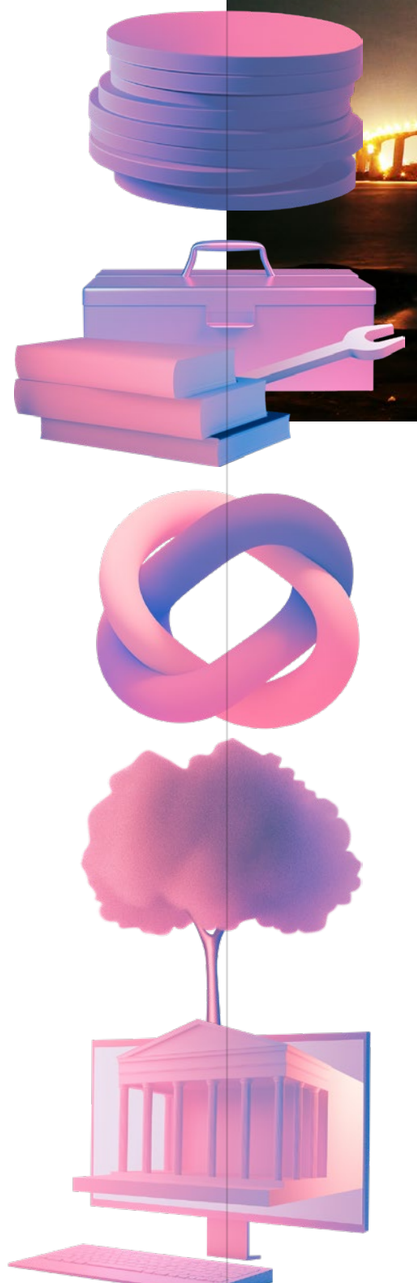




Foto: Fernando Madeira

6.

Missões do ES 500 Anos



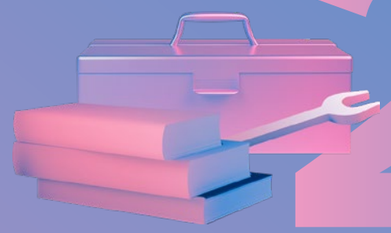
No contexto do Plano ES 500 Anos, as Missões Estratégicas representam o **ponto de inflexão entre o diagnóstico e a entrega**: são compromissos estruturados, com prazos definidos e foco em resultados transformadores.

Ao longo do processo colaborativo, que reuniu diferentes setores da sociedade capixaba e identificou os temas prioritários que exigem atuação articulada e intencional, emergiram **cinco Missões Estratégicas**. Cada uma delas foi elaborada para enfrentar desafios de longo prazo, com um planejamento fundamentado em evidências e soluções, continuidade e cooperação entre instituições e sociedade.

As Missões funcionam como **vetores de inovação em políticas públicas**, pontos de articulação intersetorial e instrumentos para orientar investimentos públicos e privados. Elas visam a transformar o Espírito Santo em um Estado cada vez mais resiliente, inclusivo, competitivo e sustentável até 2035, atuando em áreas como transição energética, inclusão produtiva, infraestrutura adaptativa, educação e bem-estar social.

Ao mesmo tempo, as Missões respeitam a **vocação territorial e a diversidade regional capixaba**, reconhecendo a força das territorialidades e que o desenvolvimento deve ser conduzido com base em pactos locais, inteligência coletiva e visão sistêmica. São, portanto, pontos de partida para uma década em direção a mudanças estruturais, que exigem continuidade, capacidade de execução e articulação institucional.

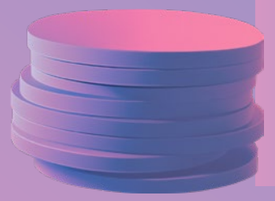
A partir de toda a sua fundamentação conceitual e das Missões estabelecidas, o ES 500 Anos é um **projeto de sociedade**. As Missões são a expressão mais concreta dessa ambição: conectam planejamento e ação, técnica e propósito, metas e pactos. Elas nos lembram de que o futuro não será construído por inércia ou sorte — mas como afirma o lema que atravessa a história e o espírito do povo capixaba: trabalhando e confiando em nossa capacidade de construir um futuro melhor para todos.



Missão 2

Polo de competências

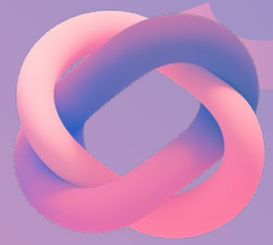
Capital humano e
futuro do trabalho.



Missão 1

Economia diversificada, inovadora e sustentável

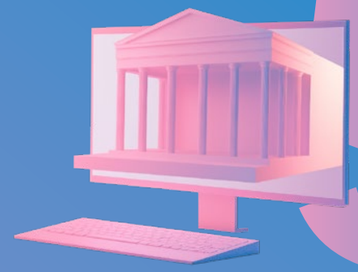
Complexidade econômica, competitividade, inovação e desenvolvimento sustentável.



Missão 3

Cuidado integral

Saúde, segurança
e coesão social.



Missão 5

ES Ágil e Inteligente

ES Digital
e Governo Aberto.

Missão 4

Sustentabilidade e resiliência climática

Regeneratividade e resiliência dos territórios e biomas e transição para uma economia de baixo carbono.

Resultado da integração de diversas análises — desde a compreensão do contexto estadual atual e o mapeamento de tendências externas até a definição de perspectivas futuras para 2035 — o processo de construção das Missões do ES 500 Anos também se apoiou em referências nacionais de **planejamento orientado por Missões**, como o Nova Indústria Brasil-NIB (Plano de Ação para a Neoindustrialização 2024-2026), assim como importantes referências internacionais, como as Missões de Resiliência à Seca da Austrália e Missões da estratégia industrial do governo britânico.

Na figura 13 é possível observar, de forma resumida, o encadeamento lógico da forma de abordagem orientada por Missões no ES 500 Anos, explicando de que maneira todos os conteúdos foram processados e consolidados nessa estrutura.

ENCADEAMENTO LÓGICO PARA CONSTRUÇÃO DAS MISSÕES DO ES 500 ANOS

ENTENDIMENTO DO CONTEXTO	TENDÊNCIAS	ÂNGULOS	VISÕES DE FUTURO	MISSÕES
→ Diversificação econômica → Infraestrutura, logística e mobilidade → Desenvolvimento regional sustentável → Educação	1. Sociedade digital e conectividade 2. Inteligência artificial, quantum & universo 5.0 8. Revolução nanobiológica	1. Empreendedorismo, inovação e prosperidade regional inclusiva e sustentável 3. Competitividade dos setores estratégicos estabelecidos 6. Infraestrutura, mobilidade e logística resilientes, inteligentes e inclusivas		Economia diversificada, inovadora e sustentável
→ Educação	1. Sociedade digital e conectividade 2. Inteligência artificial, quantum & universo 5.0 3. Evolução educacional 4. Flexibilização do trabalho	2. Educação, competências e potencial humano		Polo de competências
→ Coesão e inclusão social → Saúde → Segurança cidadã → Desenvolvimento regional sustentável	1. Sociedade digital e conectividade 4. Flexibilização do trabalho 5. Diversidade, inclusão e saberes tradicionais 6. Engajamento cívico 7. Redefinição de cuidado	7. Economia do bem-estar, segurança e a sociedade do cuidado		Cuidado integral
→ Meio ambiente → Transição energética → Desenvolvimento regional sustentável	1. Sociedade digital e conectividade 2. Inteligência artificial, quantum & universo 5.0 5. Diversidade, inclusão e saberes tradicionais 6. Engajamento cívico 8. Revolução nanobiológica 9. Economia regenerativa	4. Transição energética, caminho para a neutralidade climática 8. Ecossistema de financiamento sustentável e investimento de impacto 9. Regeneratividade de ecossistemas naturais		Sustentabilidade e resiliência climática
→ Infraestrutura, logística e mobilidade (infraestrutura de comunicação)	1. Sociedade digital e conectividade 2. Inteligência artificial, quantum & universo 5.0 6. Engajamento cívico	5. Estado empreendedor e governança participativa 6. Infraestrutura, mobilidade e logística resilientes, inteligentes e inclusivas		ES Ágil e Inteligente

→ Educação
→ Desenvolvimento regional sustentável
→ Diversificação econômica
→ Infraestrutura, logística e mobilidade
→ Transição energética
→ Meio ambiente
→ Coesão e inclusão social
→ Segurança cidadã
→ Saúde

1. Sociedade digital e conectividade
2. Inteligência artificial, quantum & universo 5.0
3. Evolução educacional
4. Flexibilização do trabalho
5. Diversidade, inclusão e saberes tradicionais
6. Engajamento cívico
7. Redefinição de cuidados
8. Revolução nanobiológica
9. Economia regenerativa
10. Novos eixos econômicos

1. Empreendedorismo, inovação e prosperidade regional inclusiva e sustentável
2. Educação, competências e potencial humano
3. Competitividade dos setores estratégicos estabelecidos
4. Transição energética, caminho para a neutralidade climática
5. Estado empreendedor e governança participativa
6. Infraestrutura, mobilidade e logística resilientes, inteligentes e inclusivas
7. Economia do bem-estar, segurança e a sociedade do cuidado
8. Ecossistema de financiamento sustentável e investimento de impacto
9. Regeneratividade de ecossistemas naturais

Figura 13: Encadeamento lógico para construção das Missões.



Foto: Vitor Jubini

As cinco Missões do ES 500 devem ser entendidas como guias estratégicos para os distintos setores da sociedade, com o objetivo de orientar as ações práticas em termos de políticas públicas, sociais e investimentos. Em relação ao seu conteúdo, as Missões são estruturadas de forma transversal entre diferentes áreas, por exemplo: economia, educação, saúde, segurança e meio ambiente, estabelecendo metas objetivas e seus respectivos impactos esperados.

Dessa forma, as Missões se orientam com o intuito de promover um senso de responsabilidade compartilhada entre os diversos setores da sociedade do Espírito Santo, mobilizando esforços coletivos e integrados em prol de um futuro mais próspero, sustentável e inclusivo.

Cada Missão do ES 500 Anos é composta por um conjunto de elementos estruturados que oferecem as informações necessárias para garantir sua compreensão e viabilizar sua implementação até 2035. A figura 14 apresenta cada um desses elementos de forma mais detalhada.

Os indicadores que medem os impactos esperados de cada Missão, assim como iniciativas existentes e novas propostas para as diretrizes, foram mapeados e apresentados nos volumes 7 e 8 do ES 500 Anos, que podem ser acessados pelos **códigos QR** a seguir.

O conteúdo detalhado dos indicadores das Missões está disponível no **Volume 7 — Indicadores do Observatório** e pode ser acessado por meio deste **código QR** ou pelo **link abaixo**:

https://www.es500anos.com.br/volume-7

COMPONENTES DAS MISSÕES DO ES 500 ANOS



Figura 14: Componentes das Missões do ES 500 Anos

O conteúdo detalhado das iniciativas das Missões está disponível no **Volume 8 — Iniciativas Mapeadas** e pode ser acessado por meio deste **código QR** ou pelo **link abaixo**:

https://www.es500anos.com.br/volume-8

6.1.
Missão 1
Economia diversificada, inovadora e sustentável

A **Missão 1** enfrenta os desafios de direcionar o futuro da economia capixaba, considerando as macrotendências, as oscilações econômicas e a necessidade de atrair investimentos, de aumentar a produtividade e de preparar o Estado para os impactos da reforma tributária. O foco é ampliar a capacidade de produzir bens e serviços mais sofisticados, diversificados e inovadores; fortalecer os setores ES 500[3]; e promover o crescimento sustentável, regionalmente equilibrado e inclusivo.

[3] *Com o objetivo de direcionar esforços para a transformação da economia capixaba, o Plano ES 500 Anos mapeou 17 setores econômicos com potencial para aumentar a complexidade econômica e geração de negócios. Ver mais detalhes no capitulo 7 deste volume.*



MISSÃO 1

Economia diversificada, inovadora e sustentável

ENUNCIADO

Consolidar o desenvolvimento inovador, sustentável e inclusivo, de forma a contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais, e promovendo a diversificação e complexidade econômica[4] do Espírito Santo.



ODS ASSOCIADOS



GRANDES METAS

Alcançar o Top 5 estados em complexidade econômica

Posição atual: 10ª posição - ECI: -0.39 (2023).
Fonte: DATA MPE, SEBRAE

Reduzir a taxa de pobreza para menos de 10%

Taxa atual: 19,2% (2024).
Fonte: PNAD Contínua/IJSN.

Posicionar o Espírito Santo entre os 5 estados mais inovadores

Posição atual: 7ª posição (2024).
Fonte: Índice FIEC de Inovação dos Estados.

Alcançar o Top 5 em rendimento nominal mensal domiciliar

Posição atual: 10ª posição
R$ 3.298 por domicilio (2024).
Fonte: IBGE.

Alcançar o Top 5 em produtividade do trabalho

Posição atual: 10ª posição
R$ 43,94/hora trabalhada (2022).
Fonte: IJSN.

ES500 anos

OBJETIVOS → **LINHAS DE INICIATIVA**

OBJETIVO 1
Ambiente de negócios competitivo

- 1.1 Mecanismos e instrumentos de apoio e previsibilidade nos negócios
- 1.2 Legislação, normas e desburocratização

OBJETIVO 2
Atração de investimentos

- 2.1 Políticas de atração de investimentos
- 2.2 Internacionalização
- 2.3 Instrumentos e mecanismos fiscais e financeiros

OBJETIVO 3
PD&I empreendedora

- 3.1 Inovação e pesquisa para o desenvolvimento
- 3.2 Empreendedorismo e inovação
- 3.3 Instrumentos e mecanismos financeiros

OBJETIVO 4
Infraestrutura, logística e conectividade

- 4.1 Aeroportos e conectividade aérea
- 4.2 Infraestrutura ferroviária
- 4.3 Infraestrutura rodoviária
- 4.4 Infraestrutura costeira
- 4.5 Infraestrutura e logística portuária
- 4.6 Financiamento e mecanismos financeiros
- 4.7 Mobilidade urbana e regional
- 4.8 Rede de transmissão e distribuição de energia elétrica

OBJETIVO 5
Redução das desigualdades regionais

- 5.1 Inclusão social e economia solidária
- 5.2 Empreendedorismo e inovação
- 5.3 Instrumentos e mecanismos fiscais e financeiros
- 5.4 Desenvolvimento econômico regional

OBJETIVO 6
Setores ES 500

- 6.1 Setores ES 500 a potencializar
- 6.2 Setores ES 500 a desenvolver
- 6.3 Setores ES 500 a manter e crescer

[4] A complexidade econômica refere-se à diversidade e à sofisticação das capacidades produtivas de uma região ou país, refletindo o conhecimento, as habilidades e tecnologias necessárias para produzir bens e serviços de maior valor agregado. Quanto maior a complexidade, maior a capacidade de inovação e competitividade. Fonte: Hidalgo, C. A., & Hausmann, R. (2009). The Building Blocks of Economic Complexity. Proceedings of the National Academy of Sciences.

OBJETIVO 1

Ambiente de negócios competitivo

Promover melhorias no ambiente de negócios, aumentando a competitividade e a capacidade do Espírito Santo em atrair e reter empresas e investimentos que contribuam para a diversidade e complexidade econômica e para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

IMPACTOS ESPERADOS

- Melhorar o ambiente de negócios para atração de investimentos privados no Estado.
- Expansão do PIB estadual, com crescimento acima da média nacional.
- Preservação do equilíbrio fiscal do Estado, garantindo estabilidade financeira diante das mudanças da reforma tributária, mantendo a capacidade fiscal de promover investimentos e políticas de desenvolvimento sustentável.
- Maior confiança dos empresários no ambiente de negócios capixaba.
- Desburocratização de processos, tornando-os mais ágeis.



LINHA DE INICIATIVA 1.1

Mecanismos e instrumentos de apoio e previsibilidade nos negócios

DIRETRIZES

- Manter e aperfeiçoar mecanismos e instrumentos que garantam a estabilidade fiscal e o ambiente de diálogo público-privado-sociedade.
- Garantir capacidade de poupança e investimento público por parte da administração estadual.

LINHA DE INICIATIVA 1.2

Legislação, normas e desburocratização

DIRETRIZES

- Simplificar processos administrativos por meio da digitalização e automação de serviços.
- Intensificar, junto ao governo federal, medidas de desburocratização nas operações aduaneiras e integração de sistemas operacionais.
- Promover simplificação regulatória e a transparência para aumentar a segurança jurídica e reduzir custos de *compliance*.
- Criar mecanismos, instrumentos e estrutura de suporte, por parte da gestão estadual, aos setores econômicos para facilitação do processo de adequação à implantação da reforma tributária.



OBJETIVO 2

Atração de investimentos

Atrair investimentos que contribuam para a diversificação e o adensamento de cadeias produtivas, e para a integração competitiva no âmbito nacional e internacional.

IMPACTOS ESPERADOS

- Crescimento do volume de investimentos nacionais e internacionais no Estado.
- Aumento no volume de recursos financeiros captados por meio de fundos públicos e privados, mercado de capitais e outras modalidades de *funding*.
- Maior atratividade do Espírito Santo para negócios, transformando-o em destaque nacional, alinhado com a estratégia de desenvolvimento de mercado regional.

LINHA DE INICIATIVA 2.1

Políticas de atração de investimentos

DIRETRIZES

- Posicionar o Estado no Brasil como polo de inovação e criatividade que conecte empreendedores, investidores e talentos.
- Criar ecossistemas de apoio para empreendedores de alto impacto.
- Desenvolver e expandir polos que integram tecnologia, criatividade e modelos de negócio sustentáveis.
- Criar redes colaborativas entre empreendedores e setores público e privado para ampliar oportunidades locais de desenvolvimento.
- Atrair negócios e investimentos alinhados aos Setores ES 500, com infraestrutura, logística e incentivos direcionados.
- Valorizar ativos locais (cultura, turismo, biodiversidade) para atrair negócios alinhados à identidade capixaba.
- Qualificar e capacitar a agência de atração de investimentos para a prospecção ativa de negócios e a promoção do Espírito Santo nos mercados nacional e internacional.
- Promover a marca do Espírito Santo como destino de investimentos sustentáveis, destacando biodiversidade, infraestrutura, logística e estabilidade regulatória.
- Criar novos instrumentos e/ou mecanismos de atração de investimentos em substituição aos atuais incentivos fiscais, tendo em vista os impactos da reforma tributária.

LINHA DE INICIATIVA 2.2

Internacionalização

DIRETRIZES

- Ampliar a presença global do Estado por meio de certificações internacionais, parcerias estratégicas e participação em feiras e eventos internacionais.
- Facilitar e qualificar as exportações por meio de capacitação empresarial e gestão de negócios, alinhando-as a padrões técnicos e normas internacionais.
- Promover a capacitação e a qualificação de empresas e capital humano no processo de internacionalização, no atendimento a normas, padrões, certificações e acordos.

LINHA DE INICIATIVA 2.3

Instrumentos e mecanismos fiscais e financeiros

DIRETRIZES

- Criar, diversificar e aperfeiçoar instrumentos para o financiamento de negócios inovadores, transformadores e sustentáveis.
- Criar modalidades de financiamento para categorias de investimentos sustentáveis (investimentos verdes), por meio da emissão de títulos sustentáveis.
- Incentivar investimentos em empreendimentos caracterizados como de baixo carbono e alto impacto por meio de linhas de financiamento diferenciadas.
- Disponibilizar e facilitar o acesso a capital de risco para *startups* em estágio inicial e *scale-ups*.
- Promover o uso de parcerias público-privadas (PPPs) e Programa de Parcerias de Investimentos (PPIs) para aumentar a competitividade, melhorar serviços públicos (como saúde e educação) e atrair investimentos em infraestrutura.



OBJETIVO 3

PD&I empreendedora

Fomentar o ecossistema de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), conectando pesquisa, setor produtivo e políticas públicas.

IMPACTOS ESPERADOS

- Aumento no número de patentes registradas no Estado.
- Crescimento do número de empresas de base tecnológica.
- Expansão dos investimentos públicos em PD&I.
- Aumento no número de *startups* criadas e formalizadas.
- Aumento da captação de recursos públicos para projetos de inovação.
- Crescimento do número de pesquisadores bolsistas (PD&I).
- Fortalecimento e expansão da infraestrutura de suporte à inovação.

LINHA DE INICIATIVA 3.1

Inovação e pesquisa para o desenvolvimento

DIRETRIZES

- Incentivar pesquisa aplicada e interdisciplinar voltada a desafios setoriais e regionais.
- Desenvolver ecossistemas de inovação alinhados aos Setores ES 500.
- Fortalecer infraestrutura de PD&I (centros especializados, laboratórios móveis).
- Estimular transferência de conhecimento entre academia e setor produtivo.
- Integrar políticas públicas de PD&I às demandas estratégicas do Estado.

LINHA DE INICIATIVA 3.2

Empreendedorismo e inovação

DIRETRIZES

- Incentivar a cultura empreendedora via eventos, educação e popularização da inovação.
- Promover o acesso a ambientes de inovação (*hub*s, incubadoras).
- Criar mecanismos para experimentação regulatória e tecnológica (*sandboxes*).
- Incentivar compras públicas de soluções inovadoras.
- Promover conexões entre *startups*, empresas e investidores.
- Acelerar a implementação das rotas tecnológicas dos Setores ES 500.
- Fortalecer o Movimento Capixaba pela Inovação (MCI), com recursos e instrumentos, e priorizar financiamentos em projetos de PD&I de empresas dos Setores ES 500.

LINHA DE INICIATIVA 3.3

Instrumentos e mecanismos financeiros

DIRETRIZES

- Diversificar fontes de financiamento (subsídios, crédito, *venture capital*).
- Disponibilizar linhas de crédito e editais para projetos sustentáveis e de alto impacto.
- Compartilhar os riscos por meio de parcerias público-privadas em PD&I.
- Criar mecanismos e/ou instrumentos de apoio a investimentos em *startups* no desenvolvimento de tecnologias e soluções de alto impacto.
- Priorizar estímulos e apoio a investimentos em PD&I nos Setores ES 500, em seus processos de adequação e aplicação de novas tecnologias — aceleração na implementação das rotas tecnológicas dos setores.
- Fomentar a realização de editais contínuos para promover o nascimento, a aceleração e a consolidação de empresas inovadoras nos diversos segmentos da cadeia produtiva do turismo, notadamente de plataformas que divulguem, promovam e comercializem destinos do Espírito Santo, a exemplo do MCI.

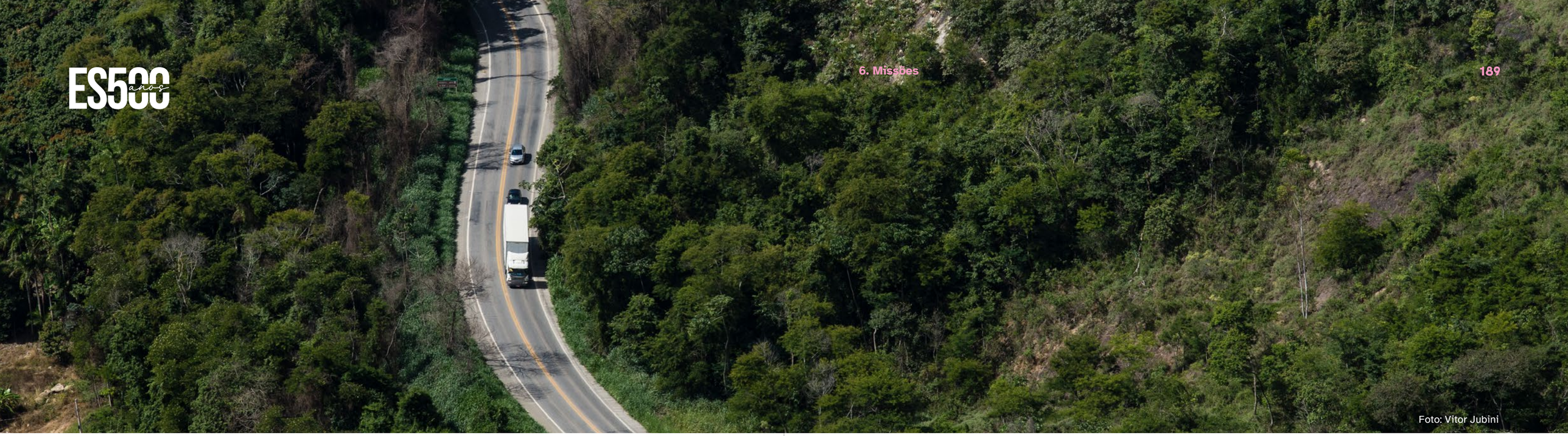


Foto: Vitor Jubini

OBJETIVO 4

Infraestrutura, logística e conectividade

Fomentar a integração regional, nacional e internacional, fortalecendo as bases para um desenvolvimento sustentável, competitivo e integrado, a fim de posicionar o Espírito Santo como uma plataforma logística eficiente.

IMPACTOS ESPERADOS

- Malha logística portuária, aeroportuária, rodoviária, ferroviária e dutoviária de alta qualidade.
- Infraestrutura rodoviária de qualidade e segura entre os municípios do Estado.
- Custo e tempo de operações logísticas reduzidos.
- Redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no setor de transportes.
- Rede de transmissão e distribuição de energia elétrica confiável e de alta capacidade, considerando distintas fontes geradoras, especialmente renováveis.

LINHA DE INICIATIVA 4.1

Aeroportos e conectividade aérea

DIRETRIZES

- Ampliar a conectividade aérea regional, nacional e internacional por meio de incentivos a novas rotas e parcerias com companhias aéreas.
- Promover a internacionalização do Aeroporto de Vitória, criando rotas globais e facilitando o comércio exterior e o turismo.
- Modernizar a infraestrutura aeroportuária para atender às demandas de carga e passageiros com eficiência.
- Integrar aeroportos a corredores logísticos (ferrovias, rodovias, portos) para otimizar a multimodalidade.
- Dar continuidade ao programa de implantação de aeroportos regionais em cidades polos, como Linhares e Cachoeiro de Itapemirim, e em Venda Nova do Imigrante

LINHA DE INICIATIVA 4.2

Infraestrutura ferroviária

DIRETRIZES

- Atuar junto ao governo federal para destravar concessões e investimentos, de forma a expandir e modernizar a malha ferroviária para integração regional e nacional, e reduzir custos logísticos (destaque para o ramal Santa Leopoldina - Anchieta, com extensão até o Rio de Janeiro pela EF-118 e acesso ao Porto Central em Presidente Kennedy, e melhorias da extensão ferroviária da EFVM, com conexões com o Centro-Oeste e Noroeste de Minas Gerais).
- Desenvolver o transporte de carga de alta densidade conectando os polos produtivos ao sistema portuário.
- Explorar o potencial turístico das ferrovias como estratégia de desenvolvimento local.
- Implementar legislação para que o Estado possa autorizar a implantação de ferrovias em seu território, de forma a favorecer a construção e operação de ferrovias *short-lines* (trechos menores) e ramais de interesse local.

LINHA DE INICIATIVA 4.3

Infraestrutura rodoviária

DIRETRIZES

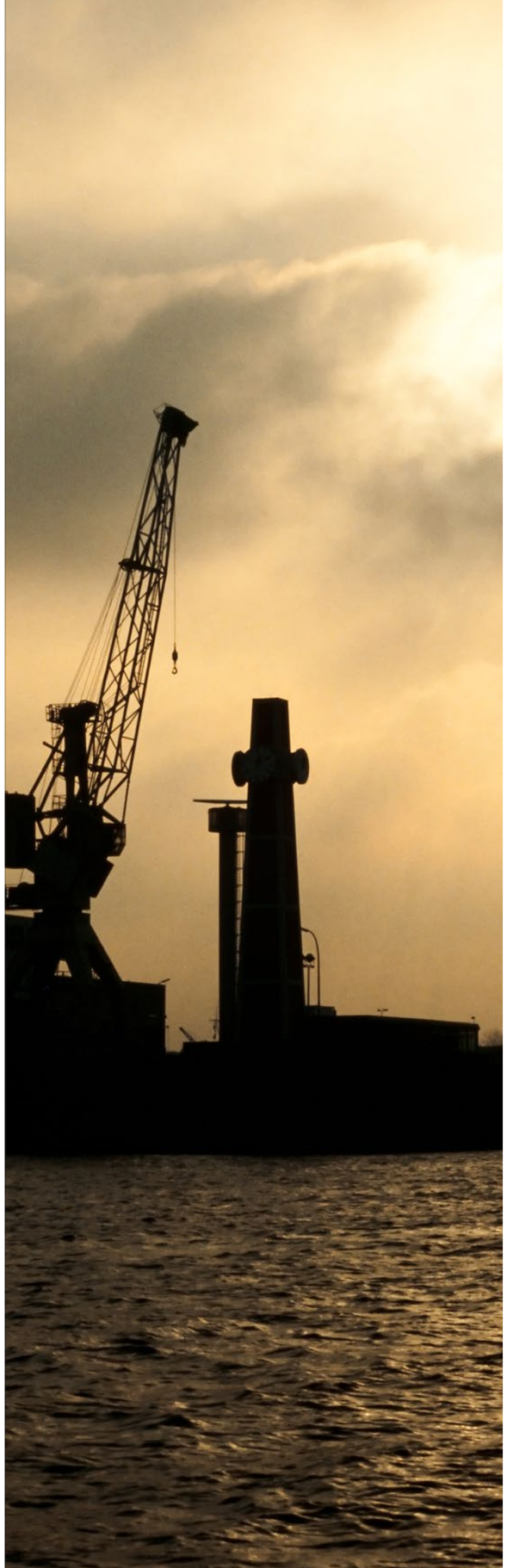
- Garantir o cumprimento de contratos e investimentos previstos em duplicações.
- Assegurar a duplicação das principais rodovias de integração macrorregional, com destaque para a duplicação das BRs 101 e 262, além de promover, inclusive por meio de federalização, a adequação, duplicação e extensão de rodovias federais, como a BR-259 e a BR-447.
- Implementar infraestrutura rodoviária de integração regional.
- Atuar para garantir segurança e eficiência nas rodovias de competência locais e, de forma articulada com órgãos federais e concessionárias, nas rodovias dessas competências.
- Garantir a integração rodoviária do meio urbano com o meio rural.
- Implementar pontos de apoio rodoviários estratégicos, oferecendo serviços de qualidade para motoristas e caminhoneiros.
- Melhorar e criar rodovias de acesso e integração das rotas turísticas.
- Intensificar a integração rodoviária com outros modais, como ferrovias e portos, inclusive com rodovias-eixo, para criar uma rede logística eficiente, por meio da implementação de corredores estratégicos para o transporte de cargas.

LINHA DE INICIATIVA 4.4

Infraestrutura costeira

DIRETRIZES

- Criar e ampliar a infraestrutura costeira para apoio ao turismo náutico e economia azul, desenvolvimento da pesca artesanal e fortalecimento das comunidades pesqueiras, compreendendo marinas públicas, terminais para cruzeiros e terminais pesqueiros, entre outros.
- Promover o desenvolvimento de polos de manutenção de embarcações e cruzeiros.
- Ampliar e melhorar a acessibilidade às orlas para uso dos moradores e turistas.
- Promover a preservação dos ecossistemas costeiros em projetos de sustentabilidade, economia solidária, economia azul e ecoturismo.



LINHA DE INICIATIVA 4.5

Infraestrutura e logística portuária

DIRETRIZES

- Desenvolver os portos capixabas como *hubs* logísticos de classe mundial, com infraestrutura e logística moderna, sustentável e com processos ágeis em consonância com as demandas do comércio internacional.
- Viabilizar a implantação de três plataformas logísticas, dotadas de *hubs* portuários multifuncionais e de classe mundial de integração com a hinterlândia de suas respectivas capacidades de influências e conectividade, compreendendo as Plataformas de Vitória, Aracruz — Parklog — e Porto Central.
- Ampliar a capacidade de armazenamento e escoamento de bens voltados ao comércio exterior e a integração dos portos e demais modais com essas estruturas.
- Viabilizar instalações para processamento de cargas refrigeradas e que necessitam de congelamento.
- Articular junto ao governo federal a simplificação dos processos aduaneiros por meio da desburocratização e da adoção de tecnologias digitais para atrair operadores internacionais.
- Integrar portos às ferrovias e às rodovias com capacidade de transporte que facilitem os fluxos de carga e reduzam custos operacionais.

LINHA DE INICIATIVA 4.6

Financiamento e mecanismos financeiros

DIRETRIZES

- Promover parcerias público-privadas para investimentos em projetos de infraestrutura de mobilidade considerados estratégicos para o desenvolvimento do Estado.
- Ampliar a priorização de recursos do Fundo Soberano em projetos com retorno socioeconômico comprovado.
- Criar linhas verdes de crédito para infraestrutura sustentável.
- Criar linhas de crédito específicas para financiar projetos logísticos e de mobilidade sustentável.

LINHA DE INICIATIVA 4.7

Mobilidade urbana e regional

DIRETRIZES

- Promover a integração de modais de transporte (ônibus, bicicletas, aquaviário) para garantir mobilidade eficiente e sustentável.
- Expandir a infraestrutura de mobilidade ativa, com ciclovias seguras e incentivos ao uso de bicicletas e patinetes.
- Expandir a mobilidade intermunicipal para conectar regiões periféricas.
- Desenvolver sistemas inteligentes de gestão de tráfego, como bilhetagem digital e centros de controle operacional, para otimizar o transporte público.

LINHA DE INICIATIVA 4.8

Rede de transmissão e distribuição de energia elétrica

DIRETRIZES

- Expandir a infraestrutura de transmissão de energia elétrica para atender às demandas de novos empreendimentos de geração eólica, solar e térmica a gás natural.
- Garantir fornecimento de energia elétrica ininterrupto e confiável em todo o Estado.



OBJETIVO 5

Redução das desigualdades regionais

Promover o desenvolvimento mais equilibrado e sustentável das regiões.

IMPACTOS ESPERADOS

- Redução das diferenças dos índices de desenvolvimento das regiões.
- Redução dos níveis de pobreza entre as regiões.
- Expansão, diversificação e fortalecimento das economias locais.
- Redução das distâncias das rendas médias entre as regiões.
- Desconcentração de investimentos, ampliando o acesso a recursos para regiões fora da capital.

LINHA DE INICIATIVA 5.1

Inclusão social e economia solidária

DIRETRIZES

- Promover a autonomia econômica de grupos vulneráveis (mulheres, jovens, minorias) por meio de empreendimentos coletivos e acesso a mercados de produtos e serviços.
- Fortalecer modelos de economia solidária e cooperativismo, integrando comunidades rurais e urbanas.
- Ampliar o acesso a tecnologias sustentáveis para reduzir custos e promover inclusão energética.
- Integrar o turismo comunitário como estratégia de geração de renda e valorização da cultural local, especialmente em regiões com forte presença de comunidades tradicionais, belezas naturais e manifestações culturais únicas.

LINHA DE INICIATIVA 5.2

Empreendedorismo e inovação

DIRETRIZES

- Descentralizar o acesso a ecossistemas de PD&I, incentivando *hubs*, incubadoras e polos tecnológicos nas regiões.
- Fomentar o empreendedorismo local com foco em cultura, criatividade e soluções de desafios e demandas regionais.
- Integrar iniciativas culturais e esportivas ao desenvolvimento econômico, fortalecendo as identidades regionais.

LINHA DE INICIATIVA 5.3

Instrumentos e mecanismos fiscais e financeiros

DIRETRIZES

- Promover o acesso equitativo a recursos financeiros e incentivos para municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), priorizando agricultura familiar, turismo, atividades culturais e esportivas e pequenos negócios.
- Criar instrumentos financeiros regionais para reduzir disparidades (ex.: fundos de equilíbrio regional) em consonância com os planos integrados de desenvolvimento das redes de cidades de cada microrregião.
- Incentivar a descentralização de atividades econômicas por meio de política de incentivos fiscais e/ou creditícios.

LINHA DE INICIATIVA 5.4

Desenvolvimento econômico regional

DIRETRIZES

- Qualificar a rede de cidade com planos integrados de desenvolvimento que aliem infraestrutura e logística, educação, saúde e geração de empregos.
- Atrair investimentos privados para o interior com foco nos Setores ES 500.
- Fortalecer cadeias produtivas locais para reduzir a dependência de polos metropolitanos.
- Estabelecer parcerias entre as microrregiões para compartilhar tecnologias, recursos e conhecimento.
- Manter, aprimorar e atualizar os DRS-Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável.
- Implementar de forma integrada os Planos de Desenvolvimento Regionais Sustentáveis e fortalecer os Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável.
- Fortalecer a integração do turismo com as cadeias produtivas com potencial de agregar valor e gerar empregos qualificados em territórios com baixo potencial de industrialização.



Foto: Vitor Jubini

OBJETIVO 6

Setores ES 500

Promover a aceleração do crescimento e da produtividade da economia, tornando-a mais diversificada e complexa, por meio de políticas e iniciativas adequadas às características, especificidades, potencialidade, perspectiva de desenvolvimento e maturidade dos Setores ES 500.

IMPACTOS ESPERADOS

- Aumento do índice de complexidade econômica.
- Elevação das taxas anuais de crescimento da economia acima da taxa média dos últimos quatro anos e acima da média nacional.
- Economia mais diversificada, com maior número de especializações.
- Adensamento das cadeias produtivas.
- Diversificação e desconcentração da pauta de exportação.
- Crescimento do comércio interestadual.

LINHA DE INICIATIVA 6.1

Setores ES 500 a potencializar[5]

DIRETRIZES

- Ofertar e facilitar o acesso a linhas de financiamento diferenciadas para projetos de alto impacto e transformação e que promovam a escalabilidade dos negócios.
- Aprimorar os mecanismos de acesso aos recursos do Fundo Soberano.
- Incentivar o desenvolvimento de *startups* na área de serviços tecnológicos e digitais.
- Fortalecer, com recursos e novos instrumentos de apoio, o Fundo Soberano para atender às demandas dos setores a potencializar.
- Fortalecer o ecossistema de inovação no suporte a projetos de desenvolvimento de novos produtos e serviços.
- Incentivar o mercado de *private equity* e de *venture capital* a integrarem o ecossistema de inovação na viabilização de fundos para o desenvolvimento e aceleração de *startups*.
- Garantir e acelerar a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura (Pedeag 4) na potencialização do setor agroalimentar.
- Implementar as iniciativas das Rotas Estratégicas Findes nos setores a potencializar.
- Promover o desenvolvimento do turismo inteligente e sustentável, nas suas diferentes modalidades, que valorize a diversidade capixaba por meio da implementação das Rotas Turísticas, de iniciativas de marketing e promoção em mercados emissores, de incentivo a investimentos em infraestrutura para eventos, estrutura hoteleira e de serviços, e de acesso aos pontos turísticos; bem como de qualificação e capacitação profissional e empresarial.



Foto: Vitor Jubini

LINHA DE INICIATIVA 6.2

Setores ES 500 a desenvolver[6]

DIRETRIZES

- Criar e/ou adequar mecanismos e instrumentos fiscais, financeiros e creditícios que facilitem a transição para o novo modelo tributário de atividades comerciais hoje atendidas pelos programas Compete-ES, Fundap e Invest-ES, grandes demandantes de serviços logísticos.
- Fomentar os setores de bioeconomia e tecnologias verdes, por meio de acesso a crédito diferenciado e a fundos de desenvolvimento de atividades emergentes de alto impacto.
- Promover e incentivar a transformação digital e adequações tecnológicas — indústria 4.0 e suas versões atualizadas dos setores a desenvolver.
- Implementar e acelerar iniciativas das Rotas Estratégicas — Findes dos setores a desenvolver.
- Promover a diversificação e o adensamento das cadeias produtivas do setor mínero-metalúrgico e metalmecânico.

LINHA DE INICIATIVA 6.3

Setores ES 500 a manter e crescer[7]

DIRETRIZES

- Implementar processos de PD&I e de adequação tecnológica dos setores.
- Promover a atração, formação e capacitação de recursos humanos.
- Promover e incentivar a diversificação e o adensamento das cadeias produtivas, produzindo produtos de maior valor agregado e conteúdo tecnológico.
- Promover a prospecção de novos mercados nacionais e internacionais.

[5] Ver Capítulo 7. Os setores a potencializar: Agroalimentar, Saúde, Bem-Estar e Ciências da Vida, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e serviços digitais, Turismo e Lazer e Economia Criativa.
[6] Ver Capítulo 7. Os setores a desenvolver: Bioeconomia e Tecnologias Verde, Energia, Logística, Minero Metalúrgico e Metalomecânico e Química.
[7] Ver Capítulo 7. Os setores a manter e crescer: Rochas Ornamentais, Madeiras e Móveis, Confecção, Têxtil e Calçados, Construção, Celulose e Petróleo e Gás.

VOLUME 7

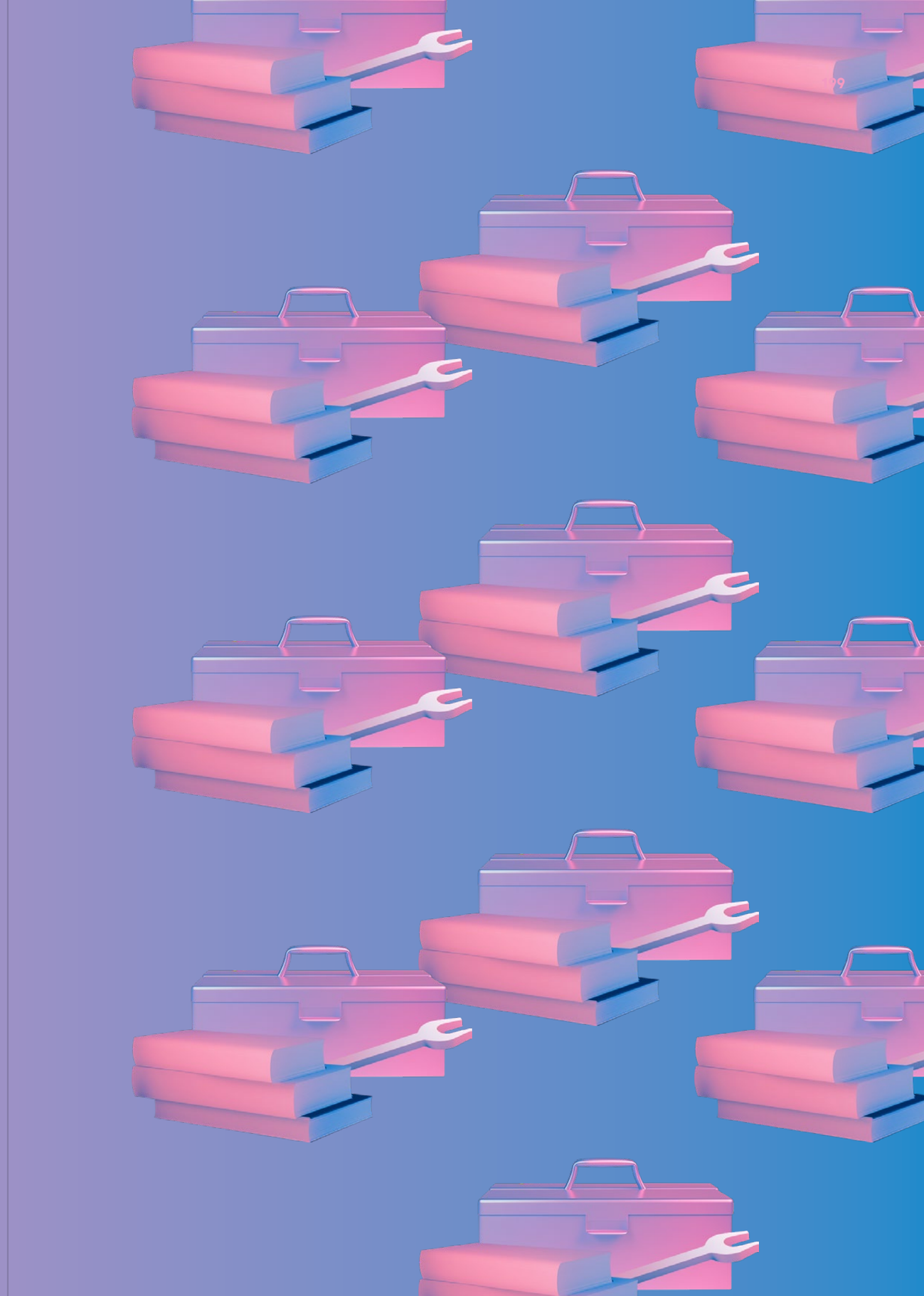
VOLUME 8

O conteúdo detalhado das cinco Missões está disponível no **Volume 7 — Indicadores do Observatório** e no **Volume 8 — Iniciativas mapeadas** e pode ser acessado por meio destes **códigos QR** ou dos **links abaixo:**

https://www.es500anos.com.br/volume-7
https://www.es500anos.com.br/volume-8

6.2.
Missão 2
Polo de competências

A **Missão 2** tem como objetivo ampliar as competências da população capixaba por meio da educação, conectando a formação do cidadão com as transformações no mundo do trabalho e os desafios da sociedade contemporânea.
O foco está em desenvolver competências técnicas, socioemocionais e cognitivas que vão além da capacitação para ocupações técnicas.

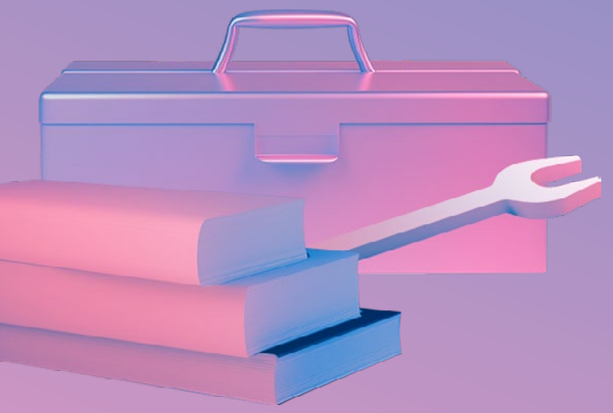


MISSÃO 2

Polo de competências

ENUNCIADO

Consolidar o Estado do Espírito Santo como um polo regional de excelência, formando cidadãos com competências e habilidades essenciais para o novo mundo do trabalho.



ODS ASSOCIADOS



GRANDES METAS

Todos os municípios capixabas com mais de 80% das crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental

Posição atual: 20 municípios com mais de 80% das crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental na rede pública (2023).

Fonte: Censo Escolar/Inep

Matrículas em tempo integral em 55% das escolas de forma a atender pelo menos 40% dos estudantes da educação básica

Posição atual: 13,7% das matrículas na Educação Infantil, 11,7% no Ensino Fundamental e 28,2% no Ensino Médio

Fonte: Censo Escolar/Inep

70% da população adulta (25 anos e mais) com Ensino Médio completo ou mais

Posição atual: 54% (2023).

Fonte: PNAD/IBGE

Reduzir para 12% o número de jovens de 15 a 29 anos fora da escola e sem ocupação (nem-nem)

Posição atual: 17,9%% (2023).

Fonte: PNAD/IBGE

Alcançar ao menos 80% de aprendizagem adequada[8] no 5º ano do Ensino Fundamental, 60% no 9º ano do Ensino Fundamental e 50% na 3ª série do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática

Posição atual: 5º ano EF - 64% dos estudantes com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e 50% em Matemática; 9º ano EF - 43% dos estudantes com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e 21% em Matemática; e 3ª série do EM - 43% dos estudantes com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e 9% em Matemática (2019).

Fonte: Censo Escolar/INEP

50% das matrículas no Ensino Médio na modalidade EPT e 25% das matrículas de EJA na forma EPT

Posição atual: 34% do Ensino Médio em EPT e 8% do EJA em EPT.

Fonte: Censo Escolar/INEP

25% da população acima de 25 anos com ensino superior completo

Posição atual: 19,9% (2023).

Fonte: PNAD/IBGE

[8] *Percentual de estudantes com nível de aprendizado proficiente ou avançado no Saeb*

OBJETIVOS

LINHAS DE INICIATIVA

OBJETIVO 1
Educação básica
- 1.1 Educação básica de qualidade
- 1.2 Educação inclusiva
- 1.3 Valorização e capacitação docente
- 1.4 Infraestrutura de qualidade e inclusiva
- 1.5 Gestão escolar participativa

OBJETIVO 2
Educação profissional e tecnológica
- 2.1 Educação profissional e formação continuada
- 2.2 Inserção econômica e produtiva de pessoas com 50 anos ou mais

OBJETIVO 3
Ciência, tecnologia e inovação integradas ao setor produtivo
- 3.1 Ecossistema de PD&I
- 3.2 Competências para o futuro
- 3.3 Tecnologia e dados para a transformação digital

OBJETIVO 4
Mercado de trabalho inclusivo e inovador
- 4.1 Ambientes de trabalho com flexibilidade e tecnologia
- 4.2 Cultura organizacional inclusiva

OBJETIVO 5
Atração, desenvolvimento e retenção de talentos
- 5.1 Atração e retenção de talentos
- 5.2 Formação integral e desenvolvimento profissional
- 5.3 Conexão educação-mercado

OBJETIVO 6
Empreendedorismo
- 6.1 Fomento ao empreendedorismo com inovação
- 6.2 Ecossistema de inovação e empreendedorismo
- 6.3 Inclusão e desenvolvimento social



OBJETIVO 1

Educação básica

Garantir educação básica de qualidade em todo o território, nas redes pública e privada, com foco no desenvolvimento integral do indivíduo e na sua preparação para o mundo do trabalho.

IMPACTOS ESPERADOS

- Elevação da qualidade da educação no Espírito Santo com o incentivo à adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a garantia do uso de tecnologias educacionais modernas.
- Garantia do desenvolvimento integral das pessoas, acesso a competências contemporâneas, como pensamento crítico, criatividade e habilidades socioemocionais.
- População jovem mais bem qualificada e preparada para o mercado de trabalho.
- Garantia da educação básica dentro da faixa etária recomendada.

LINHA DE INICIATIVA 1.1

Educação básica de qualidade

DIRETRIZES

- Assegurar a educação básica dentro da faixa etária recomendada.
- Integrar ao currículo escolar competências socioemocionais, digitais e técnicas, com a promoção de atividades culturais, esportivas e artísticas e com o uso de tecnologias avançadas.
- Ampliar e potencializar de forma contínua os métodos pedagógicos inovadores baseados em evidências de neuroeducação, com apoio de tecnologias (plataformas de aprendizagem adaptativas, realidade virtual e aumentada, gamificação e outras), em parceria com *edtechs* e setor privado.
- Expandir a oferta de escolas com educação integral, garantindo que o tempo integral seja efetivo, de forma qualificada e com currículo bem definido, incluindo a rede municipal.
- Garantir o direito à educação para jovens e adultos que não concluíram a educação básica.
- Incluir os conceitos, conhecimentos e fazeres das culturas tradicionais, de forma transversal e interdisciplinar, em todos os níveis da educação básica.
- Investir de forma contínua em gestão pedagógica.
- Avaliar e requalificar o conhecimento dos professores.

LINHA DE INICIATIVA 1.2

Educação inclusiva

DIRETRIZES

- Garantir que os entes governamentais elaborem planos de inclusão para a educação básica, com recursos específicos destinados à promoção da inclusão de grupos sub-representados, tais como: pessoas com deficiência (PCDs), pessoas em condição de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e minorias étnicas.
- Garantir a existência de uma política de acesso e permanência de crianças e jovens nas escolas, com a atuação conjunta do Estado e dos municípios.
- Promover ações na rede escolar para a redução das desigualdades educacionais, com foco em escolas prioritárias, estudantes com mais baixo desempenho, população vulnerável, entre outros critérios.

LINHA DE INICIATIVA 1.3

Valorização e capacitação docente

DIRETRIZES

- Oferecer formação continuada para professores, incluindo fundamentos de neuroeducação e ênfase em práticas pedagógicas contemporâneas e inclusivas, inovação, tecnologia e gestão de sala de aula.
- Promover a valorização da carreira docente com melhores condições de trabalho e desenvolvimento profissional.
- Adotar mecanismos de avaliação e incentivos com base em resultados de desempenho.
- Garantir a formação específica para os profissionais da carreira de licenciatura, estimulando a formação nas áreas deficitárias, como Matemática e Ciências.

LINHA DE INICIATIVA 1.4

Infraestrutura de qualidade e inclusiva

DIRETRIZES

- Garantir a gestão eficiente dos recursos financeiros e materiais, priorizando a modernização da infraestrutura escolar, a adaptação de espaços para atender às necessidades de ensino integral e a promoção de ambientes de aprendizagem acessíveis e seguros.
- Ampliar o acesso aos recursos digitais e à conectividade nas escolas.

LINHA DE INICIATIVA 1.5

Gestão escolar participativa

DIRETRIZES

- Fomentar a gestão participativa, em que a comunidade escolar (gestores, professores, alunos e famílias) seja envolvida nas decisões e ações pedagógicas.
- Fortalecer a liderança pedagógica dos gestores escolares, capacitando-os para implementar práticas de ensino inovadoras e baseadas em evidências.
- Fomentar um clima escolar positivo, baseado em respeito mútuo, participação ativa de todos e bem-estar dos alunos, professores e funcionários.



OBJETIVO 2

Educação profissional e tecnológica

Promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado por meio da qualificação profissional dos jovens e adultos, com foco no ensino técnico-profissional, para adequar e fortalecer o potencial humano às demandas do mercado.

IMPACTOS ESPERADOS

- Ampliação do número de profissionais técnicos qualificados, alinhados às demandas do mercado.
- Redução da evasão e aumento da conclusão na educação profissional e tecnológica (EPT).
- Aumento da empregabilidade e da inclusão produtiva das pessoas.

LINHA DE INICIATIVA 2.1

Educação profissional e formação continuada

DIRETRIZES

- Ampliar a oferta de formações técnicas alinhadas às áreas estratégicas (tecnologia, energias renováveis, agropecuária sustentável, economia criativa, bioeconomia, logística 4.0) por meio de parcerias com o Sistema S, universidades e *edtechs*.
- Ampliar o acesso à educação profissional alinhada às demandas do mercado em regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com infraestrutura adaptada e ensino híbrido (presencial + ensino a distância).
- Adequar a oferta de vagas nos cursos técnicos concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio, voltados às demandas do mercado.
- Promover a aprendizagem contínua por meio de trilhas de requalificação (*reskilling*) e aperfeiçoamento (*upskilling*) por setor, incluindo habilidades digitais, empreendedoras e sustentáveis.
- Criar parcerias e incentivos com empresas capixabas para viabilizar a formação técnica e profissionalizante e a empregabilidade.
- Viabilizar bolsas de estudo, estágios remunerados e apoio à mobilidade laboral (transporte, moradia, realocação), por meio de parcerias com empresas, universidades e o terceiro setor.
- Implantar comunidades de aprendizagem com foco em experiências práticas, metodologias ativas e redes de mentoria por área de atuação.
- Integrar o ensino técnico a trilhas de inovação e promover o aprendizado contínuo ao longo da vida.
- Fortalecer a formação técnica e continuada em turismo, hospitalidade e lazer, alinhada às novas demandas do setor e às tendências globais, integrando o turismo às estratégias de educação para o trabalho.
- Desenvolver um sistema que compatibilize o perfil da mão de obra demandada pelo setor produtivo e o perfil da oferta de pessoas qualificadas.

LINHA DE INICIATIVA 2.2

Inserção econômica e produtiva de pessoas com 50 anos ou mais

DIRETRIZES

- Promover a valorização de competências adquiridas por experiências prévias, com reconhecimento formal (certificações de saberes não formais e selos de diversidade geracional).
- Incentivar a criação de postos de trabalho flexíveis (meio período, remoto) e setores compatíveis com o perfil 50+ (turismo, saúde).
- Promover a requalificação e o aperfeiçoamento da população com o perfil 50+.
- Fomentar espaços intergeracionais oportunizando a preservação de saberes e fazeres das novas gerações e, ao mesmo tempo, estimulando a apreensão por parte das pessoas com 50 anos ou mais de novas tecnologias e metodologias voltadas ao ensino, ao trabalho, à vida.





OBJETIVO 3

CT&I e setor produtivo

Integrar a pesquisa científica e tecnológica do Ensino Médio, técnico, superior e CT&I (ciência, tecnologia e inovação) às demandas do mercado, fortalecendo os setores produtivos, os ecossistemas de inovação e a formação de mão de obra qualificada alinhada às necessidades das indústrias do Estado.

IMPACTOS ESPERADOS

- Ampliação do uso da ciência, tecnologia e inovação como base para o desenvolvimento territorial.
- Fortalecimento da articulação entre pesquisa, setor produtivo e poder público.
- Aumento da produção do conhecimento aplicado às necessidades regionais.

LINHA DE INICIATIVA 3.1

Ecossistema de PD&I

DIRETRIZES

- Fortalecer a conexão entre pesquisa e mercado via licenciamento de tecnologias, patentes e parcerias público-privadas para projetos de impacto econômico.
- Expandir *hub*s regionais em áreas estratégicas (tecnologia, energias renováveis, agropecuária sustentável, economia criativa, bioeconomia, logística 4.0).

LINHA DE INICIATIVA 3.2

Competências para o futuro

DIRETRIZES

- Alinhar formação técnica às demandas das distintas atividades econômicas com currículos flexíveis e certificações.
- Promover imersão prática em ambientes industriais (residências, fábricas-escola).
- Antecipar demandas do mercado via observatórios regionais e setoriais.

LINHA DE INICIATIVA 3.3

Tecnologia e dados para a transformação digital

DIRETRIZES

- Identificar *gap*s digitais nas indústrias e criar trilhas de capacitação.
- Oferecer treinamento em tecnologias emergentes via laboratórios de simulação (IoT; Aprendizagem de máquina; Realidade aumentada e virtual; Computação Quântica e Ubíqua; Biotecnologia).
- Monitorar tendências setoriais com painéis de dados em tempo real.



OBJETIVO 4

Mercado de trabalho inclusivo e inovador

Promover um mercado de trabalho inclusivo, flexível e moderno, que valorize a diversidade de forma interseccional, incentive a adoção de tecnologias avançadas e modelos de trabalho inovadores e garanta sustentabilidade e adaptabilidade às novas demandas da economia.

IMPACTOS ESPERADOS

- Ampliação da inclusão produtiva e redução das desigualdades.
- Valorização da diversidade no ambiente de trabalho.
- Ampliação de modelos de trabalho remoto, híbrido e emergente.
- Aumento da produtividade da força de trabalho.

LINHA DE INICIATIVA 4.1

Ambientes de trabalho com flexibilidade e tecnologia

DIRETRIZES

- Garantir acesso equitativo a modelos híbridos/remotos, com infraestrutura tecnológica para grupos sub-representados (PcDs, periferias).
- Estimular a adoção de tecnologias digitais e inovação para inclusão e equidade.
- Promover a flexibilidade como política de retenção de talentos, vinculada a métricas de produtividade e bem-estar.

LINHA DE INICIATIVA 4.2

Cultura organizacional inclusiva

DIRETRIZES

- Institucionalizar políticas de equidade interseccional (gênero, raça, LGBTQIAPN+, geracional) com metas auditáveis.
- Integrar saúde mental e sustentabilidade pessoal aos modelos de gestão (jornada flexível, apoio psicológico).
- Estimular práticas empresariais sustentáveis e inclusivas.
- Fomentar a diversidade em cargos de liderança.

OBJETIVO 5

Atração, desenvolvimento e retenção de talentos

Estabelecer temas e ações de formação de excelência mundial para atrair, desenvolver e manter os talentos que coloquem o Estado como referência.

IMPACTOS ESPERADOS

- Aumento da atração e da manutenção de talentos no Estado.
- Valorização do conhecimento científico e tecnológico.
- Ampliação da conexão do capital humano a redes de excelência.
- Posicionamento do Espírito Santo como referência nos Setores ES 500[9].

[9] ES 500 Anos mapeou 17 setores econômicos com potencial para aumentar a complexidade econômica e geração de negócios, com o objetivo de direcionar esforços para a transformação da economia capixaba. Ver mais detalhes no capítulo 7 deste volume.



LINHA DE INICIATIVA 5.1

Atração e retenção de talentos

DIRETRIZES

- Oferecer condições competitivas (moradia, carreira internacional) para atrair talentos nacionais e globais.
- Posicionar o Estado como sede de eventos globais (feiras de tecnologia, *hackathons* internacionais).
- Investir em projetos de grande impacto (biotecnologia, energia limpa) para atrair mentes inovadoras.
- Promover o Estado como polo de inovação e qualidade de vida por meio de marketing territorial e parcerias com entidades internacionais.

LINHA DE INICIATIVA 5.2

Formação integral e desenvolvimento profissional

DIRETRIZES

- Fomentar o desenvolvimento de competências contemporâneas e antenadas com o futuro, incluindo habilidades *hardskill* e *softskill* como socioemocionais, técnicas e digitais, com aplicação prática nos territórios e alinhadas aos estudos referências, como o Fórum Econômico Mundial.
- Criar programas de liderança transformadora e regenerativa, com mentoria de empresas e universidades, voltados a jovens, mulheres e populações vulneráveis, baseados em ética, visão sistêmica e protagonismo em rede.
- Ampliar cursos de ensino superior com certificação internacional em parceria com instituições de destaque.
- Criar incentivos para intercâmbios e participação em eventos internacionais.
- Fomentar a internacionalização por meio de parcerias com instituições estrangeiras, certificações internacionais, intercâmbios e participação em eventos globais.
- Fomentar comunidades formativas que integrem saberes populares e científicos, fortalecendo a identidade capixaba por meio da aprendizagem prática e colaborativa.

LINHA DE INICIATIVA 5.3

Conexão educação-mercado

DIRETRIZES

- Fomentar projetos colaborativos entre empresas e universidades para resolver desafios reais das empresas.
- Desenvolver sistemas de educação e qualificação interconectados e orientados pelas demandas por novas habilidades e capacitações do mercado de trabalho.
- Identificar e priorizar as lacunas de habilidades (*skills gaps*) a serem cobertas, por meio de projetos colaborativos entre setores produtivos, empresas e instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e qualificação profissional.
- Aprimorar e incentivar programas, como Jovem Aprendiz, para ampliar a vivência e experiência prática nas empresas.



OBJETIVO 6

Empreendedorismo

Impulsionar o empreendedorismo como vetor de transformação social e desenvolvimento econômico, oferecendo apoio e capacitação a jovens, adolescentes, mulheres e adultos, para criar novos negócios e gerar oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico.

IMPACTOS ESPERADOS

- Fortalecimento do empreendedorismo como ferramenta de geração de renda e mobilidade social.
- Ampliação da inclusão econômica e da sustentabilidade de negócios.
- Garantia de apoio técnico, acesso a crédito e redes de mentoria qualificadas.
- Redução das desigualdades regionais e sociais.

LINHA DE INICIATIVA 6.1

Fomento ao empreendedorismo com inovação

DIRETRIZES

- Ampliar o acesso a recursos (financiamento, mentoria técnica) para negócios de empreendedorismo em fase inicial, priorizando soluções para desafios regionais.
- Promover a cultura empreendedora desde a adolescência com programas práticos em escolas.

LINHA DE INICIATIVA 6.2

Ecossistema de inovação e empreendedorismo

DIRETRIZES

- Expandir redes de apoio regionais com infraestrutura (laboratórios, acesso a investidores) e articulação entre poder público, setor produtivo e academia.
- Integrar o empreendedorismo ao ensino técnico-profissional como disciplina obrigatória.

LINHA DE INICIATIVA 6.3

Inclusão e desenvolvimento social

DIRETRIZES

- Garantir acesso justo a oportunidades econômicas, com foco em mulheres e grupos vulneráveis, ampliando o acesso ao crédito, capacitação e redes de apoio.
- Reduzir as barreiras socioculturais que limitam o empreendedorismo, por meio da disseminação de informação, valorização da diversidade e incentivo à autonomia econômica.

VOLUME 7

VOLUME 8

O conteúdo detalhado das cinco Missões está disponível no **Volume 7 — Indicadores do Observatório** e no **Volume 8 — Iniciativas mapeadas** e pode ser acessado por meio destes **códigos QR** ou dos **links abaixo:**

https://www.es500anos.com.br/volume-7
https://www.es500anos.com.br/volume-8

6.3.
Missão 3
Cuidado integral

A **Missão 3** visa ao desenvolvimento humano, qualidade de vida e orgulho de pertencer, com foco em justiça social, saúde, moradia, saneamento, segurança cidadã, paz social e diversidade cultural, com infraestrutura urbana inclusiva.



MISSÃO 3

Cuidado integral

ENUNCIADO

Consolidar o Estado do Espírito Santo em desenvolvimento humano, qualidade de vida e orgulho de pertencer, promovendo uma sociedade justa, diversa e segura.



ODS ASSOCIADOS



GRANDES METAS

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maior que 0,8

Posição atual: 0,771 (2021).

Fonte: Atlas Brasil/PNUD

Redução de 30% no déficit habitacional (famílias)

Posição atual: 20,47% (2023).

Fonte: IJSN

Redução para 17% na Taxa de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica (ICSAB)

Posição atual: 21,6% (2023).

Fonte: SESA

82 anos de expectativa de vida

Posição atual: 78,5 anos (2023).

Fonte: IBGE

Estar entre os 5 estados considerados mais seguros do País

Posição atual: 20,8 homicídios dolosos por 100 mil habitantes (2024) — 16ª posição no ranking nacional de Estado mais seguro.

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp)

0% de domicílios com insegurança alimentar grave e moderada

Posição atual: 5,1% (2023).

Fonte: IBGE

100% de atendimento da população total com rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Posição atual: 81,41% da rede com abastecimento de água e 59,18% com esgotamento sanitário (2023).

Fonte: Sinisa

OBJETIVOS

LINHAS DE INICIATIVA

OBJETIVO 1
Saúde

- 1.1 Atenção primária e acesso à saúde
- 1.2 Saúde mental
- 1.3 Saúde digital e inovação
- 1.4 Gestão de emergências e sanitárias
- 1.5 Prevenção e promoção à saúde
- 1.6 Formação e capacitação profissional
- 1.7 Financiamento e cofinanciamento
- 1.8 Saúde materno-infantil
- 1.9 Saúde do idoso

OBJETIVO 2
Cultura

- 2.1 Fomento à economia criativa
- 2.2 Espaços e infraestrutura cultural
- 2.3 Promoção e preservação da cultura local
- 2.4 Eventos e festivais culturais
- 2.5 Educação e capacitação cultural
- 2.6 Turismo e experiência cultural

OBJETIVO 3
Segurança cidadã

- 3.1 Modernização da infraestrutura e tecnologia na segurança pública e na Justiça Criminal
- 3.2 Presença ostensiva nos territórios com base em evidências
- 3.3 Prevenção e inclusão social
- 3.4 Proteção à mulher
- 3.5 Gestão integrada e combate ao crime organizado
- 3.6 Qualificação contínua dos profissionais de segurança pública e de Justiça Criminal
- 3.7 Valorização e proteção da saúde dos profissionais de segurança pública e de Justiça Criminal
- 3.8 Governança da segurança pública e da Justiça Criminal

OBJETIVO 4
Coesão e inclusão social

- 4.1 Assistência social e combate à pobreza
- 4.2 Participação comunitária e segurança pública
- 4.3 Esporte, cultura e lazer
- 4.4 Proteção e acolhimento de grupos vulneráveis
- 4.5 Gestão e financiamento
- 4.6 Juventude e inclusão social
- 4.7 Primeira infância e apoio familiar

OBJETIVO 5
Moradia

- 5.1 Inovação nos modelos de habitação popular
- 5.2 Sustentabilidade e impacto positivo das moradias
- 5.3 Regularização fundiária e urbanização
- 5.4 Assistência em situações de emergência
- 5.5 Habitação rural
- 5.6 Participação social e movimentos de moradia
- 5.7 Revitalização de áreas urbanas
- 5.8 Planejamento e gestão da política habitacional

OBJETIVO 6
Mobilidade

- 6.1 Transporte público e mobilidade sustentável
- 6.2 Trabalho e mobilidade
- 6.3 Planejamento e requalificação de espaços urbanos
- 6.4 Participação cidadã
- 6.5 Acessibilidade e inclusão
- 6.6 Cultura, esporte e lazer
- 6.7 Tecnologia e segurança pública

OBJETIVO 7
Saneamento

- 7.1 Gestão de recursos hídricos
- 7.2 Saneamento básico
- 7.3 Infraestrutura urbana e drenagem
- 7.4 Participação comunitária

ES500 anos



OBJETIVO 1

Saúde

Implementar um sistema de saúde acessível, resolutivo, inovador e equânime que produza o cuidado integral em todos os ciclos de vida.

IMPACTOS ESPERADOS

- Aumento da expectativa de vida saudável para as pessoas com a introdução de hábitos alimentares equilibrados, estilo de vida ativo e apoio emocional familiar.
- Ampliação do acesso à saúde de qualidade e resolutiva a toda população, garantindo desde a educação, a promoção, a prevenção e o tratamento em saúde.
- Redução da prevalência das doenças mentais por meio de resiliência emocional, acesso a práticas integrativas e cuidados biopsicossociais da população.

LINHA DE INICIATIVA 1.1

Atenção primária e acesso à saúde

DIRETRIZES

- Fortalecer e ampliar os serviços de atenção primária, garantindo acesso universal e equitativo à saúde em todo o Estado.
- Ampliar o modelo de atenção híbrido (presencial + virtual) na jornada de atendimento.

LINHA DE INICIATIVA 1.2

Saúde mental

DIRETRIZES

- Aprimorar e expandir os serviços de saúde mental, com ênfase na prevenção, no tratamento e na reintegração social.
- Ampliar a rede de atenção psicossocial formada por parcerias entre secretarias da saúde pública, escolas, organizações sociais e setor privado.

LINHA DE INICIATIVA 1.3

Saúde digital e inovação

DIRETRIZES

- Incorporar tecnologias digitais e inovações para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde, incluindo telemedicina e sistemas integrados de informação.
- Aprimorar a inteligência territorial com plataforma de dados integrados para direcionar a oferta de serviços de saúde em áreas críticas.

LINHA DE INICIATIVA 1.4

Gestão de emergências sanitárias

DIRETRIZES

- Fortalecer rede de comunidades com lideranças e agentes de saúde capazes de lidar com riscos ambientais e eventos climáticos e sanitários.
- Realizar monitoramento preventivo e preditivo, correlacionando dados que indiquem vulnerabilidades e riscos climáticos e sanitários, antecipando crises.
- Implantar produtos, serviços e processos biotecnológicos para respostas rápidas a emergências ambientais e de saúde pública, integrando saúde pública, empresas, universidades e sociedade civil.

LINHA DE INICIATIVA 1.5

Prevenção e promoção à saúde

DIRETRIZES

- Implementar programas e ações voltados para a prevenção de doenças e promoção de hábitos saudáveis, com foco em educação, saúde e intervenções comunitárias.
- Utilizar plataformas de saúde baseada em dados da vida real para propor intervenções preventivas personalizadas.

LINHA DE INICIATIVA 1.6

Formação e capacitação profissional

DIRETRIZES

- Expandir a força de trabalho qualificada com foco em áreas críticas como psicologia, fisioterapia e nutrição.
- Investir na formação, retenção e atualização contínua dos profissionais de saúde para melhorar a qualidade do atendimento em todas as regiões do Estado, enfatizando a integração entre prática clínica e saúde digital.

LINHA DE INICIATIVA 1.7

Financiamento e cofinanciamento

DIRETRIZES

- Desenvolver mecanismos inovadores de financiamento para ampliar e modernizar a infraestrutura de saúde, incluindo parcerias público-privadas, fundos de investimento em saúde e programas de microcrédito para profissionais e empreendedores do setor.

LINHA DE INICIATIVA 1.8

Saúde materno-infantil

DIRETRIZES

- Fortalecer e qualificar a atenção à saúde materno-infantil em todo o ciclo gravídico-puerperal, com foco na redução das causas evitáveis de mortalidade fetal, neonatal precoce, ampliação do acesso ao pré-natal de qualidade e promoção do parto seguro e humanizado.

LINHA DE INICIATIVA 1.9

Saúde do idoso

DIRETRIZES

- Promover o envelhecimento saudável e funcional da população capixaba, com foco na preservação da autonomia, na prevenção da incapacidade, no manejo da multimorbidade e na integração intersetorial do cuidado à pessoa idosa.





OBJETIVO 2

Cultura

Promover a cultura capixaba, valorizando e preservando sua identidade e diversidade, enquanto impulsiona o empreendedorismo, fortalece o turismo e cria oportunidades para todas as gerações.

IMPACTOS ESPERADOS

- Valorização dos patrimônios naturais e culturais do ES.
- Maior participação da cultura e da economia criativa no PIB do Estado.
- Cultura e economia criativa como vetores de emancipação social.
- Geração de renda e empregos por meio do turismo e da economia criativa.
- Fortalecimento da identidade e autoestima (orgulho de pertencimento) do capixaba.

LINHA DE INICIATIVA 2.1

Fomento à economia criativa

DIRETRIZES

- Estabelecer e expandir os *hubs* criativos nas diferentes regiões do Estado, potencializando a criação e o desenvolvimento de ideias e negócios, o empreendedorismo criativo e a valorização da cultura local.
- Estimular a difusão dos produtos e serviços criativos do ES no Brasil e exterior.
- Ampliar e facilitar o acesso ao financiamento, aos editais e aos incentivos fiscais para projetos e negócios criativos.

LINHA DE INICIATIVA 2.2

Espaços e infraestrutura cultural

DIRETRIZES

- Revitalizar e conservar o patrimônio histórico-cultural.
- Estruturar os equipamentos culturais com programação artística e cultural permanente.
- Ampliar a acessibilidade e aplicar tecnologias para melhor experiência nos espaços culturais.

LINHA DE INICIATIVA 2.3

Promoção e preservação da cultura local

DIRETRIZES

- Valorizar e preservar a identidade cultural capixaba, promovendo suas manifestações tradicionais e contemporâneas, com ênfase na diversidade regional.
- Promover a integração entre diferentes manifestações culturais e ampliar a divulgação da produção artística capixaba, tanto interna quanto externamente.

LINHA DE INICIATIVA 2.4

Eventos e festivais culturais

DIRETRIZES

- Ampliar a realização e o apoio a eventos e festivais que promovam a cultura capixaba e atraiam turistas para o Estado, fortalecendo o calendário cultural.
- Fortalecer parcerias entre as instituições públicas e privadas para atração de eventos culturais nacionais e internacionais.

LINHA DE INICIATIVA 2.5

Educação e capacitação cultural

DIRETRIZES

- Ampliar a oferta de formação e qualificação em diversas áreas culturais, fomentando o desenvolvimento de profissionais do setor e a educação artística.

LINHA DE INICIATIVA 2.6

Turismo e experiência cultural

DIRETRIZES

- Integrar a oferta cultural ao turismo, criando experiências únicas que valorizem o patrimônio e as tradições capixabas, impulsionando o turismo cultural.
- Promover a inclusão social por meio do turismo como ferramenta de valorização cultural, geração de renda e combate à desigualdade regional.
- Destacar o turismo social, comunitário e cultural como meio de fortalecimento de vínculos sociais, autoestima local e redução da vulnerabilidade.



Crédito: Divulgação Setur



OBJETIVO 3

Segurança cidadã

Promover a segurança cidadã, com base em evidências, para alcançar a paz social efetiva, priorizando a proteção de grupos vulneráveis.

IMPACTOS ESPERADOS

- Aumento da sensação de segurança percebida pela população.
- Redução da violência e da criminalidade, com base em indicadores de crimes violentos letais intencionais, do número de vítimas fatais em sinistros de trânsito e dos crimes contra o patrimônio.
- Redução significativa de reentrada no sistema prisional.
- Continuidade e evolução do modelo de segurança pública e de Justiça Criminal baseado em evidências com ações multissetoriais e transversais

LINHA DE INICIATIVA 3.1

Modernização da infraestrutura e tecnologia na segurança pública e na Justiça Criminal

DIRETRIZES

- Garantir sistemas integrados e interoperáveis de tecnologias e inteligência policial entre os órgãos de segurança pública e de Justiça Criminal, para aprimorar a eficiência das ações, incluindo análise criminal e compartilhamento de informações entre órgãos.

LINHA DE INICIATIVA 3.2

Presença ostensiva nos territórios com base em evidências

DIRETRIZES

- Aprimorar as estratégias de policiamento ostensivo baseadas em evidências, priorizando áreas de maior vulnerabilidade.
- Fortalecer o policiamento comunitário e ampliar o diálogo com as lideranças comunitárias.
- Reduzir o número de crimes contra o patrimônio que têm um maior impacto na sensação de segurança da população.

LINHA DE INICIATIVA 3.3

Prevenção e inclusão social

DIRETRIZES

- Desenvolver programas de prevenção à criminalidade focados na inclusão social, especialmente para crianças e jovens em situação de risco.
- Ampliar a capacidade de reinserção social por meio de programas de liberdade assistida, bem como a qualificação educacional e profissional dos egressos.

LINHA DE INICIATIVA 3.4

Proteção à mulher

DIRETRIZES

- Fortalecer e expandir iniciativas de redução das violências contra as meninas e as mulheres, incluindo atendimento especializado e medidas preventivas.

LINHA DE INICIATIVA 3.5

Gestão integrada e combate ao crime organizado

DIRETRIZES

- Fortalecer a integração entre diferentes órgãos de segurança pública e de Justiça Criminal para enfrentar organizações criminosas e melhorar a eficiência do sistema de Justiça Criminal.
- Ampliar a participação dos municípios no planejamento e na execução de ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência e da criminalidade por meio de Gabinetes de Gestão Integrada Municipais.

LINHA DE INICIATIVA 3.6

Qualificação contínua dos profissionais de segurança pública e de Justiça Criminal

DIRETRIZES

- Garantir a qualificação contínua dos profissionaisde segurança pública e de Justiça Criminal, com ênfase no policiamento baseado em evidências.

LINHA DE INICIATIVA 3.7

Valorização e proteção da saúde dos profissionais de segurança pública e de Justiça Criminal

DIRETRIZES

- Promover a valorização econômica e social dos profissionais de segurança pública e de Justiça Criminal em toda a sociedade.
- Fortalecer a proteção da saúde física e mental dos profissionais de segurança pública e de Justiça Criminal, garantindo suporte especializado.

LINHA DE INICIATIVA 3.8

Governança da segurança pública e da Justiça Criminal

DIRETRIZES

- Aprimorar e fortalecer a arquitetura da governança da segurança pública e da Justiça Criminal, envolvendo ações multissetoriais.
- Adotar uma gestão estratégica da comunicação da segurança pública e da Justiça Criminal.



Foto: Vitor Jubini

OBJETIVO 4

Coesão e inclusão social

Fomentar uma comunidade socialmente engajada, solidária e com confiança recíproca.

IMPACTOS ESPERADOS

- Maior engajamento social entre cidadãos e instituições, facilitando a cooperação.
- Fortalecimento do capital social e do tecido social.
- Acesso aos direitos humanos e à alimentação adequada.
- Aumento da participação social e do protagonismo comunitário.

LINHA DE INICIATIVA 4.1

Assistência social e combate à pobreza

DIRETRIZES

- Implementar e fortalecer programas e políticas para reduzir a pobreza, promover a proteção e a inclusão social para garantir assistência a todas as pessoas que dela necessitarem.
- Expandir a rede de cuidado integral ao longo da vida, integrando na assistência social a saúde preventiva, o apoio psicológico, a educação financeira, a moradia digna, entre outros serviços.
- Utilizar plataformas integradas de dados sociais, usando algoritmos preditivos para identificar famílias em risco de pobreza e em situação de vulnerabilidade.

LINHA DE INICIATIVA 4.2

Participação comunitária e segurança pública

DIRETRIZES

- Promover o engajamento comunitário na segurança pública por meio de iniciativas participativas e preventivas.
- Expandir os conselhos comunitários de segurança e habilitá-los com plataformas integradas que permitam à população reportar riscos à segurança pública, vulnerabilidades sociais e demandas de saúde.
- Estimular a participação social na solução de problemas locais.

LINHA DE INICIATIVA 4.3

Esporte, Cultura e Lazer

DIRETRIZES

- Promover atividades esportivas, culturais e de lazer como ferramentas de inclusão social, saúde e bem-estar.
- Implantar uma rede integrada de espaços esportivos, culturais e de lazer ativos para todas as gerações.
- Adotar políticas públicas que favoreçam a promoção integrada de esporte, cultura e lazer, favorecendo territórios com maior vulnerabilidade social e baixo IDH.

LINHA DE INICIATIVA 4.4

Proteção e acolhimento de grupos vulneráveis

DIRETRIZES

- Fortalecer serviços de proteção e acolhimento para grupos vulneráveis, garantindo seus direitos e promovendo sua inclusão social.
- Desenvolver programas de proteção social que respeitem saberes tradicionais, identidades culturais e pertencimento.

LINHA DE INICIATIVA 4.5

Gestão e financiamento

DIRETRIZES

- Aprimorar os mecanismos de gestão e financiamento das políticas sociais, garantindo eficiência e sustentabilidade.
- Expandir mecanismos de gestão e financiamento de políticas com o setor social (sociedade civil organizada).
- Estabelecer colaborações entre o setor público e privado para ampliar o alcance e a efetividade das políticas sociais.



LINHA DE INICIATIVA 4.6

Juventude e inclusão social

DIRETRIZES

- Oferecer alternativas educativas e de desenvolvimento profissional para o jovem que favoreçam o empreendedorismo, o letramento digital e o acesso ao mercado de trabalho.
- Promover a inserção educacional e laboral dos jovens por meio da oferta de ferramentas tecnológicas — plataformas de buscas — de acesso às oportunidades na educação e no trabalho.

LINHA DE INICIATIVA 4.7

Primeira infância e apoio familiar

DIRETRIZES

- Fortalecer políticas e programas focados no desenvolvimento integral da primeira infância e no fortalecimento dos vínculos familiares.
- Estabelecer política de licença parental ampliada e incentivos econômicos para mães empreendedoras.
- Promover o desenvolvimento de capacidades socioemocionais e cognitivas na primeira infância.
- Garantir um ambiente familiar acolhedor e seguro para as crianças na primeira infância, livre de violência doméstica ou hostilidade.
- Promover redes de apoio comunitárias (creches, grupos de parentalidade e serviços de assistência social) para fortalecer a capacidade das famílias de cuidar das crianças em condições adequadas.



Foto: Fernando Madeira

OBJETIVO 5

Moradia

Reduzir o déficit habitacional, garantindo moradia digna e segura em relação ao risco de desastres, e acesso à propriedade com base em planejamento e soluções locais adequadas, dando prioridade às populações vulneráveis e aos povos tradicionais.

IMPACTOS ESPERADOS

- Redução no déficit habitacional.
- Redução nas áreas de risco de desastre.
- Aumento da regularização fundiária das ocupações informais.
- Inclusão dos povos tradicionais e periferias.
- Maior senso de pertencimento.
- Melhorias habitacionais efetivas para a população de baixa renda.
- Desenvolvimento sustentável da indústria da construção civil e do mercado imobiliário capixaba

LINHA DE INICIATIVA 5.1

Inovação nos modelos de habitação popular

DIRETRIZES

- Implementar políticas para garantir moradia digna e segura em relação ao risco de desastres e o acesso à propriedade, priorizando populações vulneráveis e povos tradicionais.
- Adotar modelos de moradia popular com gestão compartilhada, participação comunitária e uso de tecnologias sociais.
- Incentivar a autoconstrução assistida e as cooperativas habitacionais.

LINHA DE INICIATIVA 5.2

Sustentabilidade e impacto positivo das moradias

DIRETRIZES

- Incorporar práticas sustentáveis e tecnologias inovadoras em projetos habitacionais, promovendo eficiência energética e redução de impactos ambientais.
- Disseminar e incentivar a adoção de tecnologias construtivas sustentáveis.

LINHA DE INICIATIVA 5.3

Regularização fundiária e urbanização

DIRETRIZES

- Garantir a titularidade e a urbanização de territórios informais não expostos a riscos de desastres, promovendo a segurança jurídica e melhorias na infraestrutura.
- Promover a regularização fundiária e a urbanização de favelas e comunidades urbanas em áreas seguras, garantindo direitos legais e melhorias na infraestrutura.

LINHA DE INICIATIVA 5.4

Assistência em situações de emergência

DIRETRIZES

- Desenvolver respostas rápidas a desastres climáticos ou crises humanitárias, garantindo moradia temporária e suporte às famílias afetadas.



Foto: Marcelo Moryan

LINHA DE INICIATIVA 5.5

Habitação rural

DIRETRIZES

- Atender às necessidades específicas de trabalhadores rurais e comunidades do campo, promovendo soluções habitacionais adequadas ao contexto rural.

LINHA DE INICIATIVA 5.6

Participação social e movimentos de moradia

DIRETRIZES

- Fortalecer a participação da sociedade civil na construção de políticas habitacionais, valorizando o conhecimento e as demandas locais.

LINHA DE INICIATIVA 5.7

Revitalização de áreas urbanas

DIRETRIZES

- Recuperar centros urbanos degradados, por meio da ocupação de imóveis vazios e da requalificação de espaços públicos, observadas as especificidades das cidades capixabas.

LINHA DE INICIATIVA 5.8

Planejamento e gestão da política habitacional

DIRETRIZES

- Aprimorar instrumentos de planejamento, gestão e financiamento da política habitacional.
- Potencializar o uso de tecnologias e ferramentas, como georreferenciamento, para identificar áreas prioritárias para o planejamento habitacional.

OBJETIVO 6

Mobilidade

Promover uma infraestrutura urbana acolhedora, segura, resiliente a desastres, integrada, sustentável e com mobilidade eficiente.

IMPACTOS ESPERADOS

- Ampliação da inclusão social.
- Redução de riscos e impactos de desastres naturais.
- Aproximação entre os espaços de trabalho, estudo, esporte e lazer.
- Melhoria da convivência das pessoas nos espaços viários.
- Promoção da convivência nos espaços coletivos, favorecendo a interação social

LINHA DE INICIATIVA 6.1

Transporte público e mobilidade sustentável

DIRETRIZES

- Aprimorar o planejamento e a gestão integrada e inteligente de mobilidade e tráfego, com monitoramento em tempo real.
- Expandir regionalmente os sistemas rodoviários e aquaviários.
- Implementar sistemas de transportes eficientes, sustentáveis e integrados (multimodais) para melhorar a mobilidade urbana e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE).
- Desenvolver e executar planos de mobilidade urbana que priorizem a integração entre transporte coletivo, mobilidade ativa (pedestres e ciclistas) e acesso qualificado aos espaços públicos e às áreas verdes.
- Ampliar a adoção de ações integradas de educação e fiscalização de trânsito para redução do número de sinistros viários e a ampliação da proteção à vida no trânsito.

LINHA DE INICIATIVA 6.2

Trabalho e mobilidade

DIRETRIZES

- Promover iniciativas que integrem as necessidades de trabalho e deslocamento, incentivando o trabalho remoto e a descentralização de serviços.

LINHA DE INICIATIVA 6.3

Planejamento e requalificação de espaços urbanos

DIRETRIZES

- Desenvolver estratégias para otimizar o uso do espaço urbano, promovendo qualidade de vida e sustentabilidade.
- Fortalecer a resiliência a desastres reconstruindo estruturas afetadas com menor vulnerabilidade, adaptando espaços e instalações para maior resiliência e considerando os riscos de desastres nas novas construções.
- Desenvolver urbanismo social e inclusivo com participação comunitária, promovendo a requalificação de áreas públicas, orlas urbanas e territórios vulneráveis.
- Implementar planos municipais voltados para sustentabilidade e impacto positivo, aplicando zoneamento urbano inteligente, projetos de baixo carbono, redução de deslocamentos, uso misto do solo e eficiência energética.

LINHA DE INICIATIVA 6.4

Participação cidadã

DIRETRIZES

- Fomentar o engajamento da população nas decisões e implementações de políticas de infraestrutura urbana.

LINHA DE INICIATIVA 6.5

Acessibilidade e inclusão

DIRETRIZES

- Garantir acesso universal aos espaços e serviços urbanos, por meio de políticas públicas e parcerias público-privadas para promover a inclusão social.

LINHA DE INICIATIVA 6.6

Cultura, esporte e lazer

DIRETRIZES

- Integrar espaços culturais, de esporte e de lazer à infraestrutura urbana, promovendo qualidade de vida e coesão social.

LINHA DE INICIATIVA 6.7

Tecnologia e segurança pública

DIRETRIZES

- Utilizar soluções tecnológicas para melhorar a segurança pública e eficiência dos espaços urbanos.

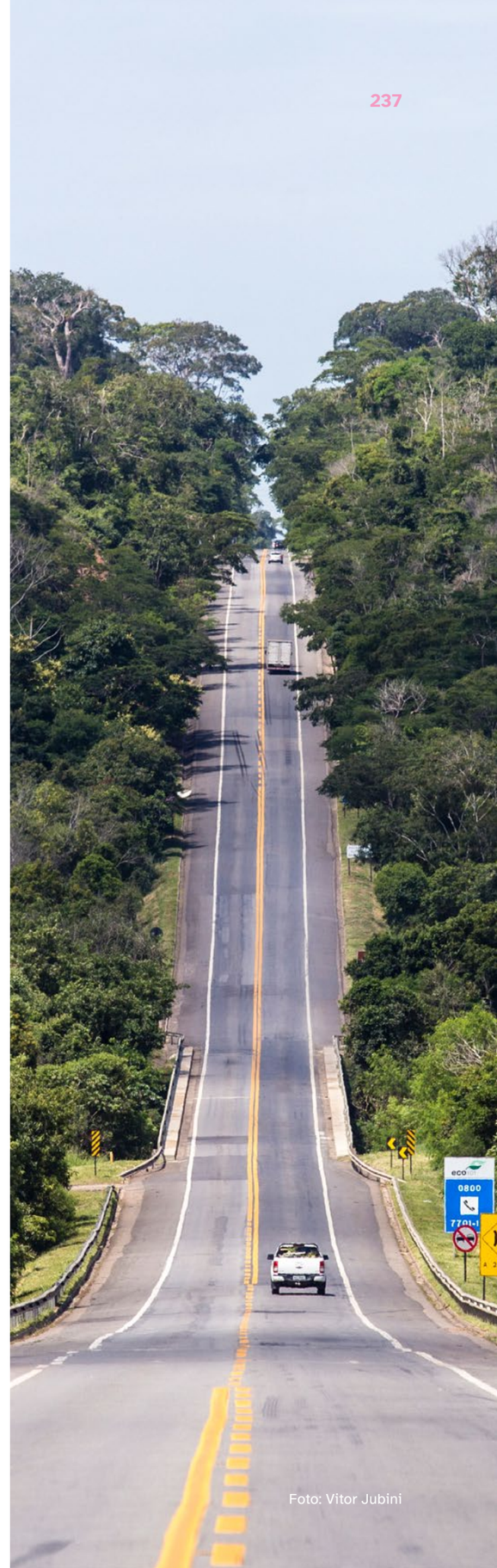


Foto: Vitor Jubini



OBJETIVO 7

Saneamento

Proporcionar acesso universalizado ao saneamento por meio de projetos integrados, beneficiando diversos tipos de usos.

IMPACTOS ESPERADOS

- Garantia de acesso ao saneamento básico para toda a população.
- Redução das doenças relacionadas à falta de infraestrutura sanitária.
- Diminuição da mortalidade associada a condições precárias de saúde e saneamento.
- Melhoria na qualidade da água tanto superficial quanto subterrânea.
- Aumento da resiliência urbana garantindo recursos hídricos adequados.

LINHA DE INICIATIVA 7.1

Gestão de recursos hídricos

DIRETRIZES

- Garantir a gestão sustentável e integrada dos recursos hídricos, promovendo segurança hídrica e qualidade da água, levando em consideração as diferenças regionais e as necessidades setoriais.
- Promover a gestão eficiente dos recursos hídricos, aliada à implementação de tecnologias de reaproveitamento e tratamento de água, a fim de garantir o abastecimento e a resiliência frente às mudanças climáticas.
- Promover maior participação da sociedade civil, por meio dos comitês de bacia hidrográfica, no planejamento e no uso dos recursos hídricos, possibilitando a segurança para todas as partes interessadas.

LINHA DE INICIATIVA 7.2

Saneamento básico

DIRETRIZES

- Universalizar o acesso à água potável, ao esgotamento sanitário e à gestão de resíduos, priorizando áreas de maior vulnerabilidade.

LINHA DE INICIATIVA 7.3

Infraestrutura urbana e drenagem

DIRETRIZES

- Mitigar impactos ambientais, prevenir inundações e melhorar a resiliência urbana por meio de sistemas eficientes de drenagem e soluções baseadas na natureza.

LINHA DE INICIATIVA 7.4

Participação comunitária

DIRETRIZES

- Engajar a população na gestão do saneamento e da proteção ambiental, promovendo educação socioambiental e participação ativa nas decisões.

VOLUME 7

VOLUME 8

O conteúdo detalhado das cinco Missões está disponível no **Volume 7 — Indicadores do Observatório** e no **Volume 8 — Iniciativas mapeadas** e pode ser acessado por meio destes **códigos QR** ou dos **links abaixo:**

https://www.es500anos.com.br/volume-7
https://www.es500anos.com.br/volume-8

6.4.
Missão 4
Sustentabilidade e resiliência climática

A **Missão 4** visa a impulsionar o desenvolvimento sustentável, a economia circular e a conservação ambiental, com foco na transição para uma economia de baixo carbono. Isso será alcançado por meio de políticas públicas sólidas e investimentos em tecnologias e soluções sustentáveis, promovendo municípios resilientes e uma sociedade capixaba com maior consciência e engajamento ambiental.



MISSÃO 4

Sustentabilidade e resiliência climática

ENUNCIADO

Consolidar o Estado do Espírito Santo em sustentabilidade, circularidade e conservação ambiental, com avanço para uma economia de baixo carbono, garantindo a resiliência dos territórios a riscos climáticos.



ODS ASSOCIADOS



GRANDES METAS

Emissões líquidas máximas de 22,5 Mt CO2 ao ano

Posição atual: 28 Mt CO2 (2023)

Fonte: Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa — SEEG

Alcançar o Top 5 estados no Percentual de Resíduos Sólidos Urbanos Recuperados

Posição atual: 1,08% de resíduos sólidos urbanos recuperados (2023)

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico — SINISA

Ampliar em mais de 150.000 hectares a cobertura vegetal

Posição atual: 22,53% da área do Estado com cobertura vegetal (2023)

Fonte: MapBiomas

100% dos municípios cobertos com Planos Municipais de Adaptação e Redução de Riscos às Mudanças Climáticas

Posição atual: 23 municípios com Planos Municipais de Redução de Riscos.

Fonte: Seama

Reduzir 40% dos setores (áreas de riscos) classificados como “risco alto ou muito alto” em desastres naturais.

Quantidade atual: 1.197 setores (áreas de riscos)

Fonte: Cepdec

Alcançar o Top 4 estados no Ranking ESG de Sustentabilidade do Ranking de Competitividade dos Estados

Posição atual: 7ª

Fonte: CLP

Reduzir o percentual da população capixaba residente em áreas de risco geo-hidrológico (suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações) para 6,9%

Posição atual: 13,8% da população capixaba vive em áreas de risco geo-hidrológico.

Fonte: Casa Civil — Presidência da República

OBJETIVOS

OBJETIVO 1
Redução e neutralização de emissões de GEE

- 1.1 Ecossistema de inovação e negócios em energias renováveis
- 1.2 Expansão de fontes de energia limpas
- 1.3 Mobilidade e infraestrutura de baixo carbono
- 1.4 Descarbonização e neutralização de emissões de GEE em setores de maior impacto

OBJETIVO 2
Preservação e regeneração de ecossistemas

- 2.1 Restauração de bioma
- 2.2 Bioeconomia sustentável
- 2.3 Comunidades tradicionais e conservação
- 2.4 *Deep techs* para sustentabilidade
- 2.5 Agricultura resiliente

OBJETIVO 3
Resíduos sólidos e economia circular

- 3.1 Estado circular
- 3.2 Fomento à economia circular
- 3.3 Sistema Estadual de Gestão de Resíduo

OBJETIVO 4
Financiamento Sustentável

- 4.1 Criação de instrumentos financeiros verdes
- 4.2 Parcerias e captação de recursos
- 4.3 Financiamento à inovação e tecnologias sustentáveis

OBJETIVO 5
Resiliência climática e recursos hídricos

- 5.1 Resiliência urbana e adaptação climática
- 5.2 Segurança hídrica e gestão estratégica da água
- 5.3 Mapeamento, monitoramento e redução de áreas de risco

OBJETIVO 6
Conscientização ambiental

- 6.1 Educação e capacitação comunitária
- 6.2 Comunicação e conscientização ambiental
- 6.3 Formação docente e educação básica
- 6.4 Ensino superior e pesquisa
- 6.5 Formação técnica e profissional

OBJETIVO 7
Governança e gestão da sustentabilidade

- 7.1 Modernização da gestão territorial com tecnologia
- 7.2 Fortalecimento, alinhamento e integração da governança estadual

LINHAS DE INICIATIVA

ES500 anos



OBJETIVO 1

Redução e neutralização de emissões de GEE

Promover a redução e mitigação das emissões de gases de efeito estufa, impulsionando a transição para uma economia de baixo carbono e avançando em direção à neutralidade climática.

IMPACTOS ESPERADOS

- Redução de emissões de GEE por meio de eficiência energética, da substituição dos derivados de petróleo e carvão pelo gás natural e biometano, da adoção de energias renováveis e de mudanças em processos e práticas setoriais.
- Mitigação de emissões através da captura e armazenamento de carbono (CCUS).
- Estímulo à economia sustentável, criação de empregos verdes e redução de custos climáticos.

LINHA DE INICIATIVA 1.1

Ecossistema de inovação e negócios em energias renováveis

DIRETRIZES

- Criar mecanismos de apoio a *startups* e empresas que desenvolvam tecnologias e modelos de negócios inovadores em energias renováveis.
- Estabelecer *hubs* de inovação e centros de pesquisa para fomentar o desenvolvimento de soluções energéticas sustentáveis.
- Promover a integração das cadeias produtivas locais com o setor de energias renováveis, gerando empregos e renda.

LINHA DE INICIATIVA 1.2

Expansão de fontes de energia limpas

DIRETRIZES

- Aumentar a capacidade de geração de energia renovável, como eólica, solar e de biomassa, para substituir as fontes de energia fósseis, mantendo o equilíbrio com a preservação do meio ambiente.
- Promover e incentivar a instalação de plantas-piloto no Estado voltadas à produção e consumo de combustíveis e energias renováveis — como hidrogênio, biogás, biocombustíveis, combustíveis avançados e outras tecnologias alinhadas às estratégias de descarbonização.



LINHA DE INICIATIVA 1.3

Mobilidade e infraestrutura de baixo carbono

DIRETRIZES

- Fomentar a produção e uso de biometano e gás natural renovável no transporte e indústria.
- Promover a inovação em mobilidade sustentável, incluindo veículos elétricos, infraestrutura de recarga, transportes coletivos inteligentes e alternativas baseadas em energias limpas.

LINHA DE INICIATIVA 1.4

Descarbonização e neutralização de emissões de GEE em setores de maior impacto

DIRETRIZES

- Implementar o Plano de Descarbonização e Neutralização das Emissões de GEE do Espírito Santo.
- Incentivar a adoção de práticas sustentáveis de neutralização de carbono em setores como indústria, agropecuária e construção civil.
- Promover projetos de reflorestamento e recuperação de áreas verdes para neutralização de emissões.
- Mitigar as emissões e promover o sequestro de carbono no uso do solo e na agropecuária (Afolu — Agricultura, Florestas e Outros Usos da Terra).
- Estimular o mercado de CCUS por meio de parcerias com empresas e instituições de pesquisa para desenvolvimento tecnológico, aliado à criação de marcos regulatórios e incentivos financeiros que atraiam investimentos.
- Implantar sistemas de monitoramento e MRV (mensuração, reporte e verificação) de emissões e remoções dos setores, com envolvimento da indústria, produtores rurais, demais setores privados e instituições de pesquisa.

OBJETIVO 2

Preservação e regeneração de ecossistemas

Preservar, recuperar e regenerar ecossistemas naturais, contribuindo para a restauração do ciclo hidrológico, a conservação da biodiversidade e o fortalecimento de cadeias produtivas locais, em sinergia com o desenvolvimento sustentável.

IMPACTOS ESPERADOS

- Aumento da cobertura de vegetação nativa e restauração de ecossistemas, contribuindo para a conservação da biodiversidade, a restauração do ciclo hidrológico e a resiliência ambiental.
- Fortalecimento das cadeias produtivas locais com práticas sustentáveis que promovem a preservação da biodiversidade e a regeneração dos ecossistemas.
- Regeneração de ecossistemas naturais em áreas de agropecuária e outros usos do solo (Afolu).
- Proteção e valorização dos territórios indígenas e quilombolas como estratégia para a conservação de ecossistemas naturais e a manutenção da biodiversidade.

LINHA DE INICIATIVA 2.1

Restauração de bioma

DIRETRIZES

- Promover projetos de reflorestamento e recuperação de áreas verdes e pastagens para proteção de bacias hidrográficas, a fim de ampliar a resiliência ambiental e a neutralização de emissões de carbono.
- Promover a conectividade ecológica entre fragmentos de vegetação nativa e áreas protegidas, potencializando a implantação de corredores ecológicos, zonas de amortecimento e mosaicos de paisagens restauradas, mapeando rotas prioritárias para espécies e incentivando a participação de propriedades rurais na formação de áreas de conexão e redes de conservação.
- Integrar proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, fomentando soluções econômicas de baixo impacto, como agrofloresta e turismo sustentável, beneficiando comunidades locais e a biodiversidade.
- Implementar Soluções baseadas na Natureza (SbN) para recuperar ecossistemas-chave (manguezais, recifes de corais, florestas), privilegiando a conectividade paisagística.

LINHA DE INICIATIVA 2.2

Bioeconomia sustentável

DIRETRIZES

- Desenvolver políticas e planos de economia regenerativa, com foco na recuperação de áreas degradadas e na agricultura de baixo carbono.
- Fomentar negócios de bioeconomia que utilizem recursos naturais de forma sustentável, gerando renda e conservando a biodiversidade.
- Desenvolver polos regionais e ecoparques industriais voltados para bioeconomia, que integrem produção sustentável, conservação da biodiversidade e geração de renda.
- Estimular a capacitação técnica, certificações socioambientais e acesso a mercado voltados à bioeconomia.

LINHA DE INICIATIVA 2.3

Comunidades tradicionais e conservação

DIRETRIZES

- Engajar comunidades locais e tradicionais na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais.
- Promover projetos de inovação social que integrem conhecimentos tradicionais e científicos para a conservação ambiental.

LINHA DE INICIATIVA 2.4

Deep techs para sustentabilidade

DIRETRIZES

- Desenvolver tecnologias inovadoras para a regeneração de ecossistemas e a resiliência ambiental.
- Apoiar empreendimentos de *deep techs* que promovam soluções sustentáveis para desafios ambientais.
- Integrar tecnologias digitais e inteligência artificial no monitoramento e gestão de ecossistemas.

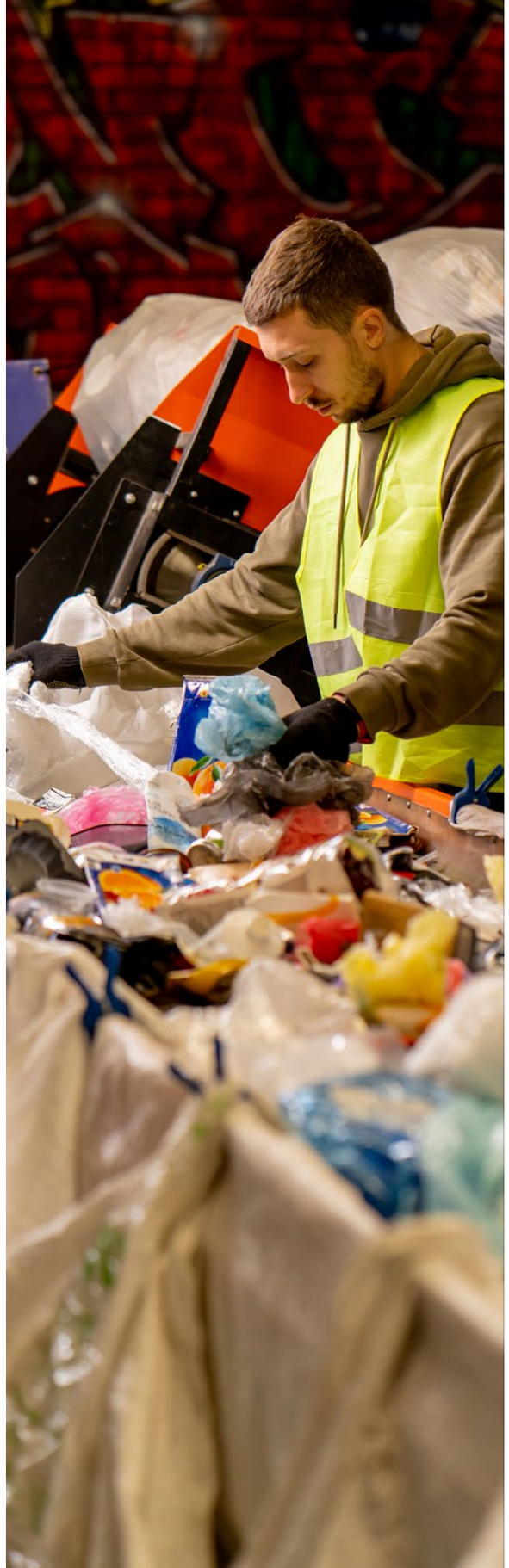
LINHA DE INICIATIVA 2.5

Agricultura resiliente

DIRETRIZES

- Promover práticas agrícolas sustentáveis que preservem o solo, a água e a biodiversidade, como sistemas agroflorestais e agroecologia.
- Fortalecer a agricultura familiar com técnicas de irrigação sustentável e adaptação às mudanças climáticas.
- Incentivar a segurança alimentar por meio de cultivos resilientes e diversificados.





OBJETIVO 3

Resíduos sólidos e economia circular

Estabelecer um modelo econômico sustentável — com processos otimizados e circulares — que promova o uso eficiente dos recursos, prolongue sua vida útil, valorize resíduos e assegure destinações ambientalmente responsáveis e produtivas.

IMPACTOS ESPERADOS

- Fortalecimento de cadeias produtivas circulares e integradas, com foco na reutilização de recursos e valorização de resíduos.
- Promoção da eficiência no uso de recursos, valorização de resíduos e destinações ambientalmente responsáveis em todos os municípios do Estado.
- Geração de empregos e renda justa em setores de economia circular, como reciclagem, reutilização e logística reversa.
- Criação de novos modelos de negócios/novas *startups* voltadas para a economia circular.
- Redução de gases do efeito estuda (GEE) pela minimização de desperdícios e promoção da reutilização de materiais.
- Prolongamento da vida útil e aproveitamento energético dos aterros sanitários controlados.

LINHA DE INICIATIVA 3.1

Estado circular

DIRETRIZES

- Desenvolver políticas públicas integradas para economia circular, com metas claras e incentivos.

LINHA DE INICIATIVA 3.2

Fomento à economia circular

DIRETRIZES

- Incentivar a adoção de modelos de negócios verdes e circulares com estímulo a subsídios, crédito verde e certificações/selos.
- Apoiar *startups* e PMEs que desenvolvam tecnologias para reutilização, reciclagem e redução de resíduos.
- Fomentar pesquisas em *design* circular e tecnologias regenerativas, com foco em soluções escaláveis.
- Criar espaços de inovação para integrar universidades, empresas e comunidades no desenvolvimento de práticas circulares.
- Fomentar parcerias público-privadas para inovação em processos circulares.
- Criar programa estadual de financiamento e apoio técnico para implantação ou modernização de equipamentos de infraestrutura para apoio à economia circular e logística reversa.
- Fomentar o uso de tecnologias emergentes e processos inovadores de reciclagem avançada, rastreabilidade de resíduos, automação e controle ambiental.
- Criar incentivos e políticas regulatórias atrativas para *green techs* (tecnologias limpas), simbiose industrial, economia circular e *deep techs* (inovações científicas de base complexa), alinhadas às metas de descarbonização e geração de empregos do futuro.

LINHA DE INICIATIVA 3.3

Sistema Estadual de Gestão de Resíduo

DIRETRIZES

- Estimular a coleta seletiva e a logística reversa em todos os municípios, com metas progressivas.
- Integrar catadores, indústrias e municípios em sistemas de gestão de resíduos, com remuneração justa e capacitação.
- Investir em tecnologias de valorização de resíduos, como reciclagem avançada e compostagem industrial.
- Estabelecer sistemas de monitoramento, avaliação e transparência para os fluxos de resíduos, com indicadores públicos sobre desempenho e cumprimento das metas
- Ampliar e modernizar a infraestrutura pública e privada para triagem, reaproveitamento, compostagem e valorização energética dos resíduos, com foco na regionalização e eficiência operacional.



OBJETIVO 4

Financiamento sustentável

Estabelecer um sistema financeiro robusto que priorize investimentos para a transição ecológica de forma competitiva e acessível, promovendo uma economia de baixo impacto ambiental e o crescimento econômico sustentável.

IMPACTOS ESPERADOS

- Disponibilidade de recursos financeiros competitivos para transição ecológica com acessibilidade ampliada a financiamentos sustentáveis.
- Crescimento da participação das economias verde e azul no PIB do Estado.
- Incentivo à inovação e competitividade em negócios sustentáveis.

LINHA DE INICIATIVA 4.1

Criação de instrumentos financeiros verdes

DIRETRIZES

- Ampliar o acesso a créditos e títulos verdes, incluindo o Fundo Soberano.
- Fomentar a inovação em soluções financeiras sustentáveis.
- Integrar mecanismos financeiros verdes em políticas públicas.
- Estruturar, regionalizar e ampliar os programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), definindo fontes de financiamento sustentáveis, critérios claros de elegibilidade e priorização de áreas estratégicas, com foco em escalabilidade e benefícios vinculados a resultados mensuráveis de conservação.
- Implantar sistemas de MRV (Mensuração, Relato e Verificação) para os instrumentos econômicos e financeiros voltados à sustentabilidade e ao clima, garantindo a transparência na aplicação dos recursos, a rastreabilidade dos resultados e a avaliação dos impactos ambientais, sociais e econômicos dos projetos apoiados.
- Promover financiamento para infraestrutura verde.

LINHA DE INICIATIVA 4.2

Parcerias e captação de recursos

DIRETRIZES

- Fortalecer parcerias público-privadas para financiamento sustentável.
- Criar *hub*s integrados de captação de recursos.
- Criar fundos comunitários para energia renovável.

LINHA DE INICIATIVA 4.3

Financiamento à inovação e tecnologias sustentáveis

DIRETRIZES

- Investir em tecnologias de captura e armazenamento de carbono, bem como em soluções inovadoras e sustentáveis que promovam a transição ecológica e a descarbonização.
- Investir no desenvolvimento e na difusão de tecnologias de hidrogênio sustentável, com foco em cadeias produtivas industriais, logísticas e energéticas de baixo carbono.
- Investir no desenvolvimento e na integração de tecnologias para agricultura de baixo carbono, como sistemas ILPF, sensores ambientais, agricultura digital e insumos biológicos.
- Financiar a inovação em mobilidade sustentável, incluindo veículos elétricos, infraestrutura de recarga, transportes coletivos inteligentes e alternativas baseadas em energias limpas.
- Garantir incentivos financeiros para *hub*s de inovação ambiental e centros de tecnologia climática, integrando universidades, *startup*s, setor produtivo e governo na busca por soluções aplicáveis e escaláveis.
- Investir no desenvolvimento de tecnologias limpas e processos de produção mais limpa nos setores industrial, energético e agroalimentar, promovendo ganhos de eficiência no uso de recursos naturais, redução de emissões e resíduos e aumento da competitividade ambientalmente responsável.
- Financiar mudanças tecnológicas para promover o aumento da eficiência na produção por meio da redução das taxas de emissões de GEE por unidade de produto, estimulando a modernização de processos, o uso de insumos de menor impacto climático e a adoção de métricas de pegada de carbono nas cadeias produtivas.

OBJETIVO 5

Resiliência climática e recursos hídricos

Fortalecer a capacidade adaptativa do Estado e dos municípios capixabas mediante a implementação de infraestrutura verde e soluções baseadas na natureza, sistemas integrados e tecnologias avançadas de gestão de riscos geo-hidrológicos e políticas de segurança hídrica com foco em reservação, abastecimento e reuso.

IMPACTOS ESPERADOS

- Aumento da resiliência dos municípios capixabas, incluindo a mitigação dos riscos geo-hidrológicos, o aumento da segurança hídrica e a capacidade das regiões de escoar os volumes de água em momentos de alta incidência de chuvas.
- Melhoria na disponibilidade e qualidade da água para consumo humano e atividades produtivas.
- Fortalecimento da governança participativa por meio de comitês de bacias hidrográficas.
- Fortalecimento da resiliência dos ecossistemas por meio da preservação e recuperação da biodiversidade aquática, aliadas à garantia de disponibilidade e qualidade hídrica.
- Ampliação e fortalecimento da capacidade de resposta a desastres climáticos.



Foto: Vitor Jubini

LINHA DE INICIATIVA 5.1

Resiliência urbana e adaptação climática

DIRETRIZES

- Fortalecer o planejamento territorial, integrando critérios de adaptação e ampliando a capacidade das cidades para lidar com eventos climáticos extremos.
- Incentivar a elaboração dos Planos Municipais de Adaptação às Mudanças Climáticas integrados aos Planos Municipais de Redução de Riscos, incluindo previsões orçamentárias de longo prazo que permitam priorização de ações.
- Desenvolver infraestrutura e cidades resilientes.
- Fortalecer a gestão de riscos geo-hidrológicos no território capixaba, com foco na prevenção de deslizamentos, enxurradas e inundações, por meio do mapeamento e monitoramento de áreas de risco, planejamento urbano preventivo, obras de contenção e estratégias de adaptação baseadas na natureza.
- Fortalecer a estrutura estadual de defesa civil e das estruturas locais de defesa civil dos municípios.
- Fortalecer os mecanismos de financiamento de obras municipais previstas no Plano Municipal de Redução de Risco Geológico (PMRR), com fontes de financiamento estáveis e critérios de elegibilidade socioambiental.
- Ampliar a capacidade de resposta a desastres dos órgãos competentes, com modernização e ampliação de equipamentos e intensificação dos treinamentos e capacitações.
- Aumentar a capacidade de prover recursos aos municípios para redução de áreas de risco e restabelecimento e recuperação de áreas afetadas.



LINHA DE INICIATIVA 5.2

Segurança hídrica e gestão estratégica da água

DIRETRIZES

- Fortalecer a reservação hídrica em bacias hidrográficas críticas, por meio da implantação de barragens, microbarragens, áreas de recarga e manejo de nascentes, com base em estudos técnicos e critérios ambientais.
- Ampliar a cobertura e a resiliência dos sistemas de abastecimento de água, especialmente em áreas rurais e urbanas vulneráveis, com foco em soluções descentralizadas, redundância de fontes e combate a perdas.
- Promover o reúso de água em atividades urbanas, industriais e agrícolas, com incentivos normativos, fiscais e tecnológicos, respeitando os padrões de qualidade e segurança sanitária.
- Integrar o planejamento da segurança hídrica às políticas de uso do solo, adaptação climática e desenvolvimento regional, priorizando territórios com maior vulnerabilidade hídrica e riscos associados (estiagens e enchentes).
- Implantar sistemas de monitoramento de disponibilidade e qualidade da água em tempo real, com dados acessíveis para órgãos gestores, defesa civil, setor produtivo e sociedade.

LINHA DE INICIATIVA 5.3

Mapeamento, monitoramento e redução de áreas de risco

DIRETRIZES

- Concluir elaboração de planos municipais de adaptação a mudanças climáticas e planos municipais de redução de riscos, mantendo uma política de atualização periódica dos planos.
- Fortalecer instrumentos de gestão territorial para não ocupação e áreas suscetíveis a riscos.
- Fomentar a elaboração de projetos para áreas de risco mapeadas, bem como a execução de obras que reduzam o risco em áreas mapeadas como de risco alto ou muito alto.

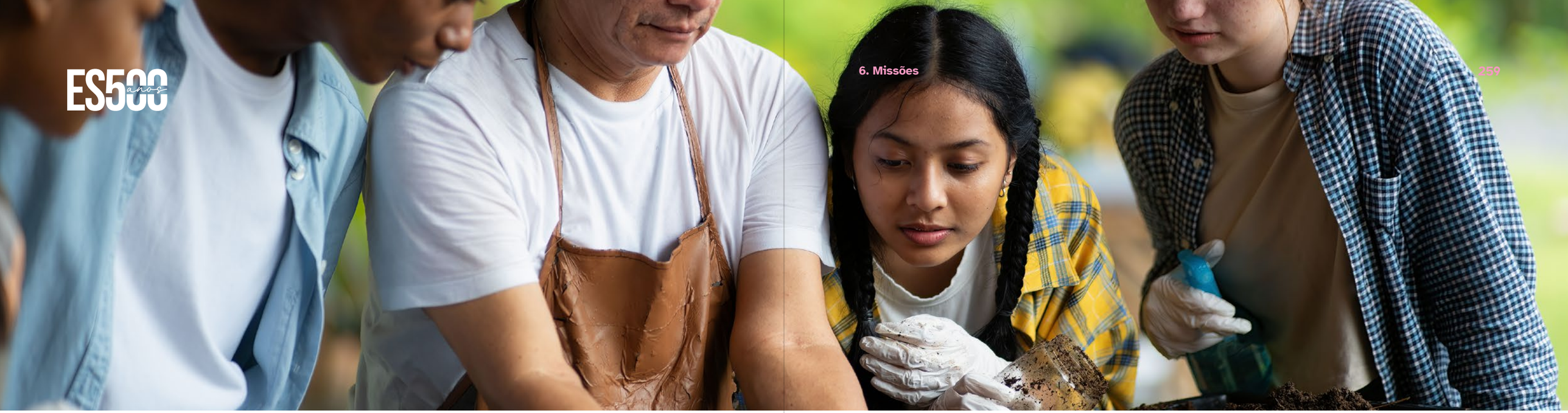
OBJETIVO 6

Conscientização ambiental

Promover a conscientização sobre sustentabilidade, incentivando o consumo responsável e a participação da sociedade civil, do poder público e do setor produtivo na construção de um Estado mais sustentável.

IMPACTOS ESPERADOS

- Fortalecimento da cultura de sustentabilidade na sociedade capixaba.
- Adoção de práticas e comportamentos sustentáveis pela sociedade civil, setor público e setor produtivo.



LINHA DE INICIATIVA 6.1

Educação e capacitação comunitária

DIRETRIZES

- Promover a formação ambiental em empresas, no governo e na comunidade.
- Promover espaços de aprendizagem prática e colaborativa.
- Incentivar parcerias com organizações da sociedade civil, movimentos sociais, associações comunitárias e coletivos locais, para o desenvolvimento de ações colaborativas de educação ambiental, promoção da justiça climática e mobilização para a sustentabilidade nos territórios.
- Estimular a formação de lideranças locais e agentes ambientais comunitários, por meio de processos formativos continuados, oficinas participativas e apoio a projetos de base territorial.

LINHA DE INICIATIVA 6.2

Comunicação e conscientização ambiental

DIRETRIZES

- Realizar eventos de grande impacto para engajar a sociedade.
- Implantar uma política de comunicação ambiental permanente e multicanal, com produção de conteúdo acessível e inclusivo, e com parcerias com instituições de ensino e organizações da sociedade civil, promovendo a sensibilização da população sobre sustentabilidade, clima e conservação ambiental.
- Integrar o ecoturismo e o turismo sustentável às estratégias de uso responsável dos recursos naturais, promovendo a conscientização e a conservação ambiental, reforçando o papel do turismo como aliado da bioeconomia e como vetor de cidadania em unidades de conservação, trilhas, turismo rural e experiências regenerativas.

LINHA DE INICIATIVA 6.3

Formação docente e educação básica

DIRETRIZES

- Integrar a sustentabilidade no currículo escolar e promover projetos práticos interdisciplinares.
- Capacitar professores para atuarem como agentes de mudança.
- Desenvolver conteúdos audiovisuais, interativos e acessíveis para uso em escolas públicas e privadas do Estado, integrando temas ambientais ao currículo escolar.

LINHA DE INICIATIVA 6.4

Ensino superior e pesquisa

DIRETRIZES

- Ampliar a oferta de cursos e programas superiores em áreas sustentáveis.
- Fomentar pesquisas aplicadas que gerem soluções para desafios locais.
- Promover a integração entre universidades, setor produtivo e governo.

LINHA DE INICIATIVA 6.5

Formação técnica e profissional

DIRETRIZES

- Expandir a oferta de cursos técnicos em áreas estratégicas para a sustentabilidade.
- Fortalecer a conexão entre formação técnica e empregabilidade/ empresas (estágios).
- Promover a formação continuada e a atualização profissional em áreas estratégicas da sustentabilidade



OBJETIVO 7

Governança e gestão da sustentabilidade

Potencializar a gestão eficiente dos recursos naturais e do meio ambiente por meio da colaboração e integração de dados e governança.

IMPACTOS ESPERADOS

- Fortalecimento da governança ambiental e aumento da transparência e do cumprimento de metas estaduais (com sistemas integrados).
- Aumento de eficiência na tomada de decisão, no monitoramento em tempo real e na padronização (com interoperabilidade de bases de dados ambientais), por meio da integração de dados e tecnologia.

LINHA DE INICIATIVA 7.1

Modernização da gestão territorial com tecnologia

DIRETRIZES

- Desenvolver um sistema estadual unificado e interoperável de gestão ambiental, com protocolos de dados e mecanismos de compartilhamento entre órgãos e setores.
- Atualizar políticas públicas e legislações ambientais (ex: CAR, geobases).
- Aprimorar processos de análise, planejamento e monitoramento territorial em tempo real com o uso de tecnologias.
- Criar plataformas públicas com dados de impacto ambiental e econômico.

LINHA DE INICIATIVA 7.2

Fortalecimento, alinhamento e integração da governança estadual

DIRETRIZES

- Adaptar a governança estadual para garantir que as ações de sustentabilidade sejam integradas, eficientes e alinhadas com as necessidades atuais e futuras da sociedade e do meio ambiente.
- Promover a capacitação continuada de técnicos e gestores públicos das áreas de meio ambiente, defesa civil e prevenção de desastres.
- Implantar processos de avaliação periódica da efetividade da governança ambiental, com base em indicadores de desempenho e processos de revisão participativa.
- Criar processos de revisão participativa envolvendo sociedade civil e municípios.
- Promover a criação de mecanismos de cooperação entre Estado e municípios, como consórcios intermunicipais para gestão ambiental, programas de capacitação compartilhada e sistemas integrados de informação.
- Fortalecer órgãos colegiados (Consema e Comitês de Bacia, por exemplo).
- Fortalecer a gestão integrada de riscos e desastres.
- Modernizar, agilizar e aumentar a transparência nos processos de licenciamento ambiental.

VOLUME 7

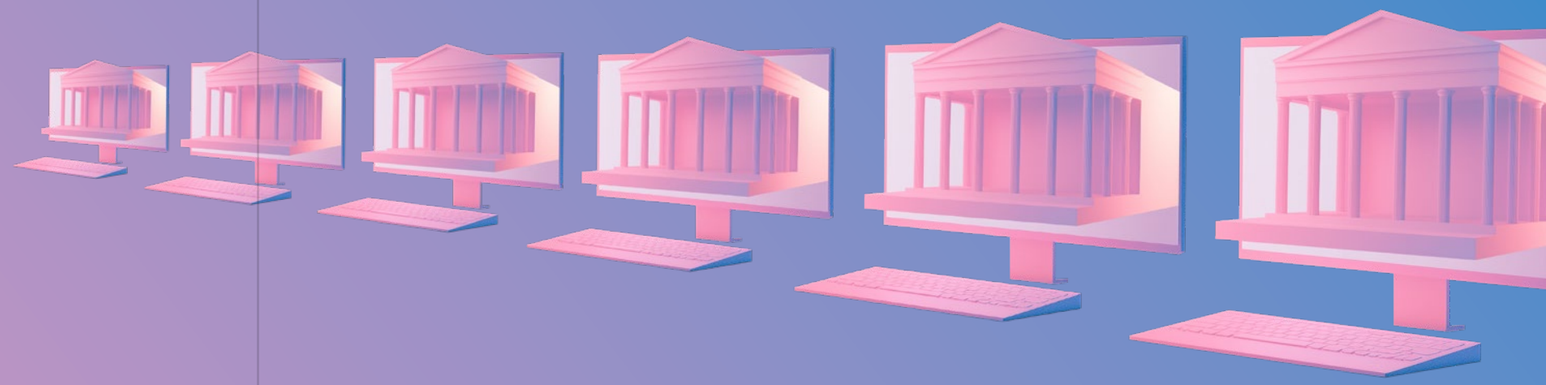
VOLUME 8

O conteúdo detalhado das cinco Missões está disponível no **Volume 7 — Indicadores do Observatório** e no **Volume 8 — Iniciativas mapeadas** e pode ser acessado por meio destes **códigos QR** ou dos **links abaixo:**

https://www.es500anos.com.br/volume-7
https://www.es500anos.com.br/volume-8

6.5.
Missão 5
ES Ágil e Inteligente

A **Missão 5** concentra-se em modernizar as instituições capixabas e tornar as suas estruturas mais eficientes. O foco é assegurar a prestação de serviços digitais, infraestrutura digital necessária e inclusão e participação digital.



MISSÃO 5

ES Ágil e Inteligente

ENUNCIADO

Consolidar o Estado do Espírito Santo como um dos estados mais eficientes, modernos e fiscalmente responsáveis do País, destacando-se por sua ampla comunidade digital participativa e pelo fortalecimento de suas instituições.



ODS ASSOCIADOS



GRANDES METAS

Manter a liderança como o Estado mais transparente na governança pública do Brasil.

Posição atual: 1º lugar – 90,4 pontos (2022)

Fonte: Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP), Transparência Internacional.

Estar entre os 5 estados líderes em Oferta de Serviços Públicos Digitais

Posição atual: 86,5%, 17ª posição (2024)

Fonte: Índice ABEP-TIC de Oferta de Serviços Públicos Digitais.

Estar entre os 5 estados mais competitivos do Brasil conforme avaliação no Índice de Competitividade dos Estados (CLP)

Posição atual: 6ª posição (2024)

Fonte: CLP.

Manter a classificação A+ para as finanças estaduais

Posição atual: A+, Capacidade de Pagamento (Capag) (2024)

Fonte: Tesouro Nacional.

Ficar entre os 3 estados líderes na promoção do desenvolvimento municipal.

Posição atual: 6,74 de média estadual com base na pontuação dos 78 municípios - IGM-CFA (2024)

Fonte: Índice CFA de Governança Municipal.

OBJETIVOS

OBJETIVO 1
Cidades inteligentes

- 1.1 Infraestrutura de telecomunicações
- 1.2 Inclusão digital
- 1.3 Infraestrutura inteligente
- 1.4 Laboratórios de inovação urbana

OBJETIVO 2
Infraestrutura pública digital (IPD) e serviços digitais (e-gov)

- 2.1 Governo digital
- 2.2 Infraestrutura pública digital
- 2.3 Serviços públicos digitais
- 2.4 Segurança cibernética
- 2.5 Interoperabilidade digital
- 2.6 Dados abertos e governança integrada

OBJETIVO 3
Capacidades do setor público

- 3.1 Cultura de inovação no setor público
- 3.2 Gestão para resultados e tomada de decisão baseada em evidências
- 3.3 Qualificação do serviço público
- 3.4 Fortalecimento institucional
- 3.5 Responsabilidade fiscal

OBJETIVO 4
Comunidade participativa e digital

- 4.1 Educação e capacitação digital
- 4.2 Conscientização e segurança digital
- 4.3 Inclusão digital e acesso à tecnologia
- 4.4 Mecanismos de participação popular
- 4.5 Engajamento jovem
- 4.6 Acessibilidade e transparência

LINHAS DE INICIATIVA

ES500 anos



OBJETIVO 1

Cidades inteligentes

Transformar os centros urbanos em ambientes mais conectados, sustentáveis e seguros, com infraestrutura inteligente, integração tecnológica e conectividade universal, promovendo qualidade de vida e desenvolvimento urbano inteligente.

IMPACTOS ESPERADOS

- Universalização do acesso à internet de alta velocidade pelos capixabas e turistas.
- Maior acesso a serviços públicos e privados digitais.
- Redução das desigualdades e disparidades digitais entre áreas urbanas e rurais, assim como entre diferentes grupos socioeconômicos.
- Aumento do percentual de empregos formais da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) em relação ao estoque de empregos com carteira assinada.
- Aumento do número de cidades inteligentes e melhor posicionamento de municípios capixabas no Ranking Connected Smart Cities.

LINHA DE INICIATIVA 1.1

Infraestrutura de telecomunicações

DIRETRIZES

- Expandir a cobertura de redes de alta velocidade para áreas urbanas e rurais, priorizando regiões com menor conectividade.
- Promover parcerias público-privadas (PPPs) para compartilhamento de infraestrutura e redução de custos.
- Prezar por um ambiente *online* democrático, equitativo e aberto, oferecendo serviços em condições comerciais não discriminatórias.

LINHA DE INICIATIVA 1.2

Inclusão digital

DIRETRIZES

- Implementar políticas de inclusão digital para reduzir desigualdades regionais e sociais.
- Ampliar acesso gratuito à internet em espaços públicos estratégicos (terminais de transporte, praças, parques, pontos turísticos, etc) e áreas de interesse social para promover a inclusão digital.
- Criar programas de tarifas sociais para garantir acesso à internet a preços acessíveis para famílias de baixa renda.
- Promover parcerias com operadoras e governos locais para sustentabilidade financeira dos projetos de internet gratuita.

LINHA DE INICIATIVA 1.3

Infraestrutura inteligente

DIRETRIZES

- Implantar redes de sensores IoT para monitoramento urbano.
- Modernizar espaços públicos com soluções sustentáveis (energia renovável, recarga para veículos elétricos, iluminação LED).
- Desenvolver sistemas integrados de alerta precoce para eventos climáticos extremos, com foco em segurança e resiliência.
- Promover a automação de serviços públicos para eficiência e sustentabilidade.
- Fomentar a criação de *hubs* inteligentes que integrem tecnologia, mobilidade e serviços urbanos.

LINHA DE INICIATIVA 1.4

Laboratórios de inovação urbana

DIRETRIZES

- Criar espaços para experimentação e desenvolvimento colaborativo de soluções urbanas (*living lab* urbano) que possam testar inovações em tempo real.



OBJETIVO 2

Infraestrutura pública digital (IPD) e serviços digitais (e-gov)

Promover uma infraestrutura pública digital moderna, com sistemas interoperáveis, seguros e eficientes, que simplificam processos, centralizam o acesso e facilitam a prestação de serviços digitais para cidadãos, empresas e instituições.

IMPACTOS ESPERADOS

- Serviços públicos digitais ágeis, intuitivos e eficientes.
- Expansão da infraestrutura digital e fortalecimento da governança de TI.
- Maior inclusão e equidade no acesso aos serviços públicos digitais.
- Aumento da eficiência operacional do governo, com integração de sistemas e otimização dos processos administrativos.
- Diminuição significativa de incidentes de segurança cibernética e violações de dados.
- Aumento da transparência na gestão de dados públicos.

LINHA DE INICIATIVA 2.1

Governo digital

DIRETRIZES

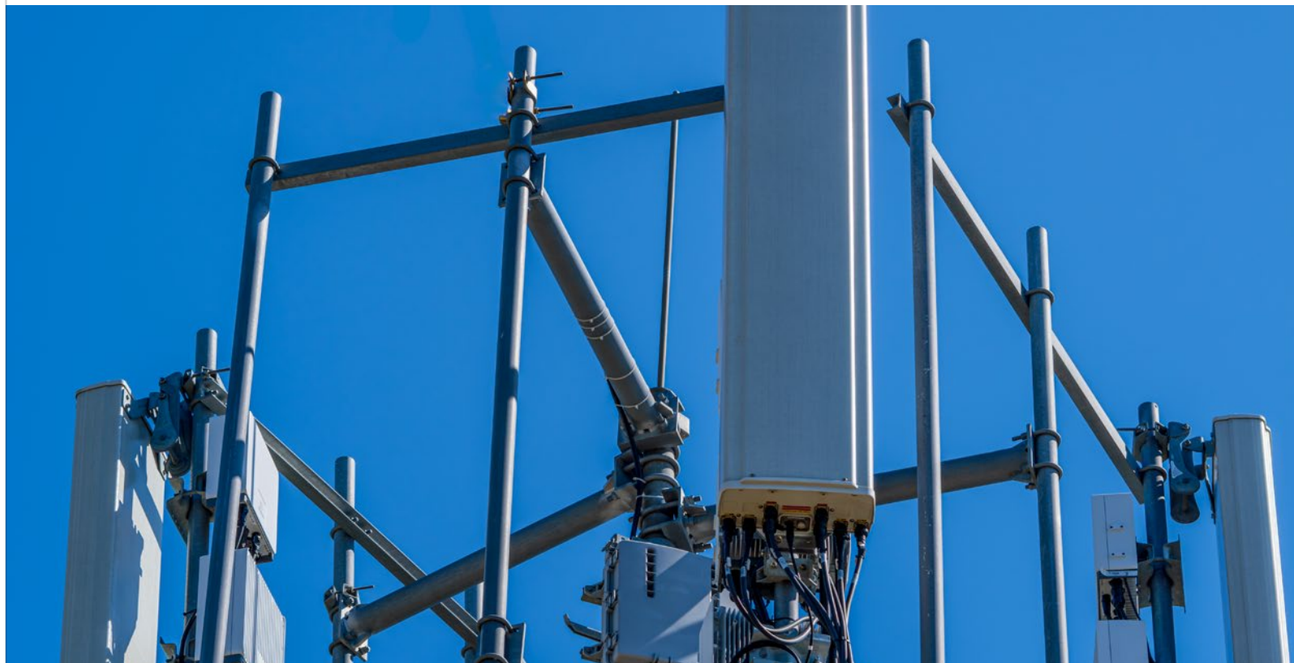
- Implementar uma estratégia unificada de governo digital, alinhada às diretrizes nacionais, para garantir a interoperabilidade e a simplificação de serviços públicos.
- Promover a transformação digital em todos os órgãos públicos, com foco na modernização de processos e sistemas.
- Garantir que os serviços públicos estejam disponíveis digitalmente, com acesso universal e inclusivo.
- Priorizar o acesso por dispositivos móveis, considerando o elevado uso destes pela população.

LINHA DE INICIATIVA 2.2

Infraestrutura pública digital

DIRETRIZES

- Ampliar a capacidade de armazenamento e processamento de dados por meio de *data center*s modernos e sustentáveis, com foco em eficiência energética.
- Criar *hub*s de operações integradas para monitoramento e gestão em tempo real de serviços públicos.
- Estabelecer parcerias público-privadas (PPPs) para modernizar e expandir a infraestrutura digital.
- Desenvolver sistemas de *backup* e recuperação de dados para garantir a resiliência e continuidade dos serviços públicos.
- Promover a integração de sistemas governamentais por meio de APIs abertas e padrões de dados compartilhados.
- Investir em infraestrutura de telecomunicações para apoiar a digitalização de serviços públicos e privados.



LINHA DE INICIATIVA 2.3

Serviços públicos digitais

DIRETRIZES

- Centralizar o acesso a serviços públicos em plataformas unificadas, garantindo praticidade e redução de burocracia.
- Promover a inclusão digital por meio de serviços adaptados a diferentes perfis de usuários, incluindo pessoas com deficiência e idosos.
- Implementar sistemas de pagamento digital unificados, como Pix e Código QR, para facilitar transações financeiras com o governo.
- Utilizar inteligência artificial para automação de processos, como gestão de convênios, contratos e licitações.

LINHA DE INICIATIVA 2.4

Segurança Cibernética

DIRETRIZES

- Garantir a segurança e a privacidade dos dados dos cidadãos em todas as interações digitais com o governo, promovendo a conformidade em todos os órgãos públicos e privados
- Implementar sistemas de segurança multicamadas, incluindo tecnologias quânticas e *blockchain*, para garantir a integridade e confidencialidade dos dados.
- Criar estruturas centralizadas de monitoramento e resposta a ameaças cibernéticas, como centros de operações de segurança.
- Promover a educação e conscientização sobre cibersegurança para cidadãos, empresas e servidores públicos.
- Desenvolver planos estratégicos de resiliência cibernética para infraestruturas críticas e serviços essenciais.
- Estabelecer protocolos e parcerias com centros de excelência nacionais e internacionais para elevar os padrões de segurança.

LINHA DE INICIATIVA 2.5

Interoperabilidade digital

DIRETRIZES

- Ampliar estratégias para garantir a interoperabilidade entre plataformas públicas e melhorar a experiência do cidadão no uso de serviços digitais.
- Desenvolver infraestrutura de dados unificadas para eliminar silos de informação e otimizar serviços públicos.
- Garantir a eficiência energética em *data centers* e sistemas de armazenamento de dados.
- Fomentar a adoção de tecnologias como *blockchain* para garantir a autenticidade e rastreabilidade de dados.
- Criar políticas de compartilhamento seguro de dados entre órgãos públicos, privados e cidadãos.

LINHA DE INICIATIVA 2.6

Dados abertos e governança integrada

DIRETRIZES

- Estabelecer uma governança de dados centralizada, com regras claras para acesso, uso e compartilhamento.
- Promover a participação cidadã por meio de iniciativas como *hackathons* e olimpíadas de dados abertos.
- Criar marcos legais para regulamentar o uso ético e seguro de dados, garantindo privacidade e segurança.
- Disponibilizar e incentivar o uso de dados abertos para pesquisa, inovação e desenvolvimento de políticas públicas e soluções inovadoras.





OBJETIVO 3

Capacidades do setor público

Promover uma estrutura de Estado contemporânea e sustentável, com reformas institucionais, equilíbrio fiscal e práticas de gestão pública eficientes e inovadoras, por meio da qualificação dos servidores e do fortalecimento institucional para uma atuação pública responsiva, digital e baseada em dados.

IMPACTOS ESPERADOS

- Maior eficiência na gestão pública, reduzindo custos operacionais e otimizando o uso dos recursos públicos.
- Elevação da satisfação dos cidadãos e empresas com os serviços prestados pelo setor público.
- Fortalecimento da inovação no setor público.
- Aprimoramento da capacidade técnica e digital dos servidores.
- Aumento da produtividade do setor público.
- Manutenção da sustentabilidade financeira e do equilíbrio fiscal.

LINHA DE INICIATIVA 3.1

Cultura de inovação no setor público

DIRETRIZES

- Fomentar a criação de laboratórios de inovação para desenvolver soluções criativas e ágeis para desafios da gestão pública.
- Promover programas de premiação e reconhecimento para incentivar a adoção de práticas inovadoras entre os servidores.
- Criar plataformas de cocriação entre governo, *startup*s e sociedade para soluções tecnológicas.
- Incentivar a experimentação e o aprendizado contínuo por meio de projetos-piloto e prototipagem.

LINHA DE INICIATIVA 3.2

Gestão para resultados e tomada de decisão baseada em evidências

DIRETRIZES

- Implementar sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas para garantir eficiência e transparência.
- Criar plataformas de dados abertos para embasar decisões estratégicas.
- Promover a integração de dados entre órgãos públicos para melhorar a tomada de decisões.
- Desenvolver indicadores de desempenho para medir o impacto das políticas públicas.



LINHA DE INICIATIVA 3.3

Qualificação do serviço público

DIRETRIZES

- Capacitar servidores em competências digitais, análise de dados, inovação e foco em resultados.
- Promover programas de formação avançada e incentivar as certificações internacionais.
- Fomentar a educação continuada por meio de parcerias com instituições de ensino superior.
- Fomentar iniciativas de transferência de conhecimento com o setor privado e *startups*, ampliando a visão de inovação.
- Criação de um ambiente virtual e presencial de capacitação contínua, com cursos, *workshop*s e certificações, alinhado com as melhores práticas internacionais.

LINHA DE INICIATIVA 3.4

Fortalecimento institucional

DIRETRIZES

- Modernizar portais de transparência e serviços públicos, tornando-os mais acessíveis, interativos e centrados no cidadão.
- Implementar inteligência artificial (IA) para otimizar processos administrativos e melhorar a tomada de decisão.
- Fortalecer a governança digital por meio de protocolos padronizados e repositórios de boas práticas.
- Fomentar a colaboração interinstitucional para fortalecer a governança e a eficiência na gestão pública.
- Implementar sistemas de monitoramento e avaliação contínua dos serviços públicos.
- Incorporar critérios ambientais, sociais e de governança nas decisões institucionais no setor público, seguindo exemplos internacionais como o Reino Unido.

LINHA DE INICIATIVA 3.5

Responsabilidade fiscal

DIRETRIZES

- Manter superávits primários ou equilíbrio fiscal estrutural.
- Aumentar a eficiência na arrecadação e combater a sonegação, com o uso de tecnologias.
- Implementar projetos via parcerias público-privadas (PPPs) e Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) nas esferas estadual e municipal, para aumentar a eficiência e contribuir para a gestão fiscal responsável.



OBJETIVO 4

Comunidade participativa e digital

Fomentar a governança colaborativa, garantindo inclusão digital, acesso e uso transparente de dados públicos, com o objetivo de permitir que cidadãos, empresas e organizações contribuam de forma efetiva, justa e participativa na formulação e avaliação de políticas públicas.

IMPACTOS ESPERADOS

- Redução do abismo digital para todos os cidadãos.
- Maior acessibilidade aos serviços digitais governamentais.
- Aumento da produtividade e competitividade de cidadãos e empresas.
- Fortalecimento do uso crítico e consciente da informação e dos serviços digitais.
- Ampliação da participação digital e do engajamento cívico.
- Maiores representatividade e diversidade na participação digital.
- Fortalecimento da participação social em decisões e iniciativas públicas.
- Maior interesse da população em acompanhar e fiscalizar a gestão pública.
- Políticas públicas mais eficientes e eficazes em razão da participação digital.
- Aprimoramento da transparência e prestação de contas do Estado e dos municípios.
- Estrutura de Estado moderna e sustentável.

LINHA DE INICIATIVA 4.1

Educação e capacitação digital

DIRETRIZES

- Promover programas de formação digital abrangentes, que atendam desde habilidades básicas até avançadas, para cidadãos e empresas.
- Integrar a cidadania digital ao currículo escolar, com foco em ética, privacidade e segurança *online*.
- Oferecer cursos gratuitos e acessíveis em plataformas digitais, com conteúdos práticos e interativos.
- Fomentar parcerias com instituições de ensino e organizações para ampliar a oferta de capacitação digital.
- Desenvolver programas de capacitação específicos para grupos vulneráveis, como idosos, pessoas com deficiência e comunidades de baixa renda.

LINHA DE INICIATIVA 4.2

Conscientização e segurança digital

DIRETRIZES

- Desenvolver campanhas educativas para conscientizar a população sobre riscos digitais, como golpes *online* e proteção de dados pessoais.
- Distribuir materiais educativos (cartilhas, vídeos, guias) em formatos acessíveis e de fácil compreensão.
- Promover *workshops* e palestras sobre segurança digital em escolas, empresas e comunidades.
- Criar canais de comunicação para orientação e suporte em segurança digital.
- Fomentar a cultura de privacidade e uso responsável da internet entre cidadãos e empresas.

LINHA DE INICIATIVA 4.3

Inclusão digital e acesso à tecnologia

DIRETRIZES

- Expandir o acesso à internet de qualidade em áreas remotas e periféricas, com foco em escolas, bibliotecas e centros comunitários, além de incentivar a criação de espaços de inclusão digital para capacitação e acesso à tecnologia.
- Criar iniciativas para capacitar segmentos mais vulneráveis da população no uso das tecnologias digitais, reduzindo a exclusão digital.
- Disponibilizar dispositivos tecnológicos (computadores, *tablets*) e infraestrutura de conectividade em espaços públicos.
- Promover a inclusão digital de pessoas com deficiência por meio de tecnologias assistivas e treinamentos especializados.
- Criar políticas de inclusão digital que garantam acesso universal e equitativo às tecnologias da informação.

LINHA DE INICIATIVA 4.4

Mecanismos de participação popular

DIRETRIZES

- Desenvolver plataformas digitais interativas que permitam a consulta pública, o *feedback* contínuo e a participação em tempo real, integradas aos sistemas de gestão pública.
- Fortalecer conselhos e fóruns digitais para discussão e formulação de políticas públicas.
- Garantir a transparência e o *feedback* das contribuições recebidas, demonstrando como as propostas são incorporadas às políticas públicas.



LINHA DE INICIATIVA 4.5

Engajamento jovem

DIRETRIZES

- Criar plataformas digitais que permitam a participação ativa dos jovens na formulação e avaliação de políticas públicas.
- Promover a integração entre espaços físicos (como CRJs) e ferramentas digitais para ampliar o engajamento jovem.
- Desenvolver programas de capacitação para jovens em governança digital e participação cidadã.
- Fomentar a criação de redes de jovens para discussão e proposição de soluções inovadoras.
- Garantir a acessibilidade e a usabilidade das plataformas digitais para jovens de diferentes perfis socioeconômicos.

LINHA DE INICIATIVA 4.6

Acessibilidade e transparência

DIRETRIZES

- Disponibilizar dados públicos em formatos abertos e acessíveis, garantindo transparência e facilitando o uso por cidadãos e empresas.
- Criar painéis interativos e *dashboards* para visualização de dados em tempo real.
- Promover a educação cidadã sobre o uso de dados públicos e ferramentas de transparência.
- Implementar mecanismos de *feedback* para que os cidadãos possam avaliar a qualidade e a utilidade dos dados disponibilizados.
- Fortalecer a integração entre portais de transparência e ouvidorias para ampliar o controle social.

VOLUME 7

VOLUME 8

O conteúdo detalhado das cinco Missões está disponível no **Volume 7 — Indicadores do Observatório** e no **Volume 8 — Iniciativas mapeadas** e pode ser acessado por meio destes **códigos QR** ou dos **links abaixo:**

https://www.es500anos.com.br/volume-7
https://www.es500anos.com.br/volume-8



Foto: Argeone Herbst

6.6.
A relevância da **Transversalidade das Missões** do Plano **ES 500 Anos**

O sucesso de cada missão depende tanto da execução quanto da maneira como ela se conecta e se fortalece em relação às demais. As Missões deste plano foram estruturadas de modo coordenado, reconhecendo que o avanço de uma área impulsiona o progresso das demais.

O desenvolvimento econômico sustentável (Missão 1) depende diretamente de uma força de trabalho qualificada, que é fomentada pela educação e inovação (Missão 2). Da mesma forma, a redução das desigualdades, um objetivo central tanto da Missão 1 quanto da Missão 3, está intrinsecamente ligada à melhoria da qualidade da educação (Missão 2) e à sustentabilidade ambiental (Missão 4).

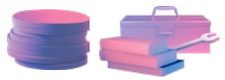
A colaboração entre Missões, por meio de políticas públicas e iniciativas coordenadas, com uma **execução multissetorial**, potencializa os resultados das diversas áreas e reforça a importância de uma **abordagem integrada** para o sucesso do ES 500 Anos. Uma visão integrada é essencial para garantir que os objetivos de desenvolvimento sustentável e inclusivo sejam alcançados de forma eficaz.

Portanto, a seguir são mapeadas essas **relações**, que servem como um guia para compreender como as Missões do Plano ES 500 Anos estão interligadas. É destacada a importância de uma execução colaborativa, na qual a **interdependência entre as Missões** é reconhecida e aplicada, assegurando que o Espírito Santo possa avançar de maneira equilibrada e sustentável.



MISSÃO 1 + MISSÃO 2

Economia diversificada, inovadora e sustentável + Polo de competências



Desenvolvimento econômico sustentável requer uma força de trabalho qualificada.

Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) impulsionam a complexidade econômica (Missão 1) e dependem da educação e da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) (Missão 2).

A redução das desigualdades (Missão 1) pode ser alcançada com melhor educação e oportunidades de trabalho (Missão 2).

A educação profissional e técnica (EPT) (Missão 2) fornece a mão de obra qualificada necessária para o desenvolvimento econômico (Missão 1).

MISSÃO 1 + MISSÃO 3

Economia diversificada, inovadora e sustentável + Cuidado integral



A redução das desigualdades é um objetivo central para ambas as Missões.

O desenvolvimento sustentável (Missão 1) contribui para a qualidade de vida e bem-estar (Missão 3).

O desenvolvimento econômico (Missão 1) pode gerar empregos e reduzir a pobreza (Missão 3).

O desenvolvimento de tecnologias e inovação (Missão 1) pode levar a soluções para saúde, segurança e desenvolvimento urbano (Missão 3).

O desenvolvimento regional (Missão 1) está ligado à redução das desigualdades regionais e à melhoria da qualidade de vida (Missão 3).

MISSÃO 1 + MISSÃO 4

Economia diversificada, inovadora e sustentável + Sustentabilidade e resiliência climática



A sustentabilidade é um aspecto fundamental do desenvolvimento econômico inovador e contemporâneo (Missão 1).

A economia circular (Missão 4) pode contribuir para aumentar a diversificação e a complexidade econômica (Missão 1).

Uma economia de baixo carbono (Missão 4) está alinhada a uma estratégia econômica sustentável (Missão 1).

O financiamento verde (Missão 4) pode apoiar a atração de investimentos e negócios sustentáveis (Missão 1).

O fortalecimento da bioeconomia, da economia verde e do ecossistema de empreendedorismo e inovação em energias limpas impulsiona o crescimento e amplia as oportunidades econômicas no Estado.

MISSÃO 1 + MISSÃO 5

Economia diversificada, inovadora e sustentável + ES Ágil e Inteligente



Um ambiente de negócios competitivo (Missão 1) é favorecido por serviços públicos eficientes e desburocratização (Missão 5).

A infraestrutura digital e a conectividade (Missão 5) impulsionam a inovação e o desenvolvimento econômico (Missão 1).

A atração de investimentos (Missão 1) pode ser facilitada por uma governança transparente e eficiente (Missão 5).

Decisões baseadas em dados (Missão 5) geram melhores resultados para o Estado, fortalecem a economia e impulsionam o desenvolvimento socioeconômico (Missão 1).

MISSÃO 2 + MISSÃO 3

Polo de competências + Cuidado integral



A qualidade da educação (Missão 2) impacta o desenvolvimento humano e a qualidade de vida (Missão 3).

A redução das desigualdades (Missão 3) pode ser alcançada com melhores oportunidades educacionais (Missão 2).

A saúde e o bem-estar (Missão 3) podem ser influenciados pela educação e pelas habilidades (Missão 2).

A empregabilidade e a inclusão produtiva (Missão 2) contribuem para a redução da pobreza (Missão 3).

A inclusão digital (Missão 3 indiretamente, Missão 5 diretamente) é relevante para a educação no mundo moderno (Missão 2).

MISSÃO 2 + MISSÃO 4

Polo de competências + Sustentabilidade e resiliência climática



A educação para a sustentabilidade (Missão 4) se alinha ao objetivo mais amplo de educação de qualidade (Missão 2).

O desenvolvimento de habilidades para uma economia verde (foco da transição para baixo carbono na Missão 4) se conecta ao foco da Missão 2 em habilidades para o futuro do trabalho.

MISSÃO 2 + MISSÃO 5

Polo de competências + ES Ágil e Inteligente



As habilidades e a alfabetização digital (Missão 5) são essenciais para a educação e o futuro do trabalho (Missão 2).

O uso de tecnologia na educação (Missão 2) se alinha à transformação digital mais ampla dos serviços públicos (Missão 5).

MISSÃO 3 + MISSÃO 4

Cuidado integral + Sustentabilidade e resiliência climática



O desenvolvimento sustentável é um tema comum.

A saúde ambiental (foco nos riscos ambientais na Missão 4) está diretamente ligada à saúde e ao bem-estar da população (Missão 3).

Água e saneamento são essenciais para a qualidade de vida (Missão 3) e a sustentabilidade ambiental (Missão 4).

A resiliência às mudanças climáticas (Missão 4) afeta a segurança e o bem-estar humanos (Missão 3).

A preservação dos ecossistemas (Missão 4) pode apoiar o patrimônio cultural e o turismo (Missão 3).

MISSÃO 3 + MISSÃO 5

Cuidado integral + ES Ágil e Inteligente



A inclusão digital (Missão 5) amplia o acesso a serviços sociais, cria oportunidades e promove a equidade social (Missão 3).

Uma governança eficiente e transparente (Missão 5) contribui para a implementação eficaz de políticas sociais (Missão 3).

A participação cidadã (Missão 5) fortalece e aperfeiçoa políticas voltadas para a qualidade de vida e inclusão social (Missão 3).

As cidades inteligentes (Missão 5) visam a criar ambientes urbanos mais sustentáveis, acessíveis e habitáveis (Missão 3).

MISSÃO 4 + MISSÃO 5

Sustentabilidade e resiliência climática + ES Ágil e Inteligente

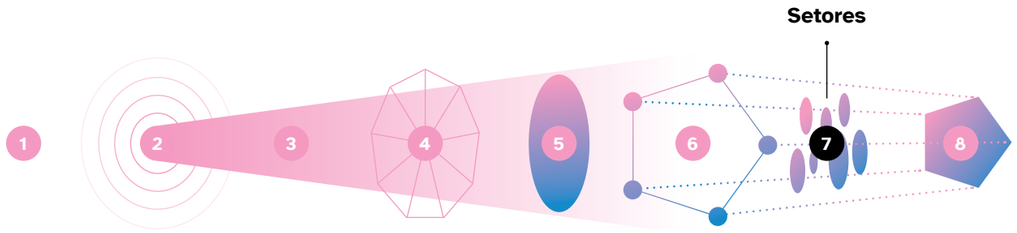


As tecnologias digitais como IA (Missão 5) podem ser usadas para monitoramento e gestão ambiental (Missão 4).

A tomada de decisão baseada em dados (Missão 5) é relevante para a política ambiental e a gestão de recursos (Missão 4).

O licenciamento ambiental (Missão 4) pode ser otimizado com a modernização da gestão pública (Missão 5).

A transparência e a abertura de dados (Missão 5) elevam a responsabilidade e melhoram a gestão ambiental (Missão 4).



7.

Setores ES 500

A **diversificação da base produtiva** do Estado é essencial para construir um Espírito Santo mais resiliente, inovador, justo e sustentável. O círculo virtuoso de desenvolvimento econômico desejado pelo ES 500 Anos será alcançado por meio da geração de renda, oportunidades de trabalho e propostas de soluções para os desafios sociais, econômicos e ambientais da sociedade capixaba.

Com esse horizonte, o ES 500 Anos propõe uma nova forma de analisar o tecido econômico do Estado. A partir de análises técnicas e escuta qualificada, foram identificados **17 setores estratégicos** com alto potencial para impulsionar a complexidade produtiva e agregar valor às cadeias econômicas locais. Esses setores foram classificados em três frentes de ação: Manter e Crescer (prover estabilidade e manutenção para setores que já se destacam), Potencializar (direcionar esforços para o desenvolvimento de setores que apresentam potencial de alto crescimento e escalabilidade) e Desenvolver (direcionar esforços para o surgimento de setores emergentes, que demandam investimento inicial e estruturação).

Esses setores são intitulados **“Setores ES 500”** e representam arranjos setoriais alinhados à missão de construir uma economia diversificada, inovadora e sustentável. O objetivo é posicioná-los como economias de excelência, capazes de atrair talentos e investimentos tanto no cenário nacional quanto no global e, assim, servirem de vetores para o direcionamento de investimentos e parcerias público-privadas, consolidando-se como pilares para o desenvolvimento econômico do Espírito Santo até 2035. Em linhas gerais, os Setores ES 500 funcionam como pilares da proposta de uma nova economia capixaba — uma economia de excelência, conectada ao mundo e comprometida com as pessoas.

Os Setores ES 500 anos têm como características:

Contribuição à complexidade econômica

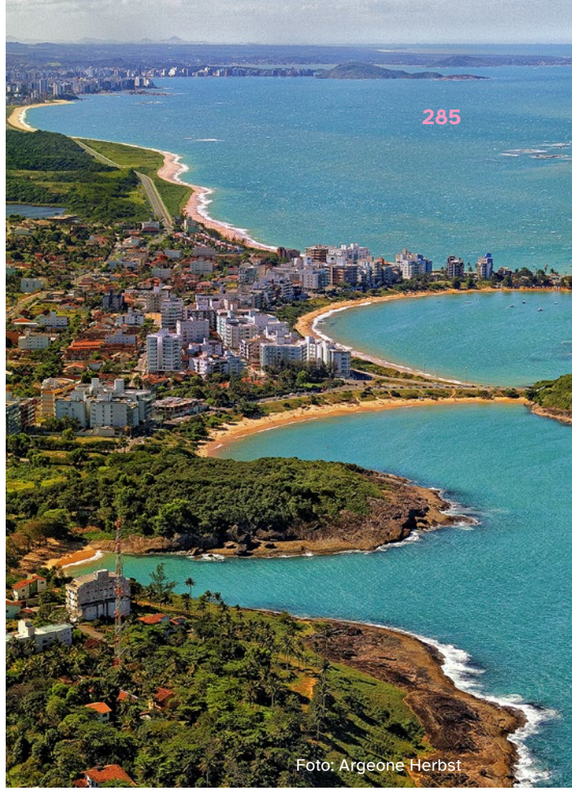
Promovem a diversificação da economia capixaba por meio da sofisticação de processos, diferenciação de produtos e integração de serviços avançados. Incorporam tecnologias, customização, inteligência de dados e novos modelos de negócios para aumentar a eficiência e competitividade das cadeias produtivas.

Sustentabilidade e impacto positivo

Adotam práticas alinhadas aos princípios ESG (Ambiental, Social e Governança), gerando impactos positivos para a sociedade e o meio ambiente.

Desenvolvimento de competências e inclusão social

Priorizam a qualificação profissional e a inclusão social, ampliando oportunidades de desenvolvimento humano e econômico, com foco na equidade, diversidade e igualdade de gênero.


Foto: Argeone Herbst

Resiliência e adaptabilidade

São capazes de antecipar e responder a tendências e disrupções, como avanços tecnológicos, mudanças no comportamento do consumidor, preocupações ambientais e transformações econômicas globais, mantendo-se competitivos em um cenário de rápidas mudanças.

Foco em inovação

Investem continuamente em pesquisa e desenvolvimento (P&D), *design* e tecnologias emergentes, impulsionando a inovação em produtos, serviços e modelos de negócios.

Governança colaborativa

Atuam em arranjos de governança que integram múltiplos agentes públicos e privados, conectando-se a ecossistemas de inovação e empreendedorismo em níveis regional, nacional e global.



Foto: Fernando Madeira

7.1.

Descrição dos Setores ES 500

Os 17 setores considerados são apresentados com a descrição das características de cada um deles.

Agroalimentar

Compreende todas as etapas da cadeia produtiva de alimentos e bebidas, incluindo produção, processamento, transformação e distribuição. Engloba atividades como agricultura, pecuária, beneficiamento, embalagem e comercialização, além de tecnologias e serviços relacionados.

Celulose

Responsável pela produção de celulose, matéria-prima para papel, papelão, embalagens e itens de higiene pessoal. Utiliza principalmente florestas plantadas, como eucalipto e pinus, e também emprega a celulose em bioplásticos, tecidos sustentáveis, aditivos alimentares e bioenergia. A cadeia inclui o manejo florestal, cultivo, extração, processamento e distribuição.

Construção

Envolve a construção e reforma de edificações e obras de infraestrutura, como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, redes de energia, saneamento e telecomunicações. Inclui também planejamento urbano, engenharia, arquitetura e o uso de tecnologias inovadoras como construção modular, Modelagem da Informação da Construção, ou BIM (do inglês, *Building Information Modelling*), automação, pré-fabricação, materiais sustentáveis e energias renováveis.

Bioeconomia e Tecnologias Verdes

Baseia-se na utilização sustentável de recursos biológicos (plantas, animais e microrganismos) para a produção de alimentos, energia, materiais e produtos de alto valor agregado. As tecnologias verdes envolvem inovações que visam à redução de impactos ambientais, promovendo processos produtivos mais eficientes e sustentáveis.

Economia Azul

Promove o uso racional de recursos marinhos e aquáticos. Abrange atividades como pesca e aquicultura sustentável, turismo náutico, biotecnologia marinha, energias renováveis *offshore*, mineração responsável, transporte marítimo e gestão costeira. Inclui ainda inovações tecnológicas como sensores, robótica subaquática e inteligência artificial.

Energia

O setor de energia compreende todas as etapas da cadeia produtiva relacionadas à geração, transmissão, distribuição e consumo de energia. Inclui fontes renováveis (como solar, eólica, hidrelétrica e biomassa) e não renováveis (como petróleo, gás natural e carvão), além de tecnologias para armazenamento, eficiência energética e gestão de redes inteligentes (*smart grids*).

Confecção, Têxtil e Calçados

Engloba a cadeia produtiva de roupas, tecidos, calçados e acessórios, desde a produção de fibras naturais (como algodão, lã e seda) e sintéticas (como poliéster e nylon), até a confecção de produtos acabados para os mercados de moda, decoração, saúde e outros segmentos.

Economia Criativa

Baseia-se na criatividade, cultura e inovação. Envolve setores que transformam ideias e capital intelectual em produtos e serviços com valor agregado, utilizando talentos e ativos intangíveis como diferenciais competitivos. Inclui atividades como artes visuais, música, artes cênicas, cinema, TV, animação, games, *design* gráfico e de produtos, publicidade, arquitetura, moda, literatura, mercado editorial, produção de conteúdo digital (como *podcasts*, redes sociais e influenciadores), turismo cultural e artesanato.

Logística

Envolve o planejamento, execução e gestão integrada do transporte, armazenamento e distribuição de produtos, insumos e mercadorias ao longo das cadeias produtivas. A logística abrange diversos modais de transporte (rodoviário, ferroviário, aéreo e marítimo), centros de distribuição e sistemas de rastreamento para garantir a movimentação eficiente de mercadorias, utilizando tecnologias como Sistema de Gerenciamento de Armazém (WMS), Sistema de Gerenciamento de Transporte (TMS) e internet das coisas (IoT).



Madeira e Móveis

Compreende o manejo sustentável de florestas e a transformação da madeira em produtos acabados, como móveis, pisos, painéis e itens decorativos para uso residencial, comercial e industrial. A cadeia vai da extração ao *design* e comercialização.

Mínero-Metalúrgico e Metalmecânico

É composto por uma cadeia produtiva ampla e interligada, que engloba desde a extração e beneficiamento de minérios até a transformação metalúrgica e a fabricação de máquinas, equipamentos, peças, estruturas metálicas e sistemas industriais. Integra atividades de mineração, metalurgia e manufatura, abastecendo setores como petróleo e gás, celulose, construção naval, automotivo, ferroviário e rochas ornamentais.

Petróleo e Gás

Abrange as atividades de exploração, produção, refino, transporte e comercialização de hidrocarbonetos. Divide-se em três etapas: *upstream* (perfuração e extração), *midstream* (logística e armazenamento) e *downstream* (refino e distribuição). O setor fornece energia e insumos para diversas indústrias.

Química

Responsável pela transformação de matérias-primas, como petróleo, gás natural, minérios e biomassa, em produtos químicos essenciais. Engloba químicos básicos (ácidos, solventes), industriais (fertilizantes, tintas), especialidades (fármacos, cosméticos) e de consumo (detergentes, plásticos).

Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e Serviços Tecnológicos e Digitais

Envolve o desenvolvimento e aplicação de tecnologias como inteligência artificial, *machine learning*, *big data*, IoT, computação em nuvem, *blockchain* e realidade virtual/aumentada. Essas tecnologias impulsionam a transformação digital em todos os setores da economia.

Turismo e Lazer

Envolve serviços e atividades dedicadas à organização, promoção e oferta de experiências relacionadas a viagens, lazer, entretenimento e recreação. O setor abrange atividades como turismo de natureza e aventura, evento e turismo de negócios, além de experiências culturais, gastronômicas e de bem-estar.

Rochas Ornamentais

Envolve a extração, beneficiamento, comercialização e aplicação de pedras naturais como mármore, granito e quartzito. Os produtos são usados na construção civil, arquitetura e decoração. A cadeia abrange desde a mineração até o acabamento das peças.

Saúde, Bem-Estar e Ciências da Vida

Abrange atividades voltadas à saúde física, mental e emocional, bem como pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia, farmacêutica e ciências biomédicas. Inclui a produção de medicamentos, vacinas e diagnósticos, além de serviços de saúde e práticas de bem-estar, como nutrição, atividade física e terapias complementares.



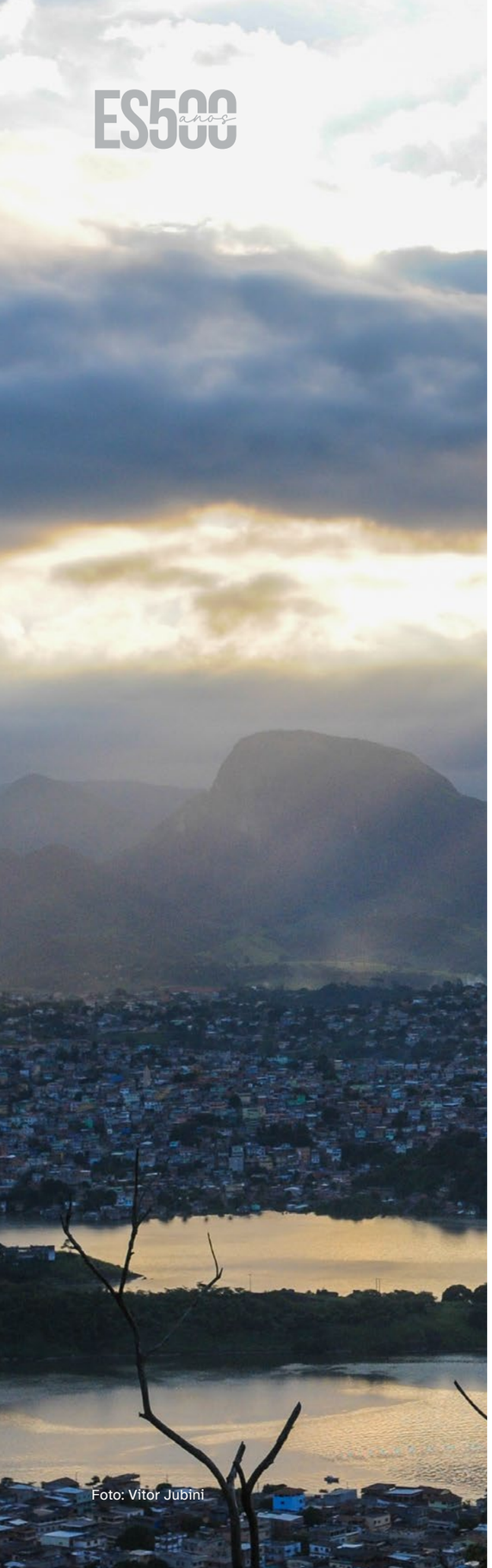
7.2.
Prioridades e estratégias dos Setores ES 500

Os setores do ES 500 foram organizados em três categorias em termos de alocação de esforços. São elas: **Potencializar, Desenvolver, e Manter e Crescer**. Essa classificação baseia-se em um modelo de priorização que considera a relação entre atratividade e capacidade.

A análise da atratividade tem a ver com as barreiras para entrar ou atuar em um setor e leva em consideração o seu **tamanho atual** e o **potencial econômico** de gerar resultados para o Estado. Já a análise de capacidade diz respeito ao **grau de maturidade** do Estado para competir com sucesso em cada setor.

Com base nessa análise, os setores foram agrupados nas três categorias mencionadas, conforme demonstrado a seguir. Cada categoria requer estratégias e ações específicas, voltadas ao fortalecimento das suas potencialidades, superação de desafios e estímulo à inovação e ao desenvolvimento sustentável.

Foto: Vitor Jubini



Potencializar

Compreende setores avaliados como de alto potencial de crescimento — em alguns casos, necessitam ganhar escala. Requerem políticas e ações que motivem e promovam o acesso aos instrumentos e mecanismos fiscais e financeiros, como o acesso a crédito por meio de bancos de desenvolvimento, a mercados de capitais — *private equity*, *venture capital* —, a aceleradoras de *startups* e integração ao ecossistema de inovação.

PRINCIPAL DESAFIO

Necessidade de escalabilidade e inovação.

PRIORIDADES

- Fomento ao ecossistema de negócios inovadores;
- Atração de investimentos estratégicos e capital de risco;
- Modernização regulatória.

SETORES

- Agroalimentar
- Saúde, Bem-Estar e Ciências da Vida
- Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e Serviços Digitais
- Turismo e Lazer
- Economia Criativa

Desenvolver

Compreende setores que, à exceção da bioeconomia e tecnologias verdes e energia, com amplo alcance transversal, se apresentam como já estabelecidos, mas que carregam grande possibilidade de adensamento de suas cadeias produtivas. Assim, requerem políticas que motivem e incentivem o desenvolvimento, como aqueles garantidos por meio de fundos fiscais e financeiros, públicos e privados, do fortalecimento do ecossistema de inovação, da adoção de processos inovadores e transformadores e da implementação das rotas estratégicas setoriais.

PRINCIPAL DESAFIO

Adensamento das cadeias produtivas, ou seja, agregação de valor ao longo da produção.

PRIORIDADES

- Criação e ampliação de fundos fiscais e financeiros (públicos e privados);
- Fortalecimento de ecossistemas de inovação;
- Ampliação da sofisticação produtiva;
- Modernização tecnológica;
- Estímulo à adoção de processos inovadores e rotas estratégicas setoriais.

SETORES

- Bioeconomia e Tecnologias Verdes
- Economia Azul
- Energia
- Logística
- Mínero-Metalúrgico e Metalmecânico
- Química

Manter e Crescer

Compreende setores maduros e em estágio mais avançado de consolidação, mas que apresentam espaço para crescimento e adensamento de cadeias produtivas. Necessitam passar por processos de adequações tecnológicas e inovação para aumentarem a produtividade e a competitividade.

PRINCIPAL DESAFIO

Espaço para ganhos de eficiência e sustentabilidade.

PRIORIDADES

- Atualização tecnológica com digitalização;
- Promoção de produção e práticas sustentáveis;
- Eficiência/produtividade.

SETORES

- Rochas Ornamentais
- Madeiras e Móveis
- Confecção, Têxtil e Calçados
- Construção
- Celulose
- Petróleo e Gás

Cada uma das categorias de Setores ES 500 — Potencializar, Desenvolver e Manter e Crescer — dispõe de estratégias e ações específicas para estimular o crescimento e a inovação, seja de forma individual, seja por meio de interações entre setores.

A figura 15 ilustra essas interconexões, evidenciando como a articulação entre os Setores ES 500 gera oportunidades concretas para inovação, sinergias produtivas e desenvolvimento sustentável. As interseções entre setores fortalecem a competitividade de cada um e contribuem para elevar a complexidade e a sofisticação da economia capixaba.

A Economia Azul é um exemplo de como distintos setores podem ser interdependentes. Ela se relaciona com o setor Agroalimentar (pesca, aquicultura, exportação via portos), com a Construção (infraestrutura portuária, estaleiros, marinas), com a Bioeconomia (uso sustentável de recursos marinhos) e com a Energia (fontes renováveis como eólica *offshore* e exploração de petróleo e gás). O arranjo setorial também se relaciona fortemente com Petróleo e Gás, devido à infraestrutura *offshore* (plataformas marítimas), com Logística, em razão do transporte marítimo e fluvial; com Turismo e Lazer, por meio de cruzeiros e turismo costeiro; e com TICs, que fornecem suporte a operações com sensores, automação e monitoramento ambiental.

INTERSEÇÃO ENTRE OS SETORES ES 500 ANOS

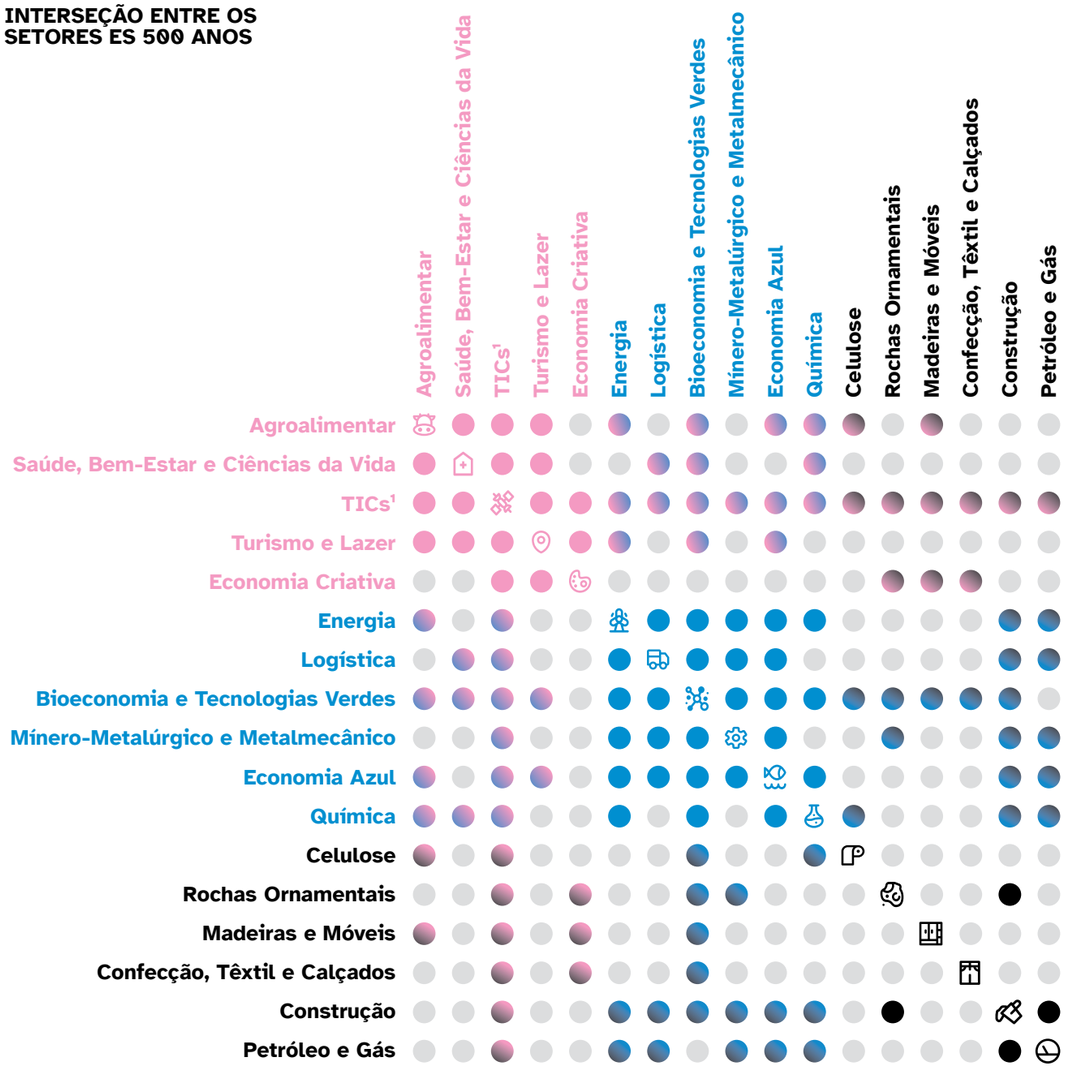


Figura 15: Interseção entre os Setores ES 500.
[1] Tecnologias de Informação e Comunicação

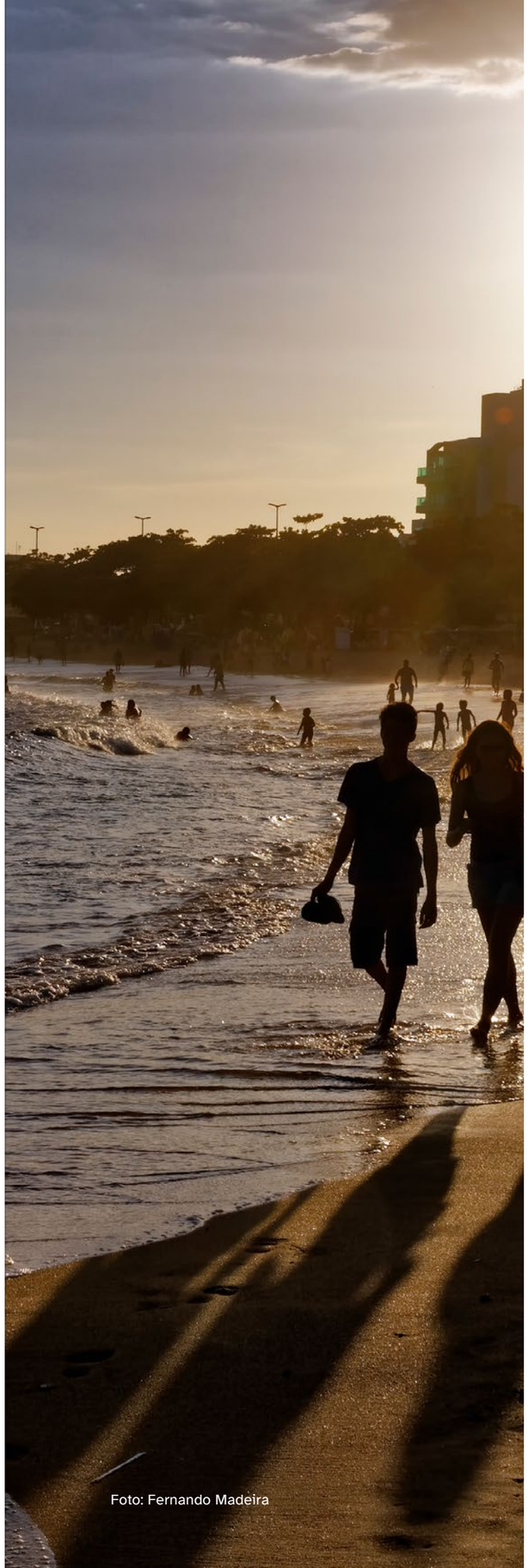


Foto: Fernando Madeira

As interconexões entre os setores também podem ser exemplificadas com o setor Agroalimentar, que está interligado com a Bioeconomia e tecnologias verdes (uso de resíduos agrícolas para bioprodutos), com a Economia Azul (pesca sustentável), com Energia (produção de biocombustíveis), com Saúde e bem-estar (alimentos funcionais e nutracêuticos), com TIC (agricultura de precisão e internet das coisas), com Turismo e lazer (gastronomia e enoturismo), com Celulose (embalagens sustentáveis), com Madeira e Móveis (plantação de florestas e embalagens sustentáveis) e com Química (bioplásticos e fertilizantes verdes).

Já o setor de Rochas Ornamentais possui conexões com os setores de Bioeconomia e Tecnologias Verdes (uso de resíduos na produção de materiais sustentáveis e redução de impactos ambientais), de Construção (matéria-prima para revestimentos e arquitetura sustentável, aliando durabilidade e estética), de Economia Criativa (desenho e aplicações inovadoras em peças artísticas e decorativas) e de TIC (digitalização de pedreiras e uso de internet das coisas para eficiência na extração e logística).

A interdependência e as sinergias entre os setores podem gerar externalidades positivas — como transbordamentos de conhecimento e inovação — que impulsionam soluções sustentáveis. Essa dinâmica é essencial para fortalecer arranjos produtivos locais e economias de aglomeração. Com esse modelo, é possível identificar polos consolidados e emergentes, orientar políticas industriais e estimular investimentos em áreas em que a convergência setorial amplifica os efeitos econômicos, ambientais e competitivos.

A figura 10 não apenas ilustra como os Setores ES 500 se articulam com a Missão 1 (Economia Diversificada, Inovadora e Sustentável), mas também evidencia como a atuação de um único setor pode contribuir simultaneamente para diversas Missões Estratégicas.

O setor de Economia Azul, por exemplo, contribui diretamente para a Missão 4 (Sustentabilidade e Resiliência Climática), por meio de práticas como pesca sustentável, energias renováveis oceânicas, gestão de recursos hídricos e preservação de ecossistemas costeiros. Além disso, impacta a Missão 2 (Polo de Competências), ao demandar formação técnica especializada em áreas como engenharia oceânica, biotecnologia marinha e gestão ambiental.

Outros setores, como Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e Saúde, Bem-Estar e Ciências da Vida, também exercem influência transversal sobre diferentes Missões. O setor de TICs, por exemplo, impulsiona a modernização da gestão pública (Missão 5 — ES Ágil e Inteligente) e fortalece o Cuidado Integral (Missão 3), por meio de soluções em telemedicina, sistemas de informação em saúde e ferramentas digitais para diagnóstico remoto.

INTERSEÇÃO DAS CINCO MISSÕES E DOS SETORES ES 500



Figura 16: Interseção dos Setores com as Missões ES 500 Anos

A identificação e a organização dos Setores ES 500 são, sobretudo, um movimento para preparar o Estado para o que ainda para o que ainda pode fazer melhor. A partir de uma análise que combina atratividade econômica e capacidade instalada, os setores foram agrupados em categorias estratégicas, com desafios distintos, prioridades claras e oportunidades concretas para transformação.

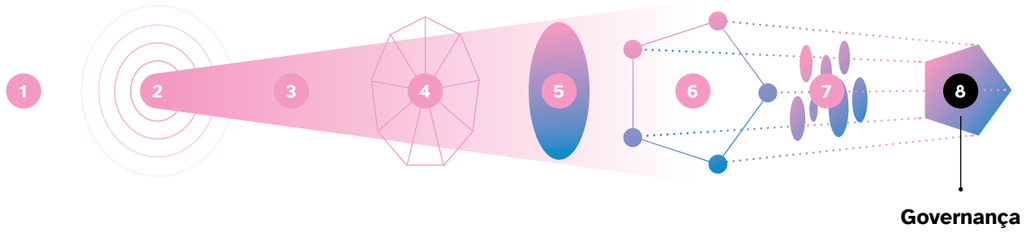
Essa visão de sistemas vivos, em que os setores se alimentam mutuamente por meio de conexões que geram valor, conhecimento, inovação e impacto, mostra que a força da economia capixaba não está apenas no desempenho individual dos seus setores, mas também em uma rede de complementaridades que permite ganhos de escala, eficiência e complexidade, favorecendo o surgimento de soluções sustentáveis com alto valor agregado.

Assim como um ecossistema saudável depende da diversidade de seus organismos e da harmonia entre eles, uma economia sólida e inovadora se sustenta em setores interdependentes, que dialogam com as transformações do mundo e com os sonhos da sociedade capixaba. Os Setores ES 500 são, nesse sentido, sementes do futuro: selecionados com critério, plantados com intenção e cultivados com visão.



O conteúdo detalhado das **Setores ES 500** está disponível no **Volume 9 — Setores ES 500** e pode ser acessado por meio deste **código QR** ou do **link abaixo**:

https://www.es500anos.com.br/volume-9



8.

Governança e engajamento do ES 500 Anos

As experiências do Espírito Santo em torno de planejamentos de desenvolvimento foram capazes de deixar importantes aprendizados para o ES 500 Anos. Entre eles, está a consciência de que a execução de planos de desenvolvimento de longo prazo depende, acima de tudo, de uma governança capaz de garantir continuidade, engajamento e coerência entre ações e objetivos.

Este é o maior desafio de um conjunto de esforços que pretende atravessar a década: sustentar as direções estratégica em meio às mudanças de cenário, de governo e de prioridades conjunturais.

Governar um plano como o ES 500 Anos exige lidar com realidades complexas e atores diversos. Exige reconhecer que o Espírito Santo é feito de múltiplas vozes, setores e territórios. E justamente por isso, a governança precisa ser clara, legítima e capaz de promover convergência.

O diferencial do ES 500 Anos está em uma estrutura de governança desenhada desde o início como parte integrante da estratégia, apoiada em modelos consolidados e adaptada ao contexto capixaba. Ela será responsável por manter o plano vivo, escutando a sociedade, coordenando ações e garantindo que o Espírito Santo continue avançando, com direção e com propósito.

Instituições como o Tribunal de Contas da União, o Banco Mundial e a OCDE reforçam que compromissos institucionais assumem um papel fundamental, pois funcionam como sinalizações claras para que os diversos atores sociais possam alinhar suas estratégias com base na expectativa de permanência das iniciativas do plano, ao longo do tempo. Para tanto, é imprescindível que esses compromissos sejam sustentados por mecanismos institucionais que assegurem sua continuidade.

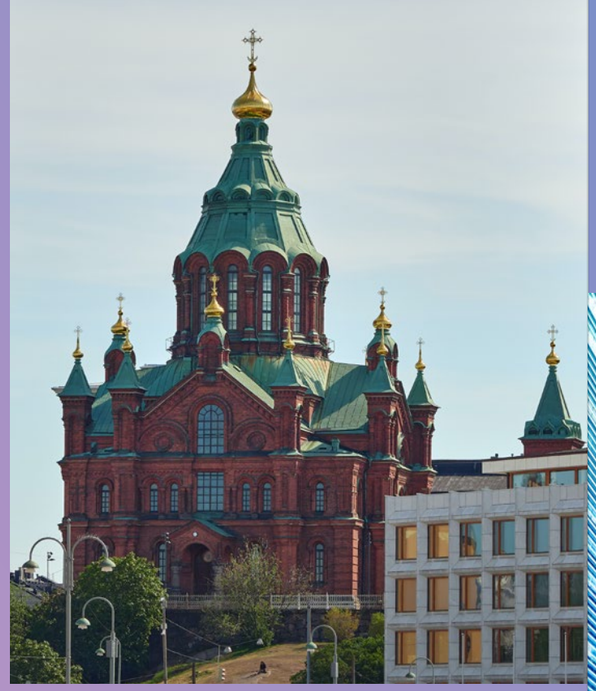
Nesse contexto, uma característica fundamental do ES 500 Anos, e que representa uma evolução histórica em relação aos Planos de Desenvolvimento de Longo Prazo anteriores, é a institucionalização, por meio da Lei estadual nº 12.375 de 20 de março de 2025, de uma governança multissetorial e adaptativa, articulando governo, setor produtivo, academia e sociedade civil em torno de um pacto social para alcançar os objetivos e metas estabelecidas nas missões.

A institucionalização do ES 500 Anos por meio de base legal própria, com estrutura de governança estável e missões definidas, representa uma estratégia de blindagem institucional para assegurar que as metas de desenvolvimento do Espírito Santo nos próximos dez anos sejam perseguidas de forma contínua e eficaz, independentemente de mudanças conjunturais ou de governo.



Governanças que inspiram

Inspirando-se em modelos de governança análogos e bem-sucedidos, a concepção e a estrutura de governança do ES 500 Anos derivaram da análise e adaptação de experiências globais de êxito. Esse processo permitiu identificar e incorporar as melhores práticas, garantindo que a governança do ES 500 Anos fosse construída sobre pilares sólidos e comprovados.

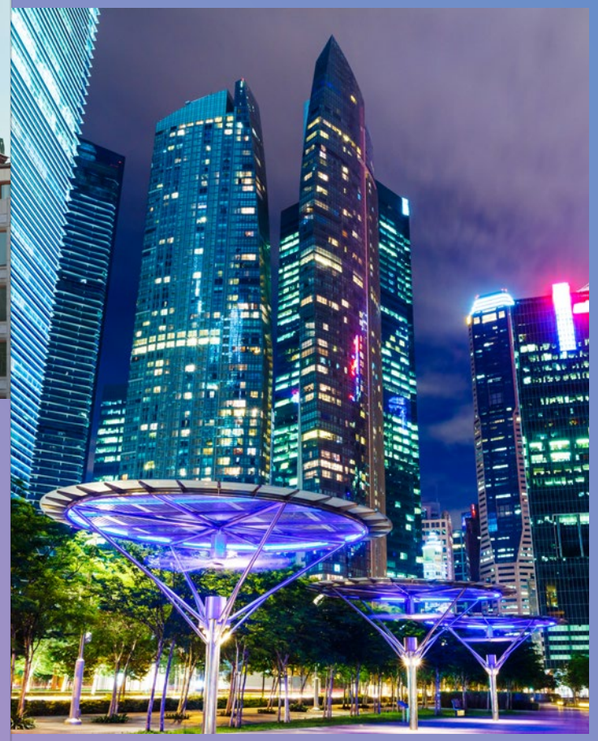


Helsinki

A Fundação Smart & Clean, da região de Helsinki (2016-2021), visa a acelerar a transição para a neutralidade de carbono até 2035, inicialmente focando o aumento da reciclagem de plástico para reduzir as emissões. Desenvolveu soluções em mobilidade, energia, construção, resíduos e água, integrando digitalização e economia circular. Essa parceria público-privada envolveu cidades, empresas, universidades e governo, comprometidos com o limite de 1,5 °C de aquecimento global. Cidades foram plataformas de experimentação, empresas inovaram, universidades pesquisaram, e o Estado regulamentou. Financiada por ambos os setores, sua governança com conselhos administrativo e de supervisão garantiu alinhamento estratégico e fiscalização.

Reino Unido

Em 2024, primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, propôs um modelo de governança por Missões para combater a fragmentação setorial. Cinco Missões prioritárias (crescimento, saúde, energia limpa, segurança e oportunidades) são geridas por comitês liderados pelo premiê, com orçamentos específicos e especialistas. As estratégias incluem focar o Tesouro em investimentos de longo prazo e um “Selo de Missão” para políticas alinhadas. O desafio é manter o foco perante crises, com revisões trimestrais e integração de dados.



Singapura

Criado em 2001 como agência do Ministério da Saúde de Singapura, o Health Promotion Board (HPB) visa a construir uma “Nação de Pessoas Saudáveis”, capacitando singapurenses a alcançar saúde ideal, prolongar a qualidade de vida saudável e prevenir doenças. Gerido por um conselho multidisciplinar que revisa estratégias e orçamentos, o HPB opera com financiamento quinquenal do Ministério da Saúde e presta contas anualmente ao Ministério e ao Parlamento. O foco é promover estilos de vida saudáveis em escolas, locais de trabalho e comunidades, com forte engajamento digital para escala e impacto.

Austrália

A CSIRO, agência científica nacional australiana, adota uma abordagem orientada a Missões para solucionar desafios, operando como órgão governamental independente com visão de longo prazo e soluções interdisciplinares. Engajando diversos *stakeholders* em colaborações estratégicas, sua governança alinha esforços e preserva a autonomia. Organizada em portfólios de missões de cinco a sete anos, que cobrem todo o ciclo de inovação, cada missão opera como um “portfólio dentro de portfólios”, focada em resultados, flexibilidade e experimentação.
A Governança das Missões inclui um grupo consultivo externo e um comitê diretor interno para promover a Missão, supervisionar recursos e gerir riscos.

8.1.
Estrutura de funcionamento

A estrutura prevê canais permanentes de escuta, fóruns de deliberação qualificada e mecanismos de acompanhamento dos compromissos assumidos. A governança atua como eixo de sustentação das Missões Estratégicas do plano, assegurando que elas não apenas orientem a visão de futuro, mas também mobilizem ações concretas, com adesão social e legitimidade técnica.

Ao promover o diálogo entre diferentes setores e garantir representatividade nos espaços de decisão, o modelo amplia a capacidade de resposta do Espírito Santo diante dos desafios contemporâneos. Ele transforma o planejamento em um processo vivo, coletivo e continuamente ajustado às realidades do presente — sem perder o rumo definido para o futuro.

Desse modo, o modelo de governança do ES 500 Anos estabelece estruturas formais e adaptativas, sensíveis ao contexto e comprometidas com a representatividade para enfrentar os desafios complexos tratados pelas missões[19]. Tem o objetivo de oferecer direcionalidade e conectar os setores público, privado, academia e sociedade civil, promovendo um engajamento genuíno de todos os públicos.



[19] *O modelo de governança do ES 500 se baseou nos conceitos de governanças intermediárias do Griffith Centre for Systems Innovation (GCSI) e dos estudos governança de Missões do Observatory of Public Sector Innovation (OPSI) da OECD e do Institute of Innovation and Public Purpose (IIPP) da University COllege London.*

FUNÇÕES DA GOVERNANÇA ES 500 ANOS

Orquestração

Promove articulação e integração entre os agentes e institucionalidades (públicas, privadas e sociais) visando à formulação e à implementação coordenada das missões.

Inteligência e Observatório

Realiza o monitoramento contínuo e avaliação periódica do progresso das Missões, fornecendo dados, evidências, análises e recomendações para aprimoramento das ações estratégicas e políticas públicas, e assegura a publicidade do desempenho, possibilitando que a sociedade tenha acesso às informações de forma clara e acessível.

Design institucional

Concebe e implementa arranjos institucionais inovadores, adequados à complexidade das demandas e desafios enfrentados, promovendo a adaptabilidade e a efetividade na execução do Plano ES 500 Anos.

Engajamento social

Desenvolve e executa estratégias de mobilização e engajamento da sociedade capixaba, conectando os diversos mecanismos de participação social, promovendo maior transparência e fortalecendo o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade no desenvolvimento do Estado.

Experimentação e execução

Atua como catalisador de inovações para as Missões, fomentando a experimentação de novas abordagens e tecnologias, bem como a implementação ágil de ações estratégicas alinhadas aos objetivos do plano.

Os integrantes da governança do ES 500 Anos atuam de forma coordenada e colaborativa para **ampliar as chances de concretização das Missões Estratégicas**. Isso se dá por meio da articulação e influência em políticas públicas e mudanças regulatórias ou institucionais; da mobilização de recursos — humanos, técnicos, tecnológicos e financeiros — que muitas vezes são escassos, insuficientes ou exigem realocação; e da proposição de inovações em iniciativas de alto impacto para o Estado.

Também cabe a essa governança a **análise crítica do desempenho estadual**, com o apoio de especialistas que aportam conhecimento técnico à avaliação das metas, indicadores e iniciativas ligadas às cinco Missões. Ao mesmo tempo, ela contribui para **ampliar a transparência**, oferecendo à sociedade capixaba acesso qualificado às informações e fortalecendo o controle social.

Composta por instâncias integradas, complementares e representativas, a estrutura de governança é organizada em funções **consultivas**, **deliberativas** e **executivas**. Essa organização fortalece o diálogo entre os setores público e privado em todas as regiões do Espírito Santo, funcionando como plataforma de atuação para lideranças comprometidas com a transformação do Estado.

As figuras 17 e 18 ilustram como essas instâncias da governança estão interligadas e fornecem um resumo de cada uma.

ESTRUTURA DA GOVERNANÇA DO ES 500 ANOS



Figura 17: Estrutura de Governança do ES 500 Anos

ESTRUTURA DA GOVERNANÇA DO ES 500 ANOS



Figura 18: Estrutura detalhada de Governança do ES 500 Anos

DETALHAMENTO DAS INSTÂNCIAS DA GOVERNANÇA

A Grupos de Coordenação de Missões

Órgãos executivos (sendo um grupo para cada missão) que trabalham em proposições, articulação, influência, análise crítica e monitoramento.

B Arenas de Participação Social

Mecanismos institucionalizados de interação com a sociedade civil, incluindo a Comunidade ES 500 Anos, os Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável – CDRSs, conselhos setoriais, comitês temáticos e observatórios especializados, servindo como base da relação entre o plano e os territórios capixabas e promovendo engajamento e participação contínua.

C Núcleo de Apoio de Comunicação e Engajamento

Órgão executivo que atua na promoção do plano e no fortalecimento de seu impacto perante a sociedade, garantindo transparência e participação social.

D Assembleia do Plano ES 500 Anos

Órgão consultivo composto por todas as instituições signatárias do pacto social e presidido pelo Governador do Estado. Suas principais funções são promover a interlocução com a sociedade e reunir subsídios para o aprimoramento contínuo do plano, atuando como observatório no acompanhamento do desenvolvimento do Espírito Santo.

E Conselho de Liderança

Instância deliberativa com 16 membros (4 por setor: público, privado, sociedade civil e academia), responsável pelo direcionamento de questões estratégicas e diretrizes norteadoras do Plano ES 500 Anos.

F Secretaria-Geral

Órgão executivo que coordena a operacionalização eficiente do plano, atuando como instância articuladora e gestora das atividades.

G Núcleo de Apoio de Inteligência e Observatório das Missões

Órgão executivo responsável por fornecer suporte técnico e operacional ao processo de implementação e monitoramento, produzindo dados, relatórios anuais e análises estratégicas para subsidiar decisões, e por promover o aprendizado institucional e a melhoria contínua.



ESCADA DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

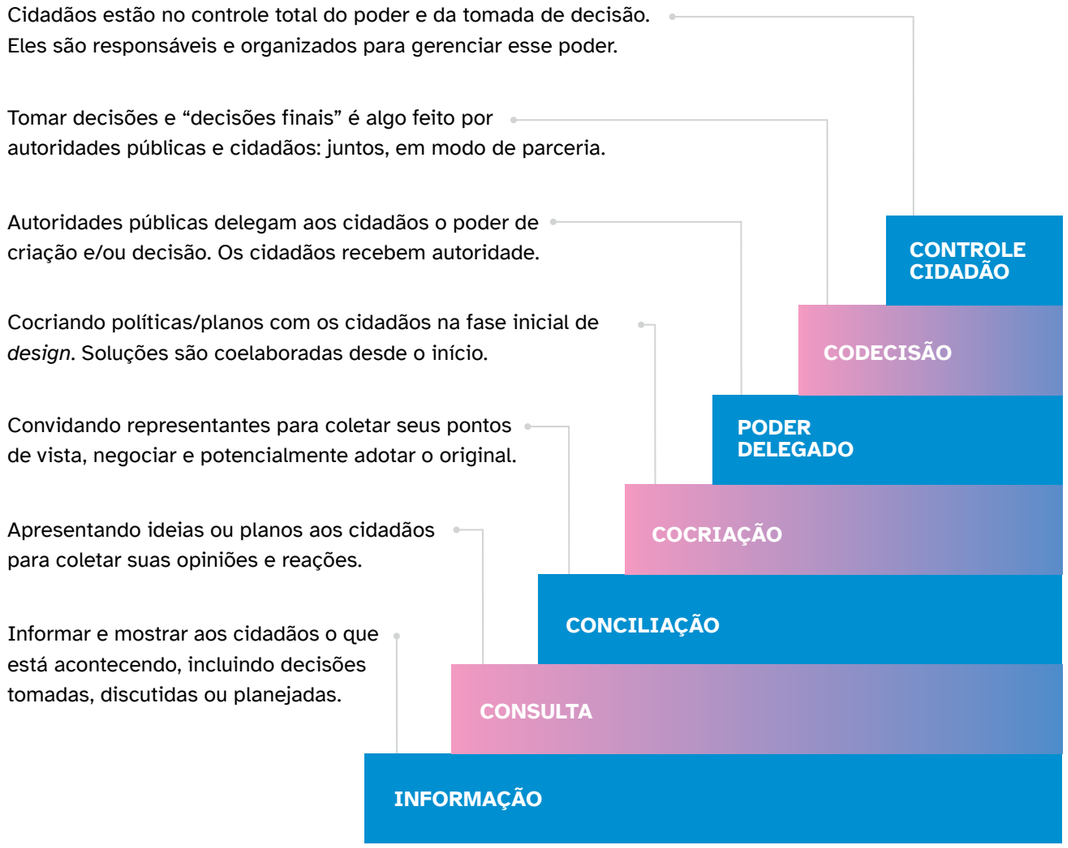


Figura 19: Escada de participação cidadã.
Fonte: "A Ladder of Citizen Participation" de Sherry R. Arnstein

Outro ponto fundamental dentro da estrutura de governança do ES 500 Anos está na forma como propõe a evolução da participação da sociedade em todo o processo de construção e implementação do plano. Essa evolução é representada na chamada **"Escada de Participação Cidadã"**, apresentada na figura 19.

As **Arenas de Participação Social** concretizam esse conceito, funcionando como espaços permanentes de escuta, diálogo e mobilização ao longo da vigência do plano. São mecanismos integrados que permitem a participação tanto digital quanto presencial, estimulando o engajamento real da população em diferentes níveis — da consulta à cocriação.

Dentro dessa estrutura, destaca-se a **Comunidade ES 500 Anos**, uma plataforma digital desenvolvida para conectar cidadãos e organizações públicas e privadas em torno da transformação do Espírito Santo. Essa comunidade atua de forma articulada com os Grupos de Coordenação de Missões, contribuindo com sugestões e ajustes às diretrizes do plano, e com o Núcleo de Comunicação e Engajamento, garantindo que a comunicação institucional seja também um canal de escuta ativa e participação colaborativa.

A comunidade é o elo entre o plano e a sociedade. É o espaço onde ideias ganham forma, contribuições se transformam em propostas, e a visão de futuro é construída a muitas mãos. É ali que as cinco Missões ganham força coletiva e caminham para se tornar realidade até 2035.

Para se engajar e colaborar com uma das cinco Missões Estratégicas que vão moldar o Espírito Santo do futuro, acesse o formulário de interesse por meio do código QR abaixo. **Sua participação faz parte do que torna este plano possível.**

O conteúdo detalhado da **Governança do ES 500** está disponível no **Volume 11 — Estrutura e Projeto de Lei da Governança** e pode ser acessado por meio deste **código QR** ou do **link abaixo**.

https://www.es500anos.com.br/volume-11

9.

Rumo ao **ES de 2035**

Chegamos ao final do Volume 1 deste plano, que reúne as Direções Estratégicas para 2035, consolidando o ES 500 Anos como um **convite à convergência**. Para além de respostas aos desafios de um mundo de mudanças disruptivas, ele é uma convocação aberta a toda a sociedade para que, mais uma vez, o Espírito Santo siga fazendo da união o seu maior diferencial.

Ao longo das páginas, foram apresentados os principais elementos que sustentam essa proposta de futuro: desde o escopo do plano e do entendimento do contexto atual até os **elementos estratégicos** que orientam a ação pública e privada — incluindo ainda os setores priorizados — e a estrutura de governança, pensada para garantir continuidade e engajamento ao longo do tempo.



Foto: Paulo Silva

Esses componentes formam um **mapa de futuro ancorado em dados**, escutas e diagnósticos — mas, sobretudo, movido por valores e escolhas coletivas. Dessa forma, o ES 500 Anos estabelece prioridades, mas deixa espaço para a reinvenção contínua. E busca garantir que o Espírito Santo não apenas reaja às mudanças do mundo, mas também participe ativamente de sua construção e tome seu destino nas próprias mãos.

Pois planejar o futuro é reconhecer que há diferentes vozes, diferentes realidades e diferentes visões de desenvolvimento. E, mesmo assim — ou justamente por isso —, é **escolher caminhar juntos**.

É assim que o ES 500 Anos nos lembra de que o futuro não é um lugar distante, mas um exercício diário. Que cada decisão, cada projeto, cada política pública pode ser um gesto de transformação. E que a nossa maior força como povo está na capacidade de conciliar tradição com inovação, urgência com visão de longo prazo, autonomia com solidariedade.

A próxima década, rumo a 2035, já começou. E o Espírito Santo seguirá em frente com **coragem para imaginar** o que ainda não foi feito, e com **responsabilidade para fazer acontecer**. Honrando seu passado e tradição. Mas, sobretudo, abrindo-se para um futuro de prosperidade, justiça e valorização da vida com a consciência de que não somos partes isoladas, mas uma só sociedade: múltipla, diversa e, acima de tudo, profundamente conectada em seu destino, sua identidade e na sua esperança de construir uma vida melhor e mais justa para todos.

Que as direções aqui traçadas inspirem a ação contínua de todos que acreditam no Espírito Santo como **projeto comum de futuro**.



Foto: Marcelo Moryan

Participantes da elaboração do Plano ES 500 Anos

Equipe Executiva

CONSELHO DO PROJETO

Renato Casagrande
Governador do Estado do Espírito Santo

Álvaro Rogério Duboc Fajardo
Secretário de Estado de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Nailson Dalla Bernadina
Presidente do ES em Ação

Guilherme Sargenti
Gerente-Geral da Unidade de Negócios da Petrobras do Espírito Santo

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Andressa Rodrigues Pavão
Subsecretária de Captação de Recursos

Luciano Gollner
Superintendente do ES em Ação

Pablo Silva Lira
Diretor-Geral do Instituto Jones dos Santos Neves

Anna Claudia Aquino dos Santos Pela
Gerente de Gestão Estratégica da Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Antonio Ricardo Freislebem da Rocha
Diretor Setorial de Integração e Projetos Especiais do Instituto Jones dos Santos Neves

Débora Macêdo
Coordenadora de Projetos do ES em Ação

Silvia Buzzone de Souza Varejão
Consultora Técnica ES em Ação

Raphael Rodrigues de Oliveira
Gestor de Projetos da Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

NÚCLEO TÉCNICO

Ana Carolina Júlio
Fecomércio-ES

Ana Isabella
Fecomércio-ES

Andrea Maria Nunes Nobre da Silva
Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Angélica Rodrigues Leal
Sesc ES

Antônio Marcos de Souza Reis (Cel. Souza Reis)
Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Bruno Emilio Pereira
Senac ES

Carolina Coelho
Observatório Findes

Clemir Regina Pela Meneghel
Instituto Jones dos Santos Neves

Fabricio Gobbo
Faes

Gabriel de Araujo Borges
Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Giuliano Grigolin
Instituto Jones dos Santos Neves

José Antônio Bof Buffon
Fecomércio-ES

Josiene Freire Rocha
Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Katia Cesconeto de Paula
Instituto Jones dos Santos Neves

Leticia Gonçalves de Sousa
Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Letícia Maria Gonçalves Furtado Borestein
Instituto Jones dos Santos Neves

ES500 anos

NÚCLEO TÉCNICO

Carolina Coelho Ferreira
Observatório Findes

Lucellia Candida Batista
Sesc ES

Lucimar Jovino Carvalho
Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Magnus William de Castro
Instituto Jones dos Santos Neves

Marcelis Pereira
ES em Ação

Marielle Kelly do Patrocínio
Secretaria de Estado de Economia e Planejamento

Marília Gabriela Elias da Silva
Observatório Findes

Marlon Neves Bertolani
Instituto Jones dos Santos Neves

Monica Loureiro Velasques
Sesc ES

Orlando Caliman
ES em Ação

Pablo Sandin Amaral
Instituto Jones dos Santos Neves

Paulo Cesar Silva
ES em Ação

Samara Poppe Carvalho
Observatório Findes

Rodrigo Taveira Rocha
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Thais Maria Mozer
Observatório Findes

Simone Garcia
Fetransportes

Vinícius Toledo Manhães
Instituto Jones dos Santos Neves

EQUIPE DA CONSULTORIA

Anderson Penha
André Coutinho
Carlotta Mingola
Flávia Fernandes
Luís Cláudio Pinho
Luisa Oliveira
Marcella Germano
Martin Kerr
Shunji Okazaki

GRUPO TÉCNICO INDICADORES

Amanda Pena
Instituto Jones dos Santos Neves

Antonio Ricardo Freislebem da Rocha
Instituto Jones dos Santos Neves

Balmore Alirio Cruz
Observatório Findes

Bruno Casotti Louzada
Instituto Jones dos Santos Neves

Edna Morais
Instituto Jones dos Santos Neves

Grazielly da Silva Rocha
Observatório Findes

Hellen Oscarina Ramos
Observatório Findes

Jordana Teatini Duarte
Observatório Findes

Kiara Demura
Instituto Jones dos Santos Neves

Leticia Furtado
Instituto Jones dos Santos Neves

Libania Araujo
Observatório Findes

Ligia Borges
Instituto Jones dos Santos Neves

Lucas Teixeira
Observatório Findes

Mariana Paim
Instituto Jones dos Santos Neves

Marcos Vinícius Chaves
Observatório Findes

Matheus Ferreira Maia
Observatório Findes

Pablo Jabor
Instituto Jones dos Santos Neves

Paula Brandao Miqueletto
Observatório Findes

Suiani Febroni Meira
Observatório Findes

Thiago Carvalho
Instituto Jones dos Santos Neves

ES500 anos

ESPECIALISTAS TEMÁTICOS DAS MISSÕES

Alessandro Coutinho
Missão 5 - ES Ágil e Inteligente

Daniel Cerqueira
Missão 3 - Cuidado integral

Neyval Costa Reis Júnior
Missão 4 - Sustentabilidade e resiliência climática

Paulo do Bem
Missão 3 - Cuidado integral

Romeu Rodrigues Santos
Missão 1 - Economia diversificada, inovadora e sustentável

Samuel Franco
Missão 2 - Polo de competências

GRUPO TÉCNICO DAS OFICINAS REGIONAIS

Andrea Maria Nunes Nobre da Silva
Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Anna Claudia Aquino dos Santos Pela
Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Anna Letícia Souza
Instituto Jones dos Santos Neves

Antonio Ricardo Freislebem da Rocha
Instituto Jones dos Santos Neves

Bárbara Cristina Antunes de Oliveira
Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Clemir Regina Pela Meneghel
Instituto Jones dos Santos Neves

Fernanda Gomes
ES em Ação

Gabriel de Araujo Borges
Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Josiene Freire Rocha
Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Julia Zerlotini
ES em Ação

Larissa Souza Linhalis
Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Ligia da Motta Silveira Borges
Instituto Jones dos Santos Neves

Luan Soares
ES em Ação

Marielle Kelly do Patrocínio
Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Miguel Sant'Anna
ES em Ação

Natallie Reikdal
ES em Ação

Nilton Possati de Jesus
Instituto Jones dos Santos Neves

Pablo Medeiros Jabor
Instituto Jones dos Santos Neves

Raphael Rodrigues de Oliveira
Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

Rodrigo Taveira Rocha
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo

Pontos Focais

FÓRUM DE ENTIDADES E FEDERAÇÕES - FEF

Nailson Dalla Bernadina
Presidente do ES em Ação

Paulo Baraona
Presidente da Findes

Idalberto Moro
Presidente da Fecomércio-ES

Renan Chieppe
Presidente da Fetransportes

Júlio Rocha
Presidente da Faes

ES EM AÇÃO

Nailson Dalla Bernadina
Presidente do ES em Ação

Fernando Saliba
Diretor de Gestão Pública

Gabriel Feitosa
Diretor de Liderança

Rimaldo de Sá
Diretor de Gestão

Rodrigo Gama
Diretor de Educação

Rodrigo Ruggiero
Diretor de Desenvolvimento

Sergio Mileipe
Diretor de Redes

GOVERNO DO ESTADO

Rodolmario Almeida dos Santos
Aderes

José Roberto Jorge
Agerh

Alieda Alves Godinho
Arsp

Sávio Bertochi Caçador
Bandes

Benicio Ferrari Junior (Cel.Ferrari)
CBMES

Fabiano Venturim Canal
Cesan

Luiz Cesar Maretta Coura
DER

Andreia Tomaz Lima Guerra
Detran

Victor Guedes Barbosa
Fapes

Fábio Modesto de Amorim Filho
Iases

Marcelo Machado
Idaf

Maria Aparecida Sodré Dias
Iema

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha
IJSN

Pedro Luis Pereira Teixeira de Carvalho
Incaper

Jeremias dos Santos
PCES

Leonardo Nunes Barreto (Cel. Nunes)
PMES

Cleufis Rangel Moura Pianco
Prodest

Guilhermo Modenese Recla
Seag

Paulo Sérgio dos Santos Sena
Seama

Rodolfo Pereira Netto
Secont

Lauriete Caneva
Secti

Carolina Ruas Palomares
Secult

Paula de Paula Mattos
Sedes

Aline Passos de Oliveira
SEDH

Andrea Paoliello de Freitas
Sedu

Anderson de Freitas Zucolotto
Sedurb

Eduardo Reis Araujo
Sefaz

Pedro Caçador Neto
SEG

Natânia Cunha Milhomens Tomás
Seger

Andressa Rachel Pego Pena
Sejus

Ketrin Kelly Alvarenga
Semobi

Guilherme Sarmento Fagundes
Sesa

Pollyana Tereza Ramos Pazolini
Sesm

Leonir Evaristo Vulpi Junior (Maj. Evaristo)
Sesp

Fernanda Maria Souza
Sesport

Victor Nunes Toscano
Setades

Leticia Tabachi Silva
Setur

Daniela Mendes Louzada de Paula
PCIES

Renato Ramalhete Delboni
PPES

Entrevistados

Renato Casagrande
Governador do Estado do Espírito Santo

Ricardo Ferraço
Vice-governador do Estado do Espírito Santo

Agatha de Almeida Santos
Conselho para a Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Alberto Gavini
Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo - Aderes

Alexandre Nunes Theodoro
Faesa Centro Universitário

Álvaro Rogério Duboc Fajardo
Secretaria de Economia e Planejamento do Estado do Espírito Santo - SEP

Amarildo Casagrande
Banestes

André Brito
Suzano

Átila Pavan
Marca Ambiental

Bento Venturim
Sicoob

Bruno Lamas
Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional do Estado do Espírito Santo - Secti

Bruno Tommasi
Tommasi Laboratório

Cristiano Carvalho
Escola Americana

Cyntia Figueira Grillo
Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Estado do Espírito Santo - Setades

Daniel Cerqueira
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea

Domingos Taufner
Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCES

Edmar Camata
Secretaria de Estado de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo - Secont

Fábio Ahnert
Agência Estadual de Recursos Hídricos - AGERH

Fábio Bertolo
ES Gás

Fábio Ney Damasceno
Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura do Estado do Espírito Santo - Semobi

Fabrício Noronha
Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo - Secult

Felipe Rigoni
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Seama

Fernando Saliba
EDP

Francisco Berdeal
Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES

Galdene Conceição dos Santos
Conselho Estadual de Direitos Humanos

Ícaro Gomes
Federação das Indústrias do Espírito Santo - Observatório Findes

Jacqueline Moraes
Secretaria Estadual das Mulheres do Estado do Espírito Santo - Sesm

José Carlos Nunes
Secretaria de Esportes e Lazer do Estado do Espírito Santo - Sesport

José Sezenando (Cacique Sizenando)
Assessor Parlamentar - Câmara Municipal de Aracruz-ES

Keila Barbara Ribeiro da Silva
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

Marcelo Barbosa Saintive
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - Bandes

Marcelo Calmon
Secretaria de Gestão e Recursos Humanos - Seger

Marcelo Lemos Vieira
Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES

Marcos Antônio do Espírito Santo
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Marcos Kniep
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - Bandes

Marcus Vicente
Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - Sedurb

Márcio Felix
Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás

Mario Louzada
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Iema

Marta Nunes do Nascimento
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa

Miguel Paulo Duarte Neto
Secretaria de Saúde do Espírito Santo - Sesa

Nara Borgo
Secretaria de Direitos Humanos- SEDH

Neyval Costa Reis Junior
Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes

Orlando Caliman
ES em Ação

Pablo Silva Lira
Instituto Jones dos Santos Neves

Paulo Menegueli
Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - Jucees

Pedro Rigo
Sebrae

Philipe Lemos
Secretaria de Turismo do Estado do Espírito Santo - Setur

Rafael Pacheco
Secretaria da Justiça do Estado do Espírito Santo - Sejus

Ramon Matheus dos Santos e Silva
Conselho Estadual da Juventude

Raquel Freixo
Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo - Sedes

Renan Chieppe
Grupo Águia Branca

Richardson Schmittel
Senac ES

Roberto Campos
Federação das Indústrias do Espírito Santo - Observatório Findes

Rodrigo Ruggiero
Vale

Rodrigo Varejão
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - Fapes

Romeu Rodrigues
Conselho Temático de Infraestrutura da Findes

Samuel Meira
Tribunal de Justiça do Espírito Santo - TJES

Sávio Caçador
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - Bandes

Sidemar Costa
Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo - Sindiex

Tadeu Barros
Centro de Lideranças Públicas - CLP

Tyago Ribeiro Hoffmann
Deputado Estadual

Vitor Amorim de Angelo
Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo

Participantes das Oficinas Regionais

OFICINA MICRORREGIÃO METROPOLITANA

Alessandro Souza
Aline Frasson
Aline Vitória Rocha
Amanda Lopes
Andressa Pavão
Ana Luiza Gaik
Anderson Zucolotto
André Liboreiro
Andréia Dos Santos
Andréia Guzzzo Pereira
Andrea De Mello
Andrea Paoliello Farias
Andreia Maria Pereira
Andressa Rachel Pena
Ayone Sossai
Benilson Cacholi
Bruna Menezes
Camila Benezath R. Ferraz
Carlos Aurélio Linhalis
Carlos R. C. Dias
Carolina Coelho
Carolina Júlia Pinto
Cristal Carvalho
Cyntia Molino
Daniela Rosa
Edmar Camata
Eduardo Araújo
Eduardo Calegari
Elizane Jubini
Emmanuelle Penaa
Esmeraldo Costa Leite
Estevão Dias Barros
Erika Leal
Eugênio Fonseca

Eula Peres
Fabyola Kemil
Fabio Cretten de Souza
Felipe Nogueria Sena
Felipe Santos
Fernando Monteiro da Silva
Gabriel Duarte
Gabriela Nogueira
Gabriela Siqueira
Genilza Amaral
Guilherme Cogo
Heber Lauar
Henrique Pereira
Humberto Donato
Ícaro Araújo
Jaqueline Guerra
Jaqueline Moraes
Jandira Vasconcelos
Jean Carlos N. Jesus
Jenaina Toneto
Jeremias dos Santos
Jhonatan Telles
João Nefel Pellacan
José Antônio Buffon
José Eduardo S. Oliveira
Julia Curto Uliana
Juliana Paula F. dos Santos
Juliana Rohsner
Juliana Tommasi
Karina Mendes Vicente
Katryestephany Vtória Matias
Klaus Toneto
Leane Barros
Leo Cruz
Leonir Evaristo V. Júnior
Letícia Gonçalves
Lisley Sophia Dias
Lucimar Jovino
Luiz Carlos Samora
Marco Túlio Fialho
Marcos Fonseca
Marcos Lino
Marielle Kelly do Patrocínio
Marília de Fafena Gonçalves
Maurício A. Pinto
Max Braga Fernandes
Milena Araujo
Mônica Ramos
Natanael César Côgo
Natânia Tomás
Nathan Sarria
Orlando Caliman
Pedro Daemon
Poliana Aroeira
Pollyana Pazolini
Priscila Oliveira
Raffaella Passos
Raquel Passamani
Ravana Rhea
Ricardo Pandolfi
Ríodo Rubim
Rodilmaro Santos
Rodrigo de Carvalho
Rodrigo Gama
Rodrigo Maia dos Santos
Rodrigo N. Rabelo Alves
Rodrigo Simões
Rodrigo Varejão
Sandra Boaventura
Sandra Shirley
Siwamy dos Anjos
Thais Maria Mozer
Vanessa Borges
Vagson Mendes Cordeiro
Vladimir Rossi
Victor Toscano
Vinicius de Freitas
Vinicius Dellacqua
Viviane Saliba
Wemerson de Oliveira

OFICINA MICRORREGIÃO LITORAL SUL

Ayone Sossai
Durval Vieira de Freiras
Edenise Ribeiro
Eduardo Calegari
Eliane Marconcini
Fábio Cretton
Glasiela Damazio
Juliander Garcia
Paula Louzada
Pedro Daemon
Poliana Aroeira
Polianna Rabelo
Rotilea Gaigher
Talles Porto
Tiago Daibert
Uebson Bianchi
Valter Luiz Potratz
Viviani Cristina Soares

ES500 anos

OFICINA MICRORREGIÃO CENTRAL SERRANA

Adnéia Ab. N. Peronni
Celso Luiz de Oliveira Júnior
Christian Robert
Ireneu Siegler
Jefferson Rodrigues
Leonir Evaristo Vulpi Júnior
Levanir Hencher Zanoni
Lourdes Ferolla Leandro
Mariana Mendes
Maria José Foeger
Nelson Lichtenheld
Pâmela Gurtel Tofoli
Paulo Rogério S. Silva
Polliana Aroeira
Priscila Maria Pizziolo da Motta
Rodrigo de Oliveira Gama
Thales Gustavo Pereira Matias Vaz
Vânia Moreira
Vitor Dimitri da Luz

OFICINA MICRORREGIÃO SUDOESTE-SERRANA

Agostinho Ferreira Machado
Armindo Klitzke
Bárbara Cerqueira
Carlos Henrique
Cidinéia A.M. Falchetti
David Miguel Fonseca
Débora Paste Rimura
Erivelto Uliana
Evaldo de Paula
Gilcelia Aparecida de Sousa
Gleidson Ferreira
Giovani Bissoli
Guilherme Sarmento
Karina M. N. de Carvalho
Kenny Caliman
Leonardo Bessert
Leonardo Lahass
Leonir Evaristo V. Júnior
Ludmila Avanci
Marcio P Mineke
Maria Regina Viçosi
Maurício José Fornazier
Mikael Jose Alves
Nilo Santos
Osmar Fidelis do Nascimento
Paulo Rogério
Priscila Kiefer
Raoni Velten
Renan S. Tesur
Renato Castilho dos Santos
Roberto P. Desteffani
Rogério Pesino
Sonia Mara V. Werneck
Solange Mauro Fioresi
Victor Z. Mengueti
Wagner Batista de Souza
Waldemar Abeldt Junior
Wellington Bleidon
Willian Fontes

OFICINA MICRORREGIÃO CENTRO-OESTE

Adauto Ferreira L. Filho
Alecìo Sesana
Alessandro Labanca
Aliamar Comério
Almiro Schimidt
Ana Izabel Solocame de Oliveira
Audreya Mota F. Braio
Bruno F. Ramos
Carlito S. de Souza
Carolina C. M. Peres
Cilezia A. Schwartz
Cleuber Melotti
Décio Rigotti
Djokimar Pereira
Edney Gonçalves
Eduarda Jader Rezende
Fiore Menegatti
Flávia Luisa Espíndula
Francisco H. Lopes
Francisco Venturim
Frank Perim
Gessica Gregório Silva
Giuliano Z. Almeida
Guilherme de Castro Pereira
Guilherme Fernando Pereira
Ismail M. Netto
Jefferson A. Pereira
Joselvi Paier
Landulpho Lintz
Larissa Haddad S. Vieira
Leonardo A. de Paschoa
Leonir Evaristo V. Júnior
Liemar José Pretti
Luís Eduardo do Nascimento
Major Pinheiro
Major Ricardo
Maria Aparecida Buzzato Silve
Mas Zambon
Mateus Filipe Pereira
Pablo Lira
Rafael Soares
Renata Merlo Ruiz
Reuque Milke
Ricardo dos Passos Lyrio
Ricardo Marchesi
Romulo C. Dall Orto
Simone Kusta Mutre
Soraia Moraes
Sidiclei Gales
Thales Gustavo P. M. Vaz
Vinicius B. dos Anjos
Victor Gomes Pereira
Wady. I. Jarjuna
Welison Martins Pereira

OFICINA MICRORREGIÃO NOROESTE

Aldrin Lubiana
Alessandra Gomes Biral Stauffer
Alexsander Colombi
Anderson M. Salvador
Anderson R. Pozzetti
André Fagundes
André Neto Zen
Antonio Carlos C. Pereira
Camila Frisso
Cap. Pereira
Cássio Lucas da Mata
Dalvan G. Mendes
Delson Zampirol
Diego Feitosa
Douglas Sperandio
Ediu Carlos
Euciney Ferrari
Evelaîne Berto
Fabricio Auer, Tenente Coronel
Fernando Diniz
Gesianny Merlim
Gilmar Geraldo
Gislaine Souza Amaral Ferreira
Gleysiana Bergamin
Gusthavo Carrasco
Gustavo Pansieri Zawarise
Isolda de Freitas Dellafonte
Joice Favero
Joseny de Freitas
Lívia Maestri
Luciano Delabela
Ludmylla Goncalves
Mario Sergio Lubiana
Marcos Roberto
Maria da Penha Gozzer
Marina P. Ribeiro Sardinha
Neimar Magewiski
Nivaldo Mauri
Ricardo Calmon
Renzo Caser
Ronaldo de Almeida
Ronaldo Lubiana
Rosilene Vaz
Sabrina Paula Caser
Sergio Mileipe
Sidinei de Oliveira
Sigilfredo Zani
Susany M. Freire
Thierry Corrapi
Udison Brito
Valdeir Favero
Victor Mantovani Maestri

OFICINA MICRORREGIÃO RIO DOCE

Alan Brito
Alline Siqueira
Amanda Scarpati
Ana Carolina Rangel
André Carlesso
Ariane Pires
Arthur Barcellos
Beatriz Cunha
Bruna Devens
Caio Ferraz
Carina Jovita
Carlos Morais
Claiton Haroldo
Diego Hage
Edmilson Supelete
Eliene Bernardo
Erick Zaniqueli
Gesse Gomes
Gilmar Dias
Jehennifer Broetto
Jeesala Mayer
João Baptista
João Carlos
José Eduardo Azevedo
Josilane Souza Ferreira
Julio Augusto Soares

Leonir Júnior
Lucas Francisco Santos
Lucimar Guizani
Luis S. Cordeiro
Maj Qocpm Herbethy
Margareth da Penha
Maria Eduarda Silva
Mariany Marinho
Mariele De Angeli
Natalia Calmon
Nilton Abdala
Ocimar Sfalsin
Paulo Sergio Pimentel
Pedro Victor Tellis
Rafaela Assis
Rafaela Conceição
Raul Viana Grossi
Régys Borges
Ricardo Ribeiro
Roberta Stoco
Ramon Rigoni
Saulo Queiroz
Tatiane Oliveira
Thiago Pandolfi
Valter Ost
Vitor dos Santos
Yasmin dos Santos

OFICINA MICRORREGIÃO NORDESTE

Alexandre Araujo
Albino Dias
Antonio E. Benjamin Junior
Claudiani Zanni
Dayana Carrafa
Edna Milanez
Elizangela Venturim
Epitácio Quaresma
Everton Riafor
Flaviane Lopes
Gabriel Copertuo
Geovana Segato
Gilcimar Pereira
Gilsara Bonfim
Isaac Gagno
Ivan Junior Souza Vieira
João Pirschner
Jorge Alexandre
Josiani Malverdi
Judson Coswosk
Julio Soares
Jun San Lee
Keylla Araújo
Leonir Júnior
Luzinete Blandino
Manoel Júnior
Marcia Natale
Maria Baldo
Maria da Penha
Nilcelia Santos
Paulo Vagmacker
Rafael Bonizioli
Roseane Oliveira
Selmo Souza
Tiago Guzzo
Vania Duarte
Vinicius Scardua
Wilian Dobrovosk

OFICINA MICRORREGIÃO CAPARAÓ

Afranio Aguiar de Oliveira
Ana Beatriz Figueiredo
Ana Maria Vargas Vieira
Anderson de Freitas Zucolotto
Andrea Cristina da Silva
Antonio Gustavo F. Costa
Antônio Alexandre dos Passos Souza
Bruna Celis Marin Lovatte
Carlos M. Simões
Casciano Rodrigues Filho
Christiany Titaroni
Cleudenir Fernando Zini Moreira
Daliane Fonseca de Oliveira Mendonça
Dalva Vieira Ringuier
David de Paula Florenço
Denis Lesqueves Neto
Djeanir Evaristo
Diorgenes Ribeiro
Ednilde Ramos da Silva
Eduardo Smarzaro Matos
Eglon Rhuan Salazar Guimarães
Elias de Oliveira
Elisângela Santos Pinheiro
Fabia T. Machado
Fabiana Maria do Amaral B. de Paula
Fabricio Dutra Correa
Faustino Antunes S. Filho
Flavia Roberta N. Berte
Flavia Viana de Souza Beraldo
Gabriel Rocha Couzi Barbosa Viana
Gecilda Rodrigues da Silva
Gilvan Rodolpho Quedevez
Graziela Ferreira da Silva
Gustavo Santos Tannure
Henrique Barros Duarte
Ingridy Rodrigues Caetano
João Alves Júnior
João Fernando de Faria
Jomilson dos Santos Ivo
Josimar da Silva Ribeiro
José Carlos Martins Coelho
Juaci Ladeia Cela
Juarez Vieira
Karine Aparecida Meneguelli
Kesia Moulin Bittencourt
Klebianne Pirovani Marinho
Leonardo Sales de Azevedo
Lorena Cezar Araujo
Luciano Dias da Silva
Luciano Manoel Machado
Luciene Neves de Assis
Lucy Sader de Souza
Luíz Carlos Samora
Marcelo Machado Sobreira
Maria Aparecida Vettorazzi Vargas
Marquelia Scussulin Pereira Fernandes
Mayara Saver Santara
Paulo Filho
Paulo Rogério Souza de Silva
Priscilla Santos de Oliveira Rocha
Raony Nunes Carvalho
Rayane Queiroz
Reginaldo Simão De Souza
Renato José Lopes
Rita Mascarenhas
Rogerio Cezar
Romário Brasil Magalhães
Ronaldo Salomao Lubiana
Rosa Amélia Capuchi Cunha
Sandra Shirley
Sayonara Toledo da Silva Gil
Sergio Stein
Simony Maria Merçon Barbosa
Solange Sousa de Assis Paula
Suellem Cláudia de Oliveira
Tatiana Vidal Monteiro
Thais Souza Cardoso
Theo Alves da Rocha
Ubiratan Lepre dos Santos
Vagner Rodrigues Pereira
Vidomiria Dias de Poncem
Vilmar Lugão de Brito
Wagner Pinho Pim
Weuller de Souza Goncalves
Willian Faian
Wullisses Augusto Moreira Fermiano

OFICINA MICRORREGIÃO CENTRAL SUL

Adriana Maria Rodrigues Dias
Alan Mori Brito
Andréa Lima Rodrigues de Souza
Antonio Carlos de Freitas Junior
Bianca Fabris
Carlos Antonio Braga
Carlos Cerqueira Guimarães
Carlos R. Dias
Djalma Neves Cavatti
Domingos Sávio
Edson Maciel Peixoto
Eloisa Borges Lopes
Ériton Berçaco
Erika Faria
Fernanda Ferreira Villela Vieira
Flávia Roberta Cysne de Novaes Leite
Gabriela Ferreira
Graziele Malta
Helen Barboza Lima Livramento
Ivair Segheto Junior
José Arnaldo de Alencar
José Bessa Barros
José Fernando Martins da Silva
José Roberto Jorge
Juliana Bravo
Juliana Ortega Tavares
Leonardo Monteiro
Leonir Evaristo Vulpi Júnior
Libiana Davel
Luciano Gollner
Luiz Carlos S. Caetano
Luiz Carlos Tófano
Mailce Gaspari Santolin
Marcelo A. Carmélio
Neide Maria Alves Cota Cabral
Norma Lígia Brumana
Odair de Melo Cardoso
Rayssa de Castro Lopes
Ricardo Coelho de Lima
Ronaldo Alemães Stephanato
Ronaldo Salomao Lubiana
Rosiane Silva de Oliveira
Rosiane Silva de Oliveira
Rubens Hammer Tencelim
Simone Castanheira
Wanessa Martins Santana
Wesley Mendes

PARTICIPANTES DAS OFICINAS DE TRABALHO

AlecSandro Casassi
Aline Santos de Marco
Amanda Carla Ramos Pena
Andrea de Mello Cintra
Andrea Paoliello de Freitas
Andréa Guzzo Pereira
Andre Oliveira
Anderson de Freitas Zucolotto
Angela Camolese
Anna Claudia Aquino dos Santos Pela
Antonio Luiz Caus
Antonio Marcio Mendonça do Carmo
Antonio Marcos de Souza Reis
Antonio Ricardo Freislebem da Rocha
Aziz Xavier Beiruth
Bernhard J. Smid
Bianca Silva Santos
Bruno Campos Gil
Bruno Casotti Louzada
Caio Swame Santiago Paulino
Carla Cesar Martins Cunha
Carolina Coelho Ferreira
Carolina Ruas Palomares
Cássio de Sales Costa
Cézar Wagner Pinto
Davi Amorim Salgueiro
Daniela Mendes Louzada de Paula
Danieltom Ozéias Vandermas Barbosa Vinagre
Dourine Pereira Aroeira Suce
Edil Soares de Oliveira
Edna Morais Tresinari
Eduarda Sader Rezende
Eduardo Araujo
Ednilson Felipe
Ellen Scopel Cometti
Erika de Andrade Silva Leal
Engre Beilke Tenorio
Fabiano da Rocha Louzada
Fabricio Ferraz Pêgo
Fabio Ruschi
Felipe Zamborlini Saiter
Fernando Kunsch
Fernanda Furtado Orletti
Franciele Bezerra da Silva
Francisco José Dias da Silva
François Marques de Lima
Gabriela Vichi Abel de Almeida
Gercione Dionizio Silva
Gilson da Silva Dias Junior
Giuliano Grigolin
Giselle Suely Gracianni de Lima Cabral Conturbia
Giovanna da Costa Barelli
Guilherme Garcez Cabral
Guilherme Sarmento Fagundes
Helder Santos
Ibrahim Oliveira
Iomar Cunha dos Santos
Ivete Paganini
Ivan Lazaro de Oliveira Rocha
Issa Yamazumi Ney
Josiene Freire Rocha
José Nivaldo Campos Vieira
José Teófilo Oliveira
Joyce Coelho Simões
Juliana dos Reis
Juliana Ottoni Tommasi Nahas
Kamia de Freitas Cassoli
Katia C. de Araújo Vasconcelos
Ketrin Kelly Alvarenga
Kiara de Deus Demura
Leonir Evaristo Vulpi Júnior
Leticia Gonçalves de Sousa
Leticia Tabachi Silva
Ligia da Motta Silveira Borges
Luciano Gollner
Lorena Louzada Vervloet
Magnus William de Castro
Maria Aparecida Sodré Dias
Mariano de Matos Macedo
Marlon Neves Bertolani
Marielle Kelly do Patrocínio
Matheus Oggioni Lima Beninca
Millena Rocha Deolindo
Nara Falqueto Caliman
Natallie Reikdal Cervieri
Natânia C Milhomens Tomás
Neyval Costa Reis Junior
Nelio Augusto Secchin
Orlando Caliman
Orlindo Francisco Borges
Paolo Cezar de Siqueira Silva
Pablo Medeiros Jabor
Pablo Sandin Amaral
Polliana Aroeira
Poliano Bastos da Cruz
Rafael Granvilla Oliveira
Raphael Rodrigues de Oliveira
Ricardo de Castro Romualdo
Rodolfo Pereira Netto
Roberta Ponzo Vaccari
Roberto Miranda Pimentel Fully
Rodrigo Taveira Rocha
Rozelia Laurett
Ryan Gimenes de Souza
Sandra Helena Rosa Kwak
Sandra Martins de Oliveira
Sávio Bertochi Caçador
Silvania Neris Nossa
Silvia Buzzone de Souza Varejão
Thais Maria Mozer
Vinícius Toledo Manhães
Walter Tadeu F. de Lima Maia
Wellington Alvim da Cunha
Wester Cardozo

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Flávia Mignoni
Superintendente Estadual de Comunicação do Estado do Espírito Santo

Simone Patrocínio
Superintendente Adjunta Estadual de Comunicação Social

Raphael Marques
Superintendente Adjunto Estadual de Imprensa

Nerter Samora Junior
Diretor de Multimídia da Superintendência Estadual de Comunicação Social

Larissa Souza Linhalis
Assessora de Comunicação da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado do Espírito Santo

Rimaldo de Sá
Diretor de Gestão, Relacionamento e Comunicação do ES em Ação

Renata Rocha
Analista de Comunicação do ES em Ação

Fernanda Gomes
ES em Ação

Rafael Porto
ES em Ação

EQUIPE GOFW

Anderson Penha
Narrativa

André Coutinho
Narrativa

Lucas Nicolov
Video maker

Luisa Oliveira
Comunidade

Shunji Okazaki
Direção de Arte e Diagramação

EQUIPE C2 COMUNICAÇÃO

Aline Diniz
Diretora da C2 Comunicação

Fabíola Zardini
Assessoria de Comunicação

Daniela Salgado
Assessoria de Comunicação

Eduarda Moro
Assessoria de Comunicação

Hélio Gualberto
Designer e criativo

EMPRESAS PARCEIRAS

Apex
Grupo Águia Branca
OCB/ES
Sicoob
Suzano
Vale
VLI

EMPRESA APOIADORA

Samarco

Glossário

A

Abordagem sistêmica: Perspectiva holística e interdisciplinar para compreender e solucionar problemas complexos, considerando as interconexões entre elementos de sistemas dinâmicos.

Acesso à moradia digna, sustentável e habitações sociais: Garantia de moradias seguras, acessíveis e sustentáveis, com foco em políticas públicas inclusivas para populações vulneráveis.

Ações afirmativas: Medidas institucionais para corrigir desigualdades históricas e promover inclusão social, econômica e educacional.

Alimentação saudável e segurança alimentar: Promoção do acesso equitativo a alimentos nutritivos, com incentivo a hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis.

Ampliação no uso de tecnologias renováveis: Incentivo à adoção de fontes de energia limpas e sustentáveis, como solar, eólica e biomassa.

Ângulos: Perspectivas transversais que orientam a formulação e execução do planejamento estratégico.

Análise de dados: Processo de coleta, interpretação e utilização de dados para apoiar decisões estratégicas.

APIs (Interfaces de Programação de Aplicativos): Conjuntos de regras e protocolos que permitem a integração entre diferentes sistemas e aplicações.

Aprendizagem ao longo da vida: Processo contínuo de desenvolvimento de competências ao longo das etapas da vida, para adaptação pessoal e profissional.

Aprendizagem por competências: Modelo educacional focado no desenvolvimento de habilidades práticas e conhecimentos aplicados.

Arranjo setorial: um conceito econômico transversal que abrange múltiplos setores vinculados.

Assistência social facilitada: Sistema acessível e eficiente de apoio a populações vulneráveis, incluindo áreas como saúde, educação e habitação.

Ativismo corporativo: Envolvimento estratégico de empresas em causas sociais e ambientais.

Ativismo social: Mobilização coletiva da sociedade civil em prol de transformações sociais e políticas.

Atores: Indivíduos, organizações ou instituições que influenciam ou são impactados por determinado ecossistema (ex.: governos, empresas, ONGs, comunidade).

Atração de investimentos para o Estado: Estratégias e políticas para captar capital nacional e internacional, fomentando o desenvolvimento regional.

Autonomia: Capacidade de autogestão, tomada de decisões e independência individual ou institucional.

Aumento do uso e acessibilidade/Requalificação de áreas verdes e praias: Valorização e revitalização de espaços públicos para promover bem-estar e sustentabilidade urbana.

B

Banda larga: Conexão de internet de alta velocidade, essencial para inclusão digital e desenvolvimento econômico.

Barreiras tarifárias e não tarifárias: Medidas que impactam o comércio internacional; sua redução visa a facilitar o fluxo de bens e serviços.

Bioeconomia: Modelo econômico baseado no uso sustentável de recursos biológicos renováveis para produtos e serviços.

Bioengenharia: Aplicação de princípios da engenharia em sistemas biológicos para soluções inovadoras em saúde, agropecuária e meio ambiente.

Bioimpressão 3D: Tecnologia de impressão tridimensional para criar estruturas biológicas com potencial uso médico e científico.

Biometano: Gás renovável obtido da decomposição de matéria orgânica, utilizado como alternativa energética limpa.

Biotecnologia: Uso de organismos vivos e sistemas biológicos em processos industriais, médicos e ambientais.

Blockchain: Tecnologia de registro descentralizado e imutável, com aplicações em segurança, rastreabilidade e transações digitais.

BRICS+: Expansão do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) com a inclusão de novas economias emergentes.

C

CAR (Cadastro Ambiental Rural): Registro eletrônico obrigatório de imóveis rurais para monitoramento e planejamento ambiental.

Capacidade institucional: Eficiência das instituições públicas e privadas para cumprir seus objetivos de forma sustentável.

Capacidades dinâmicas do setor público: Competências adaptativas dos gestores públicos para responder a mudanças e complexidades.

Carreiras atípicas: Percursos profissionais não convencionais, muitas vezes impulsionados por inovação e autonomia.

Cenários: Projeções narrativas de futuros possíveis, baseadas em tendências, dados e incertezas.

Cidades inteligentes: Centros urbanos que utilizam tecnologias digitais para melhorar serviços, mobilidade e qualidade de vida.

Competências: Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para desempenhar atividades com eficácia.

Competências/letramento digital: Capacidade de utilizar tecnologias digitais de forma crítica, ética e produtiva.

Componentes: Temáticas estruturantes que aprofundam os diferentes ângulos estratégicos.

Compras públicas direcionadas para inovação e ESG: Processos de aquisição que priorizam soluções tecnológicas sustentáveis e responsáveis.

Comunidades transformacionais: Coletivos que promovem mudanças sociais positivas e sustentáveis a partir de práticas colaborativas.

C

Computação quântica: Tecnologia emergente baseada nos princípios da mecânica quântica para processamento avançado de dados.

Conectividade e infraestrutura inteligente: Integração de tecnologias digitais em sistemas físicos para melhorar serviços e eficiência.

Condicionalidade na política pública: Vinculação de benefícios ou investimentos a metas específicas ou critérios de desempenho.

Condições para destravar/acelerar a alocação de capital: Mecanismos para atrair investimentos em projetos estratégicos e sustentáveis.

Conteúdo digital: Materiais produzidos e distribuídos em formato eletrônico, como vídeos, textos, imagens e áudios.

Consórcios intermunicipais: Cooperação entre municípios para gestão compartilhada de serviços e políticas públicas.

Controvérsias: Questões complexas que geram debate e revelam tensões em torno de decisões políticas, sociais e econômicas.

Complexidade econômica: Grau de sofisticação e diversificação produtiva de uma economia local ou regional.

Crise do engajamento e educação formal | Impacto de benefícios sociais: Desafios relacionados à participação cidadã e ao equilíbrio entre políticas de assistência e incentivo ao trabalho.

***Crowdfunding*:** Modalidade de financiamento coletivo via contribuições de múltiplos indivíduos, geralmente por plataformas digitais.

Crédito de carbono: Instrumento de compensação ambiental por meio da redução certificada de emissões de gases de efeito estufa.

Cultura como vetor de emancipação social: Promoção da cultura como ferramenta de inclusão, identidade e transformação social.

D

***Deep techs*:** Ou tecnologias profundas, referem-se a soluções baseadas em avanços científicos e engenharia de ponta, muitas vezes com alto potencial disruptivo em setores como saúde, energia, agricultura, materiais e computação.

Descarbonização da infraestrutura e da mobilidade: Adoção de tecnologias e práticas sustentáveis para reduzir emissões em transportes e edificações.

Desenvolvimento/fortalecimento de polos industriais: Estruturação de regiões com alta concentração de atividades produtivas e tecnológicas.

Desenvolvimento e modernização de portos, ferrovias e rodovias: Melhoria da infraestrutura logística para ampliar a competitividade econômica.

Desenvolvimento integral e aprendizagem ao longo da vida: Educação contínua e abrangente, que considera aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

Desenvolvimento regional sustentável: Crescimento econômico com justiça social, equilíbrio ambiental e valorização territorial.

Desenvolvimento socioesportivo: Uso do esporte como ferramenta de inclusão social, saúde e formação de valores.

Digitalização: Transformação de processos analógicos em digitais para aumento da eficiência e inovação.

Diretrizes: Princípios e orientações estratégicas que norteiam políticas e ações prioritárias.

Disseminação e acesso a tecnologias: Expansão do uso de tecnologias de forma equitativa e acessível.

Diversidade e inclusão: Reconhecimento e valorização das diferenças como base para justiça social e inovação.

Diversificação da base econômica: Ampliação dos setores produtivos para reduzir vulnerabilidades e dependência econômica.

***Downskilling*:** Redução ou simplificação das exigências de habilidades em determinadas ocupações, geralmente por automação.

E

Ecossistema de financiamento sustentável: Conjunto de mecanismos e atores que promovem investimentos em projetos socioambientalmente responsáveis.

Ecossistema de inovação: Ambiente composto por políticas, instituições, empresas e redes que favorecem a criação de soluções inovadoras.

Ecossistemas de empreendedorismo: Estruturas que oferecem suporte ao desenvolvimento de negócios, especialmente *startups*.

Economia azul: conceito que busca a utilização sustentável dos recursos oceânicos para impulsionar o crescimento econômico, gerar empregos e melhorar os meios de vida, ao mesmo tempo em que preserva a saúde dos ecossistemas marinhos.

Economia circular: Modelo de produção e consumo baseado em reutilização, reaproveitamento e reciclagem de recursos.

Economia criativa: Setor econômico baseado na geração de valor a partir da criatividade, cultura e conhecimento.

Economia compartilhada: é um modelo econômico baseado no compartilhamento, acesso e uso coletivo de bens, serviços e recursos, muitas vezes mediado por plataformas digitais.

Economia digital: Estrutura econômica baseada em tecnologias digitais, plataformas e dados.

Economia do bem-estar: Modelo que prioriza a qualidade de vida, saúde e equidade acima de métricas econômicas tradicionais.

Economia do mar: Refere-se a todas as atividades econômicas que dependem ou são influenciadas pelo mar, como a pesca, a aquicultura, o turismo costeiro, a extração de petróleo e gás *offshore*, o transporte marítimo, a construção naval e a indústria de processamento de frutos do mar.

Economia gig: Mercado caracterizado por trabalhos temporários, autônomos ou por demanda.

Economia verde: Desenvolvimento econômico aliado à preservação ambiental e redução de emissões.

Economia regenerativa: Modelo que promove a restauração de ecossistemas, gerando valor ambiental e social.

Edição genética: Alteração precisa do DNA de organismos, com aplicações na saúde, agropecuária e ciência.

Eficiência energética: Utilização racional da energia para maximizar desempenho e reduzir desperdícios.

Engajamento de partes interessadas (*stakeholders*): Inclusão ativa de atores relevantes em processos decisórios e de implementação.

Envelhecimento positivo e saudável: Abordagem voltada ao bem-estar físico, mental e social da população idosa.

Equidade digital: Garantia de acesso justo às tecnologias da informação e comunicação.

Equidade digital na infraestrutura: Ações para democratizar o acesso à conectividade e equipamentos digitais.

Equidade fiscal: Estrutura tributária justa e proporcional à capacidade contributiva de indivíduos e empresas.

Estado empreendedor: Atuação proativa do Estado na promoção da inovação, investimentos e desenvolvimento.

ES Digital: Estratégia de transformação digital do Estado do Espírito Santo, voltada à modernização de serviços públicos.

ESG (*Environmental, Social, Governance*): Critérios para avaliar práticas empresariais em sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e governança corporativa.

Estímulo à cooperação tecnológica: Incentivo a parcerias entre setores público, privado e acadêmico para inovação.

Ética digital: Princípios que orientam o uso responsável, seguro e justo das tecnologias.

Evolução educacional: Transformação contínua do sistema educacional em resposta às demandas sociais e tecnológicas.

Exploração de novas atividades econômicas: Desenvolvimento de setores emergentes e inovadores para diversificação produtiva.

Exploração do comum: Uso sustentável, coletivo e equitativo de recursos e espaços compartilhados.

Exploração sustentável de ativos: Utilização responsável de recursos naturais, visando ao equilíbrio entre desenvolvimento e conservação.

F

Financiamento para inovação e apoio às *startups*: Alocação de recursos financeiros e mecanismos de fomento para impulsionar o empreendedorismo inovador e o desenvolvimento de novos negócios.

***Foresight*:** Ferramenta de planejamento estratégico baseada na construção de cenários futuros para antecipar tendências e orientar decisões de longo prazo.

Formação/atualização de professores: Capacitação contínua de educadores com foco em novas metodologias, tecnologias e conteúdos curriculares.

Formação continuada: Processo permanente de qualificação ao longo da vida profissional, visando à atualização de competências.

Fontes renováveis: Matrizes energéticas sustentáveis como solar, eólica, hidrelétrica e biomassa, com baixo impacto ambiental.

Fortalecimento das cadeias produtivas: Integração e desenvolvimento coordenado das diferentes etapas de produção, aumentando a competitividade e a eficiência.

Fortalecimento dos encadeamentos produtivos ou APLs (Arranjos Produtivos Locais): Estratégias para qualificar e ampliar *clusters* econômicos regionais por meio da cooperação entre empresas, instituições e governo.

G

Garantia de justiça social: Promoção de igualdade de direitos, acesso a oportunidades e redistribuição equitativa de recursos.

Geobases: Conjuntos de dados estruturados com informações georreferenciadas, utilizados para planejamento territorial e análise espacial.

Governança: Conjunto de processos e estruturas para tomada de decisão eficiente, transparente e responsável.

Governança aberta e participativa: Modelo de gestão que envolve múltiplos atores, promovendo transparência, colaboração e *accountability*.

Governança participativa: Processo no qual a sociedade civil participa ativamente da formulação, execução e avaliação de políticas públicas.

Governo Aberto: Prática de gestão pública baseada em transparência, dados abertos, participação social e prestação de contas.

Grandes desafios: Problemas estruturais e complexos que exigem respostas intersetoriais e coordenadas (ex.: crise climática, pobreza, desigualdade).

Grandes metas: Objetivos estratégicos de longo prazo que orientam políticas públicas e investimentos (ex.: Visão 2035 para o Espírito Santo).

***Green techs*:** são empresas e soluções inovadoras que desenvolvem produtos e serviços com foco em sustentabilidade ambiental, redução de emissões de carbono e eficiência de recursos.

***Greenwashing*:** prática de uma empresa promover uma imagem de sustentabilidade ou preocupação ambiental, sem que as suas ações e práticas efetivamente reflitam essa preocupação.

H

***Hackathons*:** Eventos intensivos e colaborativos voltados à criação de soluções tecnológicas e inovadoras em curto prazo.

Hidrogênio: Fonte de energia limpa, especialmente o hidrogênio verde, produzido a partir de fontes renováveis e com potencial para descarbonizar setores industriais e de transporte.

Horários flexíveis: Modelos de jornada de trabalho adaptáveis, que promovem equilíbrio entre vida pessoal e produtividade.

***Hubs* de inovação:** Ambientes que reúnem *startups*, empresas, universidades e investidores para estimular a inovação e o empreendedorismo.

I

Identidades locais: Valorização das culturas, saberes e tradições regionais como elementos de desenvolvimento e pertencimento.

Impacto social: Conjunto de efeitos positivos gerados por ações, projetos ou políticas sobre indivíduos, comunidades e o meio ambiente.

Impactos esperados: Resultados e mudanças previstas decorrentes da implementação de uma política, programa ou intervenção.

Impactos da reforma tributária: Consequências da reestruturação do sistema tributário sobre a competitividade econômica, justiça fiscal e arrecadação.

Inclusão digital: Acesso equitativo a tecnologias da informação e comunicação, promovendo participação e cidadania digital.

Inclusão educativa socioesportiva: Utilização integrada da educação e do esporte como estratégias de inclusão social e formação cidadã.

Inclusão produtiva: Inserção de populações em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho formal e em atividades empreendedoras.

Inclusão social: Acesso universal a direitos, oportunidades e serviços essenciais, promovendo equidade e justiça social.

Incorporação de tecnologias nas cadeias produtivas: Adoção de soluções digitais e tecnológicas para aumentar produtividade, rastreabilidade e eficiência nos processos produtivos.

Indústria 4.0: Fase da industrialização baseada em automação, inteligência artificial, internet das coisas e análise de dados.

Indústria 5.0: Evolução que integra a tecnologia com a valorização do fator humano, sustentabilidade e bem-estar social.

Indicações Geográficas: Selo de certificação que reconhece a origem e qualidade de produtos tradicionais associados a territórios específicos.

Indicadores: Ferramentas quantitativas e qualitativas utilizadas para monitorar, medir e avaliar o desempenho de políticas e ações.

Infraestrutura: Conjunto de serviços e estruturas essenciais ao funcionamento da sociedade e da economia, como transportes, energia e saneamento.

Infraestrutura pública digital: Sistemas e plataformas digitais que suportam serviços públicos, garantindo eficiência, acessibilidade e segurança.

Infraestrutura resiliente: Estruturas planejadas para resistir, adaptar-se e se recuperar rapidamente de choques ou estresses (climáticos, econômicos, etc.).

Infraestrutura de telecomunicações: Redes e sistemas tecnológicos que viabilizam a comunicação a distância, como internet, telefonia e transmissão de dados.

Inovação: Implementação de ideias, processos ou produtos que geram valor e transformações significativas.

Instrumentos Financeiros Verdes: Produtos financeiros destinados a financiar ou investir em projetos sustentáveis, que tenham impactos positivos no meio ambiente e na sociedade.

I

Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF): Sistema produtivo sustentável que combina atividades agrícolas, pecuárias e florestais em uma mesma área, promovendo eficiência e conservação ambiental.

Inteligência artificial (IA): Sistemas computacionais capazes de realizar tarefas que normalmente exigem inteligência humana, como reconhecimento de padrões e tomada de decisões.

Inteligência e inovação urbana: Aplicação de soluções tecnológicas e dados para promover sustentabilidade, eficiência e qualidade de vida nas cidades.

Interconectividade: Capacidade de diferentes sistemas, dispositivos e plataformas se comunicarem entre si.

Interoperabilidade: Capacidade técnica de diferentes sistemas e organizações operarem de forma conjunta e integrada.

Internet das coisas (IoT): Rede de objetos físicos conectados à internet, capazes de coletar e trocar dados de forma autônoma.

Intervenções: Ações planejadas para provocar mudanças estruturais em sistemas sociais, ambientais ou econômicos.

Intensificação de PPPs e PPSs: Expansão e fortalecimento de parcerias público-privadas e público-sociais para execução de projetos estratégicos.

Investimento de impacto: Aplicação de capital que busca retorno financeiro com resultados sociais e ambientais positivos e mensuráveis.

Investimento de risco: Alocação de recursos em projetos com alto grau de incerteza, como *startups* e inovações disruptivas.

Investimentos em ICT (Tecnologia da Informação e Comunicação): Aportes para modernização e expansão da infraestrutura de comunicação digital, essencial à economia digital.

J

Justiça criminal: sistema composto por órgãos responsáveis pela aplicação da lei penal na responsabilização pelo cometimento de crimes, com respeito aos direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos.

L

Laboratório de Inovação: Espaço colaborativo para experimentação, prototipagem e desenvolvimento de soluções inovadoras em políticas públicas, tecnologia e processos sociais.

Letramento digital: Conjunto de competências para acessar, analisar, criar e utilizar tecnologias digitais de forma crítica e responsável.

LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados): Legislação brasileira que regula o uso de dados pessoais, garantindo privacidade, transparência e segurança da informação.

Linhas de Ação: Direcionamentos estratégicos que estruturam a implementação de políticas, programas ou projetos.

Logística: Planejamento, execução e controle do fluxo de bens, serviços e informações ao longo da cadeia de suprimentos.

Logística integrada: Coordenação eficiente de modais de transporte, armazenamento e distribuição, com uso intensivo de tecnologia e dados.

Longevidade e envelhecimento positivo: Promoção de qualidade de vida, autonomia e participação ativa da população idosa na sociedade.

M

Macroforças: Tendências globais de longo prazo que moldam o futuro e impactam economias, sociedades e políticas públicas (ex.: mudanças climáticas, digitalização, demografia).

Mapa de atores: Representação visual das partes interessadas (*stakeholders*) envolvidas em um sistema, suas relações e níveis de influência.

***Match Funding*:** Modelo de financiamento coletivo em que cada contribuição individual é complementada por um investidor institucional.

Mercado de carbono: Sistema de negociação de créditos de emissão de gases de efeito estufa, com objetivo de mitigar mudanças climáticas.

Mobilidade: Capacidade e facilidade de deslocamento eficiente e seguro de pessoas e mercadorias.

Mobilidade elétrica: Transporte baseado em veículos movidos a eletricidade, com menor impacto ambiental.

Modelos pedagógicos: Estruturas teóricas e metodológicas que orientam os processos de ensino-aprendizagem.

N

Nanomateriais: Substâncias com estruturas em escala nanométrica que apresentam propriedades únicas e aplicações avançadas.

Nanotecnologia: Manipulação de materiais em nível atômico e molecular para criar produtos com novas funcionalidades.

Neutralidade climática: Balanço entre emissões e remoções de gases de efeito estufa, visando ao impacto líquido zero no clima.

Nômades digitais: Profissionais que trabalham remotamente utilizando tecnologia, muitas vezes enquanto se deslocam por diferentes localidades.

Novas formas de trabalho: Modelos laborais emergentes, como trabalho remoto, híbrido, sob demanda ou por projeto.

Novas profissões: Ocupações que surgem a partir de avanços tecnológicos e mudanças socioculturais, muitas vezes relacionadas à economia digital e verde.

O

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Agenda global da ONU com 17 metas interconectadas para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir prosperidade até 2030.

Objetivos e Resultados-Chave (OKRs): Metodologia de gestão por metas que foca a definição de objetivos claros e mensuráveis para avaliar desempenho.

Ordenamento territorial: Planejamento racional do uso do solo urbano e rural, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos.

P

Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): Instrumento econômico que recompensa a conservação de recursos naturais e serviços ecossistêmicos.

Parque tecnológico: Área planejada para abrigar instituições de pesquisa, empresas inovadoras e centros de desenvolvimento tecnológico.

Participação cidadã: Envolvimento ativo da população na formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas.

Permanência e aprendizagem da educação básica na idade certa: Garantia de que os alunos avancem nos estudos com aproveitamento adequado à faixa etária.

Perspectiva de futuro das juventudes/Inclusão de jovens no trabalho: Políticas e programas que promovem oportunidades, qualificação e engajamento da juventude no mercado e na sociedade.

Petróleo (financiamento e escopo): Recursos econômicos oriundos da exploração do petróleo e sua alocação em desenvolvimento sustentável e inovação.

***Place branding* (marca do lugar):** Estratégias para construir e comunicar a identidade, valores e diferenciais competitivos de territórios.

***Place making* (urbanismo participativo):** Abordagem centrada na comunidade para transformar espaços públicos em ambientes mais humanos, inclusivos e funcionais.

Planejamento participativo: Processo que integra diferentes vozes sociais na elaboração de políticas, com foco na legitimidade e eficácia das decisões.

Plano de comunicação: Estratégia estruturada para gerenciar a informação e o relacionamento com públicos internos e externos.

Planos de adaptação climática: Conjunto de ações para reduzir a vulnerabilidade de comunidades e infraestruturas aos impactos das mudanças climáticas.

Plataforma de engajamento do cidadão: Ferramenta digital que facilita a participação direta da população em políticas e decisões públicas.

Políticas de acessibilidade: Conjunto de normas e ações que garantem o direito de acesso e inclusão de pessoas com deficiência em todos os ambientes.

Políticas de dados abertos e transparentes/Governo aberto: Iniciativas que promovem acesso público a dados governamentais, ampliando transparência e controle social.

Políticas públicas: Conjunto de decisões e ações do Estado voltadas à resolução de problemas coletivos e promoção do bem-estar.

Polo de Inovação: Território estratégico que articula academia, empresas e governo para promover pesquisa, desenvolvimento e empreendedorismo.

P

Potencial humano: Capacidade de indivíduos e grupos em gerar valor, inovar e transformar contextos sociais e econômicos.

Precarização: Processo de deterioração das condições de trabalho, com perda de direitos, estabilidade e remuneração justa.

Primeira infância: Período fundamental do desenvolvimento humano, do nascimento até os 6 anos, com impacto duradouro na vida adulta.

Princípios e práticas ESG: Normas de conduta que orientam organizações a atuarem de forma ambientalmente sustentável, socialmente justa e com boa governança.

Privacidade: Direito à proteção de informações pessoais e ao controle sobre como e por quem esses dados são utilizados.

Proteção e cobertura vegetal nativa e restaurada: Conservação de ecossistemas naturais e recuperação de áreas degradadas para preservar biodiversidade e serviços ambientais.

Q

Questões multigeracionais no ambiente de trabalho: envolvem desafios como diferenças de valores, expectativas e formas de comunicação entre gerações (baby boomers, X, millennials e Z). Essas divergências podem gerar conflitos, mas também trazer diversidade de ideias e inovação quando bem gerenciadas

R

Receita extra com crédito de carbono: Renda obtida por meio da venda de créditos oriundos da redução ou remoção de emissões de carbono.

Redesenho das instituições/Novo marco legal: Atualização de estruturas e normativas para responder às transformações sociais, econômicas e ambientais.

Redesenho do ambiente urbano para o bem-estar: Reconfiguração dos espaços urbanos para priorizar qualidade de vida, mobilidade e inclusão.

Redistribuição de receitas: Política fiscal para diminuir desigualdades regionais por meio da reorientação de recursos públicos.

Reordenamento territorial: Ajustes planejados no uso do solo para promover sustentabilidade, segurança e eficiência espacial.

Retenção de profissionais nas microrregiões e no estado: Estratégias para fixar talentos locais por meio de oportunidades qualificadas e qualidade de vida.

Retrofit de edifícios para eficiência energética: Requalificação de construções existentes com foco em sustentabilidade e economia de energia.

Reúso e reciclagem: Práticas da economia circular que prolongam o ciclo de vida dos materiais e reduzem impactos ambientais.

Roadmaps: Plano visual que prioriza e organiza iniciativas ou ações estratégicas ao longo do tempo, alinhando objetivos, prazos e recursos.

Rotas comerciais: Canais e itinerários otimizados para o transporte de mercadorias, conectando mercados e economias

***Royalties*:** Compensações financeiras pagas ao Estado ou à sociedade pela exploração de recursos naturais não renováveis.

S

***Sandboxes* regulatórios:** Ambientes controlados onde empresas podem testar inovações com flexibilização regulatória, sob supervisão.

Saúde mental: Estado de bem-estar emocional, psicológico e social, essencial para a qualidade de vida.

Saúde preventiva: Conjunto de ações voltadas à promoção da saúde e prevenção de doenças antes que ocorram.

Segurança alimentar: Garantia de acesso regular a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para uma vida saudável.

Segurança cidadã: Proteção dos direitos básicos do cidadão, como o respeito à vida, à integridade física e material e à dignidade a partir de políticas públicas integradas para a prevenção e o controle da violência e da criminalidade, com foco em articulação entre diferentes órgãos de governos e com participação da sociedade

Segurança energética: Capacidade de prover energia de forma contínua, acessível e resiliente.

Segurança hídrica: Gestão sustentável e equitativa dos recursos hídricos para garantir acesso a água de qualidade.

Segurança pública: Dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio para garantir às pessoas o pleno e livre exercício dos direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos, sociais e políticos estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Servitização: Modelo de negócio em que as empresas deixam de vender produtos físicos e passam a oferecer serviços baseados no uso ou desempenho desses produtos.

S

Sistema: Conjunto interligado de elementos que operam de forma coordenada para alcançar um propósito (ex.: sistema educacional, econômico).

Sistemas Agroflorestais (SAFs): Modelos de uso sustentável da terra que integram agropecuária e florestas, promovendo produtividade e conservação.

Sociedade do Cuidado: Modelo social que reconhece, valoriza e compartilha os trabalhos de cuidado como fundamentais para o bem-estar coletivo.

Soluções baseadas na Natureza (SbN): estratégias que utilizam ecossistemas naturais ou processos ecológicos para enfrentar desafios sociais, econômicos e ambientais, como mudanças climáticas, segurança hídrica, perda de biodiversidade e riscos de desastres.

***Stakeholder*:** Qualquer pessoa, grupo ou organização que tenha interesse ou seja impactado por um projeto, política ou negócio.

Suprir lacunas na cadeia de fornecimento: Identificar e corrigir deficiências nos fluxos logísticos e produtivos, garantindo eficiência e continuidade.

Sul Global: Refere-se aos países em desenvolvimento, frequentemente localizados no Hemisfério Sul, com desafios socioeconômicos distintos.

Sustentabilidade: Princípio de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras.

Sustentabilidade ambiental: Práticas que buscam preservar e regenerar os recursos naturais e ecossistemas para as próximas gerações.

T

***Tags*:** Elementos usados para categorizar e classificar tendências, temas ou conteúdos de forma a facilitar a pesquisa e a análise.

Tecnologias aplicadas para reaproveitamento de águas: Inovações e soluções tecnológicas que promovem o uso eficiente e a reutilização da água em diferentes contextos, como na agropecuária, indústria e consumo doméstico.

Tecnologia educacional: Ferramentas digitais, plataformas e recursos tecnológicos que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais interativo, acessível e personalizado.

Tendências: Direções emergentes e contínuas de mudança, caracterizadas por transformações interligadas em diversos campos, como economia, sociedade, tecnologia e cultura.

Teoria da mudança: Abordagem que descreve o processo de como uma ação ou intervenção gera mudanças esperadas e de que forma essas mudanças impactam o contexto ou objetivos do projeto.

Transformação sistêmica: Mudança profunda e abrangente nas estruturas sociais, econômicas ou políticas, que afeta toda a organização ou sistema.

Transição energética: Processo de mudança no setor energético, visando à substituição de fontes fósseis por energias renováveis, promovendo a sustentabilidade e a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Transições e compensações: Estratégias para gerenciar os impactos negativos de mudanças estruturais em sistemas, como a compensação por danos ambientais ou sociais resultantes de adaptações necessárias.

Transmissão e distribuição de energia: Infraestrutura e processos relacionados ao transporte e entrega de energia elétrica aos consumidores, incluindo a modernização das redes para maior eficiência e resiliência.

Turismo de Base Comunitária: Modelo de turismo sustentável que promove o envolvimento das comunidades locais na gestão e organização das atividades turísticas, gerando benefícios econômicos e sociais para a população local.

U

Universalidade educativa: Princípio de garantir o acesso à educação de qualidade para todas as pessoas, sem discriminação, em qualquer parte do mundo.

Universalização do acesso à banda larga: Estratégia de promover a inclusão digital por meio da oferta de internet de alta velocidade para toda a população, com foco em áreas rurais e periferias urbanas

Universalização do saneamento: Acesso universal a serviços básicos de saneamento, como abastecimento de água potável, tratamento de esgoto e gestão de resíduos, com foco em saúde pública e qualidade de vida.

Universidades Corporativas: Instituições de ensino criadas por empresas para oferecer programas de capacitação e desenvolvimento de seus funcionários, alinhados às necessidades corporativas.

***Upskilling*:** Processo de aprimoramento das habilidades e competências de um profissional, visando à sua adaptação às novas demandas do mercado de trabalho, especialmente com o avanço tecnológico.

Uso eficiente da água: Práticas e tecnologias que buscam otimizar o consumo de água, minimizando desperdícios e garantindo a sustentabilidade dos recursos hídricos.

V

Valor público: Benefícios gerados por políticas públicas que atendem ao interesse coletivo, proporcionando bem-estar social, econômico e ambiental para a sociedade como um todo.

Valoração dos ativos/recursos ambientais: Processo de atribuição de um valor econômico a recursos naturais, como biodiversidade, ecossistemas e serviços ambientais, visando à sua proteção e uso sustentável.

Vantagens competitivas: Características que proporcionam a uma empresa, região ou país a capacidade de se destacar no mercado, como inovação, infraestrutura, localização estratégica ou mão de obra qualificada.

Venture Capital: Modalidade de investimento em empresas iniciantes ou *startups* com alto potencial de crescimento, especialmente no setor de tecnologia e inovação, em troca de participação acionária.

Visões de futuro: Cenários e narrativas criadas para antecipar tendências e desenhar um futuro desejável, com base em análises de dados e previsões de mudança social, econômica e tecnológica.

Z

Zeladoria e requalificação de áreas verdes: Ações voltadas para a manutenção, conservação e revitalização de espaços públicos verdes, como praças e parques, melhorando a qualidade ambiental e a experiência urbana para a população.

Referências bibliográficas

B

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID); GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Programa Rodoviário do Espírito Santo II (Programa BID II) / PELTS Plano Estratégico de Logística e Transporte - Vol 1 - Sumário. Vitória: SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO / DER-ES, 2009. 244 p. Disponível em: https://tinyurl.com/36bzmexs.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Agendas setoriais para o alcance das metas, da série Visão 2035: Brasil, um País desenvolvido. Rio de Janeiro: BNDES, 2018. 437 p. Disponível em: https://tinyurl.com/4448cxb4.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Diretrizes do BNDES para a mudança climática: Compromissos e desafios para uma transição justa. Rio de Janeiro: BNDES, 2023. 28 p. Disponível em: https://tinyurl.com/4vc6yaxb.

BRITO, Máyra Belem Tavares de. Mapeamento dos habitats de inovação no ecossistema do Espírito Santo. Vitória: EDP Brasil, 2023. 88 p.

BRUSTENGA, Jordi Garcia. El impulso financiero que necesitas. Madrid: ENISA, Gobierno de Espanha, 2022. 112 p.

BUDDEN, Phil; MURRAY, Fiona. An MIT Framework for Innovation Ecosystem Policy: Developing policies to support vibrant innovation ecosystems (iEcosystems). Cambridge: MIT Lab for Innovation Science and Policy, 2018. 45 p.

C

CASA CIVIL. Programa de Aceleração do Crescimento: Novo PAC. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/conheca-o-plano.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO (CNC). Agenda Institucional do Sistema Comércio 2024 - Propostas do comércio para o desenvolvimento nacional. Brasília: CNC, 2024. 110 p. Disponível em: https://www.agendadocomercio.org.br/.

CONSELHO METROPOLITANO DE DESENVOLVIMENTO DA GRANDE VITÓRIA (COMDEVIT). Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado: Diretrizes do Plano de Ação Metropolitana. Vitória: COMDEVIT, 2018. Disponível em: https://drs.ijsn.es.gov.br/.

E

ESPANHA. MINISTÉRIO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO. España Nación Emprendedora: Driving Sectors. Madrid: Governo da Espanha, 2021. 164 p. Disponível em: https://shorturl.at/IPQcJ.

F

FINDES. Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios: Regional Caparaó. Vitória: FINDES, 2023. 138 p. Disponível em: https://findes.com.br/wp-content/uploads/2023/07/Agenda_Propositiva_Caparao_Julho_2023-Final.pdf.

F

FINDES. Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios: Regional Cariacica e Viana. Vitória: FINDES, 2022. 150 p. Disponível em: https://findes.com.br/wp-content/uploads/2022/11/Agenda-Propositiva-Regional-Cariacica-Viana-Sta-Leopoldina-Nov-22.pdf.

FINDES. Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios: Regional Centro-Leste. Vitória: FINDES, 2023. 146 p. Disponível em: https://findes.com.br/wp-content/uploads/2023/09/Agenda_Prop_Regional_Centro_Leste_Linhares_Set_2023.pdf.

FINDES. Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios: Regional Centro-Oeste. Vitória: FINDES, 2023. 152 p. Disponível em: https://findes.com.br/wp-content/uploads/2023/10/Agenda_Prop_Reg_Centro_Oeste_Out_23.pdf.

FINDES. Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios: Regional Centro-Sul. Vitória: FINDES, 2023. 156 p. Disponível em: https://findes.com.br/wp-content/uploads/2023/11/Agenda_Prop_Reg_Centro_Sul_Out_23.pdf.

FINDES. Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios: Regional da Serra. Vitória: FINDES, 2023. 136 p. Disponível em: https://findes.com.br/wp-content/uploads/2023/08/Agenda_Propositiva_Serra_Julho_31-07-2023-Veiculacao.pdf.

FINDES. Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios: Regional Litoral Centro-Norte. Vitória: FINDES, 2023. 120 p. Disponível em: https://findes.com.br/wp-content/uploads/2023/05/Agenda_Propositiva_Lit_Centro_Norte_Mai_23.pdf.

FINDES. Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios: Regional Litoral Sul. Vitória: FINDES, 2023. 162 p. Disponível em: https://findes.com.br/wp-content/uploads/2023/11/Agenda_Prop_Reg_Litoral_Sul_Nov_23.pdf.

FINDES. Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios: Regional Nordeste. Vitória: FINDES, 2023. 150 p. Disponível em: https://findes.com.br/wp-content/uploads/2023/10/Agenda_Propositiva_Regional_Nordeste_Outubro_2023.pdf.

FINDES. Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios: Regional Noroeste. Vitória: FINDES, 2023. 152 p. Disponível em: https://findes.com.br/wp-content/uploads/2023/11/Agenda_Prop_Reg_Noroeste_Nov_23.pdf.

FINDES. Agenda Propositiva Regional para Melhoria do Ambiente de Negócios: Regional Sudoeste Serrana. Vitória: FINDES, 2023. 158 p. Disponível em: https://findes.com.br/wp-content/uploads/2023/10/Agenda_Prop_Reg_Sudoeste_Serrana_Out_23.pdf.

FINDES; IDEIES; SENAI; SESI. Rota Estratégica para o Futuro do Espírito Santo: Economia Criativa 2035. Vitória: FINDES, 2022. 104 p. Disponível em: https://observatoriofindes.com.br/rotas-estrategicas/.

FINDES; IDEIES; SENAI; SESI. Rota Estratégica para o Futuro do Espírito Santo: Turismo 2035. Vitória: FINDES, 2023. 96 p. Disponível em: https://observatoriofindes.com.br/rotas-estrategicas/.

F

FINDES; IDEIES; SENAI; SESI. Rotas Estratégicas para o Futuro da Indústria do Espírito Santo - Agroalimentar 2035. Vitória: FINDES, 2019. 51 p. Disponível em: https://observatoriofindes.com.br/rotas-estrategicas/.

FINDES; IDEIES; SENAI; SESI. Rotas Estratégicas para o Futuro da Indústria do Espírito Santo - Biotecnologia Natural 2035. Vitória: FINDES, 2019. 97 p. Disponível em: https://observatoriofindes.com.br/rotas-estrategicas/.

FINDES; IDEIES; SENAI; SESI. Rotas Estratégicas para o Futuro da Indústria do Espírito Santo - Confecção, Têxtil e Calçado 2035. Vitória: FINDES, 2019. 98 p. Disponível em: https://observatoriofindes.com.br/rotas-estrategicas/.

FINDES; IDEIES; SENAI; SESI. Rotas Estratégicas para o Futuro da Indústria do Espírito Santo - Construção 2035. Vitória: FINDES, 2021. 96 p. Disponível em: https://observatoriofindes.com.br/rotas-estrategicas/.

FINDES; IDEIES; SENAI; SESI. Rotas Estratégicas para o Futuro da Indústria do Espírito Santo - Energia 2035. Vitória: FINDES, 2023. 104 p. Disponível em: https://observatoriofindes.com.br/rotas-estrategicas/.

FINDES; IDEIES; SENAI; SESI. Rotas Estratégicas para o Futuro da Indústria do Espírito Santo - Petróleo e Gás Natural 2035. Vitória: FINDES, 2020. 104 p. Disponível em: https://observatoriofindes.com.br/rotas-estrategicas/.

FOSS, Nicolai J.; SCHMIDT, Jens; TEECE, David J. A liderança no ecossistema como uma capacidade dinâmica. Long Range Planning, v. 56, n. 1, p. 1-15, 2023.

G

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. ES+Competitivo. Vitória: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, 2023. Disponível em: https://sedes.es.gov.br/Noticias/desenvolvimento-estado-cria-projeto-es-competitivo-e-escritorio-de-investimento.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Lei nº 12.375, de 20 de março de 2025. Institui o Plano de Desenvolvimento de Longo Prazo do Estado do Espírito Santo - PDLP, denominado Plano ES 500 Anos, e define seu modelo de governança. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 21 mar. 2025, ed. 26.446, p. 2-4. Disponível em: https://www.dio.es.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Mobilização Capixaba pela Inovação (MCI), 2024. Disponível em: https://secti.es.gov.br/MCI-2.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. PEDEAG 4: Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba. Vitória: SECRETARIA DE AGRICULTURA (SEAG), 2023. 178 p. Disponível em: https://seag.es.gov.br/acoes-e-programas/PEDAG.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano de Descarbonização e Neutralização das Emissões de GEE do Espírito Santo. Vitória: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE e SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, 2022. 199 p. Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo. Disponível em: https://shorturl.at/0jZQe.

G

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano de Desenvolvimento 2025. Vitória: SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, 2006. 146 p. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/plano-de-desenvolvimento-es-2025.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030. Vitória: SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, 2013. 252 p. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/plano_es_2030/.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Estado do Espírito Santo 2025. Vitória: SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO (SETUR), 2025. 120 p. Disponível em: https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/setur/Plano-Turismo-ES-2025.pdf.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano Estadual de Educação 2015-2025. Vitória: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2015. 12 p. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/LEI%2010382_2015-2025%20plano%20estadual%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o-1.pdf.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH-ES). Vitória: SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA, 2018. 231 p. Disponível em: https://perh.es.gov.br/Media/perh/Arquivos%20Biblioteca/PERH-ES_DocumentoConsolidado.pdf.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano Estadual de Saúde 2024-2027. Vitória: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, 2024. 181 p. Disponível em: https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Planejamento/Plano%20Estadual%20de%20Saude%202024-2027.pdf.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2023-2035. Vitória: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, 2023. 205 p. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/Media/Sep/estadopresente/publicacao/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20SEGURAN%C3%87A%20P%C3%9ABLICA%20ES%202023-2035.pdf.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. Vitória: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, 2004. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/plano-plurianual-ppa/ppa-2004-2007.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. Vitória: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, 2008. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/plano-plurianual-ppa/ppa-2008-2011.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. Vitória: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, 2012. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/plano-plurianual-ppa/ppa-2012-2015.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. Vitória: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, 2016. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/plano-plurianual-ppa/ppa-2016.

G

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. Vitória: SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, 2020. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/plano-plurianual-ppa/ppa-2023.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Vitória: SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, 2023. 210 p. Disponível em: https://www.sep.es.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/PPA-2024-2027.pdf.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Planejamento Estratégico 2019-2022: Apresentação de Resultados. Vitória: SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, 2019. 113 p. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/gestaoestrategica.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Planejamento Estratégico 2023-2026. Vitória: SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, 2023. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/gestaoestrategica.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Plano Estratégico 2024-2027. Vitória: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, 2024. 48 p. Disponível em: https://sejus.es.gov.br/planejamento-estrategico-2024-2027.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO (SEP); INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Análise Situacional dos Indicadores e Estratégias ES2030. Vitória: IJSN, 2023. 75 p. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/relatorio-analise-situacional-dos-indicadores-e-estrategias-do-es2030.

I

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN) et al. Diretrizes do Plano de Ação Caparaó. Vitória: IJSN, 2022. 96 p. Disponível em: https://drs.ijsn.es.gov.br/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN) et al. Diretrizes do Plano de Ação Central Serrana. Vitória: IJSN, 2022. 97 p. Disponível em: https://drs.ijsn.es.gov.br/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN) et al. Diretrizes do Plano de Ação Central Sul. Vitória: IJSN, 2022. 83 p. Disponível em: https://drs.ijsn.es.gov.br/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN) et al. Diretrizes do Plano de Ação Centro-Oeste. Vitória: IJSN, 2022. 55 p. Disponível em: https://drs.ijsn.es.gov.br/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN) et al. Diretrizes do Plano de Ação Litoral Sul. Vitória: IJSN, 2022. 86 p. Disponível em: https://drs.ijsn.es.gov.br/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN) et al. Diretrizes do Plano de Ação Metropolitana. Vitória: IJSN, 2018. Disponível em: https://drs.ijsn.es.gov.br/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN) et al. Diretrizes do Plano de Ação Nordeste. Vitória: IJSN, 2022. 48 p. Disponível em: https://drs.ijsn.es.gov.br/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN) et al. Diretrizes do Plano de Ação Noroeste. Vitória: IJSN, 2022. 48 p. Disponível em: https://drs.ijsn.es.gov.br/.

I

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN) et al. Diretrizes do Plano de Ação Rio Doce. Vitória: IJSN, 2022. 51 p. Disponível em: https://drs.ijsn.es.gov.br/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN) et al. Diretrizes do Plano de Ação Sudoeste Serrana. Vitória: IJSN, 2022. 96 p. Disponível em: https://drs.ijsn.es.gov.br/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Apresentação dos resultados: Planejamento Estratégico 2023-2026. Vitória: IJSN, 2023. 179 p. Disponível em: https://shorturl.at/wrupZ.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Nota Técnica DRS 2024 - Caparaó. Vitória: IJSN, 2024. 19 p. Disponível em: https://es500anos.com.br/notas-tecnicas/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Nota Técnica DRS 2024 - Central Serrana. Vitória: IJSN, 2024. 18 p. Disponível em: https://es500anos.com.br/notas-tecnicas/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Nota Técnica DRS 2024 - Central Sul. Vitória: IJSN, 2024. 19 p. Disponível em: https://es500anos.com.br/notas-tecnicas/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Nota Técnica DRS 2024 - Centro-Oeste. Vitória: IJSN, 2024. 18 p. Disponível em: https://es500anos.com.br/notas-tecnicas/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Nota Técnica DRS 2024 - Litoral Sul. Vitória: IJSN, 2024. 19 p. Disponível em: https://es500anos.com.br/notas-tecnicas/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Nota Técnica DRS 2024 - Metropolitana. Vitória: IJSN, 2024. 19 p. Disponível em: https://es500anos.com.br/notas-tecnicas/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Nota Técnica DRS 2024 - Nordeste. Vitória: IJSN, 2024. 19 p. Disponível em: https://es500anos.com.br/notas-tecnicas/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Nota Técnica DRS 2024 - Noroeste. Vitória: IJSN, 2024. 19 p. Disponível em: https://es500anos.com.br/notas-tecnicas/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Nota Técnica DRS 2024 - Rio Doce. Vitória: IJSN, 2024. 19 p. Disponível em: https://es500anos.com.br/notas-tecnicas/.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Nota Técnica DRS 2024 - Sudoeste Serrana. Vitória: IJSN, 2024. 19 p. Disponível em: https://es500anos.com.br/notas-tecnicas/.

J

JÜTTING, Malte. Explorando Ecossistemas de Inovação Orientados a Missões para a Sustentabilidade: Rumo a uma Tipologia Baseada na Literatura. Berlim: CeRRI, 2020. 32 p.

L

LEADBEATER, Charles. O Movimento de Transformação do Sistema: Como os movimentos sociais criam mercados, mudam regras e reformam sistemas. Londres: Nesta, 2018. 112 p.

M

MAZZUCATO, Mariana. Pesquisa e inovação orientadas a missões na União Europeia: Uma abordagem para solucionar problemas e impulsionar o crescimento orientado para a inovação. [S.l.]: Comissão Europeia, 2018. 36 p. Disponível em: https://www.horizon-europe.gouv.fr/sites/default/files/2022-11/mazzucato-report-2018-pdf-7474.pdf.

MAZZUCATO, Mariana. O Valor de Tudo: Produzindo e Retirando na Economia Global. Londres: Penguin Books, 2018. 384 p. Capítulo 5: “Inovação por Missões”.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Brasília: MEC, 2014. 86 p. Disponível em: https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/32890.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Pé-de-Meia. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Plano de Transformação Ecológica. Brasília: Ministério da Fazenda, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica.

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. Estratégia Nacional de Governo Digital. Brasília: MGI, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/EFGD.

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL. Programa Rotas Negras. Brasília: MIR, 2024. (Decreto nº 11.914, de 12 de março de 2024). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11914.htm.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. Brasília: MJSP, 2021. 96 p. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/categorias-de-publicacoes/planos/plano_nac-_de_seguranca_publica_e_def-_soc-_2021___2030.pdf.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil. Brasília: MDS, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. Centro de Bionegócios da Amazônia. Brasília: MDIC, 03 maio 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/novo-cba-vai-transformar-biodiversidade-amazonica-em-produtos-empregos-e-investimentos-diz-alckmin.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. Nova Indústria Brasil - Forte, Transformadora e Sustentável. Brasília: MDIC, 2023. 110 p. Disponível em: https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi.

MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA PEQUENA EMPRESA. Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino - Estratégia Elas Empreendem. Brasília: ME, 2024. (Decreto nº 11.994, de 10 de abril de 2024). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11994.htm.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Portaria GM/MMA nº 1.250, de 13 de dezembro de 2024. Regulamenta a Lei de Incentivo à Reciclagem. Diário Oficial da União, Brasília, 13 dez. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/mma-publica-portaria-que-regula-a-lei-de-incentivo-a-reciclagem/PORTARIAGM_MMAN1.250DE13DEDEZEMBRODE2024PORTARIAGM_MMAN1.250DE13DEDEZEMBRODE2024DOUImprensaNacional.pdf.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Programa Jovem Cientista da Pesca Artesanal. Brasília: MPA, 2024. 32 p. Disponível em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-pesca-e-aquicultura-lanca-o-programa-jovem-cientista-da-pesca-artesanal.

MINISTÉRIOS DA SAÚDE; DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. Estratégia Nacional para Desenvolvimento Econômico-Industrial da Saúde. Brasília: MS/MDIC, 2023. (Decreto nº 11.715, de 26 de setembro de 2023). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11715.htm.

MIT D-Lab. Ecossistemas de Inovação. Cambridge: MIT, 2024. Disponível em: https://d-lab.mit.edu/research/local-innovation/innovation-ecosystems.

NYLUND, Petra A.; FERRAS-HERNANDEZ, Xavier; BREM, Alexander. Estratégias para Ativar Ecossistemas de Inovação: Introdução a uma Taxonomia. IEEE Engineering Management Review, v. 47, n. 2, p. 142-157, 2019.

PAÍSES BAIXOS. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ECONÔMICOS. Indústrias-Chave: Forças Econômicas Holandesas. Haia: Governo dos Países Baixos, 2023. Disponível em: https://investinholland.com/doing-business-here/industries/.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 11.556, de 8 de novembro de 2023. Institui o Compromisso Nacional pela Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União, Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Planejamento Estratégico 2035. Brasília: SEBRAE, 2023. 92 p. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/Anexos%20PDF/Planejamento_Estrategico_SEBRAE_FINAL-3.pdf.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC). Plano Senac Brasil Ciclo 2024-2027 - Referencial Estratégico. Brasília: SENAC Nacional, 2024. 32 p. Disponível em: https://www.dn.senac.br/wp-content/uploads/2017/03/referencial_estrategico_202_OK.pdf.

STAM, Erik; VAN DE VEN, Andrew. Ecossistemas Empreendedores: Uma Perspectiva de Sistemas. Utrecht: Utrecht School of Economics, 2018. (Working Papers, n. 18-06).

THE KAUFFMAN FOUNDATION. Playbook para Construção de Ecossistemas Empreendedores. Kansas City: Kauffman Foundation, 2019. 78 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021-2030. Vitória: UFES, 2021. 120 p. Disponível em: https://proplan.ufes.br/plano-de-desenvolvimento-institucional-2021-2030.



Foto: Marcelo Moryan

ES500 anos

TRAJETÓRIAS
DESCOBERTAS



Foto: Fernando Madeira

CONVÊNIO

CORREALIZAÇÃO

REALIZAÇÃO